

Junho de 2023

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

DW CEDOC

DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-economico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Novo Jornal, O País, Expansão, Luanda, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain,
João Domingos
Massomba Dominique
Moisés Festo
Amilcar Salumbo
Cupi Baptista

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
Rooftops Canada - Abri Internacional
Global Affairs Canada
International Development Research Centre
USAID
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Mais dinheiro para o Kwenda	6
1.2 ONU aponta déficit de energia para metade população angolana	6
1.3 CEIC que era “inimaginável” há 20 anos “tão poucas transformações” na economia e na sociedade angolana	7
1.4 Preços sobem em até 86% no comércio do Menongue	8
1.5 “O nosso empresariado não tem a mesma experiência que os de outras partes do mundo”	9
1.6 Jovens desesperançados	10
1.7 O caminho percorrido pelo Kwenda nas 18 províncias	11
1.8 UNITA constata «pobreza extremas e aponta autarquias como solução	14
1.9 Apoio do Kwenda permite aumento de áreas para o cultivo no Huambo	15
2. MICROFINANÇAS	17
2.1 Executivo prepara linha de crédito para madeireiros	17
2.2 Crédito bancário	18
3. MERCADO INFORMAL	19
3.1 Administração prorroga encerramento dos armazéns no Hoje Ya Henda	19
3.2 Taxistas “arregaçam as mangas” para travar a especulação de preço	19
3.3 O costume, o direito costumeiro e a economia informal	20
3.4 Apenas 5% do mercado informal realiza pagamento com cartão	21
3.5 Governo de Luanda promove programa de educação ambiental	22
3.6 Mobilidade em Luanda melhorada nos últimos dias	22
3.7 Taxistas e moto-taxistas aconselhados a manter a calma e evitar especulações	24
3.8 Mais de dois mil taxistas aguardam pelos cartões	25
3.9 A atitude dos fiscais do GPL	25
3.10 Perto de 600 operadores licenciados no Cuanza-Sul	26
3.11 Administração do Cazenga quer contar com as igrejas	26
3.12 Mais de quatro mil cartões são entregues em Luanda	27
3.13 Maior parte de lojas e armazéns sem condições para a reabertura	27
3.14 Indivíduos detidos por cobranças ilegais	28
3.15 AGT prevê arrecadar mais de 4 mil milhões kwanzas com IVM Patrícia Oliveira	29
3.16 Taxistas do Uíge recebem mais de 900 cartões de abastecimento para a subvenção da gasolina	30
3.17 GPL garante 200 novos armazéns a grossistas, mas encerramento deixa 3.500 jovens no desemprego	31
3.18 Mais de duzentos mototaxistas recebem licenças de condução	31
3.19 Taxistas e mototaxistas de Moçâmedes recebem os primeiros subsídios	32
3.20 Trinta hectares aguardam, no Zango, pelos grossistas das zonas urbanas de Luanda	32
3.21 Artesãos clamam por mercado para a venda de peças artesanais	33
3.22 Presidente autoriza adjudicação de contratos para a construção de infraestruturas	34
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	36
4.1 FMI aperta e Estado avança para retirada ou diminuição dos subsídios aos combustíveis	36
4.2 As 29 razões que justificam o ajustamento do preço da gasolina	37
4.3 Orçamento Participativo melhora prestação dos serviços públicos	39

4.4	AGT prevê arrecadar mais de 4 mil milhões kwanzas com IVM Patrícia Oliveira	40
-----	---	----

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 42

5.1	Cerca de 90 mil agentes mobilizados para o Censo Geral da População	42
5.2	Executivo apresenta 4ª edição da Feira dos Municípios e Cidades	42
5.3	Feira dos Municípios e Cidades é uma janela de oportunidades	43
5.4	Requalificação dos túmulos dos reis do Ndongo está para breve	44
5.5	Orçamento Participativo melhora prestação dos serviços públicos	46
5.6	Angola vai contar com experiência de Portugal em matéria de autarquias	47
5.7	Angola está aberta aos desafios da governação participativa	49
5.8	PIIM cria mais de dois mil postos de trabalho para jovens no Huambo	51
5.9	Campanha de licenciamento reinicia hoje em Luanda	52
5.10	UNITA constata «pobreza extremas e aponta autarquias como solução	52
5.11	Auscultação sobre o projecto da nova Divisão Político-Administrativa deve concluir este ano	53
5.12	Organizações da Sociedade Civil e as próximas eleições autárquicas	54

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 56

6.1	Empresários “Sacodem” culpa do crédito malparado do Angola Investe	56
6.2	Angola beneficia do programa de monitoramento do Ambiente	57
6.3	“Quem deve ter terreno é aquele que quer construir e tem capacidade”	58
6.4	“Há necessidade de criarmos em Luanda um Conselho de Gestão de Infra-estruturas Públicas e Privadas”	63
6.5	Executivo prepara linha de crédito para madeireiros	67
6.6	Primeiros apartamentos concluídos em Setembro	68
6.7	Governo defende habitação adequada para os cidadãos	68
6.8	“Não estamos contra o Governo, só queremos o mínimo de dignidade”	69
6.9	“Uma prenda” agridoce para mais de 40 famílias	70
6.10	EGTI e parceiros privados vão investir 19 mil milhões de kwanzas no Kilamba	71
6.11	Auto-construção dirigida	73
6.12	Investigadora do MIT lidera projecto de combate à seca no Sul de Angola	74
6.13	Trinta hectares aguardam, no Zango, pelos grossistas das zonas urbanas de Luanda	76
6.14	“Economia Azul” é o tema do Festival Luanda Cartoon	77
6.15	Habitantes do Kilamba expõem preocupações à Provedoria de Justiça	78
6.16	A Cidade de Luanda e o ciclo da Água (Parte III)	79

7. TERRA 81

7.1	“Quem deve ter terreno é aquele que quer construir e tem capacidade”	81
7.2	Administração do Cazenga quer contar com as igrejas	86
7.3	EGTI e parceiros privados vão investir 19 mil milhões de kwanzas no Kilamba	86
7.4	O poder da terra para alimentar o país	88

8. SERVIÇOS BÁSICOS 90

8.1	92,2 milhões EUR para reforçar três sistemas de distribuição de água	90
8.2	Projectos do PIIM melhoram acesso à água	90
8.3	A cidade de Luanda e o ciclo de água	90
8.4	Vulagombe O bairro de Malanje onde a Saúde está a cargo de um único enfermeiro	91
8.5	Matala tem nova central de abastecimento de água	92
8.6	A Cidade de Luanda e o ciclo da Água (Parte III)	93

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA	95
9.1 Angola no fórum sobre aumento e influência das mulheres em cargos de decisão	95
9.2 Fórum de Mulheres Jornalistas promove projecto de inclusão social e económica nas comunidades	95
10. AMBIENTE	97
10.1 Empresários “Sacodem” culpa do crédito malparado do Angola Investe	97
10.2 Angola beneficia do programa de monitoramento do Ambiente	98
10.3 Executivo prepara linha de crédito para madeireiros	99
10.4 Investigadora do MIT lidera projecto de combate à seca no Sul de Angola	100
10.5 Huambo necessita de 50 fiscais florestais	102
10.6 “Economia Azul” é o tema do Festival Luanda Cartoon	103
II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	105
11.1 Embaixador da China anuncia desejo dos empresários investirem em Cabinda	105
11.2 Professor angolano destaca contributo chinês para a diversificação da economia	105
11.3 China e Angola projectam expedição comercial e fórum de negócios	107
11.4 China é o maior destino do petróleo bruto	108
11.5 China defende reforço da cooperação com o país	109
11.6 Cidade da China vai contar com quartel do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros	109
11.7 Angola aborda na China estratégia nacional sobre Direitos Humanos	110
11.8 Embaixador da China reitera apoio às instituições de ensino	110
11.9 Angola e China estudam reforço da cooperação nos mais variados domínios	111
11.10 Mais de 50 jornalistas estrangeiros concluem formação na China	112

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Mais dinheiro para o Kwenda

Jornal de Angola
3 De Junho de 2023

O valor mensal do Programa “Kwenda” que, inicialmente, estava estipulado em 8.500 Kwanzas mensais, vai subir para 11 mil Kwanzas e o tempo de permanência das famílias no Programa sairá de um para dois anos, isto em relação às Transferências Sociais Monetárias.

Com essa medida tomada pelo Executivo angolano, que surge na sequência do aumento do preço da gasolina de 160 Kwanzas para 300, o número de famílias beneficiárias vai aumentar, no mínimo, em mais 241.477 agregados, superando a meta inicial do Programa, que previa contemplar um milhão de famílias.

O Kwenda foi lançado em 2020, no município piscatório do Nzeto, província do Zaire, tendo em dois anos cadastrado 536.333 de um total de 1.608.000 agregados familiares previstos para os quatro anos de vigência do programa, que pretende reduzir a pobreza e as assimetrias sociais nas comunidades, e preparar o país para o fim do subsídio aos combustíveis.

A fase piloto de implementação do referido programa decorreu em cinco municípios de igual número de províncias angolanas, onde foram cadastradas cerca de 5.000 famílias, que recebem trimestralmente 25.500 Kwanzas (equivalente a cerca de 34 euros). E, no Zaire, mais de 1.600 famílias vulneráveis do município piscatório do Nzeto também foram abrangidas, numa primeira fase.

É, portanto, um programa do Governo angolano que visa apoiar as famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, operacionalizado pelo Fundo de Apoio Social (FAS). O programa prevê, até finais deste ano (2023), atender um milhão e 608 mil agregados familiares.

Dados disponíveis indicam que, até ao final de 2021, o Kwenda beneficiou 314 mil agregados familiares, numa primeira fase, com transferências monetárias. Cada uma das famílias recebeu, trimestralmente, 25 mil 500 kwanzas.

Em relação à municipalização da Acção Social, o programa permite a ampliação de serviços sociais de protecção social, através dos Centros de Acção Social Integrados (CASI). Já a componente do Cadastro Social Único facilita o cadastramento de um milhão e 500 cidadãos em situação de pobreza e vulnerabilidade.

O programa, que visa criar políticas de apoio às famílias mais vulneráveis, abrange quatro componentes: transferências sociais monetárias, inclusão produtiva, municipalização da acção social e cadastro social único.

I.2 ONU aponta défice de energia para metade população angolana

Jornal Expansão
9 De Agosto de 2023

o relatório de Progresso Energético 2023 da Organização das Nações Unidas revela que falta de acesso à electricidade afecta 18 milhões de pessoas em Angola, numa população estimada de 35 milhões, ou seja, a metade da população vive às escuras, for do sistema de distribuição de electricidade. Colocando Angola entre os 20 países com maior défice de acesso a energia no mundo, junto com Moçambique, que tem 22 milhões de população sem acesso a energia eléctrica.

O documento aponta que a situação pode persistir sem investimento em fontes renováveis considerado que os esforços actuais em todo mundo são incapazes de garantir acesso a energia eléctrica para todos.

Apesar de Angola ter até superavit na produção da energia, contudo País tem o grande desafio de fazer chegar a energia que produz em toda extensão do território, com admitem de acordos de com fonte do governo.

O investimento foi feito em milhares de dólares em projectos de rias aproveitamento hidroeléctricos como é o caso do Laúca e Caculo Cabaça, com 2070 MW e 2172 MW, respectivamente só pra cita, erar Mas a distribuição ficou aquém.

Para contrapor este facto, o governo aponta para energias renováveis, como a solar ou a eólica, que ainda não tem expressão significativa, mas foi estabelecido, como meta para 2025, que pelo menos 7,5% da electricidade gerada seja de novas energias renováveis.

Já há sinais neste sentido com construção de várias mini-redes de energia solar, para cumprir com o

programa de electrificação rural, que são as zonas mais afastadas pela fraca distribuição de outras fontes de energia.

De acordo com o levantamento, o objectivo, traçado pelas Nações Unidas, inclui dobrar os níveis históricos de eficiência energética e aumentar a participação das fontes renováveis na matriz energética global.

O Relatório do Progresso Energético também conclui que o crescimento do endividamento dos países e o aumento dos preços da energia estão piorando as perspectivas de acesso universal à electricidade e à energia limpa para cozinhar.

As projecções atuais estimam que 1,9 bilhão de pessoas ficarão sem instalações de cozinha não-poluentes e 660 milhões sem acesso à electricidade em 2030.

J.G.

1.3 CEIC que era “inimaginável” há 20 anos “tão poucas transformações” na economia e na sociedade angolana

Jornal Expansão

9 De Junho de 2023

Texto: Joaquim José Reis

O Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola considera "inimaginável" que em 20 anos a economia e a sociedade angolanas tenham apontadas “tão poucas transformações nas estruturas económicas e nos sistemas sociais” num País onde hoje a pobreza afecta 48% da população, equivalente a 19,6 milhões de pessoas.

O Relatório Económico de Angola 2021, apresentado quarta-feira pelo CEIC, faz um balanço sobre 20 anos da economia angolana e o seu impacto na sociedade. Esse balanço não é positivo, uma vez que após o fim da guerra o País não conseguiu diversificar a sua economia e transformar o parco crescimento económico em bem-estar da população.

Segundo o director do centro de estudos, Alves da Rocha, quando o CEIC iniciou esta pesquisa pretendeu apurar "o que é que se passou este tempo todo" na economia nacional, em sectores como o financeiro, a agricultura ou o sector produtivo. "Quantos planos de desenvolvimento já teve? Em última análise, o indicador de avaliação por excelência tem a ver com a melhoria das condições de vida da

população. Mais nada. O crescimento é feito em nome desta melhoria, as aerações estruturais são feitas em nome desta melhoria", afirmou.

"Não estávamos a pensar que Angola poderia ser uma segunda China, que fez reformas nos últimos 60 anos, e conseguiu tirar da pobreza 700 milhões de cidadãos em 20 anos. Não estávamos à espera de encontrar isso, porque não temos cultura da China, a disciplina e a sua mentalidade virada para o crescimento económico". Mas, ainda assim, a expectativa era diferente do que aquela que foi encontrada: "Esperávamos encontrar alguma coisa relativamente à melhoria das condições de vida da população e o que é certo é que a taxa de pobreza é elevada. O CEIC estima que a taxa de pobreza monetária de Angola possa estar, com os efeitos da recessão económica e da deficiente distribuição do rendimento em Angola, próximo de entre os 45% a 46%".

Assim, o balanço a duas décadas após o fim da guerra civil é claro: "Fizemos essa análise de 20 anos de todos os programas o que o Governo implementou e as conclusões que estamos a tirar é que as políticas foram mal delineadas ou não foram suficientes", remata Alves da Rocha,

E, por isso, urgente alterar as políticas "no sentido de as tornar mais amigas do cidadão, das classes sociais mais desfavorecidas. E a educação e a saúde têm aqui uma importância des-tacada", admite o economista considerando, ainda assim, que "são necessários muitos anos" para que haja mudanças nas políticas de sectores como o da educação tenham efeito.

Com 20 anos de "planos, programas, planinhos" e "programinhas", muitas foram as políticas desenvolvidas nas sucessivas legislaturas, mas que ainda assim não conseguiram impedir que quase metade da população enfrente níveis de pobreza preocupantes. Mais recentemente foi implementado o programa Kwenda, que consiste na transferência de rendimento para as pessoas mais vulneráveis, um programa que é considerado como um dos melhores mecanismos para o combate à pobreza Além da transferência de rendimento incentiva também a criação de competências profissionais e o auto-emprego, pelo que é positivo, segundo o director do CEIC. "Não é uma mera distribuição de rendimento, mas já com intenção de criar algo que possa sustentar esta distribuição pura do rendimento e que tem a ver com a criação de actividades económicas junto destas famílias.

Porque o Kwenda tem de terminar, não é uma condição de vida.

Porque é financiado pelo Banco Mundial e vamos ter de pagar o empréstimo. Seria bom que quando chegar a altura de pagar o empréstimo esses agregados familiares que beneficiaram das transferências de rendimento do Kwenda fossem sustentáveis, tivessem emprego, actividade económica.

Já o relatório aponta que as "políticas públicas angolanas terão de encetar uma luta cerrada às vulnerabilidades, muitas e diversas, que enfrentam. Uma delas é o PIE por habitante, com valores insuficientes para permitirem a transformação do crescimento em progresso". E há ainda outras questões como os riscos que a economia angolana enfrenta ao nível da sua estrutura produtiva, que a torna altamente vulnerável a choques externos, como é o caso do petróleo, que quando os preços baixam nos mercados internacionais têm um impacto muito pesado na economia do País.

O centro de estudos da UCAN alerta ainda que a taxa de desemprego em Angola é das mais altas do mundo. "As mais recentes estimativas do INE colocam-na na fasquia de 30%; que se vai mantendo desde há muito tempo, o que pode ser um sinal atendível do nível de desemprego estrutural", refere o relatório.

"E assim se passaram 20 anos, para uns com o copo dos resultados das políticas públicas meio cheio e para outros meio vazio. O CEIC foi demonstrando, através dos seus estudos económicos e sociais, o quanto se mudou e o quanto se deixou de transformar e também as razões pelas quais a população permanece numa situação de pobreza extrema, aviltante da dignidade humana", remata o Relatório Económico de Angola 2021.

1.4 Preços sobem em até 86% no comércio do Menongue

Jornal de Angola
23 De Junho de 2023

Populares pedem acção da Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar (ANIESA), que promete impedir comportamentos especulativos

Os preços dos principais produtos de consumo subiram de 17 a pouco mais de 86 por cento, no Cuando Cubango, em coincidência com o aumento do preço da gasolina, a 1 de Junho último, levando populares entrevistados pela nossa reportagem, a defenderem intervenção da ANIESA para travar a escalada.

Os aumentos incidem, principalmente, sobre os preços dos alimentos, incluindo os da cesta básica, e os materiais de construção, como apurou a nossa reportagem num percurso pelas principais superfícies comerciais do Menongue, com representantes do público a pedirem uma acção da Autoridade Nacional

de Inspeção Económica e Segurança Alimentar (ANIESA) que impeça a exorbitância em volta dos preços.

No percurso pelo comércio de Menongue, a nossa reportagem apurou que o preço do saco de 25 quilos de arroz, que custava 7.500 e 8.500 kwanzas, antes do aumento do preço da gasolina, subiu para 14 ou 16 mil kwanzas, um aumento de 86,6 a 88,2 por cento em cerca de 20 dias.

O preço da caixa de 12 litros de óleo alimentar passou de 12 mil para a 17 mil kwanzas, mais 41 por cento, o do saco de açúcar 50 quilos de 23 para 30 mil (30 por cento), o da caixa de massa esparguete de 3.500 para seis mil (71,4 por cento) e o da caixa de frango de 12 para 15 mil (25 por cento).

Com os aumentos, o preço do saco de 50 quilos de farinha de trigo está a custar 22.950 kwanzas, contra os 17 mil praticados até ao final do mês de Maio (mais 35 por cento) e o saco de 25 quilos de fuba de milho subiu de 8.500 para 10 mil kwanzas (mais 17,6 por cento).

O professor Ildo Raúl considerou que os preços dos principais produtos da cesta básica estão mais elevados porque os comerciantes atribuem os aumentos à evolução do preço da gasolina, que subiu de 160 para 300 kwanzas por litro, assim como à depreciação de cerca de 27 por cento do Kwanza diante do Dólar, só entre meados de Maio e a mesma época de Junho.

Josefina Rufino, outra moradora do Menongue contactada para esta matéria, pediu que o Executivo mande combater a especulação que regista na venda dos principais produtos da cesta básica, porque muitas famílias perderam quase que na totalidade o poder de compras e estão a passar por muitas dificuldades.

O director do Gabinete Provincial da Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar, Afonso Dala, admitiu que os serviços que dirige têm constatado, com preocupação, o aumento dos preços dos principais produtos da cesta básica e prometeu que os técnicos da ANIESA vão tomar as medidas disciplinares aos que continuarem a especular.

"Estamos a trabalhar para que não haja aproveitamento da subida do preço da gasolina, uma vez que os preços do combustível para o frete mantêm-se. Assim, consideramos que não há motivos para os comerciantes subirem os preços dos principais produtos da cesta básica, porque, até os camiões que carregam as mercadorias consomem o gasóleo, que não registou nenhum aumento", disse.

1.5 “O nosso empresariado não tem a mesma experiência que os de outras partes do mundo”

Jornal O PAÍS

23 De Julho de 2023

Texto: Miguel Kitari

Fundo de Garantias de Crédito anunciou, recentemente, que vai alienar alguns bens de empresários que não honraram, até agora, com os pagamentos relativo aos créditos que receberam no quadro do Angola/ Investe. Mas os empresários reclamam da inflação e da Covid-19 que lhes prejudicou. Estes elementos foram ou não tidos em conta?

Em primeiro lugar quero referir que o Fundo de Garantia de Crédito é uma- instituição financeira não-bancária, criada a 4 de Maio de 2012, por Decreto Presidencial n.º 78/12, dada a necessidade de existência de uma entidade que facilitasse o acesso ao crédito bancário das Micro, Pequenas e Médias Empresas e empreendedores singulares, através de mecanismos de garantias públicas, para o desenvolvimento das suas actividades. Deste modo, o FGC não concede crédito, mas sim faz a emissão de garantia pública para que as empresas tenham acesso ao crédito na banca.

É sobre as garantias concedidas que falamos ...

O Programa Angola Investe; lançado pelo Executivo, vigorou de 2012 a 2018. O programa foi descontinuado, mas temos um grau de boa execução dos projectos na ordem dos 70%. O FGC reconhece e tem mantido permanente contacto com os promotores que, por razões exógenas, entraram em incumprimento com a banca. Todas as situações que afectaram negativamente os projectos, por conta da situação dos cambiais, Covid-19 e catástrofes naturais têm merecido, da nossa parte, particular atenção. Nestes casos, temos trabalhado para a reestruturação de muitos destes projectos.

Mas há o plano da alienação. Não é bem assim?

Aproveitamos esta ocasião para pedir aos empresários que mantenham serenidade. O FGC tem estreita relação com a banca e, naqueles projectos já accionados, primeiramente vamos trabalhar com os promotores e encontrar solução para a sua reestruturação. Uma alienação é, para nós, a última

hipótese. Primeiramente, vamos trabalhar para que estes projectos promovam o emprego e contribuam para a economia do país.

Há também a questão das estradas. Quer comentar?

Este tem sido um assunto que o Executivo angolano tem na sua agenda e novas estradas estão a surgir no país. Pensamos que as estradas são importantes, sobretudo para os promotores que actuam no sector produtivo.

Actuam no sector produtivo.

Dizem ainda que a concorrência desleal ou dumping praticando por empréstimos estrangeiros que chegam ao país com créditos e taxas são mais baixas também lhe prejudicou. Acha ser um argumento aceitável?

Os processos de produção e comercialização devem ser feitos dentro de um quadro de lealdade. É o que o FGC defende e vai continuar a defender, enquanto instituição financeira com responsabilidades de impulsionar é economia, por via das garantias públicas. Neste capítulo, o executivo criou legislações que têm garantido alguma protecção ao empresariado nacional, por exemplo a nova Lei de Investimento Privado, aprovada em 2018.

No quadro das garantias dadas pelo Fundo, que sectores é que mais preocupam?

O FGC está a fazer a recuperação dos projectos que não tiveram sucesso, mas só acontece depois de várias tentativas de reestruturação. É difícil definir um sector que modo geral, quantas empresas é que estão na lista de devedores e qual é o valor global?

A nossa carteira de cobertura, nestes 11 anos, está em torno de 791 garantias em todo o país. Entretanto, 80% dos projectos têm tido sucessos na sua execução. seja mais crítico, porque os projectos dependem da maturidade do promotor e do próprio estudo de viabilidade. Apontar um sector é quase que retirar sonhos dos promotores que pretendam investir

Achaque faltou formação antes da concessão do crédito?

O FGC vai assinar, em breve, um acordo de parceria com o INAPEM, para que possamos limar algumas arestas no seio dos nossos promotores. Ainda assim, o INAPEM é uma instituição que tem prestado este apoio às empresas. O FGC tem feito, igualmente, um trabalho pedagógico, quando olhamos para um projecto de um promotor.

Ajudamos sempre os promotores e direccionamos quando observamos que o projecto não terá consistências nos moldes em que nos foi apresentado. Importa referir que existem duas vias para o promotor entregar o seu projecto. Temos uma via directa, em que o promotor se dirige ao FGC. Este processo do promotor é avaliado por um Comité, de que fazem parte membros do Conselho de Administração, directores e técnicos. Depois de discutido e aprovado é emitida uma pré-garantia, enviada para o banco indicado pelo promotor. Temos a via indirecta em que o promotor se dirige a um banco e comercial. Depois do banco avaliar, solicita uma garantia para o projecto do seu cliente. Ainda assim, o documento vai ao nosso Comité, podendo ser ou não aprovado.

Somos rigorosos na avaliação, porque cobrimos o risco.

Como mitigar, no futuro, uma elevada taxa de crédito malparado?

O nosso empresariado ainda não goza da mesma experiência se compararmos com os empresários de outras partes do mundo.

Estamos conscientes disso, e sabemos que, aos poucos, os nossos promotores vão aprender com sucessos e insucessos. A parceria que vamos ter com o INAPEM vai ajudar a elucidar, tecnicamente, os nossos empresários. Recentemente, assinamos um acordo com AGF Fundo de Garantia Africano- que permitirá capacitar os promotores no que toca à organização da contabilidade.

I.6 Jovens desesperançados

Jornal O PAÍS

23 De Junho de 2023

Vimos assistindo ao esboroar da esperança dos angolanos. Não sendo de hoje - a esperança vem soçobrando há já algum tempo -, curiosamente ou não, já não são somente os indivíduos com 40 e mais anos. Já é transgeracional. Os conhecidos como mais-velhos - e esta designação tanto é utilizada para

indivíduos de 30, como para os de 60, 70 e mais anos, dependendo da idade de quem designa e/ou interpela o/a referido mais velho - e aqui referimo-nos a indivíduos com 50 e mais anos que mesmo que não se sintam realizados profissional e socialmente, já terão a vida se não organizada, rotinizada, e a estes estará associado mais o conformismo que a desesperança. O mesmo não se dirá dos jovens e,

aqui e agora, é hora de os "reclassificar", com base na variável idade, tratando-se de indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 35 anos. Ora, falar de indivíduos com 15 anos é falar de crianças, segundo a Constituição da República de Angola, e é aqui que está a reclassificação -mais do que reclassificação, trata-se de uma chamada de atenção. Quer isto dizer que a desesperança, hoje, começa no berço, tem nos 15 anos o momento do início da sua tomada de consciência - da desesperança -, prolongando-se pela idade adulta até à velhice, para os que têm a sorte de lá chegar (aos sessenta e picos, no nosso país, segundo os últimos dados).

Mas, centremo-nos então nos desesperançados. Quem são eles? Poderia dizer que é meta- de da população quando considerado que 4 em cada 10 angolanos são pobres, mas vou destacar os novos desesperançados, jovens que no "Estudo socio-político dos jovens angolanos" realizado em 2008 (pela Audit) a mais de seis mil jovens, à pergunta se teriam "esperança quanto ao futuro", 56% apontaram que a esperança seria para uma geração mais nova que a sua, enquanto 33% responderam que seria para a sua geração. Se nessa altura a desesperança já era muita e se mostrava distante, imagine-se a resposta à mesma pergunta, co-locada, hoje. Façamos um exercício, tendo os nem-nem como alvo.

Primeiro, vejamos quem são os nem-nem, designação por que são conhecidos os jovens (entre os 15 e os 29 anos) que nem estudam, nem trabalham, cujas cifras são altas e representam uma grande preocupação, um pouco por todo o mundo. A este propósito, o objectivo, na Europa, é que as referidas cifras fiquem abaixo dos 9% até 2030, sendo que segundo os últimos dados, um terço dos estados membros da UE já atingiu esta cifra, enquanto os números da OCDE de 2022 dizem que os nem-nem entre os 18 e os 24 anos tinha no topo da tabela a África do Sul com 46%, seguindo-se o Brasil com 35,9%. Se tomarmos como referência a África do Sul, podemos deduzir e adiantar que, no nosso continente, esta subcategoria será certamente no topo da lista, sobretudo se considerarmos que metade da população jovem com menos de 30 anos, no continente, está desempregada (cerca de 35%, e a outra metade em empregos

vulneráveis). E se considerarmos que cerca de 20% é analfabeta, o problema adensa-se.

Em Angola, segundo o trabalho realizado em 2015-16 pelo INE com o apoio da UNFPA com o título "Características dos jovens em Angola", 17% dos jovens entre os 15-34 anos nunca tinha frequentado a escola, 53,9% trabalhava por conta própria e a taxa de desemprego era de 31,1% (quanto maior o grupo de idade, menor a taxa de desemprego, sendo que a menor taxa de emprego se encontra entre os 15-19 anos). Que podemos deduzir a partir destas cifras? No mínimo, que teremos 17% de nem-nem, se considerarmos somente os não alfabetizados. Mas se considerarmos o universo dos jovens trabalhadores alfabetizados que não trabalham nem estudam, a cifra aumentará consideravelmente. Se a estes ainda acrescentarmos os trabalhadores informais, mais de 50% (entre analfabetos e alfabetizados) e a quem podemos igualmente classificar como desempregados, a cifra muda dramaticamente e poderá rondar os 50%, muito próximo da África do Sul - quicá, maior? Mas falar dos nem-nem - geração perdida e/ou adiada? também é falar de potenciais problemas - problemas para os jovens e para o país como o suicídio (a taxa de suicídio é maior entre os jovens desempregados), a violência, a criminalidade, a emigração. Se aos nem-nem juntarmos todos quantos se encontram desanimados, irados, sem horizontes a curto-médio prazo que lhes permitam não somente a eles, mas também (e sobretudo) aos seus filhos terem acesso à educação e à saúde sem que para isso tenham que subornar (vulgo dar gasosa), sem transportes públicos (sim, eles continuam a ser uma miragem), sem programas e políticas públicas que tenham em atenção a relação salário mínimo e os preços da alimentação' transportes, educação, saúde, sem a criação de "almofadas" (a chamada mitigação) não somente exequíveis como atempadamente avaliadas e materializadas antes de tomada de decisões como foi o caso do aumento do preço dos combustíveis, a pergunta que fica é, uma vez mais, a seguinte: para quando um país, uma vida normal?

Por isso não devemos estranhar que um recente artigo da Globo refira, a propósito da emigração de angolanos para S. Paulo, que a média de idade dos mesmos se situa entre os 25 e os 40 anos, que em Angola se tem que esperar cerca de 8 meses pelo visto para o Brasil, que Portugal se tenha tornado uma das principais rotas de emigração, e que os jovens, sobretudo eles, queiram sair à rua para protestarem. É o cansaço, o desespero, a falta de esperança, o sentimento de exclusão e a ira que os assalta. É a desesperança que ultrapassou fronteiras! É a desesperança que, aliada ao desespero, dá força aos desesperançados!

Docente e investigadora

I.7 O caminho percorrido pelo Kwenda nas 18 províncias

Jornal O PAÍS

23 De Junho de 2023

Texto: Stela Cambamba

O programa de fortalecimento da protecção social-Kwenda tem trilhado o país há sensivelmente três anos, descobrindo zonas que até as autoridades administrativas desconheciam, levando dignidade e esperança por melhores dias de vida aos cidadãos mais vulneráveis. Com o aumento de 8500 kwanzas para 11 mil kwanzas, muitas são as famílias que foram chamadas a caminhar com este Kwenda, que viram a sua situação melhorada. O Kwenda chega a 648.660 agregados e o jornal oPAÍS descreve o desenvolvimento em cada uma das 18 províncias do nosso país.

Malanje = 41.648 beneficiados

"Os três anos de implementação do programa Kwenda têm sido uma descoberta, sobretudo daquelas localidades em que as vias de acesso são extremamente difíceis. Para além de realizarmos um direito do cidadão, o programa trouxe a cultura de acreditação de instituições públicas ao nível das comunidades, bem como a esperança no seio da população de que é possível prometer e cumprir", Gomes Golambole, director do FAS Malanje. Nesta província, o Kwenda está a ser implementado em quatro municípios, designadamente Cambundi Catembo, com 7 mil e 492 beneficiários, Luquembo tem registados 12 mil e 40 agregados que estão, actualmente, a ser pagos a segunda e a terceira prestações; Calandula, 17 mil e 163 já pagos e Quirima com 4 mil e 140, são um total de 17 comunas, mil e oito aldeias.

Malanje conta, até ao momento, com 41 mil e 648 agregados beneficiados.

Namibe = 22.155 beneficiados

"O maior desafio é a vivência dos beneficiários, que não difere, pois, os residentes estão quase sempre à procura de meios de sobrevivência e deixam as comunidades quase sempre vazias. Muitos deles exercem actividade pastorícia e se deslocam também à procura de água", Nayole Araújo, directora do FAS Namibe. Na província do Namibe, o município do Virei foi desafiante, tendo em conta a transumância das famílias. Dos 7 mil e 593 agregados registados,

até ao momento, foram pagos apenas a 6 mil e 15 agregados. No município da Bibala foram cadastradas apenas duas comunas que contabilizam 22 mil e 699 agregados, e foram pagas a 16 mil e 140 famílias.

Prevê-se que ao longo de duas semanas sejam beneficiados mais 13 mil e 624 agregados, no Camucuio.

Cunene = 29.403 beneficiados

No município do Curoca, 675 famílias já foram beneficiadas da segunda componente do programa, relacionada com a inclusão produtiva. Receberam gado caprino com intuito de fomentar a criação na zona. Esta componente vai continuar noutros municípios em simultâneo com as transferências monetárias", Eduardo Benvindo, director do FAS no Cunene. Dos seis municípios que a região comporta, em três está a ser implementado o Kwenda, designadamente o Curoca, Ombadja e Namacunde, onde foram já cadastrados 62 mil e 397 agregados familiares, dos quais 29 mil e 403 já receberam as transferências sociais monetárias.

Foram ainda cadastradas, recentemente, 32 mil e 994 famílias, e dentro de alguns dias começam a receber as primeiras prestações no âmbito do novo Decreto.

Cabinda = 11.072 beneficiados

O Kwenda está a ser implementado em todos os municípios.

No Buco-Zau e no Belize foram beneficiadas 6 mil e 139 famílias, enquanto no Cacongo e Cabinda, por serem localidades com características mais urbanas a equipa do FAS optou em beneficiar apenas pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade.

"Pessoas com mais de 60 anos que vivem em situação de dependência económica, deficientes mentais, pessoas com mal formação congénita, albinos e doentes que não têm capacidade de desenvolver actividades laborais. Desta franja, receberam as TSM 4 mil e 933 pessoas", Miji Mujinga, director do FAS Cabinda.

Entretanto, ao nível de Cabinda foram pagos, até ao momento, 11 mil e 72 agregados familiares, e prevê-se que até ao final do ano a cifra suba para 42 mil beneficiários.

Cuanza Sul = 65.564 beneficiados

Foram cadastradas mais de 117 mil famílias, tendo feito pagamentos acumulados em 65 mil e 564 agregados familiares, com um desembolso acima de 4 mil milhões de kwanzas em três municípios,

"O programa está a ser desenvolvido em quatro municípios, designadamente Seles, Ebo, Quilenda e Cassongue, assim como noutras localidades, no Cuanza Sul, onde os CAS! também desenvolvem diversos serviços para a integração do cidadão", Carolina Aguiar Sanito, directora do FAS no Cuanza Sul.

Bengo = 12.871 beneficiados

Implementado em três municípios, Dernbos (com o cadastro de 3 mil e 237 famílias), Bula Atumba (duas mil 224) e Narnbuangongo (10 mil 206), que perfazem um total de 216 mil 360 agregados familiares. "Desta cifra receberam as TSM, referente a duas prestações, no município dos Dembos, 2 mil e 721 famílias; Bula Atumba, 2 mil e 171; Nambuanguo, 7 mil e 979. Para tal, foram desembolsados mais de 670 milhões de kwanzas", Alexandre Domingos, responsável FAS Bengo.

As famílias vão receber a terceira e quarta prestação já na primeira quinzena do mês de Julho com a nova modalidade de pagamento, será de li mil kwanzas.

Quando Cubango = 18.770 beneficiados

"O Kwenda decorre sem sobressaltos e está a ser implementado em três municípios, nomeadamente Cuíto Cuanavale, que já beneficiaram 906 agregados, no Cuchi, 6 mil famílias receberam e no Rivungo o mesmo número", Zeferino Cavallo, director provincial do FAS, Quando Cubango.

São 28 mil 929 agregados cadastrados, nos três municípios, e um-total de 18 mil e 770 famílias já beneficiaram das TSM na província do Quando Cubango, estima-se que 12 mil e 272 venham a beneficiar, nos próximos dias, no Cuíto Cuanavale, e 4 mil 470 no Rivungo, à margem da nova forma de pagamento,

Moxico = 22.000 beneficiados

Com o cadastro, no município do Luau, de 18 mil e 554 agregados familiares, os pagamentos das transferências sociais monetárias começaram a ser feitos em 2021 nesta província, e já foram pagos mais de 17 mil, só no Luau. No município do Luchazes foram cadastrados quatro mil e 543 famílias, no Camanongue foram cadastradas 12 mil e 172. Nestes sítios, as famílias ainda não receberam os valores, pelo que a equipa aguarda pelo aval do banco.

"Até ao momento já foram pagos mais de 22 mil beneficiários, em dois municípios, nomeadamente Luau e Luchazes. Ao nível da província estão a ser beneficiados três municípios", Simão Paiata, director do FAS Moxico.

Lunda Norte = 45.342 beneficiados

No município do Caango foram cadastradas 25 mil e 718 famílias, das quais 22 mil 932 agregados receberam as TSM. No município do Cambulo foram cadastradas 23 mil e 916 famílias, das quais 22 mil e 413 receberam os pagamentos. Na localidade do Lóvuva foram cadastrados 4 mil e 996 beneficiários, em 50 bairros de cinco regedorias. Foram também cadastradas 9 mil e 744 famílias, no Caungula, em duas comunas e 250 bairros e aldeias. "Kwenda está em quatro municípios, entre os quais dois já foram pagos 45 mil e 342 agregados; no Cuango os beneficiários receberam, até ao momento, três prestações e no Cambulo, duas", João Alfredo, director do FAS Lunda Norte.

Huíla = 80.752 beneficiados

Dos 14 municípios que tem a província da Huíla, o Kwenda está a ser desenvolvido em quatro, nomeadamente Cacula, Quilengues, Gambos e Humpata, onde foram cadastrados, até ao momento, 94 mil e 18 agregados familiares, tendo já beneficiado 80 mil 752. "A inclusão produtiva já beneficiou 3 mil e 980 famílias com assistência técnica e apoios de pequenos investimentos. Até ao momento, foram desembolsados 4 mil milhões e 475 milhões, 581 mil e 500 kwanzas", Frederico Sanumbutue, director do FAS na Huíla.

Benguela = 48.403 beneficiados -

Nesta província, no município do Chongoroi foram cadastradas 14 mil e 476 famílias e 10 mil e 703 receberam as transferências. No âmbito da expansão do programa foram incluídos os municípios do Caimbambo, com 20 mil e 204 famílias que já receberam, do total de 23 mil e 83 cadastradas, e do Cubal, com 80 mil e 522 famílias cadastradas, 17 mil e 496 foram beneficia- das. "O Kwenda tem auxiliado, de igual modo, no acesso aos serviços sociais básicos das famílias vulneráveis dentro da componente de municipalização da acção social, concretizada através dos Centros de Acção Social Integrado (CASI)", Jasmim Ndatimana, directora do FAS.

Em Benguela, o CASI, no município do Chongoroi, tem apoiado as famílias no acesso a documentos de identidade, na mediação de conflitos de várias'

Uíge= 31.966 beneficiados

Começou no município do Songo, com o cadastramento de 15 mil e li agregados familiares, dentre os quais li mil e 392 receberam o pagamento. Juntaram-se mais dois municípios, designadamente Mucaba e Alto Cauale (Cangola) que perfazem um

total de 37 mil e 128 famílias cadastradas, das quais 20 mil e 574 foram beneficiadas.

"A par do Kwenda, decorrem também outros programas que visam levar às comunidades o entretenimento, através do cinema comunitário e a cultura desportiva, através de jogos de xadrez", Nanizaiawo Capitão, director do FAS Uíge.

Zaire = 27.987 beneficiados

O Kwenda está implementado nos municípios do Nzeto Tombaco, Cuimba e Nóqui, onde foram cadastrados 37 mil 798 agregados familiares, dentre os quais 27 mil e 987 agregados já beneficiam do programa. Foram alocados, até ao momento, um mil milhão, 650 milhões, 640 mil e 500 kwanzas. "A componente da inclusão produtiva começa a ser implementada este se- mestre, os beneficiários estão identificados e a maioria são cooperativas ligadas às pescas, agriculturas, entre outras actividades", disse João Maurício da Costa, director provincial FAS.

Lunda Sul = 12.770 beneficiados

Até ao momento, o Kwenda nesta província foi implementado em três municípios, designadamente Muconda, Cacolo e Dala. No primeiro, as famílias já beneficiaram de três prestações das transferências sociais monetárias, o segundo de duas e o terceiro município tem apenas as famílias cadastradas. "Ao nível da província já foram cadastrados 22 mil e 270 agregados familiares, sendo que 12 mil e 770 agregados familiares já foram beneficiados. Actualmente, a equipa do FAS está em fase de preparação para regressar ao campo, prevê-se que seja no início do segundo semestre de modo a começar a pagar as famílias cadastradas no município do Dala", João Mungongo, FAS Lunda Sul.

O Kwenda também está a implementar um projecto de estágios comunitários de que já foram beneficiados 17 estudantes.

Cuanza Norte =15.497 beneficiados

No município do Kiculungo foram cadastrados 2 mil e 46 agregados familiares, dentre os quais 1.913 já beneficiaram da TSM. No município da Ambaca, foram cadastrados 12 mil e 398, sendo II mil e 220 pagos; no Golungo Alto, 4 mil e 5ll agregados familiares cadastrados e 2 mil e 364 pagos, e no município da Banga foram inscritos mil e 747, que actualmente aguardam os pagamentos.

"Até ao momento, ainda não foi possível fazer o pagamento, no município da Banga, porque nesta região não há agência bancária. Entretanto, a equipa está na fase de contratação de correspondentes

bancários para se alterar a forma de pagamento", Lourenço Matias, director do FAS.

No geral, ao nível da província do Cuanza Norte foram cadastrados 20 mil e 702 agregados familiares, dos quais foram pagos 15 mil e 497.

Huambo = 76.830 beneficiados

O programa começou no município do Mungo, onde foram cadastradas 34 mil e 641 famílias, entre as quais foram pagas 28 mil e 864 famílias. De seguida foi para o Londuimbale, com 31 mil e 41 cadastrados, sendo beneficiadas 27 mil 346; no Bailundo ainda decorre o processo de cadastramento, mas até ao momento da nossa entrevista estavam registadas 79 mil e 977.

Segundo Chimuma de Oliveira, a província do Huambo tem 210 mil e 881 famílias cadastradas, entre elas 76 mil e 830 agregados já receberam os pagamentos.

"Os acessos ao interior das aldeias são deficitários, tendo em conta que vezes há em que a equipa do FAS não conseguiu transitar com as viaturas e tiveram que percorrer com motorizadas. Por outro lado, muitas famílias não acreditavam e invocavam questões religiosas, políticas e uns diziam mesmo que se tratava de uma mentira. Hoje, este cenário tende a mudar", Chimuma de Oliveira, directora do FAS no Huambo.

Luanda = 15.375 beneficiados

A ser implementado no município do Icolo e Bengo, onde já foram pagos 12 mil e 141 agregados familiares, dos 18 mil e 778 cadastrados e no município da Quiçama, onde foram pagos 3 mil e 234 agregados, dos 5 mil e 599 cadastrados. Na componente da inclusão produtiva, actualmente a equipa do FAS está a fazer o levantamento sobre a situação económica produtiva, com a finalidade de elaborar projectos para, posteriormente, financiar.

"Tal como nas outras províncias, também temos dificuldades no que toca aos acessos às comunidades. Apesar disso, temos tido muito bom acolhimento das autoridades

Bié = 70.255 beneficiados

O programa Kwenda começou a ser implementado no Bié no final do ano de 2020, no município do Andulo, onde foram cadastrados 51 mil e 625 agregados familiares; em Nharea, 41 mil e 349, Cuemba 12 mil e 948, e Camacupa 12 mil e 448, perfazendo um total de 118 mil e 370 cadastrados, até ao momento. Foram beneficiados os residentes do

município do Andulo, 46 mil e 703 famílias, e 23 mil e 552 de Nharea, perfazendo, assim, um total de 70 mil e 255 ao nível da província do Bié. "Quanto à componente da inclusão produtiva das comunidades elegemos três modalidades de apoio às actividades geradoras de rendimento, que já beneficiam mais de 10 mil famílias, que optaram pela cultura de feijão manteiga e criação de bancos de sementes, bem, como criação de animais de pequeno porte", Rísonyi Chivembe, director do FAS.

1.8 UNITA constata «pobreza extremas e aponta autarquias como solução

Novo Jornal

23 De Junho de 2023

Adalberto Costa Júnior (ACJ), presidente da UNITA, maior partido na oposição, realizou um périplo pelos municípios das províncias do Bengo, Uíge e Huambo, através do qual constatou, segundo o secretário para Comunicação e Marketing do partido, Evaldo Evangelista, "pobreza extrema" nas diferentes localidades por que passou.

Para a UNITA, independentemente dos programas que possam vir a ser projectados, a solução viável é a institucionalização do poder autárquico, que, desde 2013, vem a ser idealizado, mas nunca concretizado.

"A situação socioeconómica está preocupante, e as políticas gizadas pelo Executivo do MPLA nada estão a ajudar a melhorar a vida dos cidadãos", sublinha Evaldo Evangelista.

O périplo de Adalberto Costa Júnior, que se fez acompanhar de militantes de base, do topo e de alguns deputados do seu partido, insere-se no programa de constatação in-loco da realidade socioeconómica das famílias, nível de tolerância política, bem como a criação de um ambiente de interacção com as autoridades do Estado e membros da sociedade civil.

Entre as dificuldades constatadas, está a ausência de instituições do Estado: da banca e serviços básicos. Registou-se ainda a falta de escolas junto das comunidades, serviços de saúde, água potável, energia eléctrica, dificuldade de acesso à alimentação, vias de comunicação (estradas) para a circulação de pessoas e bens, para além de um elevado nível de desemprego jovem.

"(...) O presidente e o partido não gostaram do que se viu, pelo que o Grupo Parlamentar da UNITA vai exigir que se complete a aprovação do pacote

legislativo autárquico, para que se realizem eleições autárquicas já em 2024", garante Evaldo Evangelista.

O político refere que o seu partido se tem esforçado para manter diálogo com o MPLA, maior organização política na Assembleia Nacional e governante em Angola, com vista a ultrapassar o impasse relacionado com a aprovação da Lei de Institucionalização das Autarquias e que, apesar do insucesso, o 'galo negro', de acordo com Evaldo Evangelista, há de insistir no referido diálogo.

LEONEL ZAMBA

1.9 Apoio do Kwenda permite aumento de áreas para o cultivo no Huambo

Jornal de Angola

28 De Junho de 2023

Texto: Justino Victorino

Horácio Chikemba, Augusto Quessongo e Filomena Gabriel são exemplos de chefes de família em situação de vulnerabilidade que viram melhorada a sua qualidade de vida e dos seus dependentes quando começaram a receber o dinheiro do Kwenda.

Com as transferências sociais monetárias, na altura no valor de 8.500 kwanzas por mês, compraram instrumentos de trabalho agrícola, sementes e fertilizantes, o que lhes permitiu aumentar as áreas de cultivo e a produção, bem como animais para reprodução.

À nossa reportagem, contaram que a dieta alimentar tem estado a melhorar e que o excedente é vendido, o que permite arrecadar receitas para outras necessidades.

"O Kwenda veio em boa altura e está a melhorar a qualidade de vida de muitas famílias que estavam em situação de vulnerabilidade. Com o dinheiro que recebi comprei animais para a reprodução e meios de trabalho para o desenvolvimento da actividade do campo", disse, visivelmente satisfeito, Horácio Chikemba.

A jovem comerciante Filomena Gabriel considera que a iniciativa do Executivo está a contribuir no fomento do agro-negócio no município do Mungo. Filomena conta que está a apostar fortemente no ramo do negócio.

Mais de 80 mil famílias assistidas na primeira fase

No total, 88.027 famílias em situação de vulnerabilidade, dos municípios de Catchiungo, Londuimbali, Mungo e Bailundo, na província do Huambo, foram assistidas no ano passado, na primeira fase do Programa de Fortalecimento da Protecção Social e Transferências Monetárias, também conhecido como "Kwenda".

Os dados foram anunciados pela directora provincial do Fundo de Apoio Social (FAS), Chimuma de Cristina de Oliveira. A responsável assegurou que na primeira fase do programa foram cumpridos todos os pressupostos, tendo os Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADCOS) ajudado no processo de sensibilização das comunidades.

Após o trabalho de sensibilização, disse, as famílias seleccionadas das localidades acima referenciadas beneficiaram de transferências monetárias mediante atribuição de um cartão multicaixa, carregado trimestralmente, com o valor de 25.500 kwanzas, correspondente a 8.500 kwanzas por mês.

A directora do FAS lembrou que o projecto Kwenda tem a duração de três anos e abrange quatro componentes, a saber: "Transferências Sociais Monetárias", "Inclusão Produtiva", "Municipalização da Acção Social" e "Reforço do Cadastro Social Único".

"Na província do Huambo o Kwenda foi implementado há mais de dois anos e teve como ponto de partida o município do Mungo. Seguiram-se os de Catchiungo, Londuimbali e Bailundo. Até ao momento, o projecto já contemplou 88.027 agregados familiares", disse Chimuma de Cristina de Oliveira.

A directora do FAS informou que, além da componente da inclusão produtiva, o Kwenda consiste, também, na identificação de actividades geradoras de rendimento, seleccionadas de acordo com as especificidades do grupo-alvo. "O processo faz-se no sentido de potencializar de forma sustentável a capacidade produtiva, financeira e o poder de compra dos agregados familiares", sublinhou.

Valor semestral

A directora do FAS no Huambo destacou que os beneficiários dos municípios do Catchiungo e Bailundo têm uma nova modalidade de pagamento, recebendo, de uma só vez, o valor de 51 mil kwanzas, correspondente a seis prestações mensais de 8.500 kwanzas cada. Isso permitiu garantir o apoio de milhares de famílias em situação de vulnerabilidade.

Chimuma de Oliveira considerou, ainda, positiva a implementação do Kwenda no Huambo, pelo facto de estar a melhorar a vida de muitas famílias, através dos seus quatro eixos.

O projecto Kwenda está avaliado em 420 milhões de dólares, sendo 320 milhões financiados pelo Banco Mundial e 100 milhões do Tesouro Nacional. A meta é atender, faseadamente, um milhão 608 famílias carentes dos 164 municípios do país até ao final deste ano.

Cadastramento no Bailundo

O Instituto de Desenvolvimento Local cadastrou, até segunda-feira, 85.000 agregados familiares no município do Bailundo, província do Huambo, no âmbito do Programa de Fortalecimento da Protecção Social (KWENDA).

A equipa do FAS, representada pela directora provincial, Chimuma de Oliveira, em colaboração com Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS) e cadastradores, passou por 25 aldeias do município, registando famílias.

Após o cadastramento, seguem-se as validações comunitárias, institucional e técnica, fases que têm como objectivo retirar os inelegíveis para as Transferências Sociais Monetárias.

Iniciativa do Governo de Angola, o Programa KWENDA tem como objectivo apoiar 1.608.000 famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, cuja implementação está a cargo do FAS, agência governamental de combate à pobreza.

Avaliado em 420 milhões USD, é financiado em 320 milhões USD pelo Banco Mundial e em 100 milhões USD pelo Estado angolano. Face à retirada gradual da subvenção aos combustíveis, o Governo tomou como uma das medidas, anualmente, alocar ao Programa 75 mil milhões Kz até durar a medida, a contar de 2023.

De acordo com a mesma medida, os valores das Transferências Sociais Monetárias vão passar para 11

mil Kz mensais para cada família, ao contrário contra os 8.500 Kz actuais.

Os 75 mil milhões Kz anuais correspondem a um aumento de 241 mil Agregados Familiares, além dos previstos.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Executivo prepara linha de crédito para madeireiros

Jornal de Angola

10 De Junho de 2023

Texto: Nicolau Vasco

Uma linha de crédito para financiar a implantação de uma indústria exportadora de madeira processada no país foi anunciada, quinta-feira, em Menongue, pelo director nacional das Florestas, Nazaré Veloso, ao terminar uma visita de dois dias ao Cuando Cubango.

Director nacional das Florestas anuncia iniciativa institucional de financiamento para ajudar produtores a exportarem bens acabados, acrescentando valor à matéria-prima nacional © Fotografia por: Nicolau Vasco | Edições Novembro | Cuando Cubango

Em declarações à imprensa, Nazaré Veloso realçou a importância da linha de crédito em vias de ser constituída no contexto do Decreto Presidencial que, em Fevereiro, suspendeu a exportação de madeira não manufacturada. Esta opção encontrada satisfaz os madeireiros face às dificuldades financeiras que os impediam de edificar unidades industriais vocacionadas para a transformação.

A mensagem relativa a este decreto foi bem recebida pelos empresários do Cuando Cubango, uma vez que os objetivos são estratégicos e visam fortalecer a indústria madeireira e fazer com que Angola deixe de exportar madeira não processada e que passe apenas a fazer com produtos acabados, segundo o director nacional.

O Decreto Presidencial nº45/23, de 14 de Fevereiro, suspende a exportação de madeira não processada sob qualquer forma por um período de três anos, com as autoridades a decidirem que urge a necessidade de potenciar os madeireiros, capacitando-os para a transformação da madeira em produtos acabados.

Na visita, os madeireiros do Cuando Cubango foram informados que os sectores da Agricultura, Indústria e Comércio e das Finanças estão a trabalhar num decreto Executivo conjunto que vai trazer a lista dos produtos cuja exportação é permitida, uma vez que o Decreto Presidencial suspendeu a exportação de quatro tipos de madeira, nomeadamente, em toro, blocos, pranchões e semi-blocos, sendo omissos nas questões da madeira com permissão para vender ao estrangeiro.

Segundo Nazaré Veloso, a exportação da madeira está suspensa, mas, no mercado interno, a comercialização continua a decorrer normalmente, estando em preparação um Decreto Executivo no qual o Ministério da Agricultura e Recursos Florestais vai publicar a lista dos produtos finais cuja exportação deve ser permitida.

Uma lista que inclui três categorias: uma de produtos de serração, onde se enquadram os barrotes, pranchas e tábuas com dimensões para cada produto; produtos de carpintaria; e produtos de marcenaria e mobiliário, informou.

Outro decreto em preparação incide sobre a qualidade da madeira que vai poder ser exportada, para não exaurir os recursos florestais de forma brutal.

Legislação florestal

A legislação angolana habilita produtores nacionais à obtenção de licenças de exploração florestal, mas os estrangeiros só são admitidos na actividade de produção caso se associem a um cidadão nacional, criando uma empresa de direito angolano.

No corte da madeira, 10 por cento do valor arrecadado reverte a favor da província em que a licença é emitida, cabendo aos governos provinciais encontrar, junto do Ministério das Finanças, mecanismos de retorno desse valor que é devido.

A fiscalização florestal pune actos lesivos e infracções cometidas no âmbito do exercício da exploração da fauna, algo que, durante o ano económico de 2022, gerou uma arrecadação pública de cerca de 91 milhões de kwanzas.

Concessão florestal

A partir da Campanha Florestal do ano em curso, entra em vigor um novo regime de contrato de concessão que estende os direitos para 25 anos, em substituição do regime de licenças anuais, anunciou Nazaré Veloso.

O método era constantemente contestado pelos madeireiros, porque não conseguiam escoar e comercializar na totalidade os seus produtos.

Com a nova legislação, o concessionário deverá cumprir, sobretudo, um processo de reflorestação, que passará a ser obrigatório e baseado num plano de gestão contendo projecto de reflorestação e inventariação florestal da concessão.

No primeiro inventário florestal, tornado público em

2017, o país dispunha de cerca de 63,9 milhões de hectares de floresta e uma cobertura territorial de cerca de 55 por cento.

2.2 Crédito bancário

Jornal de Angola

24 de Junho de 2023

Texto: Wesa Pascoal

A académica e economista Laurinda Hoygaard, que dissertou o tema "Empoderamento económico e o seu impacto na inclusão das mulheres", defendeu maior acesso das mulheres aos créditos bancários, para a sua independência económica.

Laurinda Hoygaard considerou necessário dar às mulheres mais oportunidades de acesso aos créditos bancários, tal como tem sido dado aos homens, para que possam participar na vida económica do país e no desenvolvimento das localidades onde residem.

"As mulheres têm que ter cada vez mais consciência da importância da sua participação na vida nacional, em todas as esferas, para que se alcancem os objectivos desejados", disse.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Administração prorroga encerramento dos armazéns no Hoje Ya Henda

Jornal de Angola
2 De Junho de 2023

Administração municipal do Cazenga anunciou, ontem, em Luanda, a prorrogação da suspensão da actividade comercial nos armazéns localizados na Avenida Ngola Kiluanje e áreas adjacentes.

De acordo com uma nota de imprensa, enviada à ANGOP, inicialmente, o comércio na aludida área havia sido suspenso por 72 horas, mas devido à necessidade de melhorar o processo de extinção das "casas de processos" e dos comerciantes que dão suporte à venda desordenada, nas ruas e passeios, fez-se a alteração da medida.

O documento detalha que continua a proibição na Avenida Ngola Kiluanje e ruas adjacentes da Borracheira à Kianda, Travessas do Porto Moniz, Nova Luz, rua Porto Santo, rua do Funchal e da Sétima Avenida, no perímetro do mercado dos Kwanzas.

A venda desordenada no Cazenga era mais evidente no Distrito Urbano do Hoji Ya Henda, considerado por muitos como um dos maiores centros de comercialização no país de diversos produtos (electrodomésticos, vestuário, calçados, mobiliário, bens alimentares e outros) a preços razoáveis.

3.2 Taxistas “arregaçam as mangas” para travar a especulação de preço

Jornal O País
2 De Junho de 2023
Texto: Romão Brandão

Sempre que sobe o preço dos combustíveis, a população, que faz o uso frequente dos serviços de transporte público, fica preocupada com o preço do táxi. Esta questão foi levantada pelo presidente da Associação dos Taxistas de Angola (ATA), Rafael Inácio, que esclareceu que têm estado a trabalhar e a discutir com o Governo, no sentido de os associados serem protegidos nesta questão da subida do preço dos combustíveis.

Assim, Rafael Inácio disse que esta medida, a de subvenção dos combustíveis para esta classe profissional, foi aceite pelos associados, defendendo que os cartões devam chegar a todos os taxistas, de Cabinda ao Cunene.

"Quanto à especulação de preços e encurtamento de rotas é um problema que vamos continuar a arregaçar as mangas, para redobrar a fiscalização e sensibilização, de modo a que os taxistas não incorram nesta prática. Quem assim agir, corre o risco de responder criminalmente", alertou.

Na mesma condição estão os moto taxistas, e, neste caso particular, o presidente da Associação dos Mototaxistas de Angola (AMOTRANG), Bento Raimundo, disse que a protecção do Estado, com a permanência da subvenção, é bem-vinda e a sensibilização aos profissionais da classe irá continuar para que não subam, de forma precipitada, o preço da corrida.

A maior parte dos mototaxistas está licenciada, segundo o presidente, à excepção de uma minoria que usa motorizadas de cilindrada superior a 50 centímetros cúbicos que, por uma questão de concertação, sobretudo no tratamento dos documentos dos veículos, estão atrasados.

Uma proposta dos taxistas muito bem aceite

Há muito que os taxistas têm vindo a defender, no caso da subida do preço dos combustíveis, que esta classe não fosse abrangida. Segundo Francisco Paciente, presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA), ainda bem que esta proposta foi aceite pelo Estado. Quanto à questão do licenciamento, Paciente disse que as associações vão continuar a trabalhar com o Estado, neste caso o Rafael Inácio, ATA secretário Transportes Terrestre, e os taxistas que não se licenciaram devem fazê-lo.

"Devemos agir na legalidade e quem especular vai sentir a mão pesada da lei", disse Paciente, acrescentando que a ANATA já sensibilizou os taxistas neste sentido e, agora, o trabalho vai continuar, para garantir a operacionalidade dos cartões e evitar que haja constrangimentos para os associados.

Nas contas da ANATA não há problemas de licenciamento com os taxistas "azul e branco", pelo que parte do trabalho desta associação foi direccionado para os taxistas "gira-bairro", que não têm ainda a cultura do licenciamento. "Até 2020, nós tínhamos uma estatística de 300 mil gira-bairros. Estes dados sofrem variações, já que muitos saíram de circulação, enquanto outros entraram, mas vamos

continuar a trabalhar com eles", garantiu, ontem, no CIAM.

3.3 O costume, o direito costumeiro e a economia informal

Jornal de Angola

3 De Junho de 2023

Texto: Francisco Queiroz

Sendo a economia informal um costume, por que não é enquadrada no direito costumeiro?

Há necessidade de clarificar dois conceitos: costume e direito costumeiro.

O costume pode ser entendido, grosso modo, como a prática reiterada de um determinado acto, comum às pessoas que observam de uma forma espontânea, fazendo com que todos ajam em consonância com essa prática, tornando-a 'costume'.

O costume pode ter relevância jurídica, ou mesmo judicial, para a solução justa de um determinado conflito. Por exemplo, no cumprimento de um contrato entre duas pessoas que estão inseridas no mesmo contexto cultural e onde o costume é o mesmo, essas pessoas podem não ter sido rigorosas na formulação contratual de uma regra, no pressuposto de que ambas a entendem como habitual. No momento em que o contrato é executado pode haver dúvidas sobre esse ponto que não ficou definido com rigor.

Quem tiver a responsabilidade de fazer a avaliação do caso seja ao nível amigável, arbitral, ou mesmo judicial, pode averiguar se há algum costume que as duas partes normalmente observam, e que pode ter servido para interpretar essa falta de rigor contratual. Neste caso, o costume pode ter relevância jurídico-interpretativa.

O direito costumeiro, também referido como direito consuetudinário, é bem diferente. Embora não seja escrito, é um verdadeiro direito, porque as regras que ele exprime existem, são observadas pela comunidade, estabelecem uma determinada ordem jurídica costumeira e a sociedade tradicional convive e estabelece laços num determinado espaço social com base nessas regras. Em virtude disso, os artigos 223º, 224º e 225º da Constituição da República de Angola referem expressamente o princípio do reconhecimento do "direito consuetudinário que não contrarie a Constituição", sobretudo no que tange ao estatuto, ao papel e às funções do poder tradicional, bem como às normas das organizações político-

comunitárias tradicionais, ao regime de controlo e de responsabilidade do património dessas instituições.

Sendo uma forma jurídica oral de definir regras de conduta, normalmente é expresso através de parábolas. Estas constituem formas concretas de expressão popular que resultam da sedimentação de filosofias e sabedorias populares seculares ou milenares, que se traduzem depois numa espécie de palavra de ordem (em umbundo diz-se alussapo).

Na verdade, são conceitos e noções que traduzem um sentido de ordem, de direito costumeiro, cujos guardiões são as autoridades tradicionais e os mais velhos, que as herdaram dos seus antepassados e depois aplicam a casos concretos da vida quotidiana para interpretar questões complexas, dirimir conflitos, ou simplesmente construir alinhamentos de pensamento sobre um mesmo assunto nas conversas entre adultos e nos ensinamentos aos mais novos. Essa é a raiz jus-antropológica do direito costumeiro.

Tratando-se de regras observadas de um modo jurídico-costumeiro, proporcionam um sentimento de ordem próprio, no qual a comunidade toda se revê. No momento em que for necessário resolver conflitos e diferendos, essa mesma comunidade invoca essas regras e aplica-as ao caso concreto controvertido, para então buscar uma solução justa.

Portanto, há aqui uma diferença conceitual considerável entre costume e direito costumeiro.

Respondendo à questão epistemológica de saber se é possível enquadrar a economia informal no direito costumeiro, diríamos que a economia informal não decorre do direito costumeiro, mas sim do costume.

A questão do direito costumeiro coloca-se mais em sede da economia tradicional, que, na sua gênese histórica, entronca no tipo estruturante de "propriedade comunitária", uma forma de propriedade remanescente do sistema jurídico-económico tradicional pré colonial, que englobava juridicamente, na tradição, no direito costumeiro, os bens comunitários, como algumas terras e os respectivos recursos, cujos representantes "titulares" normalmente eram os sobas e os anciãos, as pessoas que estavam no cimo da pirâmide social.

Nas suas origens sistémicas tradicionais, a terra não era de uma determinada pessoa. Ainda que na comunidade as pessoas dissessem que iam à "sua lavra", todos tinham noção de que o terreno da lavra pertencia à comunidade; o rio onde ia pescar, acarretar água e realizar outras actividades não era de ninguém em particular, era da comunidade; as casas da aldeia, embora estivessem afectas a cada família, o

kimbo, a aldeia em geral, era da comunidade; a protecção da aldeia, a sua manutenção, eram comunitárias. O sentido de condomínio que hoje se desenvolveu e está muito sofisticado em termos de regras jurídicas, nasceu dessa ancestralidade costumeira, pois a aldeia e o kimbo também se organizavam em termos condominiais para a sua manutenção e salubridade.

Naturalmente que esse direito costumeiro pode ser transformado em direito positivo (o direito escrito), quer dizer, na altura da elaboração das leis pode-se beber muito daquilo que é o direito costumeiro que vigorou em tempos recuados, e que ainda existe nas comunidades tradicionais, de modo espontâneo, e transformar as soluções respectivas em regra jurídica escrita.

Por inspiração dessa realidade jurídico-económica tradicional, a Constituição da República de Angola inseriu no Título III—Organização Económica, Financeira e Fiscal, o artigo 92º, sobre os Sectores Económicos, que confere dignidade constitucional ao uso e fruição dos meios de produção das comunidades rurais.

Em relação à economia informal, o raciocínio é outro. Ela passou a ser um costume, porque num determinado contexto social todos observam as práticas que resultam do seu exercício. Quando vamos ao mercado informal observamos a maneira como o comércio informal se realiza, de modo mais ou menos uniforme, com os agentes informais a actuarem de acordo com certas práticas, que se tornaram comuns, embora possam conhecer pequenas variações de região para região. A natureza dessas práticas não é consuetudinária, isto é, não encerra na sua estrutura uma determinada filosofia de vida tradicional ancestral. São apenas práticas conjunturais. Desaparecendo o ambiente sócio-económico que lhes dá suporte, a prática também desaparece.

No entanto, no quadro das políticas públicas de inclusão dos agentes da economia informal na economia oficial, tais práticas também podem inspirar a criação de regras jurídicas específicas. É o caso de muitas das regras do Processo de Reconversão da Economia Informal – PREI que, assumindo certos costumes como património cultural dos agentes informais, pode transformar tais costumes em regras jurídicas, integrando dessa forma os agentes que as observam na economia clássica, que é a economia que funciona com regras jurídicas escritas, estudadas e aplicadas sob a tutela do Estado.

Talvez aqui, sim, o costume pudesse aplicar-se como fonte de inspiração de soluções jurídicas para o

enquadramento legal da economia informal, não como fonte de direito.

As fontes tradicionais do direito são as leis, certos tratados internacionais e a jurisprudência dos tribunais superiores.

3.4 Apenas 5% do mercado informal realiza pagamento com cartão

Jornal de Angola

7 De Junho de 2023

Texto: Ana Paulo

O Inquérito de Inclusão Digital realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indica que, em 2022, acima de 95 por cento dos microempreendedores dos mercados informais utilizaram o método de pagamento em dinheiro vivo e 97 por cento não comercializam os produtos online.

Os dados foram apresentados, ontem, em Luanda, pela coordenadora do Programa de Reconversão da Economia Informal do PNUD, Carla Serrão, durante o seminário sobre a "Inclusão Digital e de Género em Micro-Negócios", realizado pelo Banco Nacional de Angola e o PNUD.

Carla Serrão realçou que os dados levantados em Dezembro de 2022 fazem concluir que no sector informal não existe ainda a inclusão digital.

Por essa razão, os agentes micro e empreendedores devem entender que o dinheiro ou o pagamento digital é importante e mais seguro, porque evita perdas e assaltos.

No que toca à bancarização, resultante do inquérito, Carla Serrão divulgou que, nos mais de 10 mil microempreendedores em actividade nos mercados informais, menos de 40 por cento não possuem conta bancária e que a nível dos empreendedores cerca de 91 por cento não têm acesso à banca tradicional.

Inclusão de género

No que toca ao género nos mercados informais, o inquérito ilustra que no caso específico da província de Luanda, cerca de 71 por cento são da classe feminina e a nível das outras províncias elas representam 64,8 por cento.

De acordo com Carla Serrão, "a informalidade tem de ser um programa com perspectiva de inclusão de género" e quanto ao processo de inclusão social e digital, o PNUD conta, actualmente, com mais de 500 microempresas inseridas.

Para os inquéritos, foram realizadas 9.323 entrevistas em 18 mercados informais, dos quais se aferiu também a necessidade de se trabalhar na literacia dos operadores económicos, devido à baixa escolaridade das pessoas.

Políticas da banca

Os resultados apresentados no seminário sobre a "Inclusão Digital e de Género em Micro-Negócios" serão determinantes na dinamização e digitalização, rumo à resolução das questões do emprego e de género, segundo o administrador do Banco Nacional de Angola.

Miguel Bartolomeu apontou como outro foco importante os efeitos a serem gerados nos micro-negócios, com impacto positivo na criação da cadeia de valores e aumento dos níveis de inclusão financeira em todo o país.

O representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Edo Stork, reconheceu que os micro-negócios existentes em Angola são um dos principais pilares da economia nacional, o que faz com que a sua instituição aposte fortemente no sector, sobretudo pela forte inclusão de género.

"As mulheres são o grande pulsar da economia e dos negócios do país", sublinhou Edo Stork.

3.5 Governo de Luanda promove programa de educação ambiental

Jornal de Angola

8 De Junho de 20223

Texto: Manuela Gomes

O Governo Provincial de Luanda (GPL) promove, desde quarta-feira, um programa de educação ambiental nas paragens de táxi, denominado "Luanda limpa", que visa sensibilizar os cidadãos para participarem nas campanhas de limpeza, reordenamento e saneamento básico.

Segundo o governador de Luanda, Manuel Homem, a campanha surge no âmbito do 5 de Junho, Dia Mundial do Ambiente, em parceria com associações de taxistas e empresas públicas e privadas.

Vários taxistas, acrescentou, se ofereceram para publicitar o programa ambiental nas suas viaturas, através da exibição de panfletos, com mensagens de apelo à limpeza e preservação da cidade.

Em relação ao processo de licenciamento de táxis e moto táxis, Manuel Homem reconheceu alguns

constrangimentos em relação à aquisição dos cartões de subvenção do combustível.

"É natural que nesta primeira fase tenhamos um ou outro percalço, quer da parte de quem licencia como de quem deve disponibilizar os cartões aos taxistas", disse o governador, que apelou aos taxistas, particularmente aos de Luanda, para que adiram ao processo de licenciamento. Por outro lado, lamentou o facto de muitos moto-taxistas não possuírem documentação para o exercício da actividade. "O serviço de moto-táxi carece de licenciamento prévio".

Reorganização de avenidas

Sobre a gestão e ordenamento na Avenida Cónego Manuel das Neves, Manuel Homem disse ser um processo em curso que ainda não está finalizado. Sublinhou que o Governo Provincial vai continuar a reorganizar o comércio não só na região do S. Paulo, Cazenga Hoji-ya-Henda como também em outros pontos críticos de venda informal, onde é fundamental que o Estado restabeleça a ordem.

"Hoje quem passa pelo mercado do S. Paulo tem a percepção real da qualidade de vida, organização e dos ganhos que os munícipes daquela região estão a ter com este trabalho de ordenamento", sublinhou, acrescentando que "não estamos contra as zungueiras, mas não achamos bonito vermos nos passeios produtos expostos para a venda".

Em relação à actividade dos comerciantes grossistas na Avenida Cónego Manuel das Neves, o governador Manuel Homem explicou que está a ser feito um trabalho de reorganização.

Sublinhou que muitos exercem a actividade não cumprindo regras de higiene e organização, que podem criar problemas à saúde pública. "São essas questões que estamos a acautelar, nos termos da lei nas zonas urbanas não deve existir venda a grosso".

3.6 Mobilidade em Luanda melhorada nos últimos dias

Jornal de Angola

8 De Junho de 2023

Semanas depois do início da terceira fase do Plano de Reordenamento do Comércio, vários pontos de Luanda têm apresentado melhorias significativas na mobilidade rodoviária e de transeuntes, em especial nos pontos antes considerados críticos, devido à venda desordenada em locais inapropriados.

A acomodação das vendedoras de rua para dentro dos mercados, com base numa ronda efectuada pela equipa de reportagem do Jornal de Angola, está a ter também um impacto positivo na limpeza e no saneamento de vários pontos de Luanda.

No município de Belas, concretamente no distrito urbano do Benfica, com a terceira fase do Programa de Reordenamento do Comércio foi possível reduzir a venda ambulante no trajecto que liga a Via Expressa aos Ramiros.

Para a vendedora Joaquina de Oliveira, apesar de não haver muito espaço dentro do mercado, razão pela qual exercia a actividade na via pública, hoje a realidade é outra e está satisfeita com a iniciativa do GPL, apelando, por isso, às companheiras para aderirem ao projecto. "É preciso que todos ajudem a tornar a cidade mais organizada. Que todos os vendedores trabalhem nessa causa".

Micael Didi, vendedor há mais de cinco anos, considera a iniciativa do GPL boa para as vendedoras, por ajudar a evitar muitos constrangimentos nas ruas de Luanda. "É de louvar a iniciativa, porque vender na rua é um perigo ao qual estamos sujeitos. Vender é no mercado, onde há condições de segurança e higiénicas".

Para Susana Francisco, a ideia do GPL de retirar as vendedoras das ruas é bem-vinda, apesar de temer que vendem pouco dentro do perímetro do mercado. "É bom as vendedoras estarem numa praça, por razões de segurança, mas muitos clientes estão acostumados a comprar os produtos na rua", lamentou, além de aconselhar uma campanha massiva de sensibilização de forma a inverter o quadro.

A vendedora saudou a ideia do Governo Provincial de Luanda por ser benéfica para as vendedoras e apela às companheiras a aderirem. "A segurança deve estar acima de tudo. Dentro do mercado estamos isentas da exposição ao calor, ou às corridas regulares, atrás dos clientes".

Olga Catenda, outra vendedora, também é das que acreditam estar mais segura dentro do mercado. "O espaço pode ser rentável, desde que as pessoas passem a recorrer ao mercado. Além disso, a organização é outra, ou a questão da higiene. Vender produtos num local asseado é bem diferente de o fazer na rua", salientou.

Insólitos

Durante a ronda, ainda era notável algumas vendedoras a insistirem em permanecer na via pública, alegando falta de espaço dentro dos mercados. Nos municípios de Belas, Cazenga e

Kilamba Kiaxi era visível a venda ambulante à beira da estrada e fora dos mercados, em determinados pontos.

A insistência em vender na via pública, explicam algumas, deve-se à falta de espaço nesta zona, mas de acordo com os dados do GPL, alguns municípios têm espaços livres suficientes para albergar muitas das vendedoras.

O vendedor Pedro João afirma que o governo fez a escolha acertada, mas ainda continua a vender na rua por falta de espaço no mercado mais próximo. "No único local próximo de casa já não havia espaço. Tive de voltar a vender na rua, apesar de saber que é uma prática errada", disse.

Vila do Gamek ao Golfe 2

No perímetro na Vila do Gamek em direcção ao Golfe 2 continua a haver venda ambulante à beira da estrada, principalmente no período nocturno, quando o controlo fica mais brando. Nesta altura, como constatou a reportagem do Jornal de Angola, regista-se um pico nesta zona. Cenário idêntico foi registado no bairro Palanca.

Pontos no Cazenga

No município do Cazenga constatou-se que algumas vendedoras insistem em permanecer nas ruas e fora do mercado. Com base nos dados do GPL, o município é dos que mais vagas tem, num total de 39.479 bancadas, espalhadas em 13 mercados.

Na via que dá acesso ao mercado do "Asa Branca" é visível a venda ambulante à beira da estrada, cenário idêntico é registado fora do mercado. Alguns vendedores alegam que dentro do mercado não conseguem vender os produtos. A procura é menor para eles.

O projecto

O Governo Provincial de Luanda, por meio do Plano de Reordenamento do Comércio, não pretende extinguir a venda ambulante, permitida nos termos da Lei das Actividades Comerciais. O projecto de reordenamento foi concebido para dar uma outra imagem à cidade capital.

Até ao momento a província de Luanda possui 65.756 vagas nos 132 mercados, sendo o município do Cazenga com o maior número de lugares, num

total de 39.479, Cacucaco, com 9.480, Belas, com 7.277, Viana, com 6.473, Talatona, com 3.837, Kilamba Kiaxi, com 3.397, município de Luanda, com 1.900, e Quissama, com 386 lugares.

Em termos de mercado Viana lidera com 23 mercados, enquanto o Belas tem 22, Cacuaco 21 Kilamba Kiaxi e Talatona, com 16 cada, Cazenga e município de Luanda, com 13, e Quissama, com oito.

3.7 Taxistas e moto-taxistas aconselhados a manter a calma e evitar especulações

Jornal de Angola

8 De Junho de 2023

Texto: Edivaldo Cristóvão

As associações de taxistas e moto-taxistas pedem calma e paciência aos associados, que continuam a ser sensibilizados no sentido de evitarem a desordem e a instabilidade social, pois todos os licenciados vão receber, de forma gradual, cartões de subvenção da gasolina, que começaram a ser entregues no passado dia 2.

O presidente da Associação dos Motoqueiros e Transportadores de Angola (Amotrang), Bento Rafael, disse, ontem, ao *Jornal de Angola*, que houve pouco tempo para a emissão de cartões de subvenção de combustível, situação que considerou normal em qualquer processo inicial.

“Estamos na fase de emissão, por isso, poucos mototaxistas receberam. A intenção é dar prioridade onde há maior fluxo da classe. Na província do Bié serão entregues, amanhã, dois mil cartões, seguindo-se o Huambo, onde vão ser distribuídos quatro mil”, explicou.

Bento Rafael disse que os cartões já contêm subsídios pagos desde o dia 2 de Junho, por isso, os motoqueiros não vão perder nada.

Garantiu que a negociação com o Executivo, em relação à subida do preço da gasolina, decorreu da melhor forma, por terem sido atendidas todas as contribuições da associação.

“Pedimos para o Estado subvencionar o combustível para os táxis e moto-táxis, as coisas foram bem programadas. Lamento que ainda existam pessoas a criar instabilidade. Não há motivos para estarmos preocupados. Cada um vai receber o seu cartão na devida altura”, esclareceu. Segundo o presidente da Amotrang, em Luanda existem mais de 90 mil mototaxistas e no país estão registados mais de 700 mil, números que tendem a aumentar, pois os não licenciados vão querer estar legalizados para beneficiar de cartões de subvenção de combustível.

Bento Rafael aconselhou os moto-taxistas no sentido de evitarem rotas curtas ou aumentarem o preço da corrida, para não criarem transtornos aos cidadãos ou terem problemas com as autoridades.

Presidente da ANATA esclarece associados

O presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA) disse, ontem, à nossa reportagem, que a Agência Nacional dos Transportes Rodoviários prometeu produzir cerca de 500 cartões por dia, pelo que os que ainda não receberam devem manter a calma.

Francisco Paciente esclareceu que a demora na entrega dos cartões se deveu à fraca produção dos mesmos, o que originou enchentes e alguns embarços, que espera serem ultrapassados nos próximos dias. Segundo o presidente da ANATA, os associados devem continuar a trabalhar com tranquilidade, pois quando receberem os cartões o dinheiro gastonacompradecombustível será reposto, à razão de 7.000 kwanzas por dia.

“Há garantias de que os retroactivos serão repostos desde o dia 2 de Junho. Estamos a manter contactos periódicos com o Governo e, ontem, foram beneficiados os associados dos municípios de Cacuaco e Kilamba Kiaxi”, disse Francisco Paciente, que lembrou que a ANATA controla mais de 30 mil taxistas, em todo o país.

Paragens de táxi em Luanda registam grandes enchentes

Numa ronda efectuada, ontem, pela nossa equipa de reportagem, eram visíveis enchentes nas principais paragens de Luanda, principalmente em horas de ponta. Vários cidadãos reclamavam devido às linhas curtas, prática adoptada por alguns taxistas.

Alícia Francisco disse que no percurso que habitualmente faz, da Shoprite do Palanca até ao Golfe II, antes pagava 150 kwanzas, mas teve que desembolsar o dobro. “Eles não subiram os preços, mas fazem linhas curtas para pagarmos duas ou três vezes, em função da distância. É preciso que o Governo esteja atento a essa situação, para não se criar transtornos aos cidadãos”, alertou.

José Pedro contou que saía de casa às 6h00, mas nos últimos dias tem de acordar mais cedo e sair às 5h00, devido às enchentes nas paragens. A nossa equipa de reportagem constatou que da paragem do Zango até à Vila de Cacuaco a corrida pode custar 300 kwanzas.

Afonso Tando, taxista há 25 anos, contou que por dia factura por volta de 40 mil kwanzas, dos quais 25 ficam com o patrão e cinco com o cobrador. “O

dinheiro que ganho dá para sustentar a esposa e oito filhos”, disse Afonso Tando, explicando que o carro é a gasolina e não tem necessidade de alterar o preço. Geralmente, revelou, faz a rota Zango/cacuaco e Congolenses/viana.

David Chivala, de 34 anos, que faz o serviço de táxi há 12 anos, normalmente na rota desvio do Zango/cacuaco, ontem estava a cobrar 300 kwanzas, pois, justificou, antes da subida do preço da gasolina enchia o depósito do carro com oito mil kwanzas, mas agora tem de gastar mais de 14 mil.

O jovem disse que já tentou ir levantar o seu cartão de subvenção do combustível na Associação dos Taxistas, mas não conseguiu por causa das enchentes.

“Ouvimos dizer que para a província de Luanda só disponibilizaram 200 cartões, este número nem serve para o município de Cacuaco. Trabalho com carro pessoal, por isso não tenho ainda muitas dificuldades, só lamento pelos colegas que têm patrão para fazer contas”, disse.

Com o dinheiro que ganha, referiu, dá para sustentar a mulher e os três filhos. “Há dias que ganho 35 mil kwanzas, que apenas reparto com o cobrador”.

3.8 Mais de dois mil taxistas aguardam pelos cartões

Jornal de Angola

9 De Junho de 2023

Texto: Carlos Paulino

O director do Gabinete Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana no Cuando Cubango, Pio Viti Francisco, garantiu, nesta quarta-feira, na cidade de Menongue, que já começaram a ser emitidos os cartões de subvenção do preço de gasolina para os mais de 2.500 taxistas e mototaxistas que aderiram ao processo de licenciamento na província.

Em declarações ao Jornal de Angola, Pio Viti Francisco assegurou ainda que os cartões que estão a ser emitidos pelo Banco Africano de Investimento (BAI) e Banco de Fomento Angola (BFA) chegam ainda esta semana na província para serem distribuídos aos beneficiários.

O responsável explicou que, até agora, foram licenciados no Cuando Cubango 2.517 moto-táxis e 28 táxis, que exercem actividade nos municípios de Menongue, Cuito Cuanavale, Calai, Cuchi, Cuangar e Dirico.

Fez saber que para evitar o uso impróprio, os cartões de subvenção da gasolina são personalizados, com o número da chapa de matrícula do veículo e nome do proprietário ou do motorista que solicitou.

Segundo Pio Viti Francisco, as viaturas ou motocicletas que não forem licenciadas não poderão beneficiar dos cartões de subvenção da gasolina. Apelou por este facto a todos os taxistas e mototaxistas a regularizarem a licença dos seus veículos para que estejam devidamente habilitados.

Informou que enquanto aguardam os cartões todos os taxistas e mototaxistas podem pagar o preço do litro da gasolina a 300 kwanzas sem qualquer receio, mas quando tiverem em posse não vão pagar mais este valor.

Acrescentou que para os táxis azuis e branco o valor do cartão mensal será de 168 mil kwanzas, os moto taxistas 31.500 kwanzas e os famosos carros girabairros de cinco lugares o montante será de 124.320 kwanzas.

Pio Viti Francisco pediu muita calma a todos os taxistas e mototaxistas na província, tendo em vista que os cartões já começaram a ser emitidos e em menos de cinco dias serão distribuídos.

Garantiu, ainda, que apesar de um ligeiro atraso na emissão e entrega dos cartões, os taxistas e mototaxistas na província do Cuando Cubango continuam calmos, porque foram esclarecidos que o Governo está a trabalhar para que esteja tudo resolvido o mais depressa possível.

3.9 A atitude dos fiscais do GPL

Jornal O País

9 De Junho de 2023

À coordenação do jornal O PAÍS, cordiais saudações e votos de óptima Sexta-feira!

Nos últimos dias, o Governo Provincial de Luanda (GPL) tem levado a cabo uma campanha de combate à venda ilegal em alguns pontos da cidade e arredores.

A medida surge em boa altura, visto que a desordem que observava em alguns pontos era demais e significava que não havia autoridade administrativa em nome do Estado angolano.

Por isso, fiscais e agentes da Polícia Nacional juntaram-se para dar uma nova dinâmica à cidade e arredores, "e também uma nova dinâmica aos actos de comércio praticados pelas nossas jovens e mães

zungueiras as quais respeitamos muito por serem as guerreiras do quotidiano.

Entretanto, a forma como muitos fiscais e agentes da ordem pública se estão a comportar diante das zungueiras não é a mais correcta.

Penso que os fiscais devem ter mais paciência, porque sabemos que não é fácil, ora agredir uma senhora na via pública não fica bem e até é crime nos termos da lei.

Há dias, uma senhora, que vendia frutas, num vídeo que circula nas redes sociais, numa das artérias da cidade, foi agredida por dois ou mais fiscais. Ela, sem saber o que fazer, recebeu chapadas e bicos dos senhores, facto que deixou muita gente agastada.

São atitudes que deixam qualquer cidadão triste e questionar por que razão tais senhores do GPL agem sempre daquela forma?

É verdade que as nossas mães zungueiras são teimosas, mas uma atitude de sensibilização faz sempre bem ao grupo de trabalho e a todos os cidadãos, mais educação por favor!

3.10 Perto de 600 operadores licenciados no Cuanza-Sul

Jornal de Angola

11 De Junho de 2023

Texto: Vítor Pedro

Os primeiros 595 taxistas e mototaxistas licenciados, no Cuanza-Sul, já receberam os cartões de subvenção da gasolina, no âmbito das medidas do Executivo para mitigar o impacto negativo às camadas mais desfavorecidas, que operam na transportação de pessoas e mercadorias.

O acto de entrega foi presidido pelo vice-governador do Cuanza-Sul para a Área Técnica e Infra-estruturas, Heitor Alfredo, que considerou oportuno o processo, para acalmar os ânimos dos beneficiários e da sociedade em geral. Heitor Alfredo apelou aos utentes de viaturas e motociclos abrangidos no sentido de cuidarem bem dos cartões e a não tentarem fazer o trespasse para terceiros, sob pena de infringirem as normas estabelecidas.

"Aos que não licenciaram os seus meios, exortamos a fazê-lo, por ser a única forma de beneficiarem do processo", realçou o vice-governador.

No Cuanza-Sul, segundo a directora do Gabinete Provincial dos Transportes e Mobilidade Urbana, Anastácia Solano, foram cadastrados e licenciados

sete mil utentes, um processo que vai continuar até todos serem abrangidos.

O mototaxista Frederico Miguel, ao receber o cartão, manifestou alegria e apelou aos colegas à calma, uma vez que, apesar da morosidade no processo, todos vão ser beneficiados.

O taxista José Figueiredo, também satisfeito com a recepção do seu cartão, reconheceu que os cartões de subvenção vão facilitar a vida aos operadores de táxi.

3.11 Administração do Cazenga quer contar com as igrejas

Jornal de Angola

12 De Junho de 2023

As entidades religiosas, sediadas no município do Cazenga foram instadas, domingo, pelo administrador local, a sensibilizar os moradores para pôr cobro à venda desordenada que se regista na referida municipalidade.

Tomás Bica, que falava durante o encontro que manteve com líderes das diferentes denominações religiosas sediadas no Cazenga, disse que o Governo Provincial de Luanda lançou recentemente uma campanha destinada a melhorar a imagem da capital do país, beliscada pela venda desordenada.

De acordo com o Administrador Municipal, as pracinhas espalhadas um pouco por todo lado em nada ajudam à imagem da capital e dos municípios, na medida em que, na maioria das vezes, dificultam a mobilidade, a remoção dos resíduos a paz social.

Tomás Bica explicou que o Governo quer continuar a contar com o apoio das igrejas na sensibilização e mobilização dos fiéis a aderirem aos mercados para facilitar o processo do reordenamento do comércio.

"Queremos que os dignos, ministros sagrados, nos ajudem na sensibilização e mobilização das ovelhas para ocupar os lugares que estão a ser indicados nos mercados construídos pelo Governo Provincial de Luanda", rematou o responsável municipal.

O administrador municipal do Cazenga alertou para o processo de registo das vendedeiras interessadas em ocupar os lugares vazios nos mercados existentes, que vai até ao final do mês de Junho.

Tomás Bica solicitou aos líderes religiosos a levar a mensagem aos fiéis, transmitindo-os que o Governo Provincial de Luanda não está contra as vendas, mas sim, com a forma como estas são realizadas, em

qualquer lugar, a céu aberto, sem o mínimo de higiene e segurança.

Reacção dos eclesiásticos

O reverendo Genito Augusto, representante da igreja dos 12 Apóstolos em Angola, porta-voz dos pastores presentes no encontro, explicou que a Bíblia recomenda aos fiéis o respeito pelas autoridades eleitas na terra.

De acordo com o prelado, os representantes das igrejas presentes no conclave vão transmitir aos fiéis a importância de uma cidade limpa, que passa pela contribuição de todos.

Lamentou o facto de existirem ainda munícipes que pensam que vender na rua é a única alternativa para facturar, quando cada actividade deve ter um lugar para ser exercida.

Pastor Genito Augusto afirmou que o Governo Provincial de Luanda garantiu a existência de lugares para acolher todos de forma organizada de modo a mudar a realidade actual.

O director do Comércio para o Desenvolvimento Integrado do município do Cazenga, Dorivaldo Adão, garantiu, na ocasião, que a Administração Municipal, prevê abrir creches e escola de alfabetização nos mercados, o objectivo é reduzir a exposição dos menores enquanto os progenitores exercem a actividade comercial sobretudo para os encarregados matriculados na alfabetização.

"Com abertura das creches vamos dar mais dignidade aos filhos das vendedoras para facilitar o processo de ensino e aprendizagem das mães matriculadas na alfabetização.

3.12 Mais de quatro mil cartões são entregues em Luanda

Jornal de Angola
12 De Junho de 2023

Cerca de 4000 cartões foram emitidos e entregues, numa primeira fase, na província de Luanda, desde a entrada em vigor do novo preço da gasolina, deu a conhecer ao *Jornal de Angola* o presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA).

Em jeito de balanço, Francisco Paciente, afirmou que é satisfatório a forma como o processo decorre a nível de todas as províncias.

Até ao momento, foram atribuídos cartões de subvenção de combustível, para a mitigação do impacto do aumento da gasolina, às províncias de Luanda, Cuanza-Sul, Bengo, Bié, Cuanza-Norte.

Bié recebeu um total de 2.048 cartões, que vai permitir dar resposta a todos os municípios, segundo o director do Gabinete Provincial de Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, Waldemar Lunguela.

A directora do Gabinete Provincial de Transporte e Mobilidade Urbana do Cuanza-Sul, Anastácia Solano, disse que foram entregues cerca de 595 cartões, lembrando que o processo vai continuar até todos serem contemplados.

Segundo a directora do Gabinete Provincial de Transporte, Tráfego e Mobilidade Urbana, Maria Eugénia dos Santos, no Bengo foram atribuídos os primeiros 215 cartões aos operadores de táxi, mototaxis e de embarcações de pesca artesanal para compra de gasolina ao preço subvencionado de 160 kwanzas o litro.

Na província do Cuanza-Norte, foram entregues até ao momento 200 cartões, dos quais 43 atribuídos ao município do Dondo.

O secretário de Estado para Finanças e Tesouro, Ottoniel dos Santos, assegurou que em declarações à imprensa no Centro de Conferência Aníbal de Melo (CIAM), que a entrega dos cartões vai decorrer durante 45 dias, apelando aos taxistas, mototaxistas e donos de embarcações a manterem a calma.

O responsável da ANATA, Francisco Paciente, declarou, que para a província do Huambo estão previstos a entrega de 4000 cartões para compra do combustível.

A directora do Gabinete Provincial de Transporte, Tráfego e Mobilidade Urbana, na província de Benguela, Kátia Kachuco, garantiu que numa primeira fase vão ser entregues mais de 600 cartões, e não há necessidade de alarme, pois o processo é contínuo.

3.13 Maior parte de lojas e armazéns sem condições para a reabertura

Jornal de Angola
13 De Junho de 2023

A maior parte dos estabelecimentos comerciais localizados na rua Cônego Manuel das Neves, no bairro São Paulo, na capital do país, não reúne condições para a reabertura, segundo o director do

Gabinete para o Desenvolvimento Económico Integrado do Governo Provincial de Luanda.

Dorivaldo Adão, que falava, ontem, no final de uma visita de inspecção efectuada por uma equipa multisectorial, na zona do bairro São Paulo, no

âmbito do Plano de Reordenamento do Comércio, acrescentou que na maior parte dos armazéns e lojas visitados nas avenidas Cónego Manuel das Neves e Ngola Kiluanje constataram várias irregularidades, como produtos mal conservados, falta de saneamento básico, degradação de infra-estruturas e graves problemas eléctricos.

A equipa multisectorial constatou que, apesar do encerramento temporário de estabelecimentos comerciais no perímetro das avenidas Cónego Manuel das Neves e Ngola Kiluanje, algumas lojas e armazéns estavam abertas, violando o Decreto do Governo Provincial de Luanda, no âmbito do Plano de Reordenamento do Comércio.

Para Dorivaldo Adão, os referidos estabelecimentos, além de violarem o Decreto, não reúnem condições, notando-se produtos acomodados em locais inapropriados, problemas na iluminação e infiltrações de água.

Dorivaldo Adão reprovou a atitude do pessoal da fiscalização por ter permitido a reabertura desses estabelecimentos comerciais. "Notamos alguma cumplicidade por parte de determinadas pessoas, reprovamos tal atitude, porque não é esse a visão do nosso governador e da administração do município", alertou.

Quanto à reabertura dos espaços, reiterou que apenas serão reabertas os que reunirem as condições exigidas e os outros permanecerão encerrados. "A reabertura depende dos proprietários. Caso criem as condições, os estabelecimentos vão ser reabertos".

O director do Gabinete para o Desenvolvimento Económico Integrado do Governo Provincial de Luanda explicou que nas zonas residenciais serão permitidos apenas estabelecimentos de venda a retalho, devendo os que se dedicam à venda a grosso serem transferidos para outros locais, já identificados no município do Cazenga e Viana.

Perto de 200 estabelecimentos vão ser inspeccionados

A equipa, composta por efectivos do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), Bombeiros e Protecção Civil, Administração Geral Tributária (AGT), Instituto Nacional de Segurança Social

(INSS) e Autoridade Nacional de Inspecção Económica

e Segurança Alimentar (ANIESA), identificou insuficiências em cinco estabelecimentos, quer do ponto de vista tributário, pagamento de segurança social, quer da protecção contra incêndios, estado de conservação das instalações eléctricas e infra-estrutura, bem como condições de armazenamentos dos produtos alimentares.

O director do Comércio para o Desenvolvimento Integrado, que chefiava o grupo, face às anomalias, orientou o encerramento imediato das lojas MG Papelaria, que se dedica à venda de material didáctico, SILUZ (venda de material eléctrico), ALIGA (venda de calçado), e do armazém Tem Tudo (venda de bens alimentares).

Segundo Dorivaldo Adão, a acção, que visa a reposição da legalidade, será contínua.

Deu a conhecer que vão ser reinspeccionados 200 estabelecimentos comerciais, nos municípios de Luanda e do Cazenga, trabalho iniciado no Benfica e em Viana.

"Temos verificado muitos estabelecimentos que sonegam os impostos, que não têm sequer contrato de trabalho, outros que pagam abaixo do salário mínimo nacional, esses empreendimentos não serão reabertos, até que superem essas insuficiências", alertou.

A supervisão de estabelecimentos comerciais enquadra-se no "Programa de Reordenamento do Comércio", levado a cabo pelo Governo da Província de Luanda, com o objectivo de dar uma nova imagem à cidade capital, assim como garantir um melhor funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

3.14 Indivíduos detidos por cobranças ilegais

Jornal de Angola

15 De Junho de 2023

Texto: Lourenço Bule

A Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE) deteve, na cidade de Menongue, no Cuando Cubango, dois funcionários do Balcão Único de Atendimento Público (BUAP), por cobranças ilegais a cidadãos que pretendiam registar motociclos para atribuição de licenças de condução.

O inspector da IGAE no Cuando Cubango, Henriques Augusto, disse que os funcionários do BUAP foram apanhados em flagrante delito, quando

tentavam extorquir dois mil kwanzas, cada, a dois cidadãos para legalizarem as suas motorizadas.

O esquema, esclareceu, era protagonizado por um funcionário efectivo do BUAP e um colaborador da instituição, este último ficava à espera dos utentes para receber os valores e depois os entregava ao comparsa.

Os funcionários implicados, adiantou, agiram contra os procedimentos normais, ao desviarem o dinheiro da Conta Única do Tesouro para benefício próprio. “Geralmente, paga-se 3.200 kwanzas para a legalização dos motociclos junto das administrações municipais. O BUAP não presta serviço de registo de motociclos”.

Entre as vítimas, acrescentou, consta, também, um funcionário do Depósito de Medicamentos da Shalina, em Menongue, e um estudante universitário, que adquiriram, recentemente, motorizadas e tiveram de pagar o referido valor aos funcionários ora detidos.

No momento da detenção, explicou o inspector, os indivíduos tinham consigo quatro mil kwanzas, cobrados aos utentes. “No momento está a ser instaurado um processo-crime para que possam ser presentes ao Ministério Público”.

Henrique Augusto apelou a todos os funcionários públicos a absterem-se da prática de cobrança de valores de forma ilegal, que em nada abonam para o bom funcionamento das estruturas do Estado e para o desenvolvimento sustentável que todos almejam para o país.

3.15 AGT prevê arrecadar mais de 4 mil milhões kwanzas com IVM

Patrícia Oliveira

Jornal O PAÍS

16 De Junho de 2023

Texto: Patrícia Oliveira

Edson Martins informou ou que até ao momento foram arrecadados mais de 2 mil milhões de kwanzas com o pagamento do IVM, cuja fase de cobrança decorre de Janeiro a Junho. Depois desta fase, dar-se-á início ao período de cobrança coerciva, a decorrer de Julho a Dezembro.

"O Imposto sobre os Veículos Motorizados (IVM) prevê arrecadar 4.7 milhões kwanzas sem 2023", revelou.

Edson Martins disse que estão programados, para as próximas semanas, encontros com representantes dos taxistas, dos transportadores marítimos e aéreos para maior sensibilização. Com tais encontros, pretendem também aumentar a literacia fiscal e consciência sobre o cumprimento das obrigações tributárias por parte dos cidadãos.

Além disso, os encontros vão servir para esclarecimentos sobre o pagamento do IVM e como proceder caso o veículo esteja paralisado. Por outro lado, pretendem ouvir as inquietações dos proprietários de embarcações de pesca artesanal, em relação ao pagamento do imposto.

"Temos recebido algumas reclamações dos proprietários das embarcações, por esse motivo vamos ouvi-los para que quando surgir alguma alteração no pagamento levar em consideração a informação que de lá colhermos", explicou.

Edson Martins apela aos proprietários de veículos que devem dar baixa dos meios que estão inoperante ou foram vendidos para evitar que estejam no sistema como devedores do Estado.

Segundo o responsável, este mês de Junho o nível de arrecadação do IVM temo maior pico em relação aos meses anteriores pelo facto de ser o último para o pagamento de forma voluntária, caso não queiram pagar multa de 25% do valor imposto.

Edson Martins lembrou que os proprietários de veículos automóveis dispõem de ferramentas digitais Administração Geral Tributária (AGT) que vão garantir maior celeridade no processo de pagamento do IVM, que substitui a Taxa de Circulação.

Disse, igualmente, que o imposto pode ser liquidado a qualquer hora, com maior comodidade, por via do acesso ao website da AGT <https://agt.minfin.gov.ao>. O contribuinte deve aceder ao website da, AGT, seleccionar Aceder em Serviços Electrónicos e, a seguir, Aceder em Imposto sobre os Veículos Motorizados.

"A cobrança do imposto é sempre realizada com base no exercício anterior. Para as novas aquisições de veículos automóveis, em que não tenham sido previamente matriculadas ou registadas, o contribuinte poderá pagar apenas no ano seguinte pela propriedade ou posse do veículo motorizado", explicou.

Edson Martins aconselha a não deixarem para o último dia o pagamento do IVM quando têm seis meses para efectuar e até de forma faseada. Quando assim acontece, verifica-se enchentes nas repartições fiscais.

De lembrar que as isenções para o IVM incidem sobre os bens do Estado, autarquias, partidos políticos, missões diplomáticas e consulares, "quando haja reciprocidade entre os Estados", as organizações internacionais nos termos de acordos celebrados com Angola bem como os veículos adaptados para pessoas com deficiência e tractores agrícolas.

Os proprietários de veículos auto- móveis têm menos de um mês para realizar o pagamento Imposto sobre os Veículos Motorizados (IMV), caso não aconteça terão de pagar uma multa de 25% do valor imposto. Actualmente, a AGT conta com 629 mil veículos cadastrados desde veículos terrestres, embarcações e aéreos.

3.16 Taxistas do Uíge recebem mais de 900 cartões de abastecimento para a subvenção da gasolina

Jornal de Angola

19 De Junho de 2023

Texto: António Capitão

A província do Uíge recebeu, no sábado, por via do Banco Angolano de Investimentos (BAI), o primeiro lote de cartões bancários, composto por 995, para a subvenção da gasolina, informou a vice-governadora para o sector técnico e infra-estruturas.

Helena Pereira adiantou ainda que os cartões vão ajudar os taxistas e mototaxistas da província a operarem sem grandes transtornos, depois da subida do preço da gasolina de 160 para 300 kwanzas.

O lote com 995 cartões foi redistribuído aos taxistas dos municípios do Uíge, Maquela do Zombo, Negage, Mucaba, Songó, Quitexe, Bembe, Bungo, Buengas e Alto Cauale. No momento, disse a governante, falta entregar aos taxistas dos municípios de Quimbele, Milunga, Sanza Pombo, Damba, Puri e Ambuíla, que estão a concluir o processo de licenciamento e consolidação de dados da fase de cadastramento massivo.

A vice-governadora entregou à administração municipal do Uíge 258 cartões, Mucaba (204), Negage (175), Maquela do Zombo (97), Quitexe (65), Alto Cauale (50), Bungo (47), Bembe (39), Songó (32) e Buengas (29).

Dentro de dias, garantiu, os restantes municípios vão também receber os respectivos cartões de subvenção com a recepção do segundo lote. Na província, referiu, foram, até ao momento, cadastrados 4.394 operadores, dos quais 2.520 já estão licenciados.

"É um processo que começou com o cadastramento e licenciamento massivo de forma gratuita e terminou no final do mês passado. Hoje estamos a entregar os primeiros cartões, para beneficiar taxistas e mototaxistas de nove municípios. O cadastramento e o licenciamento continuam a ser feitos nas administrações municipais, mediante uma taxa, pelo que aconselhamos todos que se dedicam ao serviço de táxi à pesca artesanal e operadores agrícolas a aderirem ao processo, para poderem também beneficiar desta medida compensatória do Estado", apelou.

Entrega ao taxistas

Depois da recepção dos 258 cartões, a administradora municipal do Uíge, Maria Cavungo, foi até ao Posto de Abastecimento (PA) de combustíveis do bairro Candombe-velho proceder à entrega formal dos primeiros para alguns mototaxistas.

Maria Cavungo disse ser necessário colocar maior celeridade no processo de entrega dos cartões de crédito para que estes voltem a cobrar o valor anterior por cada corrida solicitada. O município do Uíge, sublinhou, tem licenciados mais de mil operadores, dos quais mais de 800 aguardam pela recepção do cartão bancário.

"Hoje mesmo começamos com a entrega destes cartões para subvenção da gasolina aos moto-taxistas e vamos prosseguir com o processo até concluirmos com todos já licenciados. Os operadores de táxi vão estar mais aliviados com os gastos e, desta forma, devem manter o preço da corrida entre 150 e 200 kwanzas", disse.

João Maurício, de 30 anos, foi o primeiro mototaxista a receber o cartão de crédito bancário para a subvenção da gasolina. O automobilista enalteceu a decisão do Executivo em excluir os agentes do sector dos transportes do aumento do preço da gasolina. Durante o período que custeou a gasolina por 300 kwanzas, explicou, foi forçado a subir o preço da corrida.

"Desde a subida do preço da gasolina, cobrar 150 kwanzas já não era viável, para os gastos diários e o sustento das famílias. Por isso, muitos fomos forçados a alterar o valor para 200 kwanzas. Agora que possuo o cartão de subvenção, vou retornar à cobrança antiga", salientou.

Nanivova Kiala foi outro mototaxista que recebeu o cartão de subvenção da gasolina. Com dois anos de profissão, o mototaxista, de 31 anos, disse que tem feito com frequência a rota cidade/Universidade Kimpa Vita e enquanto pagava 300 kwanzas passou a cobrar 500 kwanzas pela corrida.

"Agora já não há necessidade de continuar a cobrar 500 kwanzas até à Universidade Kimpa Vita ou 350 kwanzas até ao colégio Mandogex. Vou voltar a cobrar 250 kwanzas para reduzir também os gastos dos estudantes, uma vez que o governo está a subvencionar a gasolina para trabalharmos", avançou.

Actos semelhantes de entrega de cartões de subvenção da gasolina aconteceram igualmente, ontem, nos municípios de Maquela do Zombo, Bembe e Songo.

3.17 GPL garante 200 novos armazéns a grossistas, mas encerramento deixa 3.500 jovens no desemprego

Novo Jornal
23 De Junho de 2023

Um mês depois do encerramento de mais de 300 armazéns que se dedicavam à comercialização de produtos a grosso e a retalho em vários pontos da capital, o Governo da Província de Luanda (GPL) garante já ter disponíveis 200 novos estabelecimentos distribuídos pelos municípios de Cacucaco, Viana e Cazenga, para albergarem os grossistas antes instalados no perímetro urbano.

Em declarações ao NJ, o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do GPL, wilson dos Santos, explica que, após a conclusão do processo de transferências iniciado na semana passada, os comerciantes terão isenção de pagamento da renda dos imóveis durante um período de três meses.

Os referidos estabelecimentos, apurou o NJ, foram construídos por parceiros privados do GPL, com o intuito de receberem os comerciantes que realizam comércio a grosso nas zonas da Gajajeira, no São Paulo, Hoji-ya-Henda, Pedrinha, Congolenses e em toda a extensão da Avenida Ngola Kiluanje.

Para além dos espaços comerciais, os parceiros trabalham na construção dos Shoppings Nova Era e do Povo, com capacidade para albergar 300 armazéns cada. o encerramento dos armazéns, levado a cabo pelo GPL, faz parte da estratégia sobre o reordenamento do comércio, que começou a ser

desenvolvida em Dezembro de 2022. No total, foram fechados cerca de 400 estabelecimentos, dos quais 200 de venda a grosso e mais de 190 retalhistas.

Mais de 3.500 jovens no desemprego

Para além das perdas financeiras avaliadas em mais de dois milhões kwanzas/dia, estima-se que o encerramento tenha 'atirado' para o desemprego pelo menos 3.500 jovens.

"Temos cerca de 1.500 empregos directos e 2.000 indirectos. Essa população está em casa sem receber salários. E muitos de nós pagamos mais do que o salário mínimo nacional", desabafou o porta-voz dos comerciantes.

Câmara Pires explica que não estão contra as medidas do GPL, mas apela aos decisores cauteladas quanto aos impactos sociais e económicos desta acção. "O negócio vive do dia-a-dia", sublinha. No seu entender, os comerciantes não podem ser vistos como o "mal deste conjunto de infracções", tendo em conta que são parte integrante da sociedade dos contribuintes.

"A AGT tem os dados, os relatórios e o controlo das empresas. Entretanto, não são os comerciantes que fabricam os dados, os alvarás, nem as taxas", atira.

Até ao fecho desta edição, na madrugada de quinta-feira, 22, depois da inspecção iniciada a 12 de Junho, o GPL autorizou a reabertura de mais 20 lojas ao longo da Avenida Ngola Kiluanje.

EUCLIDES SEIA

3.18 Mais de duzentos mototaxistas recebem licenças de condução

Jornal O PAÍS
23 De Junho de 2023

A cerimónia de entrega, decorreu na terça-feira, no pátio da Administração Municipal de Cabinda, onde a administradora adjunta para o sector Político e Social, Rosa Lelo, pediu aos beneficiários responsabilidade durante o exercício da actividade de moto-taxista.

Incentivou-os a levarem a boa mensagem para outros associados, que ainda não cumpriram com a formação, para se dirigirem a Administração Municipal e a Direcção de Viação e Trânsito.

Os beneficiários prometeram colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo da acção formativa.

Por seu turno, o especialista do estudo e planeamento do Departamento de Trânsito e Segurança Rodoviária, intendente André Baza, referiu que a formação serve de ferramenta defensiva dos mototaxistas na via pública

PEDRO NICODEMOS

3.19 Taxistas e mototaxistas de Moçâmedes recebem os primeiros subsídios

Jornal de Angola

24 De Junho de 2023

Texto: Maria Cavela

Os operadores de táxi cadastrados e licenciados no município de Moçâmedes, capital da província do Namibe, começaram a receber os cartões de subvenção de gasolina.

De acordo com a directora do Gabinete Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, Carmen Machado, numa primeira fase, estão disponíveis um total de 107 cartões, dos quais 98 são destinados aos operadores de táxis colectivos (azul e branco) e 9 para os turismos (gira-bairros), existentes no município.

Durante a entrega, Cármen Machado explicou que se trata de cartões personalizados com a matrícula do meio de transporte de todos os taxistas cadastrados e licenciados no processo levado a cabo em todo o país.

"Oficializamos hoje (ontem) a entrega dos cartões em resposta às várias preocupações apresentadas pela classe no que diz respeito à medida de subvenção da gasolina. Esperamos que façam o bom uso, enquanto continua o processo de licenciamento a mais de 200 operadores cadastrados para que todos venham a beneficiar da medida", disse.

Somando com os primeiros cartões entregues aos taxistas, referiu, perfaz assim um total de 1.204 cartões que incluem dos mototaxistas que já estão a comprar a gasolina em benefício da subvenção, o que corresponde à entrega de 80 por cento dos operadores licenciados.

O presidente da Associação dos Taxistas do Namibe, Cipriano Mendes, disse que a oficialização do processo de subvenção da gasolina na província, constitui um passo importante na vida do grupo que facilita a mobilidade dos cidadãos e considera que a

classe encontra nos cartões o alívio nos gastos financeiros que têm estado a efectuar desde a subida do preço da gasolina.

Os primeiros cartões, realçou, dão garantia aos associados que existe uma vontade de resolução das preocupações apresentadas nos últimos dias ao governo da província, quando se tencionava a paralisação e possível a subida do preço da tarifa dos táxis urbanos e intermunicipais.

"O número de cartões é inferior, mas ainda assim nos foi garantido que haverá mais carregamentos de cartões nos próximos dias. Isto vai nos ajudar a evitar o descontentamento constante na classe que possa originar uma paralisação temporária dos serviços", disse.

Victor Canjeke Fragoso foi o primeiro taxista contemplado com o cartão de subvenção da gasolina em Moçâmedes. Em declarações ao Jornal de Angola avançou que há alguns dias que se sentia impossibilitado de realizar os seus trabalhos devido ao custo diário que fazia com a compra da gasolina a 300 kwanzas.

Agora, com a subvenção da gasolina, disse, vai prosseguir com a actividade que exerce há mais de 7 anos, sem sentir os custos adicionados e garantiu fazer uma mobilização dos colegas para aderirem ao cadastramento, para aquisição da licença da actividade.

3.20 Trinta hectares aguardam, no Zango, pelos grossistas das zonas urbanas de Luanda

Jornal O PAÍS

23 De Junho de 2023

Texto: André Mussamo

Este é o espaço reservado pelo Governo da Província de Luanda (GPL), para acolher todos os comerciantes a serem removidos das zonas urbanas e que não tenham alternativa individual para se reinstalar.

O jornal OPAÍS esteve no local esta semana e foi visível o engajamento de homens e máquinas que tentam a todo o custo criar as condições básicas para acolher os futuros inquilinos. No terreno já estão centenas de vendedeiras, maioritariamente

zungueiras, que foram persuadidas a deixar a "venda perigosa" que praticavam nas artérias, passeadeiras t! locais inapropriados, principalmente ao longo da via expressa Fidel de Castro.

Durante a viagem de constatação, foi notório o "desanuviar do trânsito", uma vez que os impasses artificiais resultantes da venda desordenada estão, por enquanto, removidos.

Foi nosso guia nesta missão o administrador distrital adjunto do Zango para os Serviços Técnicos e Infraestruturas, arquitecto Azevedo Silili, que garante: "Aqui cabem todos e assim terá de ser. Não vamos recuar a bem da nossa Luanda".

Para Silili, a resistência de alguns, evocando condições inadequadas no local de acolhimento, é um "falso problema. Qualquer comercial honesto saberá que o que falta fazer nas infraestruturas existentes é o mínimo. Sabendo que o Governo está por perto para auxiliar, não é na verdade um grande problema", explicou.

Sem responder e clarificar a titularidade do espaço, quando questionado se a infraestrutura era do Estado ou privada, o arquitecto Silili assegura que, mesmo que a ocupação de uma parcela nele venha a custar taxas, numa primeira fase e para incentivar a adesão, todos os novos inquilinos terão um período de três meses sem custos para permitir a adaptação.

"Felizmente, as senhoras zungueiras, que eram um dos nossos maiores problemas, dada a condição em que praticavam o comércio, estão a aderir massivamente. Isto tem implicação directa na venda a grosso, porque elas (as zungueira) são um grande nicho de clientes para os grossistas", explicou.

Assim, há uma combinação de factores que indiciam que venha a nascer grande pólo comercial no Zango 4/A e que, se conquistar este patamar, fará com que a clientela habitue-se à dança.

O consumidor, segundo previsão dos proponentes, será sempre induzido pela disponibilização de bens e serviços, versus custo/benefício.

"Sempre foi assim com o fim dos grandes mercados. Hoje vamos ao Km 30 por alguma razão. Até somos capazes de ir ao Dondo, Quibala, Waco Kungo, Porto Amboim ou Porto Quipiri para a compra do que necessitamos. A alegada distância é um falso problema", sentença o arquitecto Azevedo Silili.

Com terras abundantes, onde a tónica será a facilitação, as autoridades do distrito estão disponíveis a acolher todos os comerciantes que não se sintam cómodos em instalar -se nas infraestruturas

actuais. Está aberta a possibilidade de cada um edificar o seu espaço, mais a contento dos seus interesses e estratégia.

"O projecto em curso não visa prejudicar ninguém. O que se quer é dar melhor comodidade aos cidadãos vendedores e compradores para que tenham maior e melhor conforto. Garantir saúde e segurança em oposição ao actual atentado que é praticado todos os dias nas ruas e artérias da capital do país", esclarece o nosso entrevistado.

Acesso ainda é um problema Transformado num novo foco habitacional, com a construção de milhares de residências, tanto de forma ordenada como pela via da construção desordenada, o Zango, com apenas um ponto de entrada/ saída, enfrenta fortes constrangimentos no acesso e traficabilidade.

Levando para o território um pólo comercial que ambiciona acolher os conglomerados de grossistas, até recentemente a operarem na zona do São Paulo e Hoji ya Henda, adivinham-se dias difíceis no tráfego rodoviário. Conscientes disso, as autoridades já equacionam alternativas.

No macro-plano de operacionalização de infraestruturas económicas, como o futuro aeroporto internacional de Luanda, está prevista a construção de mais acessos à região, o que, por si só, vai também servir o futuro pólo comercial. Sem entrar em detalhes, Azevedo Silili assegura que os trabalhos dos futuros acessos podem iniciar o mais cedo possível, pelo que o comércio será também servido pelas facilidades a serem trazidas por esta infraestrutura rodoviária futura. Neste momento, segue o trabalho de cadastramento das zungueiras e outros operadores interessados na instalação no Mercado Esperança. Estão abertos três pontos de cadastramento no distrito do Zango e, no dizer do nosso entrevistado, o trabalho corre a mil maravilhas.

3.21 Artesãos clamam por mercado para a venda de peças artesanais

Jornal de Angola

28 De Junho de 2023

Texto: Arsénia Manuel

A falta de um mercado de venda e espaços para exposições de peças artesanais foram apontadas, terça-feira, pelo responsável da Associação dos Artistas Plásticos em Cabinda, como as principais dificuldades no exercício da profissão.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, a propósito do actual estado de artes na província de Cabinda, o

artesão Eduardo Luemba afirmou que a falta de espaços apropriados para venda de peças esculpidas tem estado a dificultar o seu trabalho.

Eduardo Luemba pede uma intervenção urgente do Governo local no sentido de criar um espaço condigno onde todos os artistas desde escultores e artistas plásticos possam comercializar as peças que produzem.

"A falta de um mercado para a comercialização das nossas obras tem condicionado o crescimento da arte na província", alertou o artesão, acrescentando que o quadro de dificuldades se agrava ainda mais por falta de instalações próprias.

Eduardo Luemba destacou as dificuldades que os artistas têm enfrentado, sobretudo os do ramo da escultura que têm estado a encontrar obstáculos na aquisição de matéria-prima (madeira) e no escoamento a partir das zonas florestais.

Segundo o artista, a promoção de feiras apenas em datas históricas tem se tornado uma das causas do fraco rendimento dos criadores a nível da província de Cabinda.

"A realização de feiras em datas históricas e que também não tem sido regular tem implicado bastante no baixo rendimento dos artistas, razão pela qual a nossa venda diária não tem sido positiva. Essas ocasiões para nós seriam o certame ideal para divulgar os nossos trabalhos".

Eduardo Luemba disse que o preço das peças varia entre 15 a 800 mil kwanzas, isto é de acordo com a história e a identidade de cada obra.

O artesão lamentou o facto da arte feita em Angola ser mais procurada apenas pelos expatriados, pois como reforçou pouco conhecem "a essência da nossa cultura".

Os turistas estrangeiros, continuou, são os que mais compram peças de arte em Cabinda. É difícil ver-se um nativo a comprar uma peça de escultura e colocar na sua casa, tudo porque são tidas alegadamente como coisas de feitiço que às noites podem circular dentro de casa.

O secretário provincial da cultura em Cabinda, Ernesto Barros André, reconheceu que a situação dos artistas plásticos nas províncias mais a norte do país não é das melhores. "Tudo isto que os artesões estão passar é prova de que ainda estamos longe de valorizar as matrizes da cultura nacional", disse.

Ernesto Barros André referiu que a instituição que dirige tem o registo de 14 oficinas e 119 artistas

plásticos, tendo anunciado que está em curso um projecto de construção de um mercado de cultura para a venda quer de bens de fórum artesanal, quer de medicamentos tradicionais, roupa africana e metérias de decoração de festas de casamento tradicional.

A ideia do projecto, segundo Ernesto Barros André, é de congregar num só espaço todos os materiais produzidos por esses fazedores de arte de modos a valorizar a sua profissão.

Ernesto Barros André deu a conhecer que o local encontrado para a construção do mercado de cultura poderá ser nas imediações do Aeroporto Maria Mambo Café, um espaço encontrado pela Administração municipal de Cabinda.

O secretário provincial da Cultura em Cabinda apelou os cidadãos, quer nacionais, quer expatriados, a comprarem os produtos artesanais produzidos, enquanto para as unidades hoteleiras chamou a atenção para a necessidade de promoverem a arte de escultura e outras de fórum artesanal, com a realização de exposições nos referidos espaços hoteleiros.

3.22 Presidente autoriza adjudicação de contratos para a construção de infraestruturas

Jornal de Angola
28 De Junho de 2023

O Presidente João Lourenço autorizou a despesa e formalizou a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, pelo critério material, por razões de financiamento externo, para a adjudicação dos Contratos de Empreitada de Obras Públicas para a Construção das Infra-estruturas Integradas da Cidade do Huambo, na província com o mesmo nome.

De acordo com o Despacho Presidencial nº 149/23, do dia 26 deste mês, consultado pelo Jornal de Angola, o Presidente da República autorizou, igualmente, a Aquisição de Serviços de Fiscalização da referida empreitada, delegando competência ao ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação – com a faculdade de subdelegar, para praticar todos os actos de aprovação das peças do procedimento, bem como para a verificação da sua validade e legalidade, incluindo a celebração e assinatura dos referidos contratos.

Considerada, no passado, por cidade vida de Angola, o nome da urbe deve-se ao exímio caçador Wambo

Kalunga, oriundo da região de Seles, província do Cuanza-Sul, que se foi instalar, no século XV, no território da Caála, nesta província, nas zonas do Ussombo, Makolo e Kondombe.

Denominada Nova Lisboa em 1928, recuperou o nome anterior após a Independência Nacional, em 1975.

A cidade do Huambo foi um pólo de desenvolvimento económico, industrial e agro-pecuário e um centro de excelência no domínio académico, nomeadamente na área da investigação agrária e veterinária.

O município do Huambo, um dos 11 da província com o mesmo nome, tem uma população estimada em 900 mil habitantes, distribuídos em três comunas (Calima, Chipipa e Sede, esta última com seis sectores).

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 FMI aperta e Estado avança para retirada ou diminuição dos subsídios aos combustíveis

Jornal O País

2 De Junho de 2023

Texto: Ladislau Francisco

A retirada ou pelo menos diminuição dos subsídios aos combustíveis é um assunto que não é de hoje, apontou o especialista em finanças, Walker García, que referiu em declarações ao jornal OPAÍS que desta vez deve mesmo avançar, devido à forte pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O director do Centro de Investigação Económica da Universidade Lusíada afirmou que essa organização internacional exige isso há algum tempo e agora, em caso de não se avançar, Angola pode ter a porta fechada aos apoios futuros.

De acordo com este economista, a consequência natural do aumento é a de que as pessoas vão ter de pagar mais, mas "tem que ser", pois não é saudável estar se a pagar menos que o real preço do produto, ainda mais tendo em conta os efeitos que este causa à economia.

O especialista em finanças referiu que em caso de aumento dos preços, estes devem se ficar pelos 300 e 360 kwanzas, por considerar que do ponto de vista social, os subsídios impedem o Estado de dar mais a quem realmente precisa.

"Veja que o Estado deixa de poder guardar para subsidiar, e deixa de poder fazer mais para poder subsidiar", disse, salientando que mesmo que a subvenção aos combustíveis são a pior forma de fazer política social.

Questionado sobre a provável subida dos preços dos produtos, que o aumento dos combustíveis pode desencadear, o académico realçou a importância de se começar de forma gradual e na gasolina, tendo em conta que não há razão para aumentos "até porque os taxistas que usam gasolina terão apoio".

Entretanto, Walker García adverte que as pessoas devem estar preparadas para aumentos por

conta dos aproveitadores. Pelo que, apela ao Estado para reforçar o controlo e a fiscalização. Os contornos da retirada dos subsídios são, em geral, desconhecidos, mas Heitor de Carvalho aponta para a decisão acertada, pois permitirá ao Estado, maior conforto para avançar com outras demandas, tão ou igualmente importantes. Além de permitir uma efectiva materialização da economia de mercado, onde os preços são definidos pelo que são e pelo que o mercado oferece sem máscaras, como são os subsídios.

O também economista Faustino Mombica partilha da mesma opinião, afirmando que a retirada ou diminuição dos subsídios vai gerar uma escalada de preços por conta da ligação transversal a todos os preços. Para este economista e político, a medida é precipitada e não caminha rumo ao que se deseja que é a estabilidade macro-económica. Mombica entende ser mais importante avançar com outras medidas antes dessa, como os casos de mais investimento na produção interna, bem como o aumento da produção de energia de fontes mais baratas, que podem diminuir os efeitos da retirada dos subsídios.

Faustino Mombica afirma que apesar de ser quase que uma obrigação do FMI, Angola devia ter outro posicionamento, aliás, o país tem várias outras questões e caminhos a seguir. No seu ponto de vista, não se pode sujeitar à vontade do FMI, mesmo quando isso pode resultar numa crispação social, como o que pode mesmo vir a acontecer.

Tendo o pano já caído, Mombica aponta para o facto de a verdadeira questão não ser a existência dos subsídios, mas a de quem, efectivamente, merece os subsídios. "Na minha visão, está a beneficiar mais os que não deviam beneficiar deles", frisou.

Para o também deputado à Assembleia Nacional, os subsídios servem mais aos que, na verdade, têm condição para viver sem eles. A título de exemplo, citou o caso das grandes empresas ligadas ao ramo de logística e venda de combustíveis, algumas que chegam mesmo a vender ao Governo. "Compram o combustível subsidiado, mas vendem a preço mais alto".

Desabafou que os parlamentares beneficiam destes subsídios quando têm condição para arcar com as despesas sem o suporte dos mesmos. "Insisto que devia ser feita uma análise séria sobre quem, efectivamente, precisa, para podermos ter uma situação eficiente e não, necessariamente, avançar para a retirada", rematou.

4.2 As 29 razões que justificam o ajustamento do preço da gasolina

Jornal Economia e Finanças
9 De Junho de 2023

1. A atribuição dos subsídios aos preços dos combustíveis é uma medida económica e social, resultante de uma combinação entre a política fiscal e a política de rendimento e preços, respaldada pelo Decreto Presidencial nº 206/11, de 29 de Julho, que aprova as Bases gerais para a Organização do Sistema Nacional de Preços e pelo Decreto Presidencial nº 283120, de 27 de Outubro, que estabelece o Modelo de Definição dos Preços dos Produtos Derivados do Petróleo Bruto e do Gás Natural.

2. Apesar de os subsídios aos combustíveis visarem mitigar o impacto do preço desta categoria de derivados do petróleo na economia em geral, bem como tornar estes produtos acessíveis às populações mais desfavorecidas, verifica-se que o seu impacto nas contas públicas é adverso aos objectivos pretendidos, pois, origina um custo fiscal tendencialmente crescente e insustentável a médio e longo prazos, em sacrifício da capacidade financeira do Estado para investir em serviços básicos e projectos de desenvolvimento social.

3. O progressivo e regular aumento do diferencial entre os preços fixados e os preços de mercado aumenta o custo assumido pelo Estado e consequentemente as dotações orçamentais destinadas ao pagamento de subsídios aos combustíveis, o que, por um lado, ameaça a sustentabilidade fiscal e, por outro, a solvabilidade do segmento do downstream da indústria petrolífera, com o risco de insolvência das empresas do sector e a escassez destes produtos no mercado.

4. Até Dezembro de 2022 os preços de mercado situaram-se em 452 por cento; 578 por cento; 202 por cento e 279 por cento acima dos preços fixados, respectivamente para o LPG (gás de cozinha), Petróleo Iluminante, Gasolina e Gasóleo, tendo gerado, subsídios a preços de Kz 551 mil milhões, Kz 1,2 bilião, e Kz 1,98 bilião, respectivamente nos anos de 2020, 2021 e 2022, totalizando para o período em referência o valor de Kz 3,73 biliões.

2) CARACTERIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS AOS COMBUSTÍVEIS

5. Na actualidade, o LPG (Gás de cozinha), o Petróleo Iluminante, a Gasolina e a Gasóleo são combustíveis sujeitos ao regime de preços fixados, por força da aplicação parcial do Decreto Executivo Conjunto nº 331/20, de 16 de Dezembro, do qual

decorre a atribuição de subsídios aos preços, calculados pela diferença entre os preços de mercado e os preços fixados.

6. O Petróleo Iluminante, a gasolina, o gasóleo e o LPG (gás de cozinha), têm os preços fixados em Kz 70,00/litro, Kz 135,00/litro, Kz 135,00/litro e Kz 100,00/Kg, respectivamente. Ao passo que os preços médios ponderados de mercado destes produtos, ao longo de 2022, atingiram as cifras de Kz 476,77/litro, Kz 535,27/litro, Kz 589,86/litro e Kz 488,87/Kg, respectivamente (Anexo)

7- Os dados apurados evidenciam que em 2022, o Estado assumiu uma subvenção total de Kz 1,98 bilião, sendo o gasóleo o combustível que representa o maior peso desta despesa, no valor de Kz 1,35 bilião o que corresponde a 68,1 por cento do total, seguido da gasolina com um valor de Kz 458.78 mil milhões, correspondente a 23,2 por cento do total. O valor contabilizado deste tipo de subsídios, no ano de 2022, representa cerca de 92 por cento das despesas com saúde e educação do OGE do mesmo ano, cifradas no montante de Kz 2,15 biliões, o que se mostra incomportável do ponto de vista da gestão da política fiscal.

8. Considerando a estimativa de preços e quantidades, assim como o respectivo subsídio unitário para cada produto, estima-se que na ausência do ajustamento dos preços, a subvenção aos combustíveis por parte do Estado atinja os Kz 6,73 biliões nos próximos três anos (2023, 2024 e 2025).

9. De acordo com a projecção da população (34 094 077) e dos subsídios (Kz 1,82 biliões) em 2023, infere-se que neste ano, teoricamente, o subsídio per capita ao combustível será de Kz 53- 405,09, no entanto, em termos práticos este subsídio beneficia muito mais os maiores consumidores de combustível, em cerca de Kz 210.000,00, per capita, aumentando o fosso entre os mais ricos e os mais pobres, em detrimento dos segmentos mais desfavorecidos, como é o caso das populações do meio rural, urbano ou periurbano que têm um consumo reduzido ou nulo de combustível, e vivem com condições mínimas de subsistência.

3) EFEITO DA CONTINUIDADE DAS SUBVENÇÕES AOS COMBUSTÍVEIS PARA A ECONOMIA

10. Dada a sua magnitude e a ineficiência na sua alocação, a manutenção dos subsídios aos combustíveis constitui um custo e risco fiscal de grande magnitude, e não contribui para o crescimento económico, já que propicia o contrabando para os países vizinhos que praticam

preços 70 por cento acima do preço em Angola, cria distorções nos preços relativos, não contribui para a sustentabilidade da maior empresa pública nacional, bem como não beneficia significativamente as camadas mais pobres.

11. Em virtude da Autuação dos preços de mercado, a fixação actual provoca o contínuo agravamento dos encargos com subsídios a preços, considerando para o período de 2020 a 2025 o valor acumulado da subvenção aos combustíveis, poderá atingir Kz 8,1 biliões (dos quais Kz 3.5 biliões correspondentes ao período de 2020 a 2022) que acrescido à dívida histórica das instituições e empresas públicas à Sonangol estimada em Kz 600 mil milhões, totaliza Kz 8,7 biliões como valor da dívida do Estado à Sonangol para o período em referência.

12. Este nível de custo é financeiramente insustentável, quer por via do OGE quer por via de compensação fiscal, uma vez que no período em análise, os subsídios aos combustíveis superaram a totalidade dos impostos petrolíferos devidos pela Sonangol em 2021 em 70 por cento e estima-se que poderão ser superiores em 28,5; 44 e 43 por cento, respectivamente em 2022, 2023 e 2024, o que sem espaço de compensação, poderá atingir a cifra total acumulada de Kz 2,4 biliões, correspondente à aproximadamente 3,5 por cento do PIB (2022) e cerca de 20 por cento do OGE previsto para 2023.

4) ESTRATÉGIA PARA REMOÇÃO DOS SUBSÍDIOS AOS COMBUSTÍVEIS

13-A A estratégia de remoção dos subsídios, tem como base as especificidades de cada produto, nomeadamente:

Gasolina: é utilizada, sobretudo, pelos veículos automóveis ligeiros (incluindo veículos de transporte particular, alguns de elevada cilindrada - classificados como bens de luxo, veículos de transporte público urbano e intermunicipais, vulgo candongueiros), motociclos, bem como alguns geradores de baixa potência, sendo consumida directamente pela maior parte da população, em comparação com o gasóleo;

Gasóleo: é o combustível que tem o maior impacto na economia por ser maioritariamente utilizado pelos veículos pesados de transportes de carga, pelos veículos pesados de transportes de passageiros, pela indústria, para geração de energia da rede pública e para o sector da agricultura e pescas;

Petróleo Iluminante: não é disponibilizado nas bombas de combustíveis de venda ao retalho, sendo utilizado maioritariamente para iniciar a combustão do carvão ou da madeira pelas populações mais

desfavorecidas, bem como para fins industriais como a fabricação de verniz e outras aplicações.

LPG (Gás de Cozinha): é utilizado para confeccionar alimentos por cerca de 60 por cento dos agregados familiares, com maior incidência para as classes baixa, média, media 'alta e classe alta.

14. Atendendo as características propõem-se a remoção parcial do subsídio ao preço da Gasolina a partir do segundo Trimestre de 2023 e a remoção parcial e progressiva do subsídio dos preços do Gasóleo e Petróleo Iluminante, até 2025.

15. De acordo com a figura supra, prevê-se que a partir do segundo trimestre de 2023, o preço da gasolina passe de Kz 160,00 para Kz 300,00, correspondendo a um incremento de 87,5 por cento e uma redução do subsídio unitário médio ao passo que o preço dos demais combustíveis permanece inalterado.

16. Posteriormente, com a almejada remoção de 100 por cento dos subsídios do gasóleo e gasolina resultará num preço ainda competitivo a nível da região, mantendo Angola como o país com os preços mais baixos destes combustíveis.

17. Outrossim, opta-se por manter o subsídio ao gás de cozinha, assegurando-se assim o acesso ao produto a um preço acessível, enquanto bem de consumo massivo pelas populações.

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DA REMOÇÃO DOS SUBSÍDIOS AOS COMBUSTÍVEIS

18. É proposto um conjunto de medidas de mitigação, na forma de subsídios e transferências sociais e monetárias, para o curto e médio prazos, que são transversais e segregadas em dois domínios, designadamente, o domínio do apoio às empresas e o domínio do apoio às famílias e trabalhadores.

19. Adicionalmente, são propostas medidas de médio e longo prazos que se consubstanciam na alocação da poupança fiscal líquida na melhoria dos serviços básicos nos sectores da educação e saúde,

20. As medidas de curto e médio prazos terão uma incidência expressiva em 2023 e 2024, anos dos ajustamentos mais agudos, e serão progressivamente descontinuadas, até atingirem valores residuais nos anos subsequentes a 2025.

21. Entretanto, as medidas com natureza de investimento para a melhoria dos serviços básicos tenderão a serem intensificadas no médio e longo prazos, ao ritmo de solidificação dos ganhos

económicos e da poupança fiscal resultante do ajustamento dos preços.

22. A eficácia do ajustamento parcial do preço da gasolina pressupõe a implementação das seguintes medidas:

L Medidas de Curto e Médio Prazos

- c) Subvenção à Agricultura e Pescas
- d) Subsídios aos Taxistas e Moto-taxistas
- e) Subvenção ao Transporte de Mercadorias

1.2 Apoio às Famílias e Trabalhadores

- a) Capitalização do Fundo Nacional de Emprego de Angola (FUNEA)
- b) Reforço do Programa Kwenda
- c) Redução do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho (IRT)
- d) Subsídios aos utilizadores de transportes Rodoviários

6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

23. Os subsídios aos preços dos combustíveis são atribuídos pela diferença dos preços de mercado, sendo que até Dezembro de 2022, os preços de mercado situaram-se em 452; 578; 202 e 279 por cento acima dos preços fixados, respectivamente para o LPG, Petróleo iluminante, Gasolina e Gasóleo, tendo gerado subsídios a preços de Kz 551 mil milhões, Kz 1,2 biliões, e Kz 1,98 biliões, respectivamente para os períodos de 2020, 2021 e 2022, totalizando para o período em referência o valor de Kz 3,73 biliões, com tendência de crescimento e aumento do inerente custo fiscal.

24. A remoção dos subsídios aos combustíveis afigura-se importante, tendo em vista que beneficia particularmente os grandes consumidores, em detrimento da população mais vulnerável, havendo necessidade de proceder a realocação deste subsídio, de forma a cessar a sua atribuição indiscriminada, privilegiando-se a subsídição directa e para os segmentos de maior impacto social, auxiliando directamente as populações mais desfavorecidas.

25. A estratégia de remoção considerada viável propugna a conciliação do ajustamento parcial e imediato do preço da gasolina, incrementando o preço na bomba em 87,5 por cento, ou seja dos actuais Kz 160,00 para Kz 300,00, valores que representam um menor impacto na inflação e risco de convulsão social. Permitindo, deste modo, a

projecção do aumento progressivo dos preços do gasóleo e petróleo iluminante nos anos de 2024 e 2025, sem pré-juízo do potencial impacto global nos preços dos próximos períodos, pelo aumento do custo de incerteza em relação à possibilidade de existirem flutuações futuras no mercado internacional.

26. A remoção progressiva e gradual dos subsídios aos combustíveis até 2025, tem a vantagem de não criar imediatamente um incremento financeiro de vulto, mas requer a antecipação de medidas de mitigação, com efeito no médio e longo prazos, bem como um trabalho contínuo na calibração das outras medidas e da acção comunicativa para amenizar os sucessivos choques em cada momento de ajuste.

27. Da análise feita por tipologia de produto, apurou-se que além dos efeitos directos no consumo, alguns destes combustíveis têm impacto na produção, distribuição e transporte de bens e serviços, destacando-se a relevância do gasóleo como um importante insumo na produção de electricidade para as famílias e empresa se da gasolina como combustíveis dos veículos ligeiros, pelo que, a remoção dos subsídios nesses combustíveis gera tem um impacto significativo na inflação e na solvabilidade das famílias.

28. A implementação das medidas de mitigação, nomeadamente o redireccionamento das poupanças com os subsídios para os sectores específicos e críticos, do ponto de vista socioeconómico, como a energia, transportes públicos e social, pode atenuar o efeito da remoção e garantir o ajustamento ao novo paradigma no médio prazo (2 a 3 anos), melhorando-se a eficiência dos gastos públicos e simultaneamente, o apoio dítico ambiental sustentável.

29. Para além das medidas de curto prazo, é crucial desencadear medidas de médio e longo prazos, através do reforço das dotações orçamentais dos sectores da educação e saúde com verbas provenientes da poupança fiscal líquida visando eficaz a redistribuição da renda nacional.

4.3 Orçamento Participativo melhora prestação dos serviços públicos

Jornal de Angola

11 De Junho de 2023

O docente e escritor Fernando Kituxi apresentou, em Luanda, a sua obra sobre o “Orçamento Participativo em Angola (OP)”, que aborda aspectos relacionados

com a melhoria da prestação directa dos serviços públicos para os cidadãos.

Segundo o autor, o livro com o custo de 8.000 kwanzas por unidade, e 224 páginas, apresentado na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP), é o primeiro no mercado nacional, a abordar matéria relacionada com o Orçamento Participativo no qual se faz uma contextualização do orçamento local trazendo à memória a origem do orçamento e os tipos de orçamento, sobre o sistema orçamental angolano, bem como do OP como Ferramenta de arrecadação de receitas no âmbito municipal.

Outras questões abordadas estão relacionadas com OP no mundo e em África, o enquadramento legal sobre o OP em Angola onde se destaca o Art. 21º da Constituição da República de Angola (CRA), as metas do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018-2022 que indicam a iniciativa da implementação do OP e realçam a figura da participação do cidadão na definição das políticas públicas, assim como o OP como um instrumento que valoriza as ideias colectivas.

O também coordenador do Comité Técnico de Gestão do Orçamento do município de Talatona, disse que o trabalho apresentado surge precisamente para descrever a implementação do processo participativo em Angola que apareceu mediante a aprovação pelo Executivo angolano por via dos Decretos nºs 234/19 e 235/19 ambos de 22 de Julho, que institucionalizam o orçamento participativo a nível municipal.

O docente esclareceu que, ao contrário do Orçamento Geral do Estado (OGE) que é aprovado pelos deputados, através da democracia representativa, o Orçamento Participativo tem como objectivo reforçar os princípios democráticos que ajudem na melhoria da prestação directa nos serviços públicos para os cidadãos, por via da intervenção dos mesmos no processo de identificação dos problemas locais e na tomada de decisão, fazendo com que as políticas públicas a serem implementadas estejam na solução dos principais problemas locais. Daí, a grande importância que o cidadão detém em todas as fases do processo do Orçamento Participativo e por esta razão, é crucial a sua participação nos vários processos inerentes ao desenvolvimento junto das comunidades, desempenhando deste modo o seu dever cívico.

O autor clareou que, quando se fala de orçamento existe uma vertente económica e as vantagens que ela pode trazer neste sentido é que todos os gestores de bens públicos e não só, doravante vão ter a

oportunidade de olhar para a questão do orçamento no aspecto das receitas e não apenas nas despesas.

4.4 AGT prevê arrecadar mais de 4 mil milhões kwanzas com IVM Patrícia Oliveira

Jornal O PAÍS

16 De Junho de 2023

Texto: Patrícia Oliveira

Edson Martins informou ou que até ao momento foram arrecadados mais de 2 mil milhões de kwanzas com o pagamento do IVM, cuja fase de cobrança decorre de Janeiro a Junho. Depois desta fase, dar-se-á início ao período de cobrança coerciva, a decorrer de Julho a Dezembro.

"O Imposto sobre os Veículos Motorizados (IVM) prevê arrecadar 4.7 milhões kwanzas sem 2023", revelou.

Edson Martins disse que estão programados, para as próximas semanas, encontros com representantes dos taxistas, dos transportadores marítimos e aéreos para maior sensibilização. Com tais encontros, pretendem também aumentar a literacia fiscal e consciência sobre o cumprimento das obrigações tributárias por parte dos cidadãos.

Além disso, os encontros vão servir para esclarecimentos sobre o pagamento do IVM e como proceder caso o veículo esteja paralisado. Por outro lado, pretendem ouvir as inquietações dos proprietários de embarcações de pesca artesanal, em relação ao pagamento do imposto.

"Temos recebido algumas reclamações dos proprietários das embarcações, por esse motivo vamos ouvi-los para que quando surgir alguma alteração no pagamento levar em consideração a informação que de lá colhermos", explicou.

Edson Martins apela aos proprietários de veículos que devem dar baixa dos meios que estão inoperante ou foram vendidos para evitar que estejam no sistema como devedores do Estado.

Segundo o responsável, este mês de Junho o nível de arrecadação do IVM temo maior pico em relação aos meses anteriores pelo facto de ser o último para o pagamento de forma voluntária, caso não queiram pagar multa de 25% do valor imposto.

Edson Martins lembrou que os proprietários de veículos automóveis dispõem de ferramentas digitais Administração Geral Tributária (AGT) que vão

garantir maior celeridade no processo de pagamento do IVM, que substitui a Taxa de Circulação.

Disse, igualmente, que o imposto pode ser liquidado a qualquer hora, com maior comodidade, por via do acesso ao website da AGT <https://agt.minfin.gov.ao>. O contribuinte deve aceder ao website da, AGT, seleccionar Aceder em Serviços Electrónicos e, a seguir, Aceder em Imposto sobre os Veículos Motorizados.

"A cobrança do imposto é sempre realizada com base no exercício anterior. Para as novas aquisições de veículos automóveis, em que não tenham sido previamente matriculadas ou registadas, o contribuinte poderá pagar apenas no ano seguinte pela propriedade ou posse do veículo motorizado", explicou.

Edson Martins aconselha a não deixarem para o último dia o pagamento do IVM quando têm seis meses para efectuar e até de forma faseada. Quando assim acontece, verifica-se enchentes nas repartições fiscais.

De lembrar que as isenções para o IVM incidem sobre os bens do Estado, autarquias, partidos políticos, missões diplomáticas e consulares, "quando haja reciprocidade entre os Estados", as organizações internacionais nos termos de acordos celebrados com Angola bem como os veículos adaptados para pessoas com deficiência e tractores agrícolas.

Os proprietários de veículos auto- móveis têm menos de um mês para realizar o pagamento Imposto sobre os Veículos Motorizados (IMV), caso não aconteça terão de pagar uma multa de 25% do valor imposto. Actualmente, a AGT conta com 629 mil veículos cadastrados desde veículos terrestres, embarcações e aéreos.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Cerca de 90 mil agentes mobilizados para o Censo Geral da População

Jornal de Angola

3 De Junho de 2023

Texto: Alberto Quiluta

Cerca de 90 mil agentes vão assegurar os trabalhos do Censo Geral da População e Habitação a realizar-se no próximo ano, em todo o país, avançou, ontem, em Luanda, o director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE).

"O Censo Geral da População e Habitação acontece a 19 de Julho de 2024, num período de aproximadamente 15 dias, mas, antes, é necessário que se desenvolvam determinadas actividades, com destaque para a preparação da actualização da cartografia", disse José Calengi, durante um seminário que visou capacitar funcionários do INE, de modo a sensibilizar a população sobre os objectivos e a importância do recenseamento da população e habitação.

José Calengi explicou que estão a ser criadas as condições humanas, materiais e logísticas para que o Censo Geral da População e Habitação atinja os objectivos preconizados.

O director-geral do Instituto Nacional de Estatística acrescentou que os custos do censo de 2024 vão ser menores em relação ao de 2014, devido às novas tecnologias.

Censo Digital

O recenseamento de 2024 é considerado como o Censo Digital, segundo o director-geral do Instituto Nacional de Estatística. "Vamos trabalhar com Tablets, com vista a tornar o processo mais rápido e seguro, bem como impedir os constrangimentos de 2014". Segundo José Calengi, o Censo Digital vai facilitar a recolha de informações, que chegam de forma automática à base de dados.

Censo Piloto

O director-geral do Instituto Nacional de Estatística deu a conhecer que está a ser feita a actualização cartográfica, para a realização do Censo Piloto, a 19

de Julho deste ano, nas províncias de Luanda, Bengo, Cuando Cubango, Lunda-Norte, Bié, Huíla e Cunene.

Para o Censo Piloto, acrescentou, cada província vai contar, numa primeira fase, com sete agentes, a serem reforçados com mais três ou quatro, em função da evolução do processo de preparação.

"O Censo Piloto não será realizado em toda a extensão de cada província seleccionada, vamos escolher dois municípios e uma comuna em cada um deles para a realização do processo e a partir desta base poderemos trabalhar para a definição dos custos e equipas e fecharmos o questionário e todos aspectos técnicos", explicou.

O representante residente do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Mady Baye, disse que a instituição está a trabalhar com o Governo na preparação do Censo Geral da População e Habitação.

Mady Baye defendeu a necessidade de os órgãos de comunicação social reforçarem a divulgação do processo, para que a população seja informada sobre os objectivos e importância do Censo Geral da População e Habitação.

O seminário contou com a participação de membros do Executivo, representantes de Organizações Não-Governamentais e da sociedade civil.

5.2 Executivo apresenta 4ª edição da Feira dos Municípios e Cidades

Jornal de Angola

6 De Junho de 2023

O Ministério da Administração do Território (MAT) e o Governo Provincial da Huíla fazem, hoje, no Lubango, o lançamento da 4ª Edição da Feira dos Municípios e Cidades de Angola, que se realiza no próximo mês de Agosto.

De acordo com uma nota enviada ao Jornal de Angola, a Feira vai reunir, num espaço bruto de 5.000 metros quadrados, no estádio da Nossa Senhora do Monte, exposições das 164 administrações municipais, dos 18 governos provinciais, ministérios, institutos públicos, empresas públicas, entidades reguladoras, empresas privadas, startups, representantes das organizações da sociedade civil, entre outras entidades.

A decorrer sob o já tradicional lema "A vida faz-se nos municípios", a província da Huíla acolhe a actividade, depois de Benguela, em 2018. O acto formal de lançamento da 4ª Edição Feira dos

Municípios e Cidades de Angola é presidido pelo ministro da Administração do Território, Dionísio Manuel da Fonseca, e conta com a presença de governadores provinciais, representantes das empresas públicas e privadas, jornalistas nacionais e estrangeiros e demais convidados.

A Feira dos Municípios e Cidades de Angola (FMCA) é um evento que serve para partilhar informações sobre os municípios e cidades, respectivos programas, projectos e oportunidades de investimento. Com efeito, a FMCA pode ser vista como uma via para descobrir oportunidades de negócios e cooperação, bem como para conhecer as potencialidades de cada município e cidade em Angola. A FMCA tem, igualmente, como objectivo incentivar o desenvolvimento local em todo o país, bem como promover a cooperação e o intercâmbio entre diferentes cidades e municípios em Angola. Durante o evento, os participantes podem participar de palestras, exposições, reuniões de negócios e outras actividades que ajudam a mostrar as melhores práticas e experiências de municípios e cidades que alcançaram sucesso em áreas como Infra-estrutura, Turismo, Agricultura e Educação.

A última edição da Feira dos Municípios e Cidades aconteceu, em Novembro de 2018, no Estádio Nacional de Ombaka, e reuniu 250 empresas dos 164 municípios do país e representantes de seis departamentos ministeriais.

5.3 Feira dos Municípios e Cidades é uma janela de oportunidades

Jornal de Angola

7 De Junho de 2023

Texto: Domingos Mucuta

A Feira dos Municípios e Cidades de Angola (FMCA 2023) é uma janela de oportunidades para a promoção e desenvolvimento das potencialidades económicas, culturais e sociais de diferentes regiões do país, considerou, ontem, na cidade do Lubango, o ministro da Administração do Território.

Dionísio Manuel da Fonseca fez esta consideração durante o acto de lançamento oficial da 4ª edição da FMCA, marcada para o mês de Agosto, no Lubango, província da Huíla, numa cerimónia assistida pelos governadores provinciais da Huíla, Benguela, Cunene, Namibe e representante do Cuando Cubango.

Com a feira, disse, o Governo pretende criar espaços para a apresentação e exposição das potencialidades locais, promover a atracção do investimento privado

sustentável e contribuir para o desenvolvimento económico e social dos municípios.

"A feira é uma boa oportunidade para o desenvolvimento local. É um momento de diálogo e de partilha. Dialogaremos, disponibilizando espaço para apresentar e expor os trabalhos desenvolvidos a nível local, para mostrar potencialidades económicas e sociais e divulgar os hábitos e costumes de municípios e cidades de Angola", declarou.

O governante disse que o evento, a acontecer em simultâneo com a 9ª edição do Fórum Nacional de Municípios e Cidades de Angola, vai, também, promover hábitos e costumes de todos os povos dos municípios do país.

Dionísio da Fonseca referiu, também, que o certame serve de barómetro para avaliar a implementação dos projectos e programas do Executivo a nível local, bem como criar uma plataforma permanente de debate e diálogo entre os órgãos centrais e locais do Estado com a sociedade.

"Partilharemos criando parcerias entre municípios e cidades de Angola, captando as boas práticas de governação local, nacionais e estrangeiras, para aperfeiçoamento dos processos e metodologias de trabalho, promovendo o estabelecimento de parcerias entre os municípios com os investidores privados e com instituições públicas interessadas a municipalizar serviços", adiantou.

O ministro convidou todos a participarem da feira. "Venham conhecer Angola, nossa terra, nossa Nação. Venham para conhecer as novas dinâmicas da governação local. Nos dias 10 e 13 de Agosto, a cidade do Cristo Rei receberá todos de braços abertos", reiterou.

A Feira dos Municípios e Cidades de Angola é realizada no intervalo de dois anos, sob o lema "A vida faz-se nos municípios". A última foi realizada em 2018, na cidade de Benguela. A pandemia da Covid-19 impediu a realização da 4ª edição, em 2020.

Troca de experiências

O governador provincial da Huíla, Nuno Mahapi Dala, considera a Feira dos Municípios e Cidades de Angola um marco importante no calendário económico nacional, por reunir representantes das diversas localidades do país num ambiente propício para partilha e aprendizagem.

Nuno Mahapi Dala disse que a FMCA serve para a partilha de ideias, troca de experiências sobre dinâmicas de governação e de soluções para os desafios enfrentados nas comunidades, além de

permitir estabelecer contactos, gerar parcerias duradouras, rumo ao desenvolvimento e progresso sustentável das localidades nacionais.

"Esta feira, marcada para Agosto, não será apenas um espaço para a apresentação de projectos e programas, mas também para consolidar boas práticas e fortalecer relações entre os diversos actores envolvidos na governação local. É, também, um momento para aprendermos uns com os outros", disse o governador, que acredita "existirem soluções para os problemas comuns".

"Os cidadãos da Huíla, em geral, e do Lubango, em particular, aguardam com expectativa e, tal como o Cristo Rei, de braços abertos, para dar boas-vindas a todos os visitantes", afirmou, antes de reforçar o convite para a participação massiva.

Detalhes desta edição

A 4ª edição da Feira dos Municípios e Cidades de Angola acontece no Estádio da Nossa Senhora do Monte, numa área de cinco mil metros quadrados. A feira tem confirmada a participação de 68 municípios, os 18 governos provinciais e todos os gabinetes ministeriais do Governo.

O presidente do Conselho de Administração do Grupo Arena, Bruno Albernaz, disse que a feira vai proporcionar espaço adequado para a exposição e diálogo num modelo atractivo.

Bruno Albernaz informou que o horário da exposição é das 10 às 20 horas e as conferências acontecem das 10 às 18 horas. A organização vai reservar espaço para a promoção da cultura nacional até às 22 horas.

5.4 Requalificação dos túmulos dos reis do Ndongo está para breve

Jornal de Angola

8 De Junho de 2023

Texto: Venâncio Victor

Ndongo era um Estado tributário do Reino do Congo, juntamente com vários outros pequenos reinos, como o do Ambundo, no Sul, e do Cacongo, no Norte, que sempre estiveram em conflito. Mas o Congo conseguiu cobrar tributos desses Estados, antes da colonização portuguesa.

Localizado no município de Marimba, que dista aproximadamente 200 quilómetros a Norte da cidade de Malanje, a reconfirmação da requalificação dos túmulos dos soberanos do Reino do Ndongo, na região do Muculo-a-Ngola, que traduzido para o

português significa "Mais velho de Angola", coube ao director nacional das Comunidades e Instituições do Poder tradicional, Albano Cufuna.

Depois de visitar os túmulos dos soberanos Ngola Kiluanje, Njinga Mbande, Mbingue a Mbande e Ngunza a Mbande, o director nacional das Comunidades e Instituições do Poder Tradicional, Albano Cufuna, confidenciou que está previsto, igualmente, a construção do palácio para acomodar o actual Rei do Ndongo, 40 residências para os membros da corte real, instituições de ensino, unidade sanitária, jango comunitário e outros equipamentos sociais.

A mesma mensagem foi passada durante o encontro de auscultação com as autoridades tradicionais e a população do sector de Cabombo, comuna de Dala Samba, quando Albano Cufuna procedia à apresentação do projecto de requalificação.

"A urbanização do Reino do Ndongo visa, fundamentalmente, contribuir para a criação de melhores condições de vida às populações locais, de forma a valorizar e honrar a memória dos reis e seus ancestrais", disse.

Ao jornal Angoleme, um dos títulos do grupo Edições Novembro, Albano Cufuna reafirmou que o projecto começa a ser implementado muito em breve, uma vez que já tem financiamento e decorrem estudos para o arranque das obras.

Embora esteja aprovado, advertiu que a efectivação do projecto, cujo estudo técnico teve início em 2014, depende em parte significativa da reabilitação das vias de acesso até ao Ndongo.

"O obstáculo maior que vimos neste momento são as estradas, pois como sabemos sem estradas em condições fica difícil fazer esse trabalho. Importa juntar o útil ao agradável, porque vimos que da forma como estão as estradas não vamos pensar apenas em fazer o memorial e a requalificação dos túmulos e, sim, pensar nas vias de acesso, cuja responsabilidade recai ao Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação", disse.

Sem revelar o valor disponibilizado para o projecto, o director nacional das Comunidades e Instituições do Poder Tradicional explicou que, mesmo diante da sua recente revisão e devidas alterações, o dinheiro está garantido.

Além de ressaltar a presença entre os visitantes do vice-governador de Malanje para o sector Político, Económico e Social, Domingos Eduardo, do director-geral adjunto do Instituto Nacional de Fomento do Turismo, Agostinho Xavier, e de

especialistas na área, Albano Cufuna frisou que a estada no local permitiu constatar condições para possíveis alterações do projecto, atendendo a necessidade da unificação dos túmulos no mesmo memorial.

"Como se sabe, os túmulos encontram-se separados, sendo os da Rainha Njinga Mbande e de Ngola Kiluanje num lugar, e dos irmãos Mbingue a Mbande e Ngunza a Mbande num outro sítio", disse Albano Cufuna, sublinhando a mais-valia que representa a requalificação dos vários reinados a nível do país, nomeadamente, do Bailundo, Kwanhama, Reino do Kongo, parte do Reino do Bié e o Reino do Ndongo.

Orientação do Presidente da República

O vice-governador Domingos Eduardo destacou que a visita ao Reino do Ndongo e a sua consequente requalificação decorre do cumprimento de uma orientação do Presidente da República, João Lourenço, transmitida ao ministro da Cultura e Turismo, Filipe Zau, e ao governador de Malanje, Marcos Nhunga, para responder a uma promessa eleitoral proferida o ano passado.

"O Presidente ordenou a criação de uma comissão para ouvir os mais velhos para realizar essa promessa, apesar de reconhecermos o problema das estradas que é primordial para a materialização deste objectivo", disse.

Domingos Eduardo afirmou que o Presidente da República está preocupado com a situação do Memorial, do Palácio dos Reis do Ndongo e das estradas dos arredores da região. O governante fez saber que o encontro de auscultação com as autoridades tradicionais permitiu fundamentalmente ouvir as várias experiências com vista a uma maior valorização e dignidade dos soberanos do Ndongo.

Urbanização do Reino

Buba Nvula Dala Mana ou Cabombo, actual Rei do Ndongo e 45º sucessor do reinado, reclama há anos que os túmulos necessitam de um memorial e outras infra-estruturas que lhes possam conferir maior dignidade.

Visivelmente expectante diante dos passos dados, o soberano do Ndongo enalteceu o empenho do Governo na reactivação do projecto de urbanização da comunidade local. "A construção de equipamentos sociais visa também combater as assimetrias que se fazem sentir em relação a outros reinos", disse o rei Cabombo.

De acordo com o rei Cabombo, na qualidade de representante de Ngola Kiluanje, devia ter mais

dignidade, daí ter-se deslocado a Luanda para abordar com o Presidente da República o problema que tem a ver com o desenvolvimento do Ndongo.

Entretanto, antes de visitar as campas dos quatro soberanos e dos discursos introdutórios sobre os objectivos que nortearam a apresentação do projecto, a delegação de visitantes ao local histórico foi submetida a um ritual pelos membros da corte real do rei Cabombo. Durante o mesmo, cada integrante recebeu uma bênção (pó branco sobre a testa e nas mãos) para afastar as pessoas de má-fé, e para que tenham sucesso nas suas actividades diárias.

O director-geral adjunto do Instituto Nacional de Fomento do Turismo, Agostinho Xavier, realçou que a materialização do projecto vai permitir catapultar a província de Malanje e o país na captação de turistas nacionais e estrangeiros.

"Tratando-se de um reino importante, trará benefícios ao próprio país, na medida em que vai ser possível atrair um número considerável de turistas devido aos aspectos culturais e a sua rica história", disse Agostinho Xavier, para quem a construção do memorial, do palácio e de outras estruturas no Reino do Ndongo valoriza muito mais a memória dos ancestrais.

Mais de 400 anos de existência

Com mais de 400 anos de existência, o Reino do Ndongo compreende as províncias de Malanje, Cuanza-Norte, Bengo, Luanda e parte da Quissama. Segundo a tradição local, os reis podem ter mais de sete mulheres.

O caso do actual soberano é paradigmático. Natural da localidade de Banje-ya-Ngola, município de Cahombo, onde nasceu há 101 anos, Sua Majestade Buba Nvula Dala Mana tem 45 filhos com 12 mulheres, das quais cinco falecidas, 150 netos e 115 bisnetos.

Segundo o administrador municipal de Marimba, João Manuel, a construção do memorial constitui motivo de alegria, uma vez que os soberanos do Ndongo e da Matamba estão na génese do nome de Angola e combateram para que o povo angolano pudesse usufruir dos benefícios da liberdade.

"O meu sentimento é de dever cumprido por parte do Governo para com esta população, porque há muito carecia destas infra-estruturas que constam no projecto apresentado", disse João Manuel, acrescentando que existe um conjunto de infra-estruturas que, estando em construção, vão conferir maior dignidade às entidades tradicionais e históricas do país.

O administrador de Marimba ressaltou que, apesar de as infra-estruturas existentes adaptarem-se ao actual contexto, ainda assim, a dignidade que se vai dar à população local vai atrair turistas na região. Para que isso aconteça, frisou João Manuel, urge a necessidade de asfaltagem das vias de acesso para facilitar a circulação de veículos entre Marimba e os outros municípios da província de Malanje.

A área histórica onde estão sepultados os soberanos remonta de 1617, reactivado depois da morte de Ngola Kiluanje e de Njinga Mbande, em 1663. No local, estão também enterrados Mbinge a Mbande e Ngunza a Mbande.

O acesso às campas é totalmente limpo. A população local não arreda o pé, quando o assunto é a limpeza do local. Os dois alpendres erguidos de pau-a-pique e cobertos de capim têm a missão de proteger as campas e são renovados quase sempre, fruto da mobilização da população.

O guardião Filipe da Cunha, uma das autoridades tradicionais presentes, lamentou a pouca valorização do local, sobretudo a falta de manutenção, situação que pode resultar em desgraças para a região, desde chuvas intensas a epidemias.

Pouco se sabe sobre o reino no início do século XVI. "Ngola" foi listada entre os títulos dos reis do Congo em 1535, pelo que é provável que estivesse subordinada ao Congo. As suas próprias tradições orais, recolhidas no final do século XVI, nomeadamente pelo jesuíta Baltasar Barreira, descreviam o fundador do reino, Ngola Kiluanji, também conhecido por Ngola Inene, como um migrante do Congo, chefe de um grupo étnico de língua Kimbundo.

O Reino do Ndongo, Andongo (em quimbundo: Ndongo) ou Angola (Ngola) foi o Estado pré-colonial africano na actual Angola, criado pelos ambundos, e cujo nome inspirou o nome do actual país. Estava ao sul do Reino do Congo, entre os rios Dande e Kwanza, a Leste de Matamba e Lunda, ao Norte de Quissama e a Oeste do Oceano Atlântico. Foi liderado por um rei, cujo título era Angola Kiluanje (Ngola a Kiluanje).

5.5 Orçamento Participativo melhora prestação dos serviços públicos

Jornal de Angola
11 De Junho de 2023

O docente e escritor Fernando Kituxi apresentou, em Luanda, a sua obra sobre o "Orçamento Participativo

em Angola (OP)", que aborda aspectos relacionados com a melhoria da prestação directa dos serviços públicos para os cidadãos.

Segundo o autor, o livro com o custo de 8.000 kwanzas por unidade, e 224 páginas, apresentado na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP), é o primeiro no mercado nacional, a abordar matéria relacionada com o Orçamento Participativo no qual se faz uma contextualização do orçamento local trazendo à memória a origem do orçamento e os tipos de orçamento, sobre o sistema orçamental angolano, bem como do OP como Ferramenta de arrecadação de receitas no âmbito municipal.

Outras questões abordadas estão relacionadas com OP no mundo e em África, o enquadramento legal sobre o OP em Angola onde se destaca o Art. 21º da Constituição da República de Angola (CRA), as metas do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018-2022 que indicam a iniciativa da implementação do OP e realçam a figura da participação do cidadão na definição das políticas públicas, assim como o OP como um instrumento que valoriza as ideias colectivas.

O também coordenador do Comité Técnico de Gestão do Orçamento do município de Talatona, disse que o trabalho apresentado surge precisamente para descrever a implementação do processo participativo em Angola que apareceu mediante a aprovação pelo Executivo angolano por via dos Decretos nºs 234/19 e 235/19 ambos de 22 de Julho, que institucionalizam o orçamento participativo a nível municipal.

O docente esclareceu que, ao contrário do Orçamento Geral do Estado (OGE) que é aprovado pelos deputados, através da democracia representativa, o Orçamento Participativo tem como objectivo reforçar os princípios democráticos que ajudem na melhoria da prestação directa nos serviços públicos para os cidadãos, por via da intervenção dos mesmos no processo de identificação dos problemas locais e na tomada de decisão, fazendo com que as políticas públicas a serem implementadas estejam na solução dos principais

problemas locais. Daí, a grande importância que o cidadão detém em todas as fases do processo do Orçamento Participativo e por esta razão, é crucial a sua participação nos vários processos inerentes ao desenvolvimento junto das comunidades, desempenhando deste modo o seu dever cívico.

O autor clareou que, quando se fala de orçamento existe uma vertente económica e as vantagens que ela

pode trazer neste sentido é que todos os gestores de bens públicos e não só, doravante vão ter a oportunidade de olhar para a questão do orçamento no aspecto das receitas e não apenas nas despesas.

Em 1518, o Reino enviou uma embaixada a Portugal, pedindo missionários e reconhecimento como Estado independente do Congo. Uma missão portuguesa chegou ao Ndongo em 1520, mas disputas locais e talvez a pressão do Congo forçaram os missionários a retirar-se.

Por volta de 1556, Ndongo enviou outra missão a Portugal em busca de assistência militar, e ofereceu-se para ter os líderes e o povo baptizados, embora os oficiais portugueses na época não tivessem certeza da devoção religiosa.

Em 1901, o historiador alemão Ernest George E.G. Ravenstein afirmou que esta missão foi o resultado de uma guerra entre o Congo e Ndongo, na qual o Ndongo venceu e reivindicou a sua independência, que também foi reivindicada pelo historiador Jan Vansina, em 1566, e depois por outros. Mas isso parece ter sido uma leitura errada das verdadeiras origens. O Ndongo pode ter visto a missão como uma espécie de declaração de independência, já que a resposta do Congo à missão de 1518 sugere que ainda mantinha controlo suficiente para evitar que fosse um movimento independentista.

A segunda missão portuguesa chegou à foz do rio Kwanza em 1560, chefiada por Paulo Dias de Novais, neto do famoso explorador Bartolomeu Dias, e incluindo vários padres jesuítas e Francisco de Gouveia. Esta missão também falhou e Dias de Novais regressou a Portugal, em 1564, deixando Gouveia para trás.

5.6 Angola vai contar com experiência de Portugal em matéria de autarquias

Jornal de Angola

13 De Junho

Texto: Edna Dala

O Governo angolano vai contar com a experiência de Portugal, sobretudo em matérias de implementação das autarquias locais e de políticas públicas, para a redução das assimetrias regionais, com o propósito de melhorar, cada vez mais, a qualidade de vida dos angolanos.

A medida foi anunciada, ontem, em Luanda, pelo ministro da Administração do Território, Dionísio da Fonseca, momentos antes da assinatura do Protocolo

de Coesão Territorial, com a homóloga de Portugal, Ana Maria Abrunhosa.

Para o efeito, o ministro sublinhou que o país pretende contar com a experiência de Portugal neste domínio, "que conta com um caminho bastante positivo na implementação das autarquias locais, mas, fundamentalmente, no sentido de melhorar cada vez mais a condição de vida das nossas populações e contar com a experiência no domínio das políticas públicas para a redução das assimetrias locais e valorizar cada vez mais o interior".

Na ocasião, o ministro apontou a institucionalização das autarquias como um dos grandes desafios do Executivo para o mandato 2022-2027.

Angola tem uma população rural considerável e assiste também a um grande êxodo rural e nisto o Governo pretende levar, cada vez mais, serviços às comunidades rurais, melhorar a sua qualidade de vida, valorizar o interior e aprimorar a prestação de serviços destas comunidades, sublinhou.

"Estamos muito entusiasmados com a experiência de Portugal em matéria sobre a valorização do interior e queremos assegurar que com esta partilha possamos aprender como é que este país europeu tem reduzido o êxodo rural e assegurado que cada cidadão português se sinta bem no território em que reside", adiantou.

Sobre o novo Protocolo de Cooperação com implementação imediata, disse que o desafio da coesão territorial é assegurar que o cidadão tenha dignidade ali onde reside.

"Vamos assegurar, em cumprimento com as formalidades legais e de procedimento, para que a aprovação aconteça ao nível do Conselho de Ministros e, acto contínuo, começar a sua execução", anunciou.

No quadro da implementação do protocolo de cooperação, o Executivo pretende a melhoria contínua da qualidade de vida das populações, sobretudo das zonas rurais.

Plano de Acção

Em declarações à imprensa, o ministro da Administração do Território de Portugal anunciou que a partir de agora as partes vão trabalhar na elaboração de um Programa de Acções Conjuntas para a concretização dos eixos previstos no protocolo.

O Programa, indicou, prevê a formação e capacitação de quadros para as futuras autarquias, ou seja, o

pessoal da Administração do Território que tem a responsabilidade de conduzir o processo de institucionalização das Autarquias Locais.

Além disso, realçou, o Ministério vai também criar condições para que Angola partilhe com Portugal a sua experiência no domínio da implementação de várias políticas, com destaque para o Programa de Fortalecimento de Protecção Social. "Naturalmente Portugal não tem os mesmos desafios do ponto de vista da protecção social, mas há um aprendizado que o MAT vem fazendo com a implementação do Programa Kwenda e que pode ser partilhado com Portugal", referiu.

De acordo com o comunicado de imprensa enviado ao Jornal de Angola, o Protocolo engloba, além da formação e capacitação de quadros, a cooperação institucional, a elaboração de instrumentos de apoio, acompanhamento e monitorização do processo de descentralização administrativa, a concepção de modelos de governação da descentralização e regulação comum, partilha de experiências no domínio da implementação de programas de coesão económica e social, bem como a definição de políticas públicas de desenvolvimento territorial, promoção da equidade e sustentabilidade no desenvolvimento local.

Consta também do Protocolo acções como a elaboração e implementação de programas que garantam a qualidade, eficiência, identidade e a competitividade dos territórios, redução das assimetrias locais e desenvolvimento equilibrado do território, valorização do interior, assim como a institucionalização do Fórum de Coesão Territorial e de Centros de Conhecimento sobre Desenvolvimento Local e Regional.

Mais competência aos órgãos da Administração Local

O ministro da Administração do Território, Dionísio da Fonseca, lembrou a recente criação, pelo Presidente da República, João Lourenço, da Comissão que tem a responsabilidade de elaborar o Plano Integrado de institucionalização das Autarquias Locais.

Um dos eixos deste Plano é o de reforçar as competências, retirar mais competências aos órgãos centrais e transferi-las para os órgãos da Administração Local do Estado, nomeadamente, as administrações municipais.

Um outro eixo, prosseguiu, é o da construção de infra-estruturas administrativas e autárquicas, que passa pela criação de condições para os funcionários

da administração local no exercício das competências que forem transferidas para estes órgãos.

"Há um caminho que temos feito no sentido de assegurar, cada vez mais, que o nosso território esteja melhor organizado para responder ao desafio da municipalização e é neste quadro que estamos a trabalhar para a alteração da Divisão Política Administrativa do país, que resultará na criação de mais duas províncias e na elevação de distritos urbanos e comunas para a categoria de municípios", recordou.

Autarquias é um sinal claro de democracia

A ministra da Coesão Territorial de Portugal, Ana Maria Abrunhosa, apontou a institucionalização das autarquias como um sinal "claro" de um país democrático, onde a democracia está amadurecida e propicia a maior participação do cidadão na vida pública.

Para a ministra portuguesa, a administração do território envolve a organização do território, perceber nos diferentes níveis da administração do território quem faz o que, um facto que considerou muito importante.

A governante realçou ser importante perceber quem é que pode tomar certas decisões e como é que os diferentes níveis de organização do território se organizam e trabalham.

A criação de um município, esclareceu, não implica apenas a legislação, mas, também, a competência que estes municípios passarão a ter e envolvem um pacote financeiro que deixa de ser dos Ministérios e passa a ser das próprias autarquias.

A ministra da Coesão Territorial de Portugal reconheceu que a governação de todo este complexo edifício jurídico e administrativo promove mais democracia e uma maior participação dos cidadãos, que podem ser envolvidos na busca de soluções aos problemas, porque, disse, quem toma a decisão está mais próximo e implica soluções mais adaptadas aos territórios e aos problemas do território. "É esta a experiência que podemos partilhar", considerou.

Dentro daquilo que o Protocolo estabelece, a ministra portuguesa disse que a instituição que dirige vai partilhar a sua experiência do que correu bem e o que correu menos bem, perceber a escala dos municípios e qual é a mais adequada.

"Há uma coisa que eu quero transmitir, não há receitas mágicas, nós temos que partilhar experiências e ter em conta a realidade específica dos países e isto é coesão territorial", referiu. Coesão, acrescentou

ainda Ana Maria Abrunhosa, é adaptar as medidas à realidade dos territórios. Não há nada mais errado do que fazer política sem ter em conta as pessoas e os problemas específicos do território, e é isso que o Ministério da Administração do Território quer fazer, quando cria e institucionaliza os municípios, estes que estão mais próximo do problema e dos cidadãos.

"Quando os nossos países crescem, todas as pessoas partilham deste crescimento e desenvolvimento independentemente do sítio onde nascem, crescem e trabalham, daí termos uma preocupação muito grande em garantir que as pessoas não saiam do seu território por necessidade, mas por opção de vida, e garantir, sobretudo, os serviços públicos que são da responsabilidade do Estado e que haja qualidade de vida nestes territórios", afirmou a ministra portuguesa da Coesão Territorial.

A assinatura do Acordo de Coesão Territorial foi testemunhada pelo ministro das Relações Exteriores, Tété António, o secretário de Estado para as Autarquias Locais, Márcio Daniel, e pelo embaixador de Portugal em Angola, Francisco Duarte.

5.7 Angola está aberta aos desafios da governação participativa

Jornal de Angola

16 De Junho de 2023

Texto: Nilza Massango

Angola tem um Governo aberto, que trabalha na promoção de espaços de participação cívica e de engajamento dos cidadãos na vida pública e na governação, afirmou, ontem, em Luanda, a secretária de Estado para a Administração do Território, na abertura da Conferência sobre Cidadania, promovida pelo Projecto de Apoio à Sociedade Civil e à Administração Local em Angola (PASCAL), financiado pela União Europeia (UE).

Teresa Quivienguele fez saber que, por via desta abertura, existem hoje, no país, cidadãos que, junto com as instituições do Estado, participam de diversas formas nas grandes decisões.

Na conferência, que contou com a participação da embaixadora da União Europeia em Angola, Jeannette Seppen, a governante angolana apontou, entre outros, a existência dos Conselhos de Auscultação da Comunidade, de Concertação Social e os Municipais de Vigilância Comunitária, estabelecidos por Decreto Presidencial, cujo papel os torna cada vez mais relevantes, pois permitem a participação nas políticas locais e unem as lideranças em torno dos propósitos comuns.

Quivienguele destacou, igualmente, a participação dos membros da sociedade civil no Conselho da República, no Conselho Económico e Social, nas sessões abertas da Assembleia Nacional, em que são recolhidas as contribuições para os orçamentos anuais do Estado, as consultas públicas em curso, dentre outros espaços de diálogo e interacção entre o Executivo e a população.

Enfatizou as figuras das autoridades tradicionais, os líderes religiosos, associativos, cooperativas e de partidos políticos, com assento parlamentar, e uniões de associações que, juntos, reflectem e decidem sobre os caminhos para o desenvolvimento das comunidades.

Actualmente, ressaltou, que no país todos os Governos provinciais e administrações municipais têm instituídos os Conselhos de Auscultação, de acordo com o estabelecido nos Estatutos Orgânicos, destacando, como bons exemplos, as províncias de Benguela, Bié, Huambo, Lunda-Sul e Namibe.

Em Angola, existem mais de 18 mil comissões de moradores, das quais cerca de 1.200 são lideradas por mulheres. Contam-se mais de seis mil conselhos de moradores e acima de 750 utilizadores dos sistemas registados a nível local, que reúnem os moradores em torno de interesses colectivos, colaborando com as administrações municipais e alertando as ocorrências referentes ao estado de funcionamento de determinados serviços públicos.

Ainda no domínio da participação dos cidadãos na governação, frisou que estão criados e em funcionamento 164 Comités de Gestão do Orçamento Participativo, que organizam os municípios em torno das decisões que afectam a tomada de decisão sobre o orçamento local e sobre as prioridades das populações.

Modernização administrativa

Uma das características dos Governos abertos, segundo Teresa Quivienguele, é o engajamento na transformação da Administração Pública, e, neste sentido, fez saber que o Executivo angolano, por via do processo de modernização administrativa, tem feito investimentos, a fim de desburocratizar e facilitar os serviços integrados aos cidadãos, concentrando, num único espaço virtual, a prestação de diversos serviços públicos, e disponibilizando um atendimento com base na simplificação de procedimentos.

Como exemplo, fez menção ao Portal do Município, uma solução tecnológica centralizada, que concentra hoje mais de 1.500 serviços e permite o

acompanhamento de todo o processo de cobranças de taxas, licenças e multas. Acrescentou que permite o acesso a documentos sobre serviços prestados aos munícipes, como atestados, licenças de obras e de publicidade, concessões de direitos mineiros, construção civil, direitos de pesca e outros, que também podem ser emitidos de forma padronizada no portal.

Referiu que a modernização administrativa é um dos eixos fundamentais do processo da Reforma do Estado angolano, prevista no Plano de Desenvolvimento Nacional e na nova Estratégia de Longo Prazo Angola 2050, que, por via do Projecto Simplifica 2.0, está a melhorar a prestação dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas, assim como aumentar a confiança dos cidadãos nas instituições, permitir desenhar um caminho de interoperabilidade entre os serviços da Administração Pública e a reduzir o tempo de espera das solicitações.

Implementar medidas de simplificação administrativa do Estado é, segundo Teresa Quivienguele, um princípio fundamental da boa governação, bem como catalisador essencial da relação entre os órgãos e destes com os cidadãos e as empresas, no exercício e na promoção dos direitos de cidadania, de propriedade, de iniciativa económica e garantia da efectivação dos Direitos Humanos, do desenvolvimento económico, da coesão territorial e da paz social.

Desafios

Segundo a secretária de Estado, diante deste quadro, ainda persistem alguns desafios, como reforçar a regularidade das sessões dos Conselhos de Auscultação, os conteúdos e a participação de mais jovens e mulheres, a necessidade de se dar uma maior dinamização aos Fóruns da Recolha de Contribuição e execução dos orçamentos locais, visando uma governação local mais actuante, mais moderna e mais eficaz, trazendo e incluindo todos sem deixar ninguém para trás.

Apontou ainda como desafio a maximização da utilização do potencial existente nos mais de 600 Balcões Únicos de Atendimento ao Público, para ampliar as soluções a nível local, a melhoria da componente da formação que precisa de ser aperfeiçoada em termos da aplicação dos conteúdos no dia-a-dia laboral dos quadros, uma vez que mais de 8.000 técnicos da administração local foram formados em diversas matérias ligadas à modernização administrativa e à simplificação de serviços públicos.

Embaixadora da União Europeia

A embaixadora da União Europeia em Angola, Jeannette Seppen, participou na sessão de abertura, defendendo na apresentação curta e objectiva a cidadania que deve ser entendida como um processo contínuo, uma construção colectiva rumo à realização dos Direitos Humanos e de uma sociedade justa e solidária.

Jeannette Seppen enalteceu o projecto PASCAL, financiado pela União Europeia, que tendo em conta o contexto populacional angolano, com uma percentagem de população jovem significativamente superior às restantes faixas etárias, prevê que a acção do programa possa gerar uma juventude de mulheres e homens, meninos e meninas, capacitada e formada, para que conheça, independente do género, raça, cor, condição social, orientação sexual e idade, os direitos e as responsabilidades.

"O PASCAL é um programa que contribui no apoio e na participação efectiva da sociedade civil nos processos de elaboração de políticas, a fim de ajudar a desenvolver uma governação democrática, justa e legítima", referiu, acrescentando que o conceito de cidadania vai muito além, pois o termo significa, também, tomar parte da vida em sociedade e do Governo, tendo uma participação activa, no que diz respeito aos problemas da comunidade.

Guia da cidadania

O Guia da Cidadania é um livro de pequeno volume, apresentado, ontem, na Conferência sobre Cidadania. Trata-se de uma aposta do projecto PASCAL, criado para o contexto angolano, em que as questões de cidadania ainda merecem uma atenção profunda.

O documento de 68 páginas, com elementos gráficos criados com as cores identitárias do projecto, tem como objectivo envolver, elucidar e informar a população angolana sobre temas relacionados com a descentralização, educação cívica, valores e participação na governação.

Considerado amigável e de fácil manuseio, permite à população ter uma clara noção sobre o que é cidadania e qual o seu papel como cidadão, que direitos e deveres possui, e como pode exercê-los. Permite saber sobre a governação participativa e atrasos do mesmo, conhecer os locais de participação existentes a nível local, a utilidade e como usufruir.

O director do projecto PASCAL, Paiol Lopes, informou que, olhando para o enquadramento das políticas do Governo angolano e da União Europeia, de consolidação da sociedade civil nos processos de descentralização e desenvolvimento local, a iniciativa

perspectiva o aumento da participação e colaboração dos cidadãos de uma forma eficaz.

Boas experiências

A representante da Fundação Internacional e Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas (FIIAPP), Peggy Martinello, falou dos desafios que a governação participativa ainda apresenta, com grupos sub-representados, em que se deve envolver a elaboração de políticas públicas inclusivas, tendo em consideração as diferenças no acesso, participação e presença nas instituições de mulheres, jovens, pessoas com necessidades especiais.

O especialista espanhol em Inovação Pública e Social, Raúl Oliván, falou da existência em Aragão de um laboratório que é mais uma plataforma de conversa entre os cidadãos e o Governo, com conteúdos produtivos para enfrentar desafios comuns.

Segundo o especialista, é concebido um Governo aberto e um ecossistema de inovação social que promova projectos de participação dos cidadãos, desenho colaborativo, transparência e responsabilidade.

Frisou que os processos de descentralização são vistos como uma oportunidade de aproximar os serviços públicos à população, o que implica uma melhoria na qualidade de vida e uma oportunidade para a participação da sociedade nos processos de tomada de decisão.

Ao dissertar sobre o tema "Participação cidadã em Angola", o engenheiro Carlos Figueiredo, experiente no associativismo, gestão de projectos e consultoria, frisou que nunca em Angola os cidadãos tiveram tantos espaços, canais, sejam formais ou informais, como hoje, que lhes permitam ter uma participação, o que é positivo, mas que continua a haver um défice de autenticidade e uma limitada qualidade e eficácia (no sentido de se conseguir influenciar e transformar), no uso dos muitos desses espaços e mecanismos.

5.8 PIIM cria mais de dois mil postos de trabalho para jovens no Huambo

Jornal de Angola

17 De Junho de 2023

Texto: Justino Victorino

Mais de dois mil postos de trabalho, sobretudo para jovens, foram criados em vários projectos sociais construídos no âmbito do Plano Integrado de

Intervenção nos Municípios (PIIM) na província do Huambo.

Os dados foram avançados pelo director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Governo da província, Feliciano Pires.

O responsável explicou que os postos de trabalho derivaram da execução de projectos inscritos no PIIM, entre escolas, unidades sanitárias, sistemas de abastecimento de água, construção e reabilitação de estradas, entre outras estruturas de impacto social.

O director do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) realçou a necessidade de levar os serviços de saúde junto das populações das comunidades rurais, que estarão mais bem servidas em termos de qualidade de vida, sem ter de percorrer longas distâncias à procura da assistência médica e medicamentosa. Reiterou, por outro lado, que as obras estão a ser feitas com muita qualidade e por empresas angolanas, depois de concursos públicos serem anunciados através do Jornal de Angola.

Feliciano Pires recordou que o PIIM é um plano de iniciativa do Presidente da República, que visa dar suporte às administrações municipais, para que possam resolver os problemas sociais das comunidades.

"Desde que o plano começou a ser implementado na província do Huambo, em 2018, até à presente data já foram desembolsados 24,6 mil milhões de kwanzas", disse. Admitiu que o Gabinete de Estudos e Planeamento do Governo do Huambo controla 310 acções inscritas no programa e destas 276 estão em execução física, que após a conclusão vão ser entregues para servir as populações da região.

Satisfação dos administradores

A terraplanagem dos troços das comunas do Lunje, Bimbe e Hengue, no município do Bailundo, de acordo com o administrador Irineu Cândido Sacahala, permitiu repor a livre circulação de pessoas e bens, pelo que constitui uma mais-valia.

"Se olharmos pelas vias ou os acessos já reabilitados, podemos ver resolvida a situação do escoamento dos produtos agrícolas, que, muitas das vezes, chegavam a deteriorar-se no campo", referiu o responsável máximo da circunscrição. Já os administradores municipais de Ecuinha, Guilhermina Bacía, e de Tchinnenje, Pedro Isaac, esclareceram que a falta de acesso nas vias secundárias que ligam as comunas estava a inviabilizar o desenvolvimento socioeconómico das localidades.

"Com a recepção dos kits de terraplanagem já é notória a alegria no rosto da população, sobretudo das famílias camponesas, devido à actividade que desenvolvem muitas destas localidades", asseguraram à reportagem do Jornal de Angola.

Automobilistas, produtores e camponeses enalteceram a iniciativa do Governo do Huambo de reparar as estradas das comunas da província, porque, justificam, isso propicia a melhoria das condições de vida das populações. A província do Huambo situa-se no Centro-Sul de Angola, tem 11 municípios e 36 comunas, com uma população estimada em mais de dois milhões de habitantes, a maioria dos quais se dedica à actividade agrícola.

5.9 Campanha de licenciamento reinicia hoje em Luanda

Jornal de Angola
22 De Junho de 2023
Texto: Engrácia Francisco

Uma nova fase da campanha massiva de licenciamento de táxis, mototáxis e embarcações de pesca artesanal começa, hoje, em Luanda, segundo o director do Gabinete Provincial de Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana.

Segundo Filipe Kumandala, a campanha retoma em todos os municípios de Luanda, prevendo-se licenciar aproximadamente 65 mil operadores de táxis, mototáxis e embarcações de pesca artesanal. O director do Gabinete Provincial de Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana deu a conhecer que já foram emitidas 17 mil licenças na província de Luanda, com maior realce para mototaxistas. "O objectivo é atingirmos um número igual ou superior a 65 mil operadores".

Filipe Kumandala realçou que o processo vai durar três meses e os pontos iniciais mantêm-se, com a excepção aos municípios de Viana e Belas. "Para os municípios de Belas deverão dirigir-se à Administração Municipal e em Viana à Direcção de Transporte, Tráfego e Mobilidade Urbana", disse, acrescentando que no Distrito Urbano do Zango, concretamente no Zango 3, vai ser implementado um novo posto.

Todos os serviços, sublinhou, estarão concentrados no mesmo local onde serão emitidas as licenças. "Vamos ter o mesmo cenário inicial.

Teremos os representantes da Direcção de Trânsito e Segurança, seguradoras e das administrações municipais" na província. Filipe Kumandala garantiu

que todos os que fizeram o licenciamento de táxis, mototáxis e embarcações de pesca artesanal vão receber, no mesmo momento, o cartão de subvenção do preço de combustível. "No momento que receber a licença recebe, igualmente, o cartão do combustível. O processo não é tão célere, porque a pressão é maior, mas todos que têm licença devem continuar a aguardar pelos cartões".

Actualmente, já foram entregues 5.200 cartões de subvenção do preço da gasolina na província de Luanda.

A Direcção de Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana da província de Luanda apela a todos os taxistas, mototaxistas e proprietários de embarcações de pesca artesanal no sentido de aproveitarem esta campanha de licenciamento.

5.10 UNITA constata «pobreza extremas e aponta autarquias como solução

Novo Jornal
23 De Junho de 2023

Adalberto Costa Júnior (ACJ), presidente da UNITA, maior partido na oposição, realizou um périplo pelos municípios das províncias do Bengo, Uíge e Huambo, através do qual constatou, segundo o secretário para Comunicação e Marketing do partido, Evaldo Evangelista, "pobreza extrema" nas diferentes localidades por que passou.

Para a UNIRA, independentemente dos programas que possam vir a ser projectados, a solução viável é a institucionalização do poder autárquico, que, desde 2013, vem a ser idealizado, mas nunca concretizado.

"A situação socioeconómica está preocupante, e as políticas gizadas pelo Executivo do MPLA nada estão a ajudar a melhorar a vida dos cidadãos", sublinha Evaldo Evangelista.

O périplo de Adalberto Costa Júnior, que se fez acompanhar de militantes de base, do topo e de alguns deputados do seu partido, insere-se no programa de constatação in-loco da realidade socioeconómica das famílias, nível de tolerância política, bem como a criação de um ambiente de interacção com as autoridades do Estado e membros da sociedade civil.

Entre as dificuldades constatadas, está a ausência de instituições do Estado: da banca e serviços básicos. Registou-se ainda a falta de escolas junto das comunidades, serviços de saúde, água potável, energia

eléctrica, dificuldade de acesso à alimentação, vias de comunicação (estradas) para a circulação de pessoas e bens, para além de um elevado nível de desemprego jovem.

"(...).O presidente e o partido não gostaram do que se viu, pelo que o Grupo Parlamentar da UNITA vai exigir que se complete a aprovação do pacote legislativo autárquico, para que se realizem eleições autárquicas já em 2024", garante Evaldo Evangelista.

O político refere que o seu partido se tem esforçado para manter diálogo com o MPLA, maior organização política na Assembleia Nacional e governante em Angola, com vista a ultrapassar o impasse relacionado com a aprovação da Lei de Institucionalização das Autarquias e que, apesar do insucesso, o 'galo negro', de acordo com Evaldo Evangelista, há de insistir no referido diálogo.

LEONEL ZAMBA

5.11 Auscultação sobre o projecto da nova Divisão Político-Administrativa deve concluir este ano

Jornal de Angola
24 De Junho de 2023
Texto: António Capitão

A República de Angola poderá ter 20 províncias e 552 municípios caso seja aprovado o projecto da nova Divisão Político-Administrativa (DPA) pelo Conselho de Ministros e Assembleia Nacional, informou, ontem, no Uíge, o ministro da Administração do Território, Dionísio da Fonseca.

De acordo com o governante, findo o processo técnico, que consistiu na elaboração do projecto da proposta da nova Divisão Político-Administrativa do território angolano, assim como a primeira fase de auscultação pública para a elaboração do diploma para a alteração da configuração cartográfica do país, instituída em 1945, na célebre Conferência de Berlim, tudo pode acontecer.

Dionísio da Fonseca disse que o processo de alteração da Divisão Político-Administrativa (DPA) do território nacional, estabelecida na Conferência de Berlim em 1945, tem o trabalho técnico, faltando alguns passos dos Governos provinciais e administrações municipais na continuidade da auscultação pública para que o Executivo conclua, ainda este ano, o dossier.

"Essas acções devem ser concluídas neste ano para garantir que no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2024 sejam incluídos os novos órgãos da Administração Local do Estado (ALE) que vão ser criados na base da alteração da Divisão Político-Administrativa do nosso país", disse.

Dionísio da Fonseca lembrou que o discurso do Presidente da República sobre o Estado da Nação em 2022 ficou como prioridade a divisão da província do Cuando Cubango e a do Moxico, com o surgimento de mais duas províncias. O Executivo pretende, também, elevar as comunas e distritos urbanos às categorias de municípios.

"Inicialmente, o Executivo tinha projectado o surgimento de um total de 581 municípios. Mas fruto do trabalho que foi feito junto dos Governos provinciais, das administrações municipais, estamos, actualmente com um total de 552 municípios. O desafio, agora, é perceber se vamos elevar todas as comunas e distritos urbanos para municípios ou se vai ser um processo faseado e menos acelerado que nos permita avaliar os ganhos que esta medida nos vai proporcionar", disse.

O ministro da Administração do Território referiu que a cautela para uma nova análise sobre a criação e aumento de mais municípios visa averiguar as vantagens e desvantagens, enquanto acredita que esta última fase vai permitir que se conclua o processo para assegurar a aproximação dos serviços públicos às populações, resolver os problemas dos conflitos dos territórios intermunicipais e a devida delimitação das fronteiras entre municípios e o reforço da desconcentração administrativa.

Execução do PIIM é satisfatória

Depois de cinco horas de intenso trabalho, orientado pelo Presidente da República, João Lourenço, para análise e projecção de acções futuras para a governação local no país, o ministro da Administração do Território, Dionísio da Fonseca, disse que o evento, realizado na estação experimental do Instituto Nacional do Café (INCA), na cidade do Uíge, analisou a implementação do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e notou-se haver um nível de intervenção satisfatório.

Dionísio da Fonseca reforçou que o PIIM, em todo o país, num total de mais de 2.600 projectos em curso, dos quais 1.069 (mais de 41,12 por cento) já concluídos, 570 (mais de 21,92 por cento) dos mesmos com uma execução física superior a 70 por cento, garante para que no final deste ano hajam mais projectos concluídos e entregues à população.

Outras abordagens

Dionísio da Fonseca disse que, pela natureza do encontro, a sua dimensão e o nível de engajamento e participação dos governadores provinciais foram tratados, também, temas, como as ravinas que invadem as regiões do país, totalizando mais de 700 crateras diagnosticadas, ao mesmo tempo que está a ser desenvolvido um intenso trabalho pelo sector da Construção e que envolve os Governos provinciais e as administrações municipais.

"São acções que se reclama mais envolvimento da população, da academia e organizações não-governamentais (ONG) que devem, também, prestar o seu saber no combate a este fenómeno natural. Ainda ressalto que, em relação às obras do PIIM, há uma enorme preocupação, tendo em conta o grande esforço do Estado para colocar à disposição da população vários equipamentos sociais e económicos, mas notámos, inquietantes, o nível de vandalismo de vários projectos", lamentou.

O ministro da Administração do Território apelou aos Governos provinciais e administrações municipais no sentido de serem desencadeadas acções para mobilizar a população a proteger estes equipamentos e denunciar todos os que venham a perpetuar actos de vandalismo contra os bens públicos.

Dionísio da Fonseca ressaltou que, em sede do Ministério da Administração do Território, foi, igualmente, analisada a possibilidade da criação do Prémio de Melhor Cidade e Melhor Município, uma iniciativa do Titular do Poder Executivo, tendo sido apreciadas as diferentes categorias que devem obedecer e os critérios para a sua atribuição.

Para os sectores Social e Infra-Estruturas, o ministro disse que foram, igualmente, analisados, nesta primeira reunião do Conselho de Governação Local do ano, o Programa de Fortalecimento da Protecção Social "Kwenda", que tem gerado valor acrescentado às famílias das comunidades rurais, das aldeias, comunas e municípios, e está a ser devidamente conduzido pelo Fundo de Apoio Social (FAS).

"Este programa já teve uma boa nota de apreciação pelo Banco Mundial (BM), seu principal financiador, como um dos que esta instituição financeira internacional tem financiado com aceitável nível de desembolso", referiu.

Acrescentou que para o sector das Infra-Estruturas foi avaliada a situação da electrificação da zona rural, onde o ministro da Energia e Águas, João Baptista

Borges, apresentou as directrizes que vão permitir a elaboração de um plano para a efectivação.

"Este plano visa assegurar a disponibilização efectiva para as comunidades rurais do país. Olhamos, também, para a questão do programa de autoconstrução dirigida, que é uma nova estratégia de abordagem para a situação da habitação no país em que o Estado vai continuar a construir as centralidades programadas, assim como dinamizar a construção das moradias pelos cidadãos, com vista a reduzir o défice habitacional. Apelamos à participação dos investidores privados, cooperativas e grupos sociais organizados", referiu.

Dionísio da Fonseca sublinhou que a primeira reunião do Conselho de Governação Local abordou, igualmente, o Programa de Fomento à Agricultura, PLANAGRÃO, PLANAPECUÁRIA, PLAPESCA, em que, para o cultivo de cereais, os Governos provinciais têm a missão de identificar os terrenos que, posteriormente, devem ser entregues aos potenciais investidores.

"Tudo isso conduz para que possamos ter a produção em massa de grãos, como o milho, soja, arroz que são bens essenciais para a alimentação da nossa população", rematou o ministro da Administração do Território.

5.12 Organizações da Sociedade Civil e as próximas eleições autárquicas

Jornal de Angola

26 De Junho de 2023

Texto: Ismael Mateus

Pode levar anos, mas um dia o país terá eleições autárquicas. Uma das principais referências das eleições autárquicas é o facto de abarcar a participação de figuras que não venham apenas das listas partidárias.

Apesar dessa oportunidade, se as eleições autárquicas ocorressem hoje, as listas partidárias acabariam por ser determinantes, porque a sociedade civil angolana não parece suficientemente estruturada para conquistar o seu lugar.

Cabe à sociedade civil assegurar que o direito de voto não seja a única via em que o povo se exprime e decide sobre a vida do país. Há um conjunto de manifestações tomadas de posição e formas de escrutínio, que caracterizaram a participação dos

cidadãos, no sentido da limitação dos poderes abusivos do Estado e do Governo; construção de uma sociedade menos desigual e redução da esfera de influência dos partidos políticos nas decisões sobre assuntos vitais para a vida dos cidadãos. A democracia participativa não é possível sem a sociedade civil e, ambas, são indispensáveis para uma maior participação dos cidadãos no processo político para influenciar a formulação das políticas sociais, a receptividade do Governo às demandas da população e boa governação.

No nosso processo de crescimento como Estado de direito democrático, é estranho vermos cada vez menos vozes independentes na sociedade civil angolana. Estamos muito longe de ter uma sociedade civil forte, interventiva e proactiva tanto em número de organizações, de cidadãos envolvidos nessas ONG, como também na sua diversidade em áreas temáticas de trabalho, como combate à pobreza, direitos humanos, educação, saúde, serviços e outros.

Num passado recente, ainda conseguíamos descortinar um sistema encadeado de formas de participação dos cidadãos que ia desde os delegados de turma nas escolas, os presidentes das associações de estudantes e grupos juvenis, as associações de bairro, os coordenadores das comissões de bairro, os líderes dos grupos desportivos juvenis, os líderes dos grupos de estudo, etc, etc.

Hoje, estas estruturas ou padecem de falta de participação dos cidadãos ou estão partidarizadas. Sem esse viveiro da democracia dificilmente teremos capacidade para produzir formas democráticas de participação dos cidadãos como por exemplo eleições autárquicas, lideranças associativas e outras, que são o viveiro da democracia. Praticar a democracia sem cidadãos com hábitos e práticas democráticas revela-se uma tarefa quase impossível sem que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) se afirmem como espaços de democracia interna, de lideranças viradas para a satisfação das necessidades dos cidadãos e que sejam vozes alternativas aos partidos políticos.

Estamos convencidos de que a fraca capacidade de mobilização dos cidadãos para tomar parte nessas associações e até o fraquíssimo rejuvenescimento das suas lideranças são consequências directas do "estado de mornez" das Organizações da Sociedade Civil angolanas. A partidarização e a parcialidade das OSCs são agravantes que afastam ainda mais os cidadãos, seja por temerem represálias, seja porque ser membro de A ou B "significa" escolher um dos lados da polarização política.

Mais do que uma mera permeabilidade, as Organizações da Sociedade Civil aparentam uma certa ambivalência, em que por um lado reclamam o seu papel apartidário, mas ao mesmo tempo adoptam conscientemente uma narrativa partidária, passando para a sociedade a percepção de que são executores de agendas externas e um prolongamento de partidos políticos. São sinais de uma crise de identidade na sociedade civil angolana que, em muitos casos, não permite definir com clareza os limites entre a militância partidária e o associativismo, ao ponto de, em muitos casos, não ser claro se um determinado interveniente o faz na condição de líder partidário ou associativo, como se os fins políticos a atingir por uns e outros fossem exactamente os mesmos.

Cerca de um ano depois das últimas eleições, onde essa polarização e partidarização fica mais exposta publicamente, as OSCs angolanas ainda não conseguiram voltar a afirmar um pensamento autónomo, que lhe deveria ser inerente. Continuam ainda hoje facilmente identificáveis na sua actuação traços da polarização política, que dividiu o ambiente eleitoral e continua a dominar a cena política nacional. E assim, jocosamente, a nossa sociedade civil também se passou a catalogar como a "sociedade civil do partido no poder" e "sociedade civil da oposição", o que é, na verdade, mais desprestigiante para as próprias OSCs angolanas.

Ao embarcar nas correntes de pensamentos cegamente partidarizados, as OSCs privam de um processo de consolidação democrática mais célere e retiram aos cidadãos a possibilidade de contar com uma visão alternativa sobre os fenómenos sociais e políticos. Tendo as autarquias como referência, isso desprepara completamente o país para o exercício de gestão democrática, uma vez que no interior das OSCs ou não há democracia suficiente com eleições regulares e limites de mandatos ou regista-se uma deriva político-partidária. Não há como fomentar a democracia sem cidadãos democratas.

Faz falta ao país uma sociedade civil que seja capaz de fomentar uma mentalidade de não dependência nem do Estado nem dos partidos políticos e, ao mesmo tempo, eduque, oriente o cidadão a engajar-se mais na vida pública, seja em manifestações pacíficas como na vida democrática das associações. É nas OSCs que o cidadão aprende a conviver com a diferença, com derrotas e vitórias eleitorais e, o que é mais importante, ganha a noção de que o cidadão e suas necessidades vêm antes do que qualquer bandeira partidária. E essa formação cívica do dia a dia não existe sem Organizações da Sociedade Civil estruturadas como tal.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Empresários “Sacodem” culpa do crédito malparado do Angola Investe

Jornal O País

2 De Junho de 2023

Texto: Miguel Kitari

O Fundo de Garantia e Crédito e o Banco e Desenvolvimento e Angola (BDA) estão no "encalço" de mais de 30 mil milhões de Kwanzas de crédito concedido no quadro do programa Angola Investe, operação que pode terminar com a alienação de bens das empresas devedoras.

Empresário ligado ao sector agrícola, Simão Nzori diz que vivem muitos problemas que impactam na produção e, conseqüentemente, nas receitas da empresa. Os últimos dois anos, conforme diz, foram muito duros.

"Tivemos muitas baixas na produção. E na agricultura os tempos não são iguais. Este ano, por exemplo, tivemos chuvas suficientes para ter boa produção, o mesmo não ocorreu nos anos passados", comparou.

Aponta as pragas e os problemas com os solos como 'handicap' para a realização das actividades e dificuldades para honrar os compromissos com os credores, fundamentalmente os bancos. Explica que num hectare plantado de soja colhem, regra geral, sete toneladas, o que não se passou este ano. "Tiramos apenas quatro toneladas e meia. Isso por causa da rotina dos solos aqui no Huambo. Este ano, a empresa Jiangzhou Agricultura plantou milho num espaço de mil hectares e colheu apenas 600 toneladas, o que é pouco, se comparado com as 800 toneladas anterior", lamentou.

O empresário acrescenta que os produtos estão a ser comercializados a preços baixo no mercado, sobretudo o milho. "Temos tido passivos com os bancos. Temos crédito por pagar, mas não temos garantias. Pronto, a agricultura em Angola ainda é assim", lamentou. Covid, inflação, vias de acesso precárias e falta de energia da rede na fazenda, facto que obriga a compra constante de combustíveis para abastecer os geradores, são outros males que influenciaram no fraco rendimento da fazenda. Simão Nzori referiu que, além da banca nacional, são igualmente financiados por bancos da China.

Na mesma senda, José Silva, gestor da fazenda "Santo António", localizada no município da Kibala, província do Cuanza Sul, entende que "mais do que alienar é preciso ir ao campo, saber das dificuldades e saber se há possibilidade de reestruturação do negócio. O que falhou não foi só o empresário, foi também o próprio ambiente de negócio", disse.

Tal como Simão Nzori, aponta a COVID e a inflação como grandes males. A falta de apoio, energia, estrada, e outros investimentos nas infraestruturas que não foram feitos colocaram os empresários numa condição aflitiva.

A não concretização, nos níveis que se esperava, do programa que visa a substituição da importação pela produção nacional, é, para José Silva, outro elemento que prejudica o empresariado.

"Ainda não temos um preço mínimo de referência para os produtos e outros problemas. Por isso, neste ambiente de negócios este sector de actividade não pode ser lucrativo e não consegue pagar crédito", justificou.

Diz ainda que quando se idealizaram os negócios nada fazia crer que fosse surgir o COVID, inflação alta e que a falta de condições fosse demorar muito tempo.

Com fundos próprios, a fazenda "Santo António" também tem beneficiado de crédito que, a seu tempo, tem honrado, como realça José Silva.

"Há muita gente que não tem fundos próprios. E falo das dificuldades por que elas também são nossas. Os empresários devem ser apoiados e, por isso, deve haver reestruturação.

A alienação não pode ser a primeira opção, deve ser o último recurso", reiterou.

Devedores devem honrar os compromissos

Por seu turno, o empresário Fernando Solinho, baseado na província do Namibe, é de opinião que os devedores devem honrar com os compromissos, embora reconheça que há também problema da parte do Governo, responsável pela promoção dos financiamentos.

"É preciso fazer meia culpa. Quem financiou e o financiado acabaram por fazer uma dupla de um jogo. Há muitos dos meus colegas que querem sempre receber crédito e já mais pagar", atirou. Afirmou que em muitos casos eles negociam os créditos, salientando que essa cultura tem de acabar. "Estamos todos a sofrer por causa de uma dúzia de empresários. Os bancos estão todos saturados por

causa das dívidas não pagas. O Fundo de Garantia de Crédito diz que vai tomar medidas óbvias, que as tome e ponto final", aconselhou.

Em todo o caso, diz que os bancos e todas as autoridades envolvidas no processo devem assumir as suas responsabilidades, pois há casos em que os empresários nem sabiam dizer aonde iriam aplicar o dinheiro.

O que aconteceu, segundo Fernando Solinho, foi como entregar um carro a um cidadão que sabe conduzir, mas que não está habilitado para o efeito.

O responsável da associação dos salteiros do Namibe afirma, de forma categórica, que os seus colegas "salteiros" não estão envolvidos nesta situação.

"A nível da província do Namibe são poucos os que tiveram esse benefício e os que tiveram pagaram. Aliás, estes grandes movimentos acontecem mais no "corredor" de Luanda. Nós sofremos muito com a falta de atenção. Mas lhe garanto que essa coisa da alienação não vai chegar aqui. Estamos pobres, falidos, mas sem dívidas", afirmou.

"Eles colocam muitos produtos para fazer crescer o pão, inclusive substâncias que fazem mal à saúde.

É isso que chamamos de danping que afecta os empresários e que depois não conseguem pagar o crédito", justificou,

Defende-se dizendo que não tem nada contra os expatriados, mas que deve haver regras no mercado e uma concorrência leal. Para o responsável associativo, muitos estrangeiros nem sequer pagam impostos, prejudicando o Estado. Ressalva que "muitos deles também não estão legais e não têm como se relacionar com outras instituições", lamentou.

6.2 Angola beneficia do programa de monitoramento do Ambiente

Jornal de Angola

3 De Junho de 2023

Texto: Alberto Quiluta

A ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) informou, segunda-feira, em Luanda, que o país já beneficia do Programa de Monitoramento Global para o Meio Ambiente e Segurança em África (GMES & África), através do projecto de acompanhamento e avaliação de zonas húmidas transfronteiriças das bacias hidrográficas da África Austral.

Maria do Rosário Bragança discursava na abertura do primeiro Workshop Regional da África Austral sobre o monitoramento ambiental para a segurança em África, que, durante três dias, junta decisores políticos e tomadores de decisão da África Austral, interessadas nas zonas húmidas, meio ambiente e gestão de recursos hídricos.

O workshop, referiu, visa, também, promover e encorajar o intercâmbio de conhecimentos e experiências, para o alcance dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.

Segundo a ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, os co-organizadores do workshop têm em comum a missão de promover a melhoria da qualidade de vida das populações, através da investigação científica, dando-se atenção especial aos trabalhos do Centro de Ciências e Serviços da África Austral para Alterações Climáticas e Gestão Sustentável de Solos (SASSCAL) e do Conselho de Investigação Científica Industrial (CSIR).

Maria do Rosário Bragança explicou que o SASSCAL representa uma iniciativa conjunta da África do Sul, Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Alemanha, que visa dar resposta aos desafios das mudanças globais, e o CSIR, líder em investigação científica, desenvolve, localiza e divulga as tecnologias, de modo a contribuir para o desenvolvimento industrial e acelerar a prosperidade socioeconómica na África do Sul.

A governante deu a conhecer que o programa GMES e África, a União Africana e a União Europeia juntam esforços dos seus sistemas de Observação da Terra para dar resposta às necessidades globais, gerir o ambiente, compreender e mitigar os efeitos das alterações climáticas, garantir segurança civil e fornecer informações aos decisores políticos, cientistas e aos sectores público e privado.

"A observação da terra é fundamental para a busca de soluções, através da ciência e da tecnologia espacial, para encarar os desafios globais urgentes para a humanidade, nomeadamente a segurança alimentar, o fornecimento de água de qualidade, energia, a segurança e a defesa nacional, as alterações climáticas, a saúde global e as crises humanitárias", assegurou.

Acrescentou que o Planeta clama por acções imediatas e o cumprimento das metas estabelecidas para o desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.

Por seu turno, em representação do representante da União Europeia (UE), Danilo Barbero garantiu apoio

para fortalecer a capacidade dos países africanos no uso de dados e informações resultantes da observação da terra, para o desenvolvimento sustentável.

"A União Europeia está interessada em acompanhar o desenvolvimento do Programa de Monitoramento Global para o Meio Ambiente e Segurança em África (GMES & África), de modo a gerir riscos associados aos desastres naturais, com implementação de políticas eficazes", lembrou.

Danilo Barbero explicou que o programa tem um impacto substancial na vida das populações, sobretudo no Sul de Angola, acrescentando que a concretização dos sistemas, serviços e gestão do ambiente, através da tecnologia espacial, é crucial para a tomada de decisões, que possam ter um impacto concreto.

"O programa de Monitoramento Global para o Meio Ambiente e Segurança em África (GMES & África) visa à promoção, capacitação, intercâmbio de conhecimentos técnicos, através de programas de formação e colaboração entre instituições angolanas, europeias e da região da SADC", realçou.

O Workshop Regional da África Austral conta com mais de 100 participantes. Da agenda consta o treinamento de mais de 25 estudantes provenientes de vários países africanos.

O Programa GMES e África é uma iniciativa dos sistemas de Observação da Terra (OT) da União Africana e da União Europeia, em resposta às necessidades globais, para gerir o ambiente, compreender e mitigar os efeitos das alterações climáticas e garantir segurança civil e fornecer informações aos decisores políticos, cientistas, sector privado e público.

6.3 “Quem deve ter terreno é aquele que quer construir e tem capacidade”

Jornal de Angola

5 De Junho de 2023

Texto: Helma Reis

Quem compra um terreno infra-estruturado não está autorizado a revender, sem que tenha construído. O alerta é do presidente do conselho de administração da Empresa de Gestão de Terrenos Infra-estruturados (EGTI), Pedro Ivo Cristóvão.

Numa entrevista ao Jornal de Angola, Pedro Ivo Cristóvão avisou que, depois da aquisição de um

terreno, o comprador tem um prazo para erguer o seu imóvel, quer seja moradia ou para outro fim. Se o prazo não for cumprido, o terreno é-lhe retirado e volta para a esfera da EGTI, para ser vendido a uma outra pessoa.

O objectivo da medida, de acordo com o responsável, é impedir que, depois da cedência ao comprador, qualquer terreno infra-estruturado seja revendido, configurando especulação. Na entrevista, o PCA da EGTI explicou as razões por que ainda não foram distribuídos terrenos infra-estruturados, cujo processo de comercialização começou, em 2019, na cidade do Kilamba.

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI) foi criada em Março de 2015 e deu início ao processo de comercialização de terrenos apenas em Dezembro de 2018. O que esteve a empresa a fazer entre Março de 2015 e Novembro de 2019?

A EGTI foi criada em 2015. E, durante este tempo, estivemos a corporizar o bordo de funcionários, bem como tomar contacto com aquilo que seria a gestão dos terrenos infra-estruturados. A nossa gestão efectiva só começou em 2017, porque a gestão de terrenos é feita mediante atribuição por Decreto Presidencial. Somos uma empresa de gestão de terrenos infra-estruturados em áreas atribuídas por Decreto Presidencial. Portanto, era necessário tomar contacto com os terrenos e averiguar a situação legal. Fizemos o estudo todo para que, quando tivéssemos a gestão efectiva e legal, pudéssemos agir. Este processo foi desenvolvido entre 2015 e 2016, o que levou à criação dos instrumentos de gestão previsional que, de acordo com o nosso estatuto, é que orienta toda a nossa gestão, do ponto de vista financeiro e comercial. A primeira aparição pública da EGTI aconteceu no dia 4 de Dezembro de 2017, nove meses depois de terem sido publicados os activos relacionados com a nossa gestão. O que aconteceu, em 2019, foi, na verdade, uma jogada de marketing, que serviu para a EGTI dizer à sociedade que a empresa está pronta para começar a comercializar terrenos infra-estruturados. Acharmos que 2019 é o ano que marca o princípio e o conceito de terrenos infra-estruturados no país de forma mais abrangente e incisiva.

A EGTI pode ser caracterizada como empresa imobiliária, no verdadeiro sentido da palavra?

Sim. Os terrenos são activos que estão relacionados com o direito imobiliário. A EGTI é uma empresa imobiliária do Estado.

A esfera de actuação da EGTI resume-se à execução de políticas urbanas ou é extensiva à elaboração de propostas?

As duas. O nosso ordenamento jurídico orienta que, para se comercializar um terreno, tem de haver instrumentos de ordenamento do território, como Plano Director Municipal, Plano de urbanização, Plano de Pormenor e esquema de ocupação dos solos. Dos activos entregues à EGTI para gestão, boa parte deles não tem estes instrumentos. Sendo assim, a EGTI passa a ser uma extensão voltada para a promoção da elaboração e apresentação de propostas. Os instrumentos de que falei não são propriedade da EGTI, mas, sim, das administrações locais. Mas nós precisamos de ter esses instrumentos para podermos pôr, por exemplo, uma igreja, um hospital ou uma habitação no local correcto. Fazemos esta dualidade porque, ao fazermos a comercialização de terrenos infra-estruturados, estamos a fazer aquilo que é a gestão racional destes activos, que fazem parte da execução da política do ordenamento do território do nosso país.

Qual é a relação da EGTI com as administrações locais?

A EGTI faz gestão de terrenos e o carácter do seu trabalho é estratégico, razão pela qual grande parte dos activos que estão sob a sua gestão são as centralidades. Existem territórios específicos e estratégicos onde foi posta a EGTI. Levanta-se muito a questão das competências da EGTI e das administrações. As centralidades não são municípios. O que a EGTI tem, em termos de gestão territorial, dentro de um município representa apenas 0,01 por cento do território. Mas a impressão que se tem é de que esta percentagem é a amplitude. É preciso perceber que a EGTI, enquanto empresa, tem que fazer publicidade dos seus produtos, porque precisam de ser comercializados. Na relação com as administrações, a EGTI acaba por ser um elemento complementar, porque a empresa não está fora daquilo que é o sistema geral. A única coisa que nós temos de atribuições é a questão da cedência dos direitos fundiários da forma correcta e racional. Fora isso, as administrações têm todas as competências de emitir as licenças de construção, assim como as de limpeza e vedação de terrenos. Quando as coisas estão devidamente regularizadas, o que acontece é a criação de mais activos ou mais fontes de receitas para o Estado.

Como é aplicado o dinheiro que a EGTI arrecada com a venda de terrenos?

Cerca de oitenta por cento do valor que a EGTI arrecada com as vendas destes terrenos serve para

replicar as infra-estruturas. Isso hoje já é visível. Por exemplo, há cerca de dois anos, a EGTI reparou, junto ao prédio A16 da cidade do Kilamba, uma ruptura sem ter sido preciso ir aos cofres do Estado. Resolvemos o problema, embora a responsabilidade não estivesse ligada directamente à empresa. Houve uma intervenção pontual, para a qual a administração local não tinha cabimentação. A EGTI, enquanto empresa, cumpriu com o seu papel. Ainda na cidade do Kilamba existe um outro problema, relacionado com a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). A EGTI está a comprar novos equipamentos para pôr a funcionar a ETAR em condições normais sem fazer, mais uma vez, recurso aos cofres do Estado.

Actualmente, quais são os limites de intervenção da EGTI? Esta pergunta é feita por saber que a EGTI apenas gere os espaços que lhe são atribuídos pelo Estado e com direitos fundiários regularizados.

Como já disse, a actividade principal da EGTI é a gestão de terrenos, que estejam no domínio público ou privado do Estado. A nossa tarefa é tratar da parte imobiliária, tendo em conta as políticas de desenvolvimento urbano. A EGTI, quando faz a organização do território com os devidos instrumentos, tem reservado terrenos para os órgãos públicos. A EGTI tem também a atribuição de regularizar os direitos fundiários. Se nos for entregue uma área com terrenos ocupados por pessoas que já tenham constituídos direitos fundiários antes de serem atribuídos à EGTI, não podemos anular estes direitos, mas temos que reconhecer, porque, quando entramos na gestão destes terrenos, assumimos a responsabilidade do Estado. Se o Estado cedeu antes ou depois da atribuição à EGTI, a empresa deve reconhecer e dar tratamento como deve ser. O que não quer dizer que a EGTI entra e anula. Não se anula nada! Não podemos anular os actos anteriores das entidades que tinham competência. Isto para dizer que aquelas pessoas que tinham um processo a meio do caminho e precisam de regularizar devem recorrer à EGTI. Os nossos limites de intervenção são aplicados de forma muito precisa e local. Por exemplo, a primeira fase da cidade do Kilamba tem um plano de urbanização que, de certa forma, já orienta o uso predominante dos terrenos que estão circundantes. Mas há outras centralidades, como a do Lobito, que têm Plano Director Municipal já aprovado, mas não têm Plano de Urbanização.

O que se deve fazer quando há essas lacunas?

Quando há lacunas, a EGTI faz o papel de braço promovedor, auxiliando as administrações, na criação destes instrumentos. A nossa acção só vale se estes instrumentos existirem. E quando não existem,

criamos condições para que eles existam. Por isso é que os nossos limites são aplicados à medida das necessidades, para se chegar ao produto óptimo, que esteja com as condições de segurança jurídica e de segurança técnica para podermos comercializar. Se for, por exemplo, um terreno que não tem ainda infra-estrutura, a EGTI vai infra-estruturar.

A Administração do Distrito Urbano do Kilamba está preocupada com a cedência de espaços pela EGTI, por alegar que o processo não passa também por ela. Em declarações à Rádio Nacional de Angola, o administrador Hélio de Aragão manifestou, recentemente, o receio de a cidade do Kilamba transformar-se num musseque. Faz sentido o receio manifestado pelo administrador da cidade do Kilamba?

É legítima a preocupação do administrador. A EGTI tem o cuidado de manter sempre informadas as autoridades. O plano que a EGTI tem seguido para comercializar os terrenos que estão na cidade do Kilamba foi apresentado ao administrador cessante. Por estar o novo administrador a tomar contacto com a cidade do Kilamba, ainda não teve, provavelmente, penso eu, tempo para um encontro com a EGTI para, a nível técnico, apresentarmos tudo quanto tem sido feito.

Como é feita a fiscalização depois da cedência de terrenos?

A fiscalização é feita pelas administrações locais. Mas, quando a equipa técnica da EGTI verifica alguma anomalia, comunicamos imediatamente às administrações municipais. Quando fazemos uma cedência para um determinado fim e o promotor faz de forma diferente, a administração e a EGTI actuam. O que tem acontecido também é a administração, quando encontra algum movimento, do qual ela não tem conhecimento, também interagir connosco. Se a actuação da administração não consegue coibir esta prática, apegámo-nos àquilo que são as nossas regras contratuais e, se mesmo assim o promotor não cumprir com as cláusulas, rescindimos o contrato e não lhe é devolvido o valor que desembolsou para a aquisição do terreno. A EGTI, quando faz qualquer cedência, deve comunicar à administração, para ela ter conhecimento das áreas vendíveis e não vendíveis, assim como dos espaços verdes. O que fazemos é comunicar que o lote X ou Y foi comercializado para este fim. Este princípio visa evitar a falsificação de documentos.

O défice habitacional continua a ser um problema sério em Angola. A EGTI pode ser encarada como um caminho seguro para o Estado solucionar este problema?

Pode sim, mas à medida que os terrenos, que estão sob a gestão da EGTI, cumprirem com os pressupostos do ordenamento do território. É preciso que tenhamos disponibilidade de terrenos, com segurança jurídica, para se fazer habitação, seja unifamiliar ou multifamiliar. Em 2019, quando lançámos a campanha de novos preços de terrenos infra-estruturados na cidade do Kilamba, percebemos que cerca de 95 por cento das inscrições destinava-se à construção de moradias. Actualmente, a maior parte das solicitações continua a ser para habitação.

Quando se fala do processo de urbanização do período pós-guerra, a cidade do Kilamba é mencionada como o "epicentro da gestão urbana em Luanda". Há uma razão especificamente técnica para que a primeira fase de gestão de terrenos infra-estruturados tivesse começado na cidade do Kilamba?

Sim. A cidade do Kilamba é que se apresentou com instrumentos prontos, o que facilitou a comercialização de terrenos. A cidade do Kilamba é uma cidade constituída. Tem floral constituído, plano de urbanização, unidade de gestão e mais instrumentos técnicos e jurídicos. Depois da comercialização de terrenos na cidade do Kilamba, o processo foi desenvolvido na cidade do Sequele, por ser também uma cidade constituída e por ter floral constituído, assim como plano de urbanização.

O número de pessoas colectivas e singulares interessadas em comprar terrenos na cidade do Kilamba foi superior à quantidade de terrenos que estavam disponíveis na primeira fase de comercialização. Por esta razão, foi realizado um sorteio, transmitido pela Televisão Pública de Angola (TPA). A opção por sorteio é definitiva?

O sorteio apresentou-nos dois cenários, um bom e outro mau. O lado bom é a eliminação da desconfiança de que possam existir pessoas pré-seleccionadas. A questão da imparcialidade acaba por trazer, de certa forma, alguma segurança para quem vai concorrer. O lado mau é o facto de pessoas com capacidade financeira garantida de adquirir terrenos não serem sorteadas. O sorteio não foi feito só para a habitação unifamiliar. Foi feito para todos os tipos de usos que uma cidade permite, seja, por exemplo, para educação, saúde ou comércio.

Quantos lotes foram comercializados na primeira fase?

Na cidade do Kilamba foram comercializados cerca de 360 lotes. Mas ainda não foram entregues por falta de infra-estruturação. Em 2020, tínhamos todas as condições de fazer as infra-estruturas, mas o

trabalho não foi feito por causa da pandemia da Covid-19. Tudo ficou fechado e não conseguimos fazer nada. Em 2021, quando se começou a ter alguma abertura, tivemos que cumprir as regras da Lei da Contratação Pública. Nesta altura, aquilo que é a relação custo/benefício, principalmente para a empreitada, mudou drasticamente. Se, em 2020, era possível infra-estruturar 300 lotes, já, em 2021, não era possível fazer com o mesmo valor, cenário que piorou em 2022. Temos recebido muitos telefonemas e muitas críticas.

É normal que isso aconteça. No ano passado, demos continuidade ao processo de infra-estruturação. Já não é possível fazer com a velocidade que se deseja, porque as nossas condições financeiras e técnicas são outras. Ainda no ano passado, conseguimos o visto do Tribunal de Contas e, neste momento, estamos já a infra-estruturar cerca de 96 lotes do processo de comercialização de 2019. Nós estamos à procura de outras formas de financiar as infra-estruturas para, de certa forma, ser cumprido o compromisso de 2019. Por esta razão, acreditamos que, até ao fim do ano, muito mais infra-estruturas serão feitas para atender os lotes já sorteados e ainda não entregues.

Qual é a disponibilidade actual de terrenos infra-estruturados na província de Luanda?

Em Luanda, temos a gestão de terrenos nas cidades do Kilamba e Sequele, no Camama, na encosta da Boavista, na zona do antigo Mercado Roque Santeiro, na centralidade do Km-44, no Zango 0, que, na verdade, é Vida Pacífica, no Zango 5.000, na península do Mussulo e no Futungo de Belas.

Em todos os espaços já com direitos fundiários regularizados estão disponíveis lotes para a construção de habitações sociais, como as que vão ser erguidas na cidade do Sequele, no âmbito do projecto "Kizwa Kyobe", destinado a empregadas domésticas e vendedoras ambulantes?

A nossa ideia é de que, em todos os terrenos que fazemos gestão, tem de haver bolsas para a classe trabalhadora daquela área. É assim que existe o projecto "Kizwa Kyobe", destinado a empregadas domésticas e vendedoras do município de Cacucaco. Há uma questão que é importante perceber: a nível de empregadas domésticas, só podem concorrer aquelas mulheres inscritas no Instituto Nacional de Segurança Social, enquanto as "zungueiras" têm de estar cadastradas, como vendedoras ambulantes, nas administrações municipais.

Qual é o maior desafio do projecto "Kizwa Kyobe"?

Estamos a enfrentar vários desafios, que começaram com o lançamento do projecto, surgindo depois as fases de infra-estruturação e de inscrição das candidatas. A nossa expectativa era de que as inscrições fossem o mais abrangente possível, mas direccionadas para aquelas pessoas que, realmente, precisam de terreno para construir uma moradia. Foi realizado um sorteio porque é necessário vincar a nossa imparcialidade. Se não houver imparcialidade, o processo fica minado. A fase mais fácil é a da entrega dos lotes e dos contratos. Mas a melhor fase será quando estas mulheres construírem as suas casas. A EGTI vai acompanhá-las em todas as fases de construção e todas elas já têm o modelo referente ao tipo de casas que devem ser construídas dentro de uma cidade com condições urbanas condignas.

A EGTI tem dado algum tratamento especial a pedidos de aquisição de terrenos feitos por empresas de construção civil e por cooperativas habitacionais?

Temos dado sim, tanto a empresas de construção civil como a entidades imobiliárias e a cooperativas habitacionais.

A construção de condomínios é permitida pela EGTI?

Sim. Estamos abertos a este tipo de projectos.

Qual vai ser a posição da EGTI se surgirem, depois da entrega dos primeiros terrenos, intenções de compradores no sentido da utilização de toda a área bruta?

O que a EGTI faz, assim como as formas como o faz, está tudo nos manuais e no ordenamento jurídico vigente. Uma das dificuldades que temos está, por exemplo, na questão da mudança cultural. Ao longo destes anos, foram comercializados terrenos pela área de terreno, enquanto os nossos manuais de ordenamento do território orientam que deve ser comercializado pela área bruta de construção. Vou dar um exemplo, mencionando a cidade do Kilamba, cuja centralidade tem já estes instrumentos, sendo um deles o Plano de Urbanização. Numa área cedida, a área para a construção não deve ultrapassar os quarenta por cento. Ou seja, o facto de se ter [um terreno] 20 por 30 metros quadrados não significa que se deve construir nos 600 metros quadrados.

Por que razão?

Em 600 metros quadrados, deve ser ocupada para construção uma área de 210 metros quadrados, porque existem nos terrenos áreas permeáveis e impermeáveis. Nas áreas permeáveis são feitos os

jardins e as zonas verdes. As áreas impermeáveis são as áreas que estão pavimentadas. Nós não podemos cobrar estas áreas porque elas não demandam das infra-estruturas. Muitas vezes, nós somos incompreendidos por aquilo que são as limitações. As infra-estruturas são feitas com diâmetros específicos para atender [diferentes] cargas. Se olharmos para uma área que tenha ductos de saneamento feitos com diâmetro de 600 milímetros ou 800 e, se nesta área estiver um hospital, o que pode acontecer é o sistema entrar em colapso em pouco tempo. Isto para dizer que o que aconteceu junto ao prédio A16 da cidade do Kilamba deve-se ao facto de o ducto de saneamento instalado ser de 800 milímetros quando o recomendável é de 1.200 milímetros, porque naquele ponto do A16 está a intersecção de todas as águas que vêm da cidade do Kilamba para a ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais). Muitas das vezes, quando vamos comercializar, os promotores não têm isto em consideração.

O sistema criado pela EGTI, para a comercialização de terrenos infra-estruturados, está preparado para detectar e impedir que terrenos sejam vendidos de forma irregular ou ilegal?

Está sim preparado, porque a EGTI só faz gestão de terrenos que são atribuídos à empresa por Decreto Presidencial. De outra forma não. Com base naquilo que são os instrumentos que criamos, para a comercialização de terrenos, rapidamente podemos prevenir. Isto porque, quando se observa a comercialização irregular de terrenos, muitos desses terrenos acabam por ocupar vias projectadas. As vias projectadas são vias públicas que não permitem a ocupação de terrenos. Há uma forte tendência de comercialização de terrenos de forma ilegal, algo que só é detectado quando se começa a construção. Quando procuramos saber o que o promotor tem e o que não tem, em matéria de documentação, percebemos que, realmente, a construção está irregular. Lançamos mãos dos meios administrativos para fazer a devida demolição.

O desenvolvimento urbano só se faz dentro das cidades?

A questão do desenvolvimento sustentável das cidades passa muito pela mudança de mentalidade. Nós, enquanto EGTI, não estamos fora da problemática habitacional do país. Fazemos gestão de

terrenos específicos, e sabemos que não estamos numa bolha. A grande questão é saber que, quando se cria uma área específica e com uma gestão que funciona e se torna sustentável, é preciso preocupar-se com as áreas adjacentes, porque o desenvolvimento urbano, na verdade, não se faz só dentro das cidades. Deve expandir-se. Esta é a nossa preocupação. Não queremos ter só zonas específicas, como a cidade do Kilamba, porque, se assim acontecer, vamos criar uma espécie de condomínios, habitados por quem tiver algum poder financeiro. Não é isso que queremos. Volto a acentuar que o desenvolvimento urbano não deve ficar pelas cidades.

Quem compra um terreno infra-estruturado fica inibido de o revender?

Quando se compra um terreno, a EGTI faz o seu acompanhamento. Há prazos que devem ser cumpridos. Caso não se verifique nenhum avanço, o terreno volta para o Estado, para ser entregue a quem realmente estiver a precisar. Quem deve ter terreno é aquele que quer construir. O objectivo é impedir que, depois da compra, o terreno seja revendido.

As reservas fundiárias do Estado foram invadidas por populares, sendo prova disso a existência de bairros que surgiram sem um plano-director nas imediações das centralidades. Quem ocupou ilegalmente terrenos e construiu nas reservas fundiárias não deveria ser cobrado pela EGTI?

A EGTI tenta perceber os fenómenos para tentar resolvê-los. Por exemplo, o Zango 0 tornou-se um desafio para nós. O realojamento torna-se mais dispendioso e complicado, porque têm de ser construídas, num outro lugar, novas habitações com infra-estruturas para evacuar o espaço onde há casas que deveriam ser demolidas por terem sido construídas sem autorização. Hoje em dia, o que se aconselha é que não sejam feitos mais realojamentos. O realojamento cria transtornos na vida das famílias porque são movimentadas de uma área residencial onde já criaram laços para uma outra área. As crianças passam a percorrer grandes distâncias para irem à escola, assim como os pais, para chegarem aos locais de trabalho. O realojamento cria, igualmente, outros fenómenos que podem destruir a família.

O que se passa, afinal, no Zango 0?

O Zango 0 tem apenas 30 por cento do território ordenado. A EGTI fez uma reorganização do território sem ter movimentado moradores. Quando se faz esse tipo de trabalho, o normal é haver sempre movimentações de pessoas. Nós queremos fazer o inverso: manter as pessoas lá, mas de forma organizada. Este desafio vai significar que podemos

transformar as nossas cidades e bairros desordenados com as pessoas dentro. Muitas destas pessoas não têm segurança jurídica. Nós vamos dar a estas pessoas segurança jurídica.

A compra de terrenos infra-estruturados não deveria estar reservada, numa primeira fase, às pessoas que não têm casas nos projectos habitacionais construídos pelo Estado?

Não concordamos com esta ideia, porque entendemos que é de exclusão. A ideia de se vender terrenos apenas a pessoas que não têm casa em projectos habitacionais do Estado só se manteve em 2019. Nessa altura, uma das condicionantes era não ter casa. Mas esta ideia já faz parte do passado. Nós devemos vender terrenos para aquelas pessoas que queiram. Em 2019, no acto de inscrição, perguntámos aos concorrentes se já tinham casa e notámos que boa parte já tinha realizado o sonho da casa própria, mas vivendo em edifícios. Estas pessoas diziam-nos que tinham necessidade e o desejo enorme de saírem dos apartamentos e terem uma casa com quintal. Nós, angolanos, gostamos de ter quintal. É importante dizer que não comercializamos terrenos só para as pessoas que têm algum poder financeiro. Quem tem menos poder financeiro não fica de fora.

A actuação da EGTI não interfere nem anula a actividade dos governos provinciais e das administrações municipais e distritais, mesmo quando se trata de terrenos para a auto-construção dirigida de habitações sociais?

A EGTI, para muitos, é um corpo estranho. Em vez de se olhar para o lado positivo das coisas, olha-se para o negativo. Não é mentira quando se diz que há muitas entidades que fazem concessões de terrenos. De acordo com a Lei de Terras, várias entidades podem fazer concessão de terrenos. Há, portanto, vários níveis de intervenção. A EGTI é só um pouco disso, mas com uma actuação mais abrangente por causa das centralidades. Mas as centralidades têm que ser pensadas como áreas infra-estruturadas estratégicas. O seu desenvolvimento depende disso.

O que falta para que os instrumentos de ordenamento do território a nível dos municípios funcionem de facto?

Nós estamos aqui para trabalhar juntos, porque o cidadão quer ver o seu assunto resolvido, uma vez que tem o desejo de viver numa área com boas condições. Como as administrações é que estão mais

próximas da população, temos que trabalhar mais vezes juntos. O diálogo é o caminho.

Que apelo faz às pessoas que ainda teimam em comprar terrenos ocupados ilegalmente e sem escrituras?

Devem procurar as entidades do Estado, para estarem informadas sobre a segurança jurídica da parcela que pretendem adquirir.

6.4 “Há necessidade de criarmos em Luanda um Conselho de Gestão de Infra-estruturas Públicas e Privadas”

Jornal de Angola

8 De Junho de 2023

Texto: Ferraz Neto

Edmundo Sapalalo é cauteloso na avaliação das condições e estado actual dos prédios em Luanda, para que, sem razão aparente, as pessoas não entrem em pânico. O engenheiro civil, que viu o seu nome citado no desabamento do edifício 41, de seis andares, na Avenida Comandante Valódia, garantiu, em entrevista exclusiva ao Jornal Metropolitano de Luanda, propriedade da Edições Novembro, que a situação é crítica.

Podemos considerar alguns edifícios da cidade de Luanda como "bombas relógio", atendendo aos graves problemas estruturais?

Não concordaria consigo, apesar da situação crítica em que alguns se encontram. Mas deixa que lhe diga, que a situação é muito preocupante. É necessário que se faça, com urgência, um diagnóstico sério, em todos os edifícios velhos existentes na nossa cidade capital, para podermos aferir se continuam ou deitamos abaixo, antes que aconteça uma tragédia. Aqui, refiro-me aos prédios, tanto de âmbito público como privado.

Integrou a equipa de trabalho que fez o levantamento do estado de alguns edifícios da cidade de Luanda. Onde residem os maiores problemas?

Do diagnóstico feito, preocupa-me as manutenções periódicas destes edifícios. Tenho estado a constatar que há um mito que consiste em pensar que os edifícios são eternos. Desenganam-se. A verdade é que todo o edifício, depois de construído, deve ter um tempo útil para a sua inspecção. Seja aos 20, 30 ou aos 40 anos. Julgo que devemos ser rigorosos na inspecção periódica dos prédios da cidade de Luanda.

O engenheiro é uma das figuras referenciadas durante o desabamento do prédio 41, por ter feito parte da comissão de inquérito. Qual foi a avaliação feita do edifício da Avenida Comandante Valódia?

Sim. Fiz parte desta comissão. Na verdade, quando chegamos ao edifício 41, com os técnicos e membros da Administração Municipal de Luanda, o primeiro passo foi constatar a sua realidade infra-estrutural. Antes disso, contactamos o proprietário do edifício, o Fundinvest, que alugou os apartamentos e escritórios aos seus diversos inquilinos. Inicialmente, começamos por fazer a verificação da parte baixa do prédio. Os primeiros problemas que encontramos foram infiltrações de água por conta da vazão de uma rede de drenagem do edifício vizinho, que fazia o seu escoamento para o prédio 41, que desabou. Esta vazão de água foi causando escavação na zona dos pilares principais, provocando, conseqüentemente, a perda do solo, enfraquecendo as sapatas dos pilares de sustentação. Isto provocou um aba-timento dos pilares e do solo envolvente. Detectamos que o edifício apresentava sérios problemas de infiltração em quase todas as áreas. Refiro-me às paredes, lajes e fissuras acima de 0,05 milímetros, o que não é normal. Estávamos perante uma situação gravíssima. A primeira medida foi aconselhar o proprietário do prédio para a sua evacuação e posteriormente fazer-se uma selagem. Não havia condições de habitabilidade e era necessário que se fizesse a demolição do prédio.

Estamos em posse de informações fidedignas que referem que o problema do mau estado do edifício é antigo.

É verdade. Os problemas daquele edifício arrastam-se há anos. Lamentavelmente, nós não temos a cultura da supervisão permanente dos nossos edifícios. Trata-se de um prédio privado, e nós temos o mito de que as infra-estruturas são eternas. Não são e nunca serão. Todos os prédios têm um tempo de vida útil e o que determina o seu tempo de vida são as manutenções periódicas.

Disse que o edifício da Avenida Comandante Valódia é propriedade privada. Com o pagamento das rendas, não seria fácil a sua manutenção e fiscalização?

Sim. Infelizmente, tenho notado, com alguma tristeza e preocupação, que os proprietários dos edifícios estão mais preocupados com os rendimentos do que com a preservação dos edifícios. Por outro lado, na nossa inspecção ao prédio notámos que o edifício sofreu várias alterações em termos de

compartimentos, que causaram danos graves na sua estrutura.

Que alterações foram feitas que prejudicaram gravemente o edifício? Explique-nos melhor...

Foram feitas mudanças estruturantes e mesmo no que concerne ao seu objectivo inicial. Residências foram transformadas em escritórios. Verificamos também a retirada de alguns pilares e de paredes internas para a criação de separadores, dando lugar aos novos compartimentos para gabinetes. Houve, ainda, o acréscimo de geradores nas varandas e a instalação de reservatórios de água. O mais grave é que cada morador tinha um reservatório de água na sua varanda. Na zona do terraço foi construído mais um piso residencial. Todos estes elementos afectam a vida útil do edifício. Isso encurta a esperança de vida do prédio, que em média é de 50 anos.

Uma das hipóteses apresentadas pelo proprietário do edifício foi a infiltração que vinha do prédio vizinho. Concorde com esta tese?

Não foi apenas isso. Quero dizer que não foi apenas a infiltração do prédio vizinho que provocou o seu desabamento. O mau estado técnico do edifício contribuiu para o fim triste que teve. O prédio estava mal conservado e não tinha manutenção periódica. Por exemplo, notamos que havia água a escorrer pelas paredes e fissuras acima de 0,05 milímetros. No domínio da construção civil, estas fissuras são gravíssimas. Falo também de águas contaminadas, provenientes dos aparelhos de ar condicionado e das cozinhas, que foram atacando o aço. No processo construtivo, o betão é o elemento que combate a compressão e o aço a tracção. Quando o aço é atacado pela corrosão, logo vai perdendo resistência. Se o aço perde resistência, o esqueleto da estrutura fica gravemente ameaçado e ficamos em presença de um desabamento iminente. Foi o que aconteceu!

Constou-nos que trabalhou na identificação de vários edifícios com problemas semelhantes ao prédio da Avenida Comandante Valódia. Em que zona de Luanda estão localizados os edifícios em risco de ruir?

Olha, a situação é preocupante. Não lhe vou dizer todos, mas apenas aquela cuja memória registou. A título de exemplo, vou falar aqui dos edifícios localizados na zona da Vila Estoril ou, se quisermos, no Golfo 2, também conhecidos como os prédios dos cubanos. Falo concretamente dos blocos antigos, que não foram acabados pela construtora na época. É urgente que se faça uma evacuação daqueles edifícios, porque necessitam de demolição urgente. Há alguns que carecem apenas de manutenção, mas na sua

maioria devem ser evacuados e demolidos, para que não tenhamos o mesmo episódio da Comandante Valódia.

Mas os edifícios do Golfo 2 foram construídos depois da Independência Nacional. Têm menos de 50 anos de vida...

Infelizmente, muitos deles não tiveram os acabamentos devidos em termos da sua construção. Alguns carecem de manutenção periódica. A última vez que visitei aqueles prédios, constatei que muitos registavam a queda da laje (placa) de cobertura do tecto. O aço todo está exposto e sob efeito corrosivo. As zonas do corrimão estão danificadas e em alguns casos já não existem. A insegurança e o perigo de vida dos seus habitantes são enormes. Notamos também que as redes de drenagem têm problemas e os níveis de infiltração são muito altos. Por tudo isso, defendo a demolição de alguns edifícios na Vila Estoril - Golf 2.

São muitos os edifícios em Luanda em risco de desabar?

Não temos um diagnóstico concreto da situação, mas vou me ater aqui a certos edifícios localizados na zona do Mercado de São Paulo, na direcção do corredor do prédio da ENDE. Ali mesmo e não muito distante está o prédio do Livro ou Sujo, como é conhecido por muitos em Luanda. No mesmo corredor há um outro edifício juntinho ao prédio do Livro que carece de atenção especial. Os sinais de alerta estão visíveis. Há vasos com plantas nas varandas e janelas, infiltração muito alta. Em alguns prédios é notório nas lajes (placas) vegetação como consequência da infiltração de água. É necessário que se faça uma vistoria e análise rigorosa da situação, para podermos aferir se ainda é possível continuar a habitar neles ou não.

"Fico muito triste com a realidade de cada um dos edifícios antigos" São apenas esses ou existem mais edifícios nestas condições?

Existem muitos prédios em péssimas condições, na cidade de Luanda, que necessitam de uma intervenção urgentíssima. Na zona do Hospital Josina Machel ou Maria Pia, há um conjunto de prédios que clamam por uma avaliação rígida do seu estado técnico. Junto ao Largo da Maianga, há um prédio antigo de 20 andares, feito em tijolos, que deve ser deitado abaixo com urgência, para não criar situações embaraçosas às nossas autoridades.

E os conhecidos prédios dos Lotes no Bairro do Prenda?

Certíssimo! Como lhe disse, não trago a minha pasta de trabalho e fico apenas pela memória de alguns edifícios que me chamaram a atenção durante o trabalho de campo que fizemos. Relativamente a estes blocos, a situação merece toda a nossa atenção. Aqueles blocos devem ser intervencionados para que não tenham um fim triste. O Governo da Província de Luanda deve prestar muita atenção a estes edifícios, já que estão no seu limite de idade e necessitam de intervenção.

Qual é o destino dos diagnósticos feitos a estes prédios? Para onde são encaminhados?

Antes de responder à sua pergunta, digo que há necessidade de criarmos em Luanda um Conselho de Gestão de Infra-estruturas Públicas e Privadas. Os sectores público e privado devem andar juntos neste desafio, caso contrário, teremos nos próximos anos, na cidade de Luanda, situações desagradáveis, como o que aconteceu com o prédio da DNIC e agora na Avenida Comandante Valódia. Esta Comissão deverá criar normas e regras para que se possam tomar medidas urgentes para a gestão destes e outros edifícios. Refiro-me aos bons exemplos que vão surgindo por Luanda, em condomínios privados e não só, onde o morador cumpre com as regras estabelecidas.

O que falta para que esse projecto seja uma realidade?

É necessário que as instituições competentes possam mostrar aos envolvidos os riscos e os prejuízos que o Governo da Província de Luanda (GPL) e o sector privado terão num futuro breve. Deve haver vontade política e governativa, para que os moradores desses prédios possam ter um sono tranquilo. Falta apenas a sua materialização. Devemos nos precaver para prevenir situações do género.

Na qualidade de engenheiro de construção civil, se fosse chamado a recriar Luanda o que faria?

Começaria pelos Planos Directores da Cidade. Criaria com urgência o Conselho de Gestão de Infra-estruturas de Luanda, que abarcaria agentes públicos e privados. Cada prédio deveria ter um responsável, que estaria em contacto com uma instituição ligada à fiscalização de obras. Estes coordenadores de prédios e as empresas de fiscalização seriam obrigados a emitir relatórios, que por sua vez devem ser submetidos ao Laboratório de Engenharia de Angola (LEA), para aferir a autenticidade dos materiais usados na construção ou durante as obras.

Anualmente, realizaríamos encontros e assembleias para avaliação de cada um dos prédios.

Fala-se muito da qualidade do material de construção nos dias de hoje. Será que os materiais que utilizamos são fiáveis?

Não é verdade. Volto a citar a necessidade de o Laboratório de Engenharia de Angola (LEA) participar directamente na avaliação dos materiais de todos os edifícios que são construídos na cidade de Luanda. É necessário também que o empreiteiro e a fiscalização estejam atentos a estes edifícios. O empreiteiro, que vai construir um edifício, deve antecipadamente apresentar ao LEA todo o material que irá utilizar na fundação e sua edificação.

Uma boa parte dos edifícios antigos de Luanda tem donos. Isso não inviabiliza os trabalhos que pretendem realizar?

Sei disso. Mas podemos contornar isso com a realização de seminários periódicos com os responsáveis desses imóveis, para esclarecer sobre a necessidade das inspecções periódicas e preservação dos edifícios. Por outro lado, exigiria das administrações municipais e comunais rigor na tomada de medidas sobre a manutenção periódica dos prédios privados. A legislação angolana é boa neste aspecto. Consta a criação da Comissão de Moradores e as suas responsabilidades.

"A situação dos edifícios é preocupante e carece de diagnóstico sério"

Luanda viu nascer, nos últimos anos, várias infra-estruturas, com realce para as centralidades do Kilamba, Sequele, Zango 0 e Zango 8000. Alguns edifícios nestas centralidades já apresentam sinais visíveis de degradação acelerada. Será que não houve rigor na sua fiscalização ou os materiais usados durante a construção são fracos?

É necessário que se prime pela manutenção dos edifícios. Por outro lado, as redes técnicas devem ser intervencionadas sempre que possível. A última vez

que estive na centralidade do Kilamba, notei com alguma preocupação que a drenagem em alguns edifícios já não funciona e deitava um cheiro nocivo. Notei também que as águas estavam expostas, circulando pelos edifícios, o que pode causar corrosão nas paredes dos prédios. Na Vila Pacífica ou Zango 0, alguns edifícios sofreram com inundações durante a época chuvosa. Estas águas, que atacam a zona da cave, afectam imediatamente a base e a fundação do prédio. Se não tivermos cuidado, iremos registar num futuro próximo o abatimento das sapatas.

Um aspecto curioso, o projecto habitacional Nova Vida foi construído muito antes das centralidades, mas não há sinais de fissuras ou infiltração.

O projecto Nova Vida está localizado numa zona que dificilmente inunda. O seu sistema de drenagem funciona bem. Por outro lado, são residências que são maioritariamente tuteladas pelo sector privado. São moradias e a sua gestão é completamente diferente à do Kilamba, Sequele ou Zango 0. Entre viver numa moradia e num edifício, o mais difícil é viver num prédio. A gestão é completamente diferente. Em termos de cuidados e de gestão, as moradias exigem outras atenções, por serem individuais, ao passo que nos prédios existem outros factores. Há indivíduos que pagam o condomínio e outros que se furtam. Nos edifícios há moradores que são inquilinos, que apenas residem e se negam a fazer parte das suas contribuições.

E as fissuras e os problemas de infiltração?

Muitos dos edifícios das centralidades em Luanda registam infiltrações e fissuras, por mau uso. Tenho recebido, com alguma tristeza, notícias de moradores de centralidades como o Kilamba e Sequele que transformaram completamente os seus apartamentos. Partiram paredes internas e retiraram o chão de forma inadequada. Estão a danificar a estrutura dos prédios. Por outro lado, acho que deve haver rigor no tratamento das águas da irrigação dos jardins, para que não causem danos às paredes e tintas.

O que será de Luanda daqui a 10 anos, caso não se adoptem algumas recomendações nos cuidados a ter com os edifícios?

Será um caos enorme. Muitos dos seus habitantes irão abandonar a cidade velha e procurar outros locais seguros. É necessário ver isso com urgência. Veja que há apartamentos construídos para um agregado de 3 ou 4 pessoas e vivem lá 8. A rede sanitária do edifício não suporta o uso desta quantidade de pessoas. É necessário que se crie o Conselho de Gestão de Infra-estruturas de Luanda, para a tomada de medidas urgentes. Se não andarmos nesta direcção, vamos deitar abaixo uma parte da história de Luanda. Seria muito triste.

Qual é o sentimento que tem quando circula pela parte Baixa da cidade de Luanda e vê alguns dos edifícios antigos?

Fico muito triste com a realidade de cada um deles. Não é porque vivo em Luanda, nada disso. Hoje, a cidade de Luanda recebe a visita de vários turistas, provenientes de várias partes do mundo e se há algo

que me chama a atenção, esse quesito tem a ver com a pintura dos edifícios velhos da cidade. Estão pintados há décadas. É importante que o estado e os seus parceiros tratem da pintura dos edifícios velhos. Todos estes aspectos atraem a atenção, até dos investidores estrangeiros. Ninguém está interessado em investir numa cidade cujos edifícios nem pintura têm. Dá a sensação de uma cidade abandonada.

6.5 Executivo prepara linha de crédito para madeireiros

Jornal de Angola

10 De Junho de 2023

Texto: Nicolau Vasco

Uma linha de crédito para financiar a implantação de uma indústria exportadora de madeira processada no país foi anunciada, quinta-feira, em Menongue, pelo director nacional das Florestas, Nazaré Veloso, ao terminar uma visita de dois dias ao Cuando Cubango.

Director nacional das Florestas anuncia iniciativa institucional de financiamento para ajudar produtores a exportarem bens acabados, acrescentando valor à matéria-prima nacional © Fotografia por: Nicolau Vasco | Edições Novembro | Cuando Cubango

Em declarações à imprensa, Nazaré Veloso realçou a importância da linha de crédito em vias de ser constituída no contexto do Decreto Presidencial que, em Fevereiro, suspendeu a exportação de madeira não manufacturada. Esta opção encontrada satisfaz os madeireiros face às dificuldades financeiras que os impediam de edificar unidades industriais vocacionadas para a transformação.

A mensagem relativa a este decreto foi bem recebida pelos empresários do Cuando Cubango, uma vez que os objetivos são estratégicos e visam fortalecer a indústria madeireira e fazer com que Angola deixe de exportar madeira não processada e que passe apenas a fazer com produtos acabados, segundo o director nacional.

O Decreto Presidencial nº45/23, de 14 de Fevereiro, suspende a exportação de madeira não processada sob qualquer forma por um período de três anos, com as autoridades a decidirem que urge a necessidade de potenciar os madeireiros, capacitando-os para a transformação da madeira em produtos acabados.

Na visita, os madeireiros do Cuando Cubango foram informados que os sectores da Agricultura, Indústria e Comércio e das Finanças estão a trabalhar num decreto Executivo conjunto que vai trazer a lista dos

produtos cuja exportação é permitida, uma vez que o Decreto Presidencial suspendeu a exportação de quatro tipos de madeira, nomeadamente, em toro, blocos, pranchões e semi-blocos, sendo omissos nas questões da madeira com permissão para vender ao estrangeiro.

Segundo Nazaré Veloso, a exportação da madeira está suspensa, mas, no mercado interno, a comercialização continua a decorrer normalmente, estando em preparação um Decreto Executivo no qual o Ministério da Agricultura e Recursos Florestais vai publicar a lista dos produtos finais cuja exportação deve ser permitida.

Uma lista que inclui três categorias: uma de produtos de serração, onde se enquadram os barrotes, pranchas e tábuas com dimensões para cada produto; produtos de carpintaria; e produtos de marcenaria e mobiliário, informou.

Outro decreto em preparação incide sobre a qualidade da madeira que vai poder ser exportada, para não exaurir os recursos florestais de forma brutal.

Legislação florestal

A legislação angolana habilita produtores nacionais à obtenção de licenças de exploração florestal, mas os estrangeiros só são admitidos na actividade de produção caso se associem a um cidadão nacional, criando uma empresa de direito angolano.

No corte da madeira, 10 por cento do valor arrecadado reverte a favor da província em que a licença é emitida, cabendo aos governos provinciais encontrar, junto do Ministério das Finanças, mecanismos de retorno desse valor que é devido.

A fiscalização florestal pune actos lesivos e infracções cometidas no âmbito do exercício da exploração da fauna, algo que, durante o ano económico de 2022, gerou uma arrecadação pública de cerca de 91 milhões de kwanzas.

Concessão florestal

A partir da Campanha Florestal do ano em curso, entra em vigor um novo regime de contrato de concessão que estende os direitos para 25 anos, em substituição do regime de licenças anuais, anunciou Nazaré Veloso.

O método era constantemente contestado pelos madeireiros, porque não conseguiam escoar e comercializar na totalidade os seus produtos.

Com a nova legislação, o concessionário deverá cumprir, sobretudo, um processo de reflorestação, que passará a ser obrigatório e baseado num plano de gestão contendo projecto de reflorestação e inventariação florestal da concessão.

No primeiro inventário florestal, tornado público em 2017, o país dispunha de cerca de 63,9 milhões de hectares de floresta e uma cobertura territorial de cerca de 55 por cento.

6.6 Primeiros apartamentos concluídos em Setembro

Jornal de Angola

9 De Junho de 2023

Texto: Alfredo Ferreira

Os primeiros 500 apartamentos, dos mil previstos para serem erguidos na Centralidade de Bucula, no município do Dande, província do Bengo, ficam concluídos em Setembro e são entregues ao Governo no mês de Outubro. A garantia foi dada, ontem, em Caxito, pelo director-geral do Kora-Angola, a empresa que está a executar a empreitada.

Henrique Costa informou que a Centralidade, em construção desde Outubro de 2021, tem até agora construído 80 edifícios de apartamentos de diferentes tipologias, entre térreos e prédios de dois, três e quatro pisos, numa execução física de 90 por cento, faltando apenas a conclusão do posto de saúde, uma escola primária de 24 salas de aula e uma esquadra de polícia.

O director de Gestão Fundiária e Habitação do Bengo, Amílcar Lutucuta, esclareceu que dos 80 edifícios construídos, 72 vão albergar lojas e unidades habitacionais. "Na segunda fase serão construídos mais 78 edifícios, com diferentes tipologias", esclareceu.

No momento, adiantou, estão em construção, em todo o país, as centralidades de Cabinda, Cunene e do Bucula (Bengo), com previsão do lançamento de obras similares nas províncias do Cuanza-Norte, Zaire (Soyo e Mbanza Kongo), Cuando Cubango, Malanje e o arranque da segunda fase no Moxico.

As centralidades incluem infra-estruturas internas, tais como redes viárias, passeios, iluminação pública, sistemas de abastecimento de água e distribuição de energia eléctrica, assim como de drenagem de águas pluviais e protecção contra descargas atmosféricas, estacionamento e áreas verdes.

A maioria dos equipamentos sociais, como postos de saúde, centros infantis, escolas primárias e secundárias, jardins-de-infância, posto policial e campo de futebol também constam no projecto.

As obras de construção da Centralidade de Bucula, referiu Amílcar Lutucuta, geraram 1.350 postos de trabalho directos.

Ordenamento do território

No domínio da habitação, o Ministério das Obras Públicas e do Ordenamento do Território teve grande desempenho nos últimos cinco anos (2017/2022), tendo em conta que foi possível concluir 14 centralidades, como as do Zango 0 e Zango 5, em Luanda, Baía Farta, Luhongo e Lobito (Benguela), Andulo (Bié), Quibaúla (Cuanza-Sul), Caála e Halavala (Huambo), Quilemba (Huíla), 5 de Abril e Praia Amélia, na província do Namibe, Luena (Moxico) e Quilomoço (Uíge), que permitiram a disponibilidade de 39.051 unidades habitacionais.

6.7 Governo defende habitação adequada para os cidadãos

Jornal de Angola

10 De Junho de 2023

O Governo angolano está empenhado em providenciar habitação adequada com acesso universal aos serviços básicos, tais como energia, água e saneamento, transportes, escolas, emprego, cuidados de saúde, espaços verdes e financiamento de infra-estruturas.

O facto foi realçado, quinta-feira, pelo representante permanente de Angola junto dos Escritórios da ONU em Nairobi, Sianga Abílio, quando discursava, na capital queniana, na sessão plenária da Assembleia do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT).

Realçou, entretanto, que a concretização deste compromisso passa, também, pela participação activa de Angola no sistema multilateral amplo, inclusivo e eficaz.

Reconheceu a necessidade e a emergência de se enfrentar a crise global, referindo que o desenvolvimento urbano sustentável tem o potencial de abordar muitos dos desafios actuais, ao considerar que a urbanização sustentável fornece a base para a prosperidade crucial nos esforços globais para reconstruir melhor, mais forte, verde e seguro.

Durante a intervenção, disse acreditar que a implementação da Nova Agenda Urbana pode contribuir para a localização da Agenda 2030, no desenvolvimento sustentável de forma integrada, bem como para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

"Acredito que a implementação da Nova Agenda vai tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis", avançou.

A Assembleia do UN-HABITAT, que decorreu em Nairobi até ontem, contou com a participação de 5.500 delegados, representando 193 países, para debater vários assuntos de responsabilidade deste organismo, com destaque para o acesso universal à habitação a preços acessíveis.

Os Estados-membros foram encorajados a explorar mecanismos para alcançar o direito universal à habitação adequada e a avançar no sentido da eliminação das barreiras existentes à habitação a preços acessíveis.

6.8 “Não estamos contra o Governo, só queremos o mínimo de dignidade”

Jornal O PAÍS

16 De Junho de 2023

Perto de completarem dois meses, desde que foram retirados, de emergência, do edifício, no passado dia 22 de Abril, depois deste estremecer, as 41 famílias, somados num universo de 180 pessoas, continuam o braço de ferro com o Governo Provincial de Luanda (GPL).

O Governo, no âmbito da salvaguardado bem vida, depois do prédio do Lote-I do Prenda estremecer, tirou a carta do Mayé-Mayé para apresentar como proposta às famílias para que essas continuem a seguir as suas vidas, num local urbanizado e mais seguro.

Já os moradores, por sua vez, recusam a proposta e apontam uma série de dificuldades no Mayé-Mayé, o que, para eles, configura um atraso.

Entretanto, habituados a viver no agasalho da cidade, com todos os serviços à sua disposição, desde bancos, notários, saúde, educação, transporte e outros. No Mayé-Mayé os populares dizem que terão de fazer uma volta à vida devido à falta de equipamentos sociais e a precariedade na mobilidade.

Entretanto, contam os moradores que, desde que foram retirados do prédio, não voltaram a escalar o edifício. Todos tiveram de abandonar os seus haveres, desde electrodomésticos, roupas, dinheiro e até documentos.

Muitos tiveram de se albergar em casa de família e outros vivendo em paradeiros incertos, porque estão proibidos de entrar nos apartamentos.

Porém, apesar deste impasse, Fernando Rodrigo, residente no prédio há muitos anos, disse que não aceita ir viver no Mayé-Mayé, porque as condições de habitabilidade naquele local não se ajustam ao seu modo de vida e da sua família que tem a rotina toda no centro da cidade.

"É que, além da distância, o Mayé-Mayé não oferece nenhum tipo de condições. Nós fomos lá visitar e aquilo é uma lástima. Nem mesmo os próprios governantes aceitam ir lá morar. É difícil", deplorou. Segundo o mecânico de profissão, os filhos todos e as mulheres têm as suas actividades no casco urbano, pelo que uma possível transferência vai complicar a vida da família.

"Nós, inicialmente, estivemos a propor que fossemos evacuados para a centralidade do Kalawenda, Marconi ou Zango 8000. Estes pontos davam-nos, no mínimo, um pouco de mobilidade e dignidade. Mas o Mayé-Mayé não", atirou.

Dignidade Samora João é também outro morador do Lote-I que se recusa a passar para o Mayé-Mayé, alegando, igualmente, a falta de condições e mobilidade.

"Meu irmão, o que vamos ir fazer no Mayé-Mayé? Nós não estamos contra o governo, só queremos o mínimo de dignidade. Por isso estamos a exigir um lugar melhor", disse.

Abandonados

Por seu lado, Avelino Lopes disse que o Governo tem estado a enrolar a situação, deixando-os num verdadeiro abandono, situação que está a tirar o sono aos moradores.

"Nos sentimos completamente abandonados. É que, desde a última reunião que tivemos, não voltaram a nos falar nada. E estamos a viver numa incerteza", lamentou.

O alerta que nunca faltou

Assim como o Lote-I, moradores de outros prédios em Luanda, e sobretudo no Prenda, vêm

denunciando a condição física de vários edifícios que se encontram em visível estado de degradação.

O alerta foi reforçado com a queda do edifício da Avenida Comandante Valódia, no mês de Março deste ano, sem, no entanto, causar vítimas humanas. Dali para cá, o Governo Provincial de Luanda entrou em campo com o processo de fiscalização e identificação de outros prédios em estado débil.

Grande parte destes prédios foram construídos há mais de 50 anos. O desgaste das infraestruturas, por falta de manutenção, as alterações anárquicas, o número excessivo de moradores e outras questões respondem pelo nível acelerado de degradação e perigosidade destas unidades como apontam os especialistas.

A Ordem dos Arquitectos já deixou claro que a conversa da necessidade de manutenção dos edifícios velhos não é um assunto novo.

Vity Nsalambi é o vice-presidente da Ordem dos Arquitectos de Angola. Em recentes declarações ao jornal OPAIS, na altura do desabamento do Prédio do Valódia, reforçou dizendo que a necessidade de manutenção não é um assunto destes dias, é, pois, um alerta que vem de longe. Conforme explicou, a Ordem tem vindo a alertar para a necessidade de criação de políticas públicas para avaliar aquilo que é a qualidade actual dos edifícios da cidade de Luanda.

6.9 “Uma prenda” agridoce para mais de 40 famílias

Jornal O PAÍS

16 De Junho de 2023

Texto: Domingos Bento

Bem-vindo o Mayé Mayé!", indica a laca afixada numa das laterais do apertado asfalto que dá acesso ao interior da urbanização alocada ao distrito urbano do Sequele, município de Cacuaco, em Luanda. As habitações, estendidas ao logo do princípio da urbanização, pintadas, na sua maioria, com a cor amarela, deslumbram o gigante que é o projecto habitacional construído para albergar o grosso de moradores afectados pelos diversos projectos de requalificação em curso, em Luanda.

Aqui vieram parar moradores do Cazenga, Sambizanga, Boavista, Rangel, Cacuaco, Samba e outros que foram forçados a abandonar as suas zonas de conforto, mas de risco.

Nos últimos dias, a urbanização tem sido destaque nos serviços noticiosos, nas conversas de ruas e

divide a opinião pública devido à tentativa de transferência dos moradores do Lote-I do Prenda pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), depois do edifício registar um abanão no passado dia 22 de Abril, o que forçou a retirada dos populares e o isolamento da zona imediatamente.

À porta de completar dois meses, desde a ocorrência, os moradores continuam a viver dispersos e referem o Mayé- Mayé como das péssimas opções devido à falta de serviços sociais e distância da urbanização com o centro da cidade.

Por dentro do Mayé-Mayé

Dado não oficial aponta uma distância de mais ou menos 50 quilómetros do centro da cidade de Luanda ao Mayé-Mayé, num percurso feito, normalmente, da Avenida Deolinda Rodrigues, estradanacional230 e avenida Fidel Castro que liga o Benfica ao Cacuaco e vice-versa.

Por dentro da urbanização, construída no âmbito da parceria Angola-China, em2017, contabilizam um grosso de 3 mil e 887 residências do tipo T2 e T3 estendidas em 10 quadras, com abastecimento de água e energia garantido, embora a luz já começa a ter problemas de oscilação, sobretudo nos blocos A, B e C.

Fazem ainda parte do projecto habitacional um universo de mil e 216 apartamentos alocados num total de 76 edifícios, sendo que cada um acolhe 16 compartimentos.

Muito por fazer

Num périplo feito pelo jornal OPAIS foi possível constatar que apenas as ruas principais que dão acesso aos quarteirões é que estão asfaltadas. Já os passeios e os pavimentos não estão ainda alcatroados, o que demonstra, claramente, a necessidade de conclusão.

Sem equipamentos sociais

Outrossim, apesar do número de moradias, a urbanização não dispõe de equipamentos sociais como centros médicos, lojas, notários, bancos ou escolas. Para esta última, de modo a diminuir as dificuldades, duas residências estão a ser adaptadas para escolas do primeiro ciclo.

Adaptação para diminuir as dificuldades

De lamentações, superações e adaptação, nesta urbanização, a vida segue, para quem já lá está ou foi forçado pelas circunstâncias a encontrar no local o seu novo habitat, como é o caso de Valter Matias,

actualmente secretário-geral da Comissão de Moradores. Segundo o residente, o que tem se feito, até ao momento, é a adaptação à realidade de modo a não se encarar a vida muito difícil no concentrado habitacional.

No que toca à assistência médica, por exemplo, Valter Matias disse que existem, na urbanização dois precários centros médicos de iniciativa privada, sendo que, para quem não tem condições para pagar, deve recorrer ao hospital da centralidade do Sequele. O mesmo acontece com os demais serviços, desde o notarial, bancário, escolar e outros em que os moradores são obrigados a recorrer ao Sequele ou outros pontos de Cacuaco no intuito de verem as suas preocupações resolvidas.

"É difícil, realmente, viver aqui. Mas tudo passa pela adaptação. E é isso que temos feito, porque se for a meter as dificuldades na cabeça, agente é capaz de fugir como os outros fizeram", frisou.

"É difícil, mas é nosso" Júlia Matende, igualmente moradora, também não nega as dificuldades que é o Mayé-Mayé, desde as questões de saúde à distância.

Mas, aceita a realidade e disse que, apesar de ser difícil, é melhor do que na zona onde vivia, na Boavista.

"Realmente é muito difícil morar aqui. O que nos mata são os serviços. Tudo temos que percorrer longas distâncias. É difícil, mas é nosso", apontou.

"Deviam finalizar antes de nos entregar as casas"

Por seu lado, Maria da Silva, que vivia no Sambizanga, disse que desde que se mudou para o Mayé-Mayé, em 2020, tem visto a sua vida a complicar por causa da distância e dos acessos no interior da urbanização devido ao terreno argiloso.

"Parece que fizeram as coisas às pressas. Não se pode admitir que nos mudamos para aqui e ainda pisamos no lodo, sobretudo quando chove. Deviam finalizar todas as obras antes de nos entregar as casas", lamentou.

6.10 EGTI e parceiros privados vão investir 19 mil milhões de kwanzas no Kilamba

Jornal de Angola

18 De Junho de 2023

Texto: Ana Paulo

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI-EP) e parceiros privados pretendem, ainda este ano, avançar com um financiamento de cerca de 19 mil milhões de kwanzas de espaços na Centralidade do Kilamba, província de Luanda.

Os dados foram avançados, sábado, na capital do país pelo director do Gabinete de Estudos e Investimentos da Estratégia Urbana da EGTI

Miguel Capitão falava sobre as experiências da empresa na gestão de terrenos infra-estruturados, na conferência sobre o sector imobiliário, organizado em alusão aos 25 anos de existência da IMOGESTIN.

Realçou que além deste futuro financiamento, está ainda em carteiras vários projectos para os terrenos da Centralidade do Kilamba, alguns dos quais já em curso.

Um dos projectos em curso, segundo avançou Miguel Capitão, é o da infra-estruturação de quatro microlotes por via do modelo de compensação, numa área de 79 hectares.

Quanto ao montante da sua execução, realçou, está orçado em mais de 14 mil milhões de kwanzas, volume disponível da EGTI para a infra-estruturação na Cidade do Kilamba, por via das permutas e compensação.

"Neste momento, estamos a trabalhar para que, nos próximos meses, possamos materializar este projecto e nele serão feitas várias infra-estruturas, como vias de comunicação, redes de abastecimento de água, redes de drenagem e de águas fluviiais, bem como as redes eléctricas de iluminação pública e telecomunicações", garantiu Miguel Capitão.

Por outro lado, ainda na Centralidade do Kilamba, por via do modelo urbanístico e Investimento colectivo, Miguel Capitão avançou que também está em carteira processos de infra-estuturação numa área de 14 hectares, com um valor orçado acima de dois milhões de kwanzas. A execução é dentro do mesmo nível de infra-estruturas. "Com estes projectos esperamos que consigamos diversificar as várias formas de financiarmos as nossas infra-estruturas", frisou.

O gestor destacou que, no mesmo local, estão também previstos, para este ano, serviços de infra-estrutura, mas já com fundos de uma empresa privada.

A área por infra-estruturar, destacou, é de cerca de 22 hectares, diferente dos outros por ser financiada por fundos próprios.

Iniciativa privada

Miguel Capitão garantiu que o projecto de iniciativa privada já está em curso, com um financiamento em 1.971 milhões de kwanzas.

"Este mesmo terreno depois de infra-estruturado, o imóvel valoriza significativamente, passando para um valor acima de seis mil milhões de kwanzas", afirmou. Disse que as infra-estruturas garantem a valorização dos imóveis, do património nacional e contribuem para que a economia receba os reflexos dessa actividade.

Quanto ao balanço das actividades no último ano, a Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados realizou, nos períodos de 2022 a meados do corrente ano, várias actividades que necessitam de investimentos próprios. A título de exemplo, o volume de investimento por capitais próprios da EGTI registado, em 2022 e meados de 2023, foi de mais de 3.963 milhões de kwanzas.

Este montante, segundo avançou Miguel capitão, foi utilizado nos terrenos da Centralidade do Sequele, no programa desenvolvimento para as zungueiras, projecto este já concluído com a entrega de terrenos as beneficiadas.

Com relação aos principais desafios da EGTI, a empresa pretende adquirir financiamento externo por via dos vários programas já existentes, projectos estes, ligados à expansão das cidades para que se possa ter mais uma alternativa de investimentos.

Auto-construção dirigida vai ser lançada na próxima semana

A primeira pedra para o programa de auto-construção dirigida, aprovada, no último mês de Maio, pelo Conselho de Ministros, vai ser lançada na próxima semana, na província do Bié.

Em declaração à imprensa, à margem da conferência, o consultor económico e financeiro do ministro das Obras Públicas, Augusto Fernandes, garantiu que para a efectivação do processo se encontram no Bié técnicos do Ministério, a trabalhar para a identificação de terrenos.

A primeira pedra será lançada para os cidadãos poderem ter acesso aos lotes infra-estruturados, loteados e ordenados prontos para que os mesmos consigam erguer a própria residência de forma ordenada.

Para a auto-construção dirigida, numa primeira fase, prevê-se a infra-estuturação de 900 lotes até 2027, e quatro milhões de lotes até 2050.

Para Augusto Fernandes, com este projecto, o Executivo pretende que os cidadãos tenham habitações mais sustentáveis, integradas e condignas.

"Aqui, os cidadãos vão construir as próprias casas com a assistência e supervisão dos órgãos do Governo, bem como haverá alguns incentivos para que os mesmos ergam as residências", frisou.

O economista destacou que o Governo vai criar um regulamento de acesso aos lotes, processo que não exclui qualquer classe social.

Para a cedência dos terrenos, por um lado, haverá critérios do Estado social e o segundo critério estará relacionado ao rendimento do beneficiário ou das famílias. Outros critérios serão o número de famílias e a incapacidade financeira de cada pessoa.

"Os actores sociais estão em primeiro lugar porque o Estado preocupa-se com os cidadãos mais vulneráveis, e estes serão salvaguardados com uma cota de 10 por cento, que o Governo irá gerir para fazer a distribuição dentro daquilo que são os mecanismos que julgar necessário", adiantou.

Contributo do sector imobiliário no PIB

A presidente do Conselho de Administração da IMOGESTIN, Branca do Espírito Santo, almeja que a actividade imobiliária seja um sector que contribua, futuramente, no Produto Interno Bruto (PIB) do país como os outros sectores de actividades.

Branca do Espírito Santo proferiu o discurso de

abertura da Conferência, que decorreu sob o lema "O Papel do Sector Imobiliário na Diversificação da Economia", sublinhou que sem o sector imobiliário estar incluindo no PIB, não se pode perceber o principal contributo do mercado na economia, embora, destacou, se percebe que existem casas construídas, escritórios, fábricas, plataformas logísticas, dados que não estão reflectidos nas contas nacionais.

Quando se fala em Produto Interno Bruto (PIB), explicou, a estatística dos países declinam a estrutura do PIB de cada Estado e, no caso específico da estrutura do PIB, não consta a actividade imobiliária e as actividades são várias como o caso das indústrias extractivas, agricultura, pescas, entre outros sectores de actividade, mas o sector imobiliário ainda não consta.

Por um lado, as habitações, ao serem erguidas, vão ser necessário a inclusão de materiais de construção, projectistas, manutenção, entre outros serviços que são considerados todos elas actividades económicas, que quantificadas, se conseguia perceber se participam no PIB com uma certa percentagem.

"Temos a esperança de que um dia venha a constar, porque é um dado importante para percebermos realmente a importância que ele traz do sector na economia nacional", frisou.

Branca do Espírito Santo destacou que, actualmente, existem muitas construções habitacionais, escritórios, cedência de terrenos aos cidadãos. Logo, no caso específico da IMOGESTIN, contribui para a diversificação da economia ao construir várias habitações e urbanização.

6.11 Auto-construção dirigida

Jornal de Angola
20 De Junho de 2023

Já não deve ser novidade para ninguém que os Governos, sozinhos, não podem resolver todos os problemas sociais do país. Os privados também concorrem na materialização deste desiderato.

O mesmo acontece no cumprimento de um importante direito constitucional que é o da habitação. Nenhum Governo consegue, sozinho, construir as residências para toda a população. É preciso, também, o concurso do sector privado. A própria população também contribui, pois os cidadãos podem ter a iniciativa de construir as suas próprias habitações.

O Presidente João Lourenço encorajou, em Setembro de 2021, os governos provinciais a primarem pela auto-construção dirigida, salientando que o problema habitacional no país não deve passar, exclusivamente, pela construção de centralidades pelo Executivo. Em visita de trabalho à cidade de Ndalatando, Cuanza-Norte, o Titular do Poder Executivo disse, na ocasião, que deve ficar para trás a ilusão de que as centralidades é que vão resolver o problema habitacional no país.

Segundo João Lourenço, a grande solução para a maioria da população angolana, em termos de habitação, é, sem sombra de dúvidas, a auto-construção dirigida, apontando como exemplo o projecto do Quilómetro 11, que visitou na ocasião e em que a responsabilidade do Estado se limitou apenas em infra-estruturar os terrenos, garantir a chegada da água e energia eléctrica, bem como estabelecer incentivos para que os cidadãos construíssem a própria casa. É bom mesmo que as autoridades estejam por perto na auto-construção a fim de que se garanta e preserve a questão da urbanização. Muitos bairros do país são o que são porque não houve essa fiscalização.

No final do mês passado, a Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou o Projecto para a Auto-construção Dirigida, mecanismo com vista à execução das políticas públicas no domínio da gestão fundiária e da construção da habitação, enquanto alicerces estruturantes das políticas sectoriais, relativamente ao direito à habitação condigna, à qualidade de vida e à dignidade humana. Numa primeira fase, o projecto prevê a infra-estruturação de 900 lotes até 2027 e quatro milhões até 2050. Para a cedência dos terrenos, um dos critérios é o estado social do requerente e o outro tem a ver com o rendimento do beneficiário ou das famílias, além do número de famílias e a incapacidade financeira de cada pessoa.

Depois de algum tempo de preparação, o projecto é, finalmente, lançado esta semana, na província do Bié. O que se espera é que tenhamos habitações mais sustentáveis, integradas e condignas.

6.12 Investigadora do MIT lidera projecto de combate à seca no Sul de Angola

Jornal de Angola

22 De Junho de 2023

Texto: Omar Prata

Danielle Wood explica que a partir das medições dos satélites científicos se pode ter uma ideia de "como as árvores estão a crescer, o que está a acontecer com as colheitas, com a qualidade da água, ou com o clima, bem como medir quando há secas de longa duração a partir do espaço, medindo a humidade do solo".

O projecto de cooperação entre o Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT) e o Gabinete de Gestão do Programa Espacial Nacional (GGPEN) para combater a seca no sul do país é liderado por Danielle Wood.

Em entrevista ao *Jornal de Angola*, a académica norte-americana contou que "tem feito pesquisas sobre os programas espaciais em África desde 2007", está impressionada "com o trabalho que o GGPEN tem feito" e apesar de ser "relativamente novo, com cerca de 10 anos de história", conhece bem o percurso do Gabinete de Gestão do Programa Espacial Nacional.

Considera que a agência governamental angolana durante esse período "tem estado muito activa a investir em comunicação via satélite, satélites de observação da terra ou sensoriamento remoto" como ferramenta para o desenvolvimento nacional, algo que, também, acontece noutros países africanos, justificou.

A especialista referiu, igualmente, que o GGPEN quer usar esses equipamentos, como o "sensoriamento remoto", para o meio ambiente e "olhar para o impacto da seca no país".

Como investigadora do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT) lidera uma equipa chamada "Space Enabled" que tenta questionar "como podemos usar tecnologia espacial para permitir o desenvolvimento sustentável".

Anteriormente, Danielle Wood trabalhou na NASA (Agência Espacial Americana) com a equipa da divisão de Ciências da Terra que "opera diversos tipos de satélites, faz medições do que está a acontecer na água, no ar e na terra".

Explica que a partir das medições dos satélites científicos se pode ter uma ideia de "como as árvores estão a crescer, o que está a acontecer com as

colheitas, o que está a acontecer com a qualidade da água, ou o que está a acontecer com o clima, bem como medir quando há secas de longa duração a partir do espaço medindo a humidade do solo".

Ambientalistas tem-se manifestado ao longo dos anos

Numa matéria produzida pela DW (canal público alemão de rádio-difusão), datada de 2021, citando o director-geral da Acção Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente – ADRA, Carlos Cambuta, pode ler-se que "o país não tem políticas ambientais públicas estruturantes para mitigar os efeitos decorrentes da questão ambiental".

No mesmo artigo, Padre Pio Wacussanga, da direcção da Associação Construindo Comunidades (ACC), descreve que "se tivéssemos aprendido, teríamos criado um sistema alternativo de aprovisionamento de água e de criação de espaços de agricultura intensiva por meio de horticultura, criação de forragens e de pastos alternativos, e nós não conseguimos criar, infelizmente".

Este ano, em Janeiro, noutra publicação elaborada pelo Voz da América (VOA), o sacerdote católico que se dedica ao combate contra os efeitos da seca nas províncias do Cuando Cubango, Huíla, Namibe, Benguela e Huambo salientou que "as soluções devem ter sustentabilidades e articuladas com todos os actores envolvidos ao invés de trabalhar em ilhas" e que "já é bom que a NASA se envolva, mas quando não se parte dos estudos dos especialistas angolanos em hidrologia local, não haverá resultados".

Por outro lado, a mesma fonte colheu declarações de outro ambientalista, o líder da Rede de Terra Angola, Bernardo Castro, que indagou sobre os resultados dos investimentos externos anteriores no sector, tendo afirmado que "todo o investimento para a monitorização do risco de desastre climático é sempre bem-vindo".

A direcção clara de uma estratégia de cooperação bilateral

A investigadora do MIT revela que quando conheceu a equipa do GGPEN, pela primeira vez, foi questionada sobre a possibilidade do começo de uma parceria com a sua universidade "para usar dados de satélite, de modo, a ajudar o Governo angolano a responder à seca de longa duração e a padrões de inundações", especialmente na "região Sul do país", concretamente nas províncias do Cunene, Huíla e Namibe.

Assinalou que esteve em território nacional, pela primeira vez, em 2019, porque o GGPEN, como disse, "convidou-me a falar sobre as oportunidades

para usar dados de satélite para a seca” e, em 2020, com a pandemia da Covid-19, os planos tiveram de ser interrompidos e o projecto, embora não tivesse desaparecido, mas teve de ser reajustado.

Referiu que "durante este período, a minha equipa do MIT, na universidade, trabalhou de perto através de chamadas remotas com o GGPEN" e que juntos tentaram "estimar quanto tempo os barcos no porto têm de chegar para descarregar", se "as pessoas estavam em casa durante a quarentena" e a aprender a colaborar e usar informações, considerando que "a capacidade de cooperarmos a nível internacional, tanto presencialmente como virtualmente, está a melhorar".

A académica norte-americana sublinha, também, que a "NASA tem um satélite chamado SNAP que significa Soil (Solo) Moisture (Humidade) Active (activo) Passive (Passivo)" e que, pese embora o material seja divulgado pela NASA, gratuitamente, é necessário "um conhecimento especializado para que se possa utilizá-lo".

É onde entra a sua equipa, que "tem uma permissão concedida" pela própria agência espacial para cooperar com o GGPEN "por vários anos" e "ajudar a traduzir esses dados do satélite que calcula a humidade do solo".

A sua preocupação deriva do facto de "muitas pessoas que vivem na região do Sul de Angola e que dependem da criação de gado para a sua subsistência, às vezes têm que se deslocar para várias partes do país para alimentar os animais e quando há secas e inundações, vêem o seu modo de vida interrompido", pontualiza.

A especialista salienta que, desta cooperação bilateral, há a intenção de "fazer um sistema de mapeamento com o GGPEN que mostre onde é que a humidade do solo está mais seca e a vulnerabilidade socioeconómica" e com isso "ajudar o Governo a

responder efectivamente à seca", seja em curto ou longo prazo e que no plano estratégico constem desde sugestões de recomendações para as equipas de resposta de emergência contra a seca, a colocar questões sobre como é que planeiam enviar melhor a comida durante situações de foco emergente na província do Cunene, ao treinamento para um software especial de análise dos dados de satélites e os satélites sobre a seca e a elaboração do mapeamento.

A professora universitária acrescenta que, na zona do rio Cunene, "quando a seca ocorre se escavam canais especiais para decidir onde é que a água pode ir e

onde é que é mais necessária e isso leva alguns anos a desenvolver", por essa razão crê que o mapa que está a ser elaborado pode ajudar a mitigar esta evidência.

Danielle Wood afirma que ficou, agradavelmente, satisfeita quando veio a Angola em 2023 e esteve "na inauguração da estação terrestre para o Angosat-2, que é um satélite de comunicação operacional gerido pelo GGPEN" e manifesta que ficou feliz, igualmente, por ver o embaixador dos EUA em Angola, Tulinabo Mushingi, que interagiu consigo e falou-lhe sobre "a celebração da oportunidade de cooperar mais com Angola" e de "ajudar a dar uma reputação de desenvolvimento tecnológico positivo ao país em todo o mundo".

Para si, é motivo de estar muito feliz por ver ambos países, os EUA e Angola a procurarem oportunidades para cooperar, porque "é necessário, para uma agência espacial, continuar a investir mais em serviços de informação, dados e satélites" e "através de partilha de dados com outros Governos" é possível beneficiar do mercado internacional", uma vez que "Angola que opera o seu próprio satélite, o Angosat-2, que possui um sistema de soberania nacional".

A estudiosa declara ainda que os países "deviam ter um portfólio, a combinação de vários satélites de propriedade soberana, das comunicações e também de oportunidades para cooperar com parceiros regionais como outros países da SADC, tal como em todo o continente" e que a sua equipa "gostaria de desenvolver alguns protótipos ou ferramentas de software, algum mapa onde os melhores sítios estivessem localizados para dar resposta à seca", e assim transferir, treinar e trocar experiências entre as equipas, para que quando tudo tivesse terminado, pudessem continuar a cooperar e o trabalho fosse feito pelo GGPEN.

A importância de Soluções ambientais para problemas locais

Para a especialista, é crucial não perder de vista os problemas locais, porque quem conhece melhor o nosso país do que os seus próprios habitantes?

Se valorizássemos aquilo que nos rodeia e se mudássemos a maneira como "usamos os materiais para proteger o ambiente" e não "deitássemos fora as coisas", mas antes arranjassemos formas de reciclá-las, tal como vai acontecendo às vezes no continente

poderíamos impulsionar uma revolução ambiental e aproveitar para criar outro tipo de negócios.

No entanto, a sede por produção massiva de equipamentos e máquinas industriais tem vindo a

poluir o ambiente, e a tecnologia age como um agente poluente, em vez de servir para "detectar materiais" ou encontrar alternativas mais úteis na perspectiva da saúde ambiental. Seria mais útil se a tecnologia fosse usada para reduzir os efeitos drásticos da poluição através de mecanismos eficazes que permitissem "identificar os resíduos perigosos na atmosfera", constatou.

A investigadora do MIT chamou a atenção para o facto de que "a região continental de África no seu todo, ser muito importante" porque "é o lar de tantos recursos naturais vitais que afectam o mundo inteiro" e as suas florestas com a qual todos os africanos beneficiam não pode ser ignorada. Os esforços devem ser canalizados para "apoiar a segurança alimentar", "apoiar a segurança hídrica" e "cada país deve ter os melhores dados possíveis para gerir o seu meio ambiente", pois é vital que se façam excelentes medições ambientais em África, sobretudo porque vemos que a população está a continuar a crescer.

Perante uma questão por si colocada, como é que nos podemos livrar do lixo?

Danielle Wood responde que para fazê-lo em Angola, só entendendo a realidade angolana e as especificidades apresentadas pelo país.

E dirigindo-se aos estudantes, de forma pedagógica, frisou que "todos os estudantes no país têm a responsabilidade de tornar as coisas melhores", não devendo esperar que "outros venham fazer", mas sim educar-se sobre tudo aquilo que seja possível "sobre Matemática, Ciência e Literatura e História e usar esse conhecimento com as tecnologias disponíveis para ajudar a melhorar Angola".

E para quem tem o sonho de trabalhar na NASA?

Por fim, a professora universitária garante que para quem tenha o sonho de trabalhar na NASA "tudo é possível", porém reforça que "livrar-se do lixo é um trabalho tão difícil quanto qualquer trabalho que teriam na NASA" e que "há muitos que podem pensar que a NASA é o melhor sítio para trabalhar", mas é importante que cada um dos jovens possa servir o seu país, pensar em como criar uma empresa, servir no Governo, colaborar com entidades competentes ou empresas existentes para ajudar à transformação de Angola.

Impressão final sobre o Angotic

A líder do projecto de combate à seca no Sul do país mostrou-se muito surpresa com a equipa que está a organizar o Angotic e orgulhosa do trabalho realizado, uma vez que sabe que "o GGPEN trabalhou arduamente para comunicar o valor da

tecnologia espacial ao público", concluiu. O Gabinete de Gestão do Programa Espacial Nacional (GGPEN) foi criado para gerir e acompanhar o desenvolvimento do Programa Espacial Nacional. Superintendido pelo Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTIICS), é uma pessoa colectiva de direito público, com personalidade, autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

6.13 Trinta hectares aguardam, no Zango, pelos grossistas das zonas urbanas de Luanda

Jornal O PAÍS

23 De Junho de 2023

Texto: André Mussamo

Este é o espaço reservado pelo Governo da Província de Luanda (GPL), para acolher todos os comerciantes a serem removidos das zonas urbanas e que não tenham alternativa individual para se reinstalar.

O jornal OPAÍS esteve no local esta semana e foi visível o engajamento de homens e máquinas que tentam a todo o custo criar as condições básicas para acolher os futuros inquilinos. No terreno já estão centenas de vendedeiras, maioritariamente zungueiras, que foram persuadidas a deixar a "venda perigosa" que praticavam nas artérias, passadeiras e locais inapropriados, principalmente ao longo da via expressa Fidel de Castro.

Durante a viagem de constatação, foi notório o "desanuviar do trânsito", uma vez que os impasses artificiais resultantes da venda desordenada estão, por enquanto, removidos.

Foi nosso guia nesta missão o administrador distrital adjunto do Zango para os Serviços Técnicos e Infraestruturas, arquitecto Azevedo Silili, que garante: "Aqui cabem todos e assim terá de ser. Não vamos recuar a bem da nossa Luanda".

Para Silili, a resistência de alguns, evocando condições inadequadas no local de acolhimento, é um "falso problema. Qualquer comercial honesto saberá que o que falta fazer nas infraestruturas existentes é o mínimo. Sabendo que o Governo está por perto para auxiliar, não é na verdade um grande problema", explicou.

Sem responder e clarificar a titularidade do espaço, quando questionado se a infraestrutura era do Estado ou privada, o arquitecto Silili assegura que, mesmo que a ocupação de uma parcela nele venha a custar

taxas, numa primeira fase e para incentivar a adesão, todos os novos inquilinos terão um período de três meses sem custos para permitir a adaptação.

"Felizmente, as senhoras zungueiras, que eram um dos nossos maiores problemas, dada a condição em que praticavam o comércio, estão a aderir massivamente. Isto tem implicação directa na venda a grosso, porque elas (as zungueira) são um grande nicho de clientes para os grossistas", explicou.

Assim, há uma combinação de factores que indiciam que venha a nascer grande pólo comercial no Zango 4/A e que, se conquistar este patamar, fará com que a clientela habitue-se à m dança.

O consumidor, segundo previsão dos proponentes, será sempre induzido pela disponibilização de bens e serviços, versus custo/benefício.

"Sempre foi assim com o fim dos grandes mercados. Hoje vamos ao Km 30 por alguma razão. Até somos capazes de ir ao Dondo, Quibala, Waco Kungo, Porto Amboim ou Porto Quipiri para a compra do que necessitamos. A alegada distância é um falso problema", sentença o arquitecto Azevedo Silili.

Com terras abundantes, onde a tónica será a facilitação, as autoridades do distrito estão disponíveis a acolher todos os comerciantes que não se sintam cómodos em instalar -se nas infraestruturas actuais. Está aberta a possibilidade de cada um edificar o seu espaço, mais a contento dos seus interesses e estratégia.

"O projecto em curso não visa prejudicar ninguém. O que se quer é dar melhor comodidade aos cidadãos vendedores e compradores para que tenham maior e melhor conforto. Garantir saúde e segurança em oposição ao actual atentado que é praticado todos os dias nas ruas e artérias da capital do país", esclarece o nosso entrevistado.

Acesso ainda é um problema Transformado num novo foco habitacional, com a construção de milhares de residências, tanto de forma ordenada como pela via da construção desordenada, o Zango, com apenas um ponto de entrada/ saída, enfrenta fortes constrangimentos no acesso e traficabilidade.

Levando para o território um pólo comercial que ambiciona acolher os conglomerados de grossistas, até recentemente a operarem na zona do São Paulo e Hoji ya Henda, adivinham-se dias difíceis no tráfego rodoviário. Conscientes disso, as autoridades já equacionam alternativas.

No macro-plano de operacionalização de infraestruturas económicas, como o futuro aeroporto

internacional de Luanda, está prevista a construção de mais acessos à região, o que, por si só, vai também servir o futuro pólo comercial. Sem entrar em detalhes, Azevedo Silili assegura que os trabalhos dos futuros acessos podem iniciar o mais cedo possível, pelo que o comércio será também servido pelas facilidades a serem trazidas por esta infraestrutura rodoviária futura. Neste momento, segue o trabalho de cadastramento das zungueiras e outros operadores interessados na instalação no Mercado Esperança. Estão abertos três pontos de cadastramento no distrito do Zango e, no dizer do nosso entrevistado, o trabalho corre a mil maravilhas.

6.14 “Economia Azul” é o tema do Festival Luanda Cartoon

Jornal de Angola

25 De Junho de 2023

Texto: Francisco Pedro

O mercado da Banda Desenhada (BD) no país é o mais tímido - quase inexistente - comparando às demais expressões artísticas. Embora congregue literatura e desenho, a BD tem pela frente uma vasta estrada para se tornar promissora e popular do ponto de vista profissional.

Mesmo com a existência do Festival Luanda Cartoon, há mais de 19 anos, a BD angolana carece de publicações periódicas (livros, revistas e exposições) para que se imponha na sociedade legitimando mais e melhor a intervenção ou os feitos dos desenhadores, argumentistas e editores.

Louva-se a coragem de um grupo de jovens entusiastas em criar um festival internacional de BD e animação, duas componentes difíceis das artes visuais, designadamente desenho e cinema animado. Luanda Cartoon é a denominação do festival que está às portas com representações nacionais e internacionais.

Organizado pelo Estúdio Olindomar. Este ano o Festival Internacional de Banda Desenhada e Animação Luanda Cartoon, acontece de 4 a 11 de Agosto sob o tema "Economia Azul".

Com o Luanda Cartoon, a BD angolana conheceu novos desenhadores, animadores gráficos, cartoonistas e, conseqüentemente, novas personagens que ilustram o mar de críticas, sátiras e humor que inundam a arte dos quadrinhos.

Ebraão Eba, Carlos Caldeira, Tchê Gourgel, Olímpio

de Sousa, Lindomar de Sousa, King André, Maniloy, Armando Pululu, Nelo Tumbula, Hermenegildo Pimentel, Horácio Gilberto, Zix Comics, Machai, Altino Chindele, Vává, Armando Pululu, Carnott e Gabito Silva entre os fundadores e o que dão voz, actualmente, nas edições anuais do Luanda Cartoon.

Apesar de dezenas de jovens desenhadores naturais e residentes em Luanda, que fazem eco no Luanda Cartoon, o festival peca por não ter uma representatividade nacional mais ampla, com a participação de desenhadores das demais províncias do país.

Porém, o festival trouxe novas dezenas de revistas de BD e suas respectivas personagens. "Cabetula" é uma dessas revistas produzida no Estúdio Olindomar, cuja personagem principal, que dá título à publicação, vai ser uma das principais novidades deste ano.

"Cabetula" completa 25 anos desde a sua criação. Trata-se de uma personagem ousada em relação aos seus semelhantes com as quais entra em conflito, algumas vezes uma figura inocente, ou distraída, diante dos episódios diários que ocorrem na cena política, social, económica e cultural do país, recheados com humor.

Economia Azul

Anualmente, o festival tem um tema, este ano o Estúdio Olindomar decidiu realizar o Luanda Cartoon sob o tema "Economia Azul", enquanto o ano passado o tema foi "Aquecimento Global".

Trata-se da 19^a edição que além do Instituto Camões, volta ao Bellas Shopping, em Talatona. A tradição de participantes estrangeiros já está confirmada com Lúcio Oliveira e Rafael Coutinho (Brasil), Moiyola Boyka e Jérémie Nsingi (RDC).

Entre os atractivos, uma vez mais, está a exposição de cartoons e BD, debates, venda e sessões de autógrafos de livros e revistas de BD, exibição de filmes de animação, palestras e sessões de caricaturas ao vivo.

A maior Festa da BD em Angola - Luanda Cartoon - congrega todas as idades, entre crianças, adolescentes e adultos, sendo um dos eventos culturais e artísticos

de Luanda, e do país, com elevada afluência, em que participam cartoonistas, ilustradores, designers gráficos, animadores, estudantes de artes plásticas, e artistas das diversas expressões, entre angolanos e estrangeiros.

O nível de organização do festival cresce periodicamente, assim como a representatividade de

diferentes estilos (em caricatura, cartoon, filmes de animação, etc) e a adesão de outros estúdios nacionais que produzem BD têm surpreendido em cada edição resultando, hoje, numa marca inequívoca quer para o público apreciador quer para os parceiros e patrocinadores que continuam fieis ao nobre compromisso de se promover e apreciar a arte dos quadrinhos.

6.15 Habitantes do Kilamba expõem preocupações à Provedoria de Justiça

Jornal de Angola
29 De Junho de 2023

A provedora de Justiça, Florbela Araújo, garantiu, em Luanda, que vai encaminhar às autoridades competentes, todas as preocupações apresentadas pelos cidadãos, relacionadas com a falta de medicamentos no centro médico, bem como a demora na aquisição do Bilhete de Identidade e do registo de nascimento.

Florbela Araújo fez este pronunciamento, terça-feira, durante uma visita de constatação efectuada a alguns pontos do Distrito Urbano do Kilamba, incluído no âmbito do programa geral de visita aos municípios da província de Luanda.

A provedora de Justiça, que foi recebida pela administradora adjunta para a Área

Técnica, Felisbina Ferreira, referiu o dever de comunicar esta situação preocupante aos órgãos habilitados para o fornecimento de mais medicamentos ao centro de saúde, uma vez que os cidadãos além de se deslocarem para as consultas, procurarem, também, pelos remédios.

Relativamente à demora na emissão do Bilhete de Identidade e registo de nascimento, assegurou a condução do conhecimento desta questão ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, para a realização de uma campanha massiva de entrega dos respectivos documentos.

Florbela Araújo pediu uma fiscalização mais actuante no que concerne à venda desordenada, principalmente, na zona do KK5000, onde até crianças andam com negócios pela centralidade.

A provedora de Justiça avançou que, nos próximos meses, o distrito vai ter um ponto focal da Provedoria de Justiça, com o objectivo de auscultar as reclamações da população.

A administradora adjunta do Distrito Urbano do Kilamba, Felisbina Ferreira, disse que a administração distriial esperava muito pela visita da Provedoria, pois têm tido uma série de denúncias com relação a algumas situações que ocorrem na circunscrição.

6.16 A Cidade de Luanda e o ciclo da Água (Parte III)

Jornal de Angola

30 De Junho de 2023

Texto: David Capelenguela

As Políticas Públicas Com base nas últimas chuvas dos últimos três anos, técnicos e especialistas dedicados ao estudo dessas questões afirmam que, no caso específico da cidade de Luanda, é urgente realizar um levantamento minucioso para compreender e mitigar os impactos sociais causados pelas chuvas e compará-los com as tendências dos fenómenos atmosféricos associados.

Esses especialistas estão cientes de que os impactos sociais e económicos negativos para as famílias estão aumentando, especialmente em áreas urbanas onde as chuvas são mais intensas. Portanto, é necessária uma intervenção urgente por meio de políticas públicas capazes de atender aos desafios e necessidades das populações vulneráveis.

É crucial que os crescentes danos sociais e económicos, relacionados não apenas a mudanças sociais, mas principalmente à alta frequência de chuvas intensas e aos danos causados por inundações, sejam acompanhados por estratégias de mitigação que auxiliem as famílias a enfrentar essas situações recorrentes durante a estação chuvosa.

Compreende-se que a elevação dos níveis de evaporação e a intensificação do ciclo hidrológico, resultantes do aquecimento global e da acção humana, contribuem directamente para o aumento de eventos extremos de precipitação, como chuvas mais intensas e frequentes em certas áreas do globo. Isso acarreta impactos directos e indirectos na sociedade, como inundações, deslizamentos, avalanches, erosão do solo, entre outros. É crucial que a consciencialização sobre os perigos que a humanidade enfrenta desempenhe um papel fundamental, uma vez que o clima futuro dependerá em parte da quantidade de gases de efeito estufa que emitimos, que por sua vez são determinados pelo crescimento populacional e pela utilização de combustíveis fósseis e outros.

Para enfrentar essa tarefa desafiadora, especialistas e pesquisadores devem mostrar, por meio de seus

estudos, análises e reflexões, as consequências e implicações de um modelo de desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento económico. É urgente introduzir a necessidade de preservação ambiental, e os países mais desenvolvidos devem continuar a desenvolver estratégias para abordar as preocupações sobre as mudanças climáticas futuras decorrentes das actividades humanas actuais. A consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável deve ser constantemente promovida em benefício da preservação da espécie humana.

Conclusão

Um dos desafios da vida contemporânea é encontrar um equilíbrio que nos permita manter as condições para a reprodução humana na Terra. Devemos considerar a herança de modelos tecnológicos devastadores e explorar possíveis alternativas a eles, para garantir que as gerações futuras possam habitar nosso espaço no futuro. Portanto, é crucial promover uma associação equilibrada entre desenvolvimento e meio ambiente. Diante dos grandes desafios que a humanidade enfrenta, as implicações de um modelo de desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento económico começam a despertar preocupações sobre possíveis mudanças climáticas futuras causadas pela degradação ambiental.

Com base no que as mudanças climáticas nos mostram, podemos concluir que tanto os Verões quanto os Invernos serão mais chuvosos, em média, em todo o território nacional. Em nossa modesta opinião, se concordarmos com essas conclusões, elas podem contribuir para previsões futuras sobre os valores máximos, médios e mínimos de precipitação. Os Verões e Invernos se tornarão mais chuvosos, especialmente o Inverno, que apresenta tendências nesse sentido.

Analisando as décadas de 70 e 80, podemos perceber que o aumento das precipitações ocorreu gradualmente em todo o país, o que indica que esse aumento não foi um facto isolado ou relacionado apenas à dinâmica climática local. É evidente que elementos da dinâmica climática de escalas maiores foram responsáveis por esse aumento nos índices pluviométricos, resultando, entre outros factores, da intensa industrialização e poluição atmosférica observadas em todo o mundo, o que leva a uma rápida formação de núcleos de condensação devido à liberação excessiva de partículas sólidas na atmosfera.

Esses elementos, em nossa opinião, podem contribuir para que o Governo, em sua responsabilidade e acção, elabore e implemente políticas públicas que visem mitigar esses efeitos e promover uma vida mais eficiente e eficaz em termos humanos. Isso ajudará a

tornar o mundo mais harmonioso e adequado para que cada pessoa possa viver e ser feliz de acordo com seu modo de vida.

7. TERRA

7.1 “Quem deve ter terreno é aquele que quer construir e tem capacidade”

Jornal de Angola
5 De Junho de 2023
Texto: Helma Reis

Quem compra um terreno infra-estruturado não está autorizado a revender, sem que tenha construído. O alerta é do presidente do conselho de administração da Empresa de Gestão de Terrenos Infra-estruturados (EGTI), Pedro Ivo Cristóvão.

Numa entrevista ao Jornal de Angola, Pedro Ivo Cristóvão avisou que, depois da aquisição de um terreno, o comprador tem um prazo para erguer o seu imóvel, quer seja moradia ou para outro fim. Se o prazo não for cumprido, o terreno é-lhe retirado e volta para a esfera da EGTI, para ser vendido a uma outra pessoa.

O objectivo da medida, de acordo com o responsável, é impedir que, depois da cedência ao comprador, qualquer terreno infra-estruturado seja revendido, configurando especulação. Na entrevista, o PCA da EGTI explicou as razões por que ainda não foram distribuídos terrenos infra-estruturados, cujo processo de comercialização começou, em 2019, na cidade do Kilamba.

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI) foi criada em Março de 2015 e deu início ao processo de comercialização de terrenos apenas em Dezembro de 2018. O que esteve a empresa a fazer entre Março de 2015 e Novembro de 2019?

A EGTI foi criada em 2015. E, durante este tempo, estivemos a corporizar o bordo de funcionários, bem como tomar contacto com aquilo que seria a gestão dos terrenos infra-estruturados. A nossa gestão efectiva só começou em 2017, porque a gestão de terrenos é feita mediante atribuição por Decreto Presidencial. Somos uma empresa de gestão de terrenos infra-estruturados em áreas atribuídas por Decreto Presidencial. Portanto, era necessário tomar contacto com os terrenos e averiguar a situação legal. Fizemos o estudo todo para que, quando tivéssemos a gestão efectiva e legal, pudéssemos agir. Este processo foi desenvolvido entre 2015 e 2016, o que levou à criação dos instrumentos de gestão previsional que, de acordo com o nosso estatuto, é que orienta toda a nossa gestão, do ponto de vista financeiro e comercial. A primeira aparição pública da

EGTI aconteceu no dia 4 de Dezembro de 2017, nove meses depois de terem sido publicados os activos relacionados com a nossa gestão. O que aconteceu, em 2019, foi, na verdade, uma jogada de marketing, que serviu para a EGTI dizer à sociedade que a empresa está pronta para começar a comercializar terrenos infra-estruturados. Achamos que 2019 é o ano que marca o princípio e o conceito de terrenos infra-estruturados no país de forma mais abrangente e incisiva.

A EGTI pode ser caracterizada como empresa imobiliária, no verdadeiro sentido da palavra?

Sim. Os terrenos são activos que estão relacionados com o direito imobiliário. A EGTI é uma empresa imobiliária do Estado.

A esfera de actuação da EGTI resume-se à execução de políticas urbanas ou é extensiva à elaboração de propostas?

As duas. O nosso ordenamento jurídico orienta que, para se comercializar um terreno, tem de haver instrumentos de ordenamento do território, como Plano Director Municipal, Plano de urbanização, Plano de Pormenor e esquema de ocupação dos solos. Dos activos entregues à EGTI para gestão, boa parte deles não tem estes instrumentos. Sendo assim, a EGTI passa a ser uma extensão voltada para a promoção da elaboração e apresentação de propostas. Os instrumentos de que falei não são propriedade da EGTI, mas, sim, das administrações locais. Mas nós precisamos de ter esses instrumentos para podermos pôr, por exemplo, uma igreja, um hospital ou uma habitação no local correcto. Fazemos esta dualidade porque, ao fazermos a comercialização de terrenos infra-estruturados, estamos a fazer aquilo que é a gestão racional destes activos, que fazem parte da execução da política do ordenamento do território do nosso país.

Qual é a relação da EGTI com as administrações locais?

A EGTI faz gestão de terrenos e o carácter do seu trabalho é estratégico, razão pela qual grande parte dos activos que estão sob a sua gestão são as centralidades. Existem territórios específicos e estratégicos onde foi posta a EGTI. Levanta-se muito a questão das competências da EGTI e das administrações. As centralidades não são municípios. O que a EGTI tem, em termos de gestão territorial, dentro de um município representa apenas 0,01 por cento do território. Mas a impressão que se tem é de que esta percentagem é a amplitude. É preciso perceber que a EGTI, enquanto empresa, tem que fazer publicidade dos seus produtos, porque precisam

de ser comercializados. Na relação com as administrações, a EGTI acaba por ser um elemento complementar, porque a empresa não está fora daquilo que é o sistema geral. A única coisa que nós temos de atribuições é a questão da cedência dos direitos fundiários da forma correcta e racional. Fora isso, as administrações têm todas as competências de emitir as licenças de construção, assim como as de limpeza e vedação de terrenos. Quando as coisas estão devidamente regularizadas, o que acontece é a criação de mais activos ou mais fontes de receitas para o Estado.

Como é aplicado o dinheiro que a EGTI arrecada com a venda de terrenos?

Cerca de oitenta por cento do valor que a EGTI arrecada com as vendas destes terrenos serve para replicar as infra-estruturas. Isso hoje já é visível. Por exemplo, há cerca de dois anos, a EGTI reparou, junto ao prédio A16 da cidade do Kilamba, uma ruptura sem ter sido preciso ir aos cofres do Estado. Resolvemos o problema, embora a responsabilidade não estivesse ligada directamente à empresa. Houve uma intervenção pontual, para a qual a administração local não tinha cabimentação. A EGTI, enquanto empresa, cumpriu com o seu papel. Ainda na cidade do Kilamba existe um outro problema, relacionado com a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). A EGTI está a comprar novos equipamentos para pôr a funcionar a ETAR em condições normais sem fazer, mais uma vez, recurso aos cofres do Estado.

Actualmente, quais são os limites de intervenção da EGTI? Esta pergunta é feita por saber que a EGTI apenas gere os espaços que lhe são atribuídos pelo Estado e com direitos fundiários regularizados.

Como já disse, a actividade principal da EGTI é a gestão de terrenos, que estejam no domínio público ou privado do Estado. A nossa tarefa é tratar da parte imobiliária, tendo em conta as políticas de desenvolvimento urbano. A EGTI, quando faz a organização do território com os devidos instrumentos, tem reservado terrenos para os órgãos públicos. A EGTI tem também a atribuição de regularizar os direitos fundiários. Se nos for entregue uma área com terrenos ocupados por pessoas que já tenham constituídos direitos fundiários antes de serem atribuídos à EGTI, não podemos anular estes direitos, mas temos que reconhecer, porque, quando entramos na gestão destes terrenos, assumimos a responsabilidade do Estado. Se o Estado cedeu antes ou depois da atribuição à EGTI, a empresa deve reconhecer e dar tratamento como deve ser. O que não quer dizer que a EGTI entra e anula. Não se anula nada! Não podemos anular os actos anteriores

das entidades que tinham competência. Isto para dizer que aquelas pessoas que tinham um processo a meio do caminho e precisam de regularizar devem recorrer à EGTI. Os nossos limites de intervenção são aplicados de forma muito precisa e local. Por exemplo, a primeira fase da cidade do Kilamba tem um plano de urbanização que, de certa forma, já orienta o uso predominante dos terrenos que estão circundantes. Mas há outras centralidades, como a do Lobito, que têm Plano Director Municipal já aprovado, mas não têm Plano de Urbanização.

O que se deve fazer quando há essas lacunas?

Quando há lacunas, a EGTI faz o papel de braço promovedor, auxiliando as administrações, na criação destes instrumentos. A nossa acção só vale se estes instrumentos existirem. E quando não existem, criamos condições para que eles existam. Por isso é que os nossos limites são aplicados à medida das necessidades, para se chegar ao produto óptimo, que esteja com as condições de segurança jurídica e de segurança técnica para podermos comercializar. Se for, por exemplo, um terreno que não tem ainda infra-estrutura, a EGTI vai infra-estruturar.

A Administração do Distrito Urbano do Kilamba está preocupada com a cedência de espaços pela EGTI, por alegar que o processo não passa também por ela. Em declarações à Rádio Nacional de Angola, o administrador Hélio de Aragão manifestou, recentemente, o receio de a cidade do Kilamba transformar-se num musseque. Faz sentido o receio manifestado pelo administrador da cidade do Kilamba?

É legítima a preocupação do administrador. A EGTI tem o cuidado de manter sempre informadas as autoridades. O plano que a EGTI tem seguido para comercializar os terrenos que estão na cidade do Kilamba foi apresentado ao administrador cessante. Por estar o novo administrador a tomar contacto com a cidade do Kilamba, ainda não teve, provavelmente, penso eu, tempo para um encontro com a EGTI para, a nível técnico, apresentarmos tudo quanto tem sido feito.

Como é feita a fiscalização depois da cedência de terrenos?

A fiscalização é feita pelas administrações locais. Mas, quando a equipa técnica da EGTI verifica alguma anomalia, comunicamos imediatamente às administrações municipais. Quando fazemos uma cedência para um determinado fim e o promotor faz de forma diferente, a administração e a EGTI actuam. O que tem acontecido também é a administração, quando encontra algum movimento,

do qual ela não tem conhecimento, também interagir conosco. Se a actuação da administração não consegue coibir esta prática, apegamo-nos àquilo que são as nossas regras contratuais e, se mesmo assim o promotor não cumprir com as cláusulas, rescindimos o contrato e não lhe é devolvido o valor que desembolsou para a aquisição do terreno. A EGTI, quando faz qualquer cedência, deve comunicar à administração, para ela ter conhecimento das áreas vendíveis e não vendíveis, assim como dos espaços verdes. O que fazemos é comunicar que o lote X ou Y foi comercializado para este fim. Este princípio visa evitar a falsificação de documentos.

O défice habitacional continua a ser um problema sério em Angola. A EGTI pode ser encarada como um caminho seguro para o Estado solucionar este problema?

Pode sim, mas à medida que os terrenos, que estão sob a gestão da EGTI, cumprirem com os pressupostos do ordenamento do território. É preciso que tenhamos disponibilidade de terrenos, com segurança jurídica, para se fazer habitação, seja unifamiliar ou multifamiliar. Em 2019, quando lançámos a campanha de novos preços de terrenos infra-estruturados na cidade do Kilamba, percebemos que cerca de 95 por cento das inscrições destinava-se à construção de moradias. Actualmente, a maior parte das solicitações continua a ser para habitação.

Quando se fala do processo de urbanização do período pós-guerra, a cidade do Kilamba é mencionada como o "epicentro da gestão urbana em Luanda". Há uma razão especificamente técnica para que a primeira fase de gestão de terrenos infra-estruturados tivesse começado na cidade do Kilamba?

Sim. A cidade do Kilamba é que se apresentou com instrumentos prontos, o que facilitou a comercialização de terrenos. A cidade do Kilamba é uma cidade constituída. Tem plano constituído, plano de urbanização, unidade de gestão e mais instrumentos técnicos e jurídicos. Depois da comercialização de terrenos na cidade do Kilamba, o processo foi desenvolvido na cidade do Sequele, por ser também uma cidade constituída e por ter plano constituído, assim como plano de urbanização.

O número de pessoas colectivas e singulares interessadas em comprar terrenos na cidade do Kilamba foi superior à quantidade de terrenos que estavam disponíveis na primeira fase de comercialização. Por esta razão, foi realizado um sorteio, transmitido pela Televisão Pública de Angola (TPA). A opção por sorteio é definitiva?

O sorteio apresentou-nos dois cenários, um bom e outro mau. O lado bom é a eliminação da desconfiança de que possam existir pessoas pré-seleccionadas. A questão da imparcialidade acaba por trazer, de certa forma, alguma segurança para quem vai concorrer. O lado mau é o facto de pessoas com capacidade financeira garantida de adquirir terrenos não serem sorteadas. O sorteio não foi feito só para a habitação unifamiliar. Foi feito para todos os tipos de usos que uma cidade permite, seja, por exemplo, para educação, saúde ou comércio.

Quantos lotes foram comercializados na primeira fase?

Na cidade do Kilamba foram comercializados cerca de 360 lotes. Mas ainda não foram entregues por falta de infra-estruturação. Em 2020, tínhamos todas as condições de fazer as infra-estruturas, mas o trabalho não foi feito por causa da pandemia da Covid-19. Tudo ficou fechado e não conseguimos fazer nada. Em 2021, quando se começou a ter alguma abertura, tivemos que cumprir as regras da Lei da Contratação Pública. Nesta altura, aquilo que é a relação custo/benefício, principalmente para a empreitada, mudou drasticamente. Se, em 2020, era possível infra-estruturar 300 lotes, já, em 2021, não era possível fazer com o mesmo valor, cenário que piorou em 2022. Temos recebido muitos telefonemas e muitas críticas.

É normal que isso aconteça. No ano passado, demos continuidade ao processo de infra-estruturação. Já não é possível fazer com a velocidade que se deseja, porque as nossas condições financeiras e técnicas são outras. Ainda no ano passado, conseguimos o visto do Tribunal de Contas e, neste momento, estamos já a infra-estruturar cerca de 96 lotes do processo de comercialização de 2019. Nós estamos à procura de outras formas de financiar as infra-estruturas para, de certa forma, ser cumprido o compromisso de 2019. Por esta razão, acreditamos que, até ao fim do ano, muito mais infra-estruturas serão feitas para atender os lotes já sorteados e ainda não entregues.

Qual é a disponibilidade actual de terrenos infra-estruturados na província de Luanda?

Em Luanda, temos a gestão de terrenos nas cidades do Kilamba e Sequele, no Camama, na encosta da Boavista, na zona do antigo Mercado Roque Santeiro, na centralidade do Km-44, no Zango 0, que, na verdade, é Vida Pacífica, no Zango 5.000, na península do Mussulo e no Futungo de Belas.

Em todos os espaços já com direitos fundiários regularizados estão disponíveis lotes para a construção de habitações sociais, como as que vão ser erguidas na cidade do Sequele, no âmbito do projecto "Kizwa Kyobe", destinado a empregadas domésticas e vendedoras ambulantes?

A nossa ideia é de que, em todos os terrenos que fazemos gestão, tem de haver bolsas para a classe trabalhadora daquela área. É assim que existe o projecto "Kizwa Kyobe", destinado a empregadas domésticas e vendedoras do município de Cacuaco. Há uma questão que é importante perceber: a nível de empregadas domésticas, só podem concorrer aquelas mulheres inscritas no Instituto Nacional de Segurança Social, enquanto as "zungueiras" têm de estar cadastradas, como vendedoras ambulantes, nas administrações municipais.

Qual é o maior desafio do projecto "Kizwa Kyobe"?

Estamos a enfrentar vários desafios, que começaram com o lançamento do projecto, surgindo depois as fases de infra-estruturação e de inscrição das candidatas. A nossa expectativa era de que as inscrições fossem o mais abrangente possível, mas direccionadas para aquelas pessoas que, realmente, precisam de terreno para construir uma moradia. Foi realizado um sorteio porque é necessário vincar a nossa imparcialidade. Se não houver imparcialidade, o processo fica minado. A fase mais fácil é a da entrega dos lotes e dos contratos. Mas a melhor fase será quando estas mulheres construírem as suas casas. A EGTI vai acompanhá-las em todas as fases de construção e todas elas já têm o modelo referente ao tipo de casas que devem ser construídas dentro de uma cidade com condições urbanas condignas.

A EGTI tem dado algum tratamento especial a pedidos de aquisição de terrenos feitos por empresas de construção civil e por cooperativas habitacionais?

Temos dado sim, tanto a empresas de construção civil como a entidades imobiliárias e a cooperativas habitacionais.

A construção de condomínios é permitida pela EGTI?

Sim. Estamos abertos a este tipo de projectos.

Qual vai ser a posição da EGTI se surgirem, depois da entrega dos primeiros terrenos, intenções de compradores no sentido da utilização de toda a área bruta?

O que a EGTI faz, assim como as formas como o faz, está tudo nos manuais e no ordenamento jurídico vigente. Uma das dificuldades que temos está, por

exemplo, na questão da mudança cultural. Ao longo destes anos, foram comercializados terrenos pela área de terreno, enquanto os nossos manuais de ordenamento do território orientam que deve ser comercializado pela área bruta de construção. Vou dar um exemplo, mencionando a cidade do Kilamba, cuja centralidade tem já estes instrumentos, sendo um deles o Plano de Urbanização. Numa área cedida, a área para a construção não deve ultrapassar os quarenta por cento. Ou seja, o facto de se ter [um terreno] 20 por 30 metros quadrados não significa que se deve construir nos 600 metros quadrados.

Por que razão?

Em 600 metros quadrados, deve ser ocupada para construção uma área de 210 metros quadrados, porque existem nos terrenos áreas permeáveis e impermeáveis. Nas áreas permeáveis são feitos os jardins e as zonas verdes. As áreas impermeáveis são as áreas que estão pavimentadas. Nós não podemos cobrar estas áreas porque elas não demandam das infra-estruturas. Muitas vezes, nós somos incompreendidos por aquilo que são as limitações. As infra-estruturas são feitas com diâmetros específicos para atender [diferentes] cargas. Se olharmos para uma área que tenha ductos de saneamento feitos com diâmetro de 600 milímetros ou 800 e, se nesta área estiver um hospital, o que pode acontecer é o sistema entrar em colapso em pouco tempo. Isto para dizer que o que aconteceu junto ao prédio A16 da cidade do Kilamba deve-se ao facto de o ducto de saneamento instalado ser de 800 milímetros quando o recomendável é de 1.200 milímetros, porque naquele ponto do A16 está a intersecção de todas as águas que vêm da cidade do Kilamba para a ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais). Muitas das vezes, quando vamos comercializar, os promotores não têm isto em consideração.

O sistema criado pela EGTI, para a comercialização de terrenos infra-estruturados, está preparado para detectar e impedir que terrenos sejam vendidos de forma irregular ou ilegal?

Está sim preparado, porque a EGTI só faz gestão de terrenos que são atribuídos à empresa por Decreto Presidencial. De outra forma não. Com base naquilo que são os instrumentos que criamos, para a comercialização de terrenos, rapidamente podemos prevenir. Isto porque, quando se observa a comercialização irregular de terrenos, muitos desses terrenos acabam por ocupar vias projectadas. As vias projectadas são vias públicas que não permitem a ocupação de terrenos. Há uma forte tendência de comercialização de terrenos de forma ilegal, algo que só é detectado quando se começa a construção. Quando procuramos saber o que o promotor tem e o

que não tem, em matéria de documentação, percebemos que, realmente, a construção está irregular. Lançamos mãos dos meios administrativos para fazer a devida demolição.

O desenvolvimento urbano só se faz dentro das cidades?

A questão do desenvolvimento sustentável das cidades passa muito pela mudança de mentalidade. Nós, enquanto EGTI, não estamos fora da problemática habitacional do país. Fazemos gestão de terrenos específicos, e sabemos que não estamos numa bolha. A grande questão é saber que, quando se cria uma área específica e com uma gestão que funciona e se torna sustentável, é preciso preocupar-se com as áreas adjacentes, porque o desenvolvimento urbano, na verdade, não se faz só dentro das cidades. Deve expandir-se. Esta é a nossa preocupação. Não queremos ter só zonas específicas, como a cidade do Kilamba, porque, se assim acontecer, vamos criar uma espécie de condomínios, habitados por quem tiver algum poder financeiro. Não é isso que queremos. Volto a acentuar que o desenvolvimento urbano não deve ficar pelas cidades.

Quem compra um terreno infra-estruturado fica inibido de o revender?

Quando se compra um terreno, a EGTI faz o seu acompanhamento. Há prazos que devem ser cumpridos. Caso não se verifique nenhum avanço, o terreno volta para o Estado, para ser entregue a quem realmente estiver a precisar. Quem deve ter terreno é aquele que quer construir. O objectivo é impedir que, depois da compra, o terreno seja revendido.

As reservas fundiárias do Estado foram invadidas por populares, sendo prova disso a existência de bairros que surgiram sem um plano-director nas imediações das centralidades. Quem ocupou ilegalmente terrenos e construiu nas reservas fundiárias não deveria ser cobrado pela EGTI?

A EGTI tenta perceber os fenómenos para tentar resolvê-los. Por exemplo, o Zango 0 tornou-se um desafio para nós. O realojamento torna-se mais dispendioso e complicado, porque têm de ser construídas, num outro lugar, novas habitações com infra-estruturas para evacuar o espaço onde há casas que deveriam ser demolidas por terem sido construídas sem autorização. Hoje em dia, o que se aconselha é que não sejam feitos mais realojamentos. O realojamento cria transtornos na vida das famílias porque são movimentadas de uma área residencial onde já criaram laços para uma outra área. As crianças passam a percorrer grandes distâncias para irem à escola, assim como os pais, para chegarem aos

locais de trabalho. O realojamento cria, igualmente, outros fenómenos que podem destruir a família.

O que se passa, afinal, no Zango 0?

O Zango 0 tem apenas 30 por cento do território ordenado. A EGTI fez uma reorganização do território sem ter movimentado moradores. Quando se faz esse tipo de trabalho, o normal é haver sempre movimentações de pessoas. Nós queremos fazer o inverso: manter as pessoas lá, mas de forma organizada. Este desafio vai significar que podemos transformar as nossas cidades e bairros desordenados com as pessoas dentro. Muitas destas pessoas não têm segurança jurídica. Nós vamos dar a estas pessoas segurança jurídica.

A compra de terrenos infra-estruturados não deveria estar reservada, numa primeira fase, às pessoas que não têm casas nos projectos habitacionais construídos pelo Estado?

Não concordamos com esta ideia, porque entendemos que é de exclusão. A ideia de se vender terrenos apenas a pessoas que não têm casa em projectos habitacionais do Estado só se manteve em 2019. Nessa altura, uma das condicionantes era não ter casa. Mas esta ideia já faz parte do passado. Nós devemos vender terrenos para aquelas pessoas que queiram. Em 2019, no acto de inscrição, perguntámos aos concorrentes se já tinham casa e notámos que boa parte já tinha realizado o sonho da casa própria, mas vivendo em edifícios. Estas pessoas diziam-nos que tinham necessidade e o desejo enorme de saírem dos apartamentos e terem uma casa com quintal. Nós, angolanos, gostamos de ter quintal. É importante dizer que não comercializamos terrenos só para as pessoas que têm algum poder financeiro. Quem tem menos poder financeiro não fica de fora.

A actuação da EGTI não interfere nem anula a actividade dos governos provinciais e das administrações municipais e distritais, mesmo quando se trata de terrenos para a auto-construção dirigida de habitações sociais?

A EGTI, para muitos, é um corpo estranho. Em vez de se olhar para o lado positivo das coisas, olha-se para o negativo. Não é mentira quando se diz que há muitas entidades que fazem concessões de terrenos. De acordo com a Lei de Terras, várias entidades podem fazer concessão de terrenos. Há, portanto, vários níveis de intervenção. A EGTI é só um pouco disso, mas com uma actuação mais abrangente por causa das centralidades. Mas as centralidades têm que ser pensadas como áreas infra-estruturadas estratégicas. O seu desenvolvimento depende disso.

O que falta para que os instrumentos de ordenamento do território a nível dos municípios funcionem de facto?

Nós estamos aqui para trabalhar juntos, porque o cidadão quer ver o seu assunto resolvido, uma vez que tem o desejo de viver numa área com boas condições. Como as administrações é que estão mais próximas da população, temos que trabalhar mais vezes juntos. O diálogo é o caminho.

Que apelo faz às pessoas que ainda teimam em comprar terrenos ocupados ilegalmente e sem escrituras?

Devem procurar as entidades do Estado, para estarem informadas sobre a segurança jurídica da parcela que pretendem adquirir.

7.2 Administração do Cazenga quer contar com as igrejas

Jornal de Angola
12 De Junho de 2023

As entidades religiosas, sediadas no município do Cazenga foram instadas, domingo, pelo administrador local, a sensibilizar os moradores para pôr cobro à venda desordenada que se regista na referida municipalidade.

Tomás Bica, que falava durante o encontro que manteve com líderes das diferentes denominações religiosas sediadas no Cazenga, disse que o Governo Provincial de Luanda lançou recentemente uma campanha destinada a melhorar a imagem da capital do país, beliscada pela venda desordenada.

De acordo com o Administrador Municipal, as pracinhas espalhadas um pouco por todo lado em nada ajudam à imagem da capital e dos municípios, na medida em que, na maioria das vezes, dificultam a mobilidade, a remoção dos resíduos a paz social.

Tomás Bica explicou que o Governo quer continuar a contar com o apoio das igrejas na sensibilização e mobilização dos fiéis a aderirem aos mercados para facilitar o processo do reordenamento do comércio.

"Queremos que os dignos, ministros sagrados, nos ajudem na sensibilização e mobilização das ovelhas para ocupar os lugares que estão a ser indicados nos mercados construídos pelo Governo Provincial de Luanda", rematou o responsável municipal.

O administrador municipal do Cazenga alertou para o processo de registo das vendedeiras interessadas em

ocupar os lugares vazios nos mercados existentes, que vai até ao final do mês de Junho.

Tomás Bica solicitou aos líderes religiosos a levar a mensagem aos fiéis, transmitindo-os que o Governo Provincial de Luanda não está contra as vendas, mas sim, com a forma como estas são realizadas, em qualquer lugar, a céu aberto, sem o mínimo de higiene e segurança.

Reacção dos eclesiásticos

O reverendo Genito Augusto, representante da igreja dos 12 Apóstolos em Angola, porta-voz dos pastores presentes no encontro, explicou que a Bíblia recomenda aos fiéis o respeito pelas autoridades eleitas na terra.

De acordo com o prelado, os representantes das igrejas presentes no conclave vão transmitir aos fiéis a importância de uma cidade limpa, que passa pela contribuição de todos.

Lamentou o facto de existirem ainda munícipes que pensam que vender na rua é a única alternativa para facturar, quando cada actividade deve ter um lugar para ser exercida.

Pastor Genito Augusto afirmou que o Governo Provincial de Luanda garantiu a existência de lugares para acolher todos de forma organizada de modo a mudar a realidade actual.

O director do Comércio para o Desenvolvimento Integrado do município do Cazenga, Dorivaldo Adão, garantiu, na ocasião, que a Administração Municipal, prevê abrir creches e escola de alfabetização nos mercados, o objectivo é reduzir a exposição dos menores enquanto os progenitores exercem a actividade comercial sobretudo para os encarregados matriculados na alfabetização.

"Com abertura das creches vamos dar mais dignidade aos filhos das vendedoras para facilitar o processo de ensino e aprendizagem das mães matriculadas na alfabetização.

7.3 EGTI e parceiros privados vão investir 19 mil milhões de kwanzas no Kilamba

Jornal de Angola
18 De Junho de 2023
Texto: Ana Paulo

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI-EP) e parceiros privados pretendem, ainda

este ano, avançar com um financiamento de cerca de 19 mil milhões de kwanzas de espaços na Centralidade do Kilamba, província de Luanda.

Os dados foram avançados, sábado, na capital do país pelo director do Gabinete de Estudos e Investimentos da Estratégia Urbana da EGTI

Miguel Capitão falava sobre as experiências da empresa na gestão de terrenos infra-estruturados, na conferência sobre o sector imobiliário, organizado em alusão aos 25 anos de existência da IMOGESTIN.

Realçou que além deste futuro financiamento, está ainda em carteiras vários projectos para os terrenos da Centralidade do Kilamba, alguns dos quais já em curso.

Um dos projectos em curso, segundo avançou Miguel Capitão, é o da infra-estruturação de quatro microlotes por via do modelo de compensação, numa área de 79 hectares.

Quanto ao montante da sua execução, realçou, está orçado em mais de 14 mil milhões de kwanzas, volume disponível da EGTI para a infra-estruturação na Cidade do Kilamba, por via das permutas e compensação.

"Neste momento, estamos a trabalhar para que, nos próximos meses, possamos materializar este projecto e nele serão feitas várias infra-estruturas, como vias de comunicação, redes de abastecimento de água, redes de drenagem e de águas fluviais, bem como as redes eléctricas de iluminação pública e telecomunicações", garantiu Miguel Capitão.

Por outro lado, ainda na Centralidade do Kilamba, por via do modelo urbanístico e Investimento colectivo, Miguel Capitão avançou que também está em carteira processos de infra-estruturação numa área de 14 hectares, com um valor orçado acima de dois milhões de kwanzas. A execução é dentro do mesmo nível de infra-estruturas."Com estes projectos esperamos que consigamos diversificar as várias formas de financiarmos as nossas infra-estruturas", frisou.

O gestor destacou que, no mesmo local, estão também previstos, para este ano, serviços de infra-estrutura, mas já com fundos de uma empresa privada.

A área por infra-estruturar, destacou, é de cerca de 22 hectares, diferente dos outros por ser financiada por fundos próprios.

Iniciativa privada

Miguel Capitão garantiu que o projecto de iniciativa privada já está em curso, com um financiamento em 1.971 milhões de kwanzas.

"Este mesmo terreno depois de infra-estruturado, o imóvel valoriza significativamente, passando para um valor acima de seis mil milhões de kwanzas", afirmou. Disse que as infra-estruturas garantem a valorização dos imóveis, do património nacional e contribuem para que a economia receba os reflexos dessa actividade.

Quanto ao balanço das actividades no último ano, a Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados realizou, nos períodos de 2022 a meados do corrente ano, várias actividades que necessitam de investimentos próprios. A título de exemplo, o volume de investimento por capitais próprios da EGTI registado, em 2022 e meados de 2023, foi de mais de 3.963 milhões de kwanzas.

Este montante, segundo avançou Miguel capitão, foi utilizado nos terrenos da Centralidade do Sequele, no programa desenvolvimento para as zungueiras, projecto este já concluído com a entrega de terrenos as beneficiadas.

Com relação aos principais desafios da EGTI, a empresa pretende adquirir financiamento externo por via dos vários programas já existentes, projectos estes, ligados à expansão das cidades para que se possa ter mais uma alternativa de investimentos.

Auto-construção dirigida vai ser lançada na próxima semana

A primeira pedra para o programa de auto-construção dirigida, aprovada, no último mês de Maio, pelo Conselho de Ministros, vai ser lançada na próxima semana, na província do Bié.

Em declaração à imprensa, à margem da conferência, o consultor económico e financeiro do ministro das Obras Públicas, Augusto Fernandes, garantiu que para a efectivação do processo se encontram no Bié técnicos do Ministério, a trabalhar para a identificação de terrenos.

A primeira pedra será lançada para os cidadãos poderem ter acesso aos lotes infra-estruturados, loteados e ordenados prontos para que os mesmos consigam erguer a própria residência de forma ordenada.

Para a auto-construção dirigida, numa primeira fase, prevê-se a infra-estruturação de 900 lotes até 2027, e quatro milhões de lotes até 2050.

Para Augusto Fernandes, com este projecto, o Executivo pretende que os cidadãos tenham habitações mais sustentáveis, integradas e condignas.

"Aqui, os cidadãos vão construir as próprias casas com a assistência e supervisão dos órgãos do Governo, bem como haverá alguns incentivos para que os mesmos ergam as residências", frisou.

O economista destacou que o Governo vai criar um regulamento de acesso aos lotes, processo que não exclui qualquer classe social.

Para a cedência dos terrenos, por um lado, haverá critérios do Estado social e o segundo critério estará relacionado ao rendimento do beneficiário ou das famílias. Outros critérios serão o número de famílias e a incapacidade financeira de cada pessoa.

"Os actores sociais estão em primeiro lugar porque o Estado preocupa-se com os cidadãos mais vulneráveis, e estes serão salvaguardados com uma cota de 10 por cento, que o Governo irá gerir para fazer a distribuição dentro daquilo que são os mecanismos que julgar necessário", adiantou.

Contributo do sector imobiliário no PIB

A presidente do Conselho de Administração da IMOGESTIN, Branca do Espírito Santo, almeja que a actividade imobiliária seja um sector que contribua, futuramente, no Produto Interno Bruto (PIB) do país como os outros sectores de actividades.

Branca do Espírito Santo proferiu o discurso de abertura da Conferência, que decorreu sob o lema "O Papel do Sector Imobiliário na Diversificação da Economia", sublinhou que sem o sector imobiliário estar incluindo no PIB, não se pode perceber o principal contributo do mercado na economia, embora, destacou, se percebe que existem casas construídas, escritórios, fábricas, plataformas logísticas, dados que não estão reflectidos nas contas nacionais.

Quando se fala em Produto Interno Bruto (PIB), explicou, a estatística dos países declina a estrutura do PIB de cada Estado e, no caso específico da estrutura do PIB, não consta a actividade imobiliária e as actividades são várias como o caso das indústrias extractivas, agricultura, pescas, entre outros sectores de actividade, mas o sector imobiliário ainda não consta.

Por um lado, as habitações, ao serem erguidas, vão ser necessário a inclusão de materiais de construção, projectistas, manutenção, entre outros serviços que são considerados todos elas actividades económicas,

que quantificadas, se conseguia perceber se participam no PIB com uma certa percentagem.

"Temos a esperança de que um dia venha a constar, porque é um dado importante para percebermos realmente a importância que ele traz do sector na economia nacional", frisou.

Branca do Espírito Santo destacou que, actualmente, existem muitas construções habitacionais, escritórios, cedência de terrenos aos cidadãos. Logo, no caso específico da IMOGESTIN, contribui para a diversificação da economia ao construir várias habitações e urbanização.

7.4 O poder da terra para alimentar o país

Jornal de Angola

24 De Junho de 2023

Texto: Maria Cavala

O Conselho de Governação Local, reunido na cidade do Uíge, anteontem, passou em revista os vários projectos em curso no país e a constatação pareceu boa, apesar de haver ainda pequenas lacunas por preencher. Foi animadora a notícia referente a conclusão em 70 por cento do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e ao impacto do programa kwenda na vida da população beneficiária.

A notícia refere que, do conjunto de 2.687 projectos inscritos no PIIM, foram atribuídas e pagas quotas a 2.308 projectos dos 2.397 elegíveis, estando já concluídos 1.069 e 570.

Relativamente ao programa de fortalecimento da protecção social, Kwenda, dos 1.036.312 agregados familiares cadastrados, 629.989 receberam as transferências monetárias, havendo avanços em todas as províncias e inovações introduzidas, esperando-se até ao final do ano abranger um milhão de agregados familiares e estender a componente de inclusão produtiva.

Tudo isso reflecte o nível de preocupação do Executivo em relação aos grandes problemas que afligem as populações. Sinal de que as autoridades não estão alheias aos grandes anseios da população. Razão porque nenhum aspecto foi deixado de fora, tendo merecido, igualmente, atenção a situação referente a contenção das ravinas e construção e reabilitação de estradas nacionais.

Mereceu igualmente, atenção a problemática da habitação social, tendo em vista a redução do défice neste aspecto e a promoção do bem-estar dos

cidadãos; da electrificação das áreas recônditas do país; a instituição do prémio de melhor cidade e município de Angola, para distinções, estímulos e incentivos às iniciativas inovadoras na gestão municipal; a proposta de alteração da divisão político-administrativa, conformando-a às exigências do crescimento demográfico e da necessidade de se reduzir as assimetrias regionais; e o estado de preparação do Censo Geral da População e Habitação a decorrer em 2024, para o conhecimento da estrutura da população e da força de trabalho, da distribuição geográfica da população, bem como das áreas de investimentos prioritárias.

Ontem, o Presidente da República e os responsáveis pelos mais variados departamentos ministeriais visitaram a feira agropecuária que expõe o potencial da região. Deu para perceber não somente o potencial agrícola, mas também as boas iniciativas da juventude, justificativas de uma aposta mais séria e forte nesta franja da população para galvanizá-la a ir mais longe.

O Chefe de Estado saiu bastante satisfeito com o que viu e orientou mais empenho e trabalho para se estar em condições de alimentar o povo com o produto da terra, pois, como referiu, "o nosso chão tem tudo".

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 92,2 milhões EUR para reforçar três sistemas de distribuição de água

Jornal Novo Jornal
9 De Junho de 2023

O governo vai recorrer a empréstimos externos no valor de 92,2 milhões EUR, equivalente a 60 mil milhões Kz, para executar "obras de reforço do sistema de abastecimento de água" das sedes municipais de Calandula, província de Malanje, e N'Zeto e Tomboco, no Zaire.

O despacho presidencial nº o 116/23 entrega a empreitada, por contratação simplificada, ao consórcio formado pelo grupo espanhol com sede em Madrid Agem Ingeniería Y Projects, S.A.U e a empresa angolana Noráfrica, SA.

O diploma dá a entender que as negociações para assegurar os recursos para a implementação das referidas obras estão a ser feitas entre a ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, e entidades financeiras do Reino espanhol, já que o documento justifica o critério da contratação do consórcio "por razões de financiamento externo".

As obras de reforço do sistema de abastecimento de água de N'Zeto estão orçadas em 42,7 milhões EUR (28 mil milhões Kz), Tomboco 22,9 milhões EUR (15 mil milhões Kz) e as obras do município de Calandula em 26,9 milhões EUR (17 mil milhões Kz), totalizando 60 mil milhões Kz.

Estas obras estão inscritas no Orçamento Geral do Estado de 2023 como "reabilitação e expansão do sistema de abastecimento de água". Para o sistema de abastecimento do município de Tombo, o OGE atribui 366 milhões Kz, 'Zeto 566 e Calandula 1.020 milhões, totalizando para os três municípios pouco mais de 2 mil milhões Kz, 30 vezes menos que a verba que está a ser negociada, fruto da reavaliação dos projectos e também da desvalorização da moeda nacional.

Essencialmente, os municípios de N'Zeto e Tomboco, na província do Zaire, têm sobrevivido com o abastecimento de água através de camiões e motos cisternas, o que é ineficaz e irregular. Uma realidade igual à de muitas outras localidades afastadas dos grandes centros urbanos. e não só.

O Grupo espanhol Agem Ingeniería Y Projectos, que se juntou à sociedade anónima Noráfrica, foi uma das empresas espanholas que participou no Fórum Empresarial Espanha-Angola realizado aquando da visita de Pedro Sánchez, presidente do governo espanhol, em 2021.

8.2 Projectos do PIIM melhoram acesso à água

Jornal de Angola
12 De Junho de 2023
Texto: Carlos Paulino

Ruth Tenente assegurou que o Dirico de ontem não é o mesmo de hoje, tendo em vista que está a dar passos consideráveis com a implementação de diversos projectos, que visam melhorar as condições de vida das populações, principalmente nos sectores da Educação, Saúde e Águas.

No quadro do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) está em curso a construção de um centro médico com capacidade de 30 camas e uma morgue, a conclusão e apetrechamento do Palácio Municipal e do edifício da Administração Municipal. Decorrem, igualmente, as obras de abertura de quatro furos de água na comuna do Mucusso e na sede municipal, bem como a construção de uma escola de sete salas de aula e a conclusão e apetrechamento de um posto de saúde na comuna do Xamavera.

O município do Dirico com uma extensão territorial de 18.590 quilómetros quadrados, conta com três comunas, designadamente a sede, o Mucusso e Xamavera com uma densidade populacional estimada em 15.126 habitantes.

8.3 A cidade de Luanda e o ciclo de água

Jornal de Angola
14 De Junho de 2023
Texto: David Capelenguela

As chuvas já terminaram. Os caudais das valas, rios intermitentes e águas paradas já secaram. É o momento oportuno para que as entidades governamentais actuem de acordo com seus programas de políticas públicas, pois é a fase certa para corrigir os efeitos das grandes enchentes que assolaram a cidade de Luanda.

A análise dos dados ambientais pode ser realizada por meio de estudos de geoestatística ou modelagem espacial, ambos utilizados como recursos no geoprocessamento. Embora não sejamos especialistas na área, como cidadãos preocupados com os altos índices de vulnerabilidade social enfrentados pelas populações durante períodos de grandes enchentes, propomo-nos a fazer uma visita exploratória a essa questão e compartilhar aqui nossas observações e opiniões.

Para esta proposta, nosso objectivo é compreender as mudanças no padrão de precipitação na cidade de Luanda ao longo de um período de três anos, utilizando técnicas estatísticas disponibilizadas por entidades governamentais e baseando-nos na visualização dos resultados espacializados fornecidos pelos Serviços Meteorológicos do Governo angolano. A identificação de eventuais alterações pode indicar mudanças na dinâmica climática habitual da cidade de Luanda, influenciando assim os elementos que compõem nosso recorte geográfico.

Actualmente, ao abordarmos o meio ambiente e suas interações com o meio social, nos deparamos com um quadro cada vez mais crítico dessa convivência pouco harmoniosa. O crescimento urbano ocorre sem precedentes, ao contrário de qualquer outro momento da história. Os sistemas naturais estão se transformando, subordinados a essa nova racionalidade do uso do espaço por meio de técnicas.

A Cidade de Luanda

Como uma das maiores cidades do país, Luanda, a capital de Angola, é um destino verdadeiramente encantador. É uma cidade onde o Verão é curto, quente, opressivo e com céu encoberto, enquanto o Inverno é curto, agradável, húmido, seco e com céu quase sem nuvens. Ao longo do ano, a temperatura geralmente varia de 19 °C a 30 °C e raramente fica abaixo de 18 °C ou acima de 32 °C. Fundada oficialmente em 25 de Janeiro de 1576 por exploradores portugueses vindos de Lisboa, ao chegarem a esta parte do território nacional, os portugueses ficaram encantados com a Baía de fácil acesso ao mar, protegida por uma ilha, sem imaginar que estavam diante de um porto natural que levaria muitas riquezas para Portugal.

Para uma melhor compreensão de nossa abordagem, é importante mencionar que os indicadores anuais de precipitação para qualquer região do nosso país são de suma importância para a elaboração de políticas públicas de urbanização e desenvolvimento social.

Nesse contexto, nos últimos anos, a cidade de Luanda, localizada em uma área de clima tropical

com uma estação quente e húmida de Outubro a Maio e uma estação fria e seca, conhecida como Cacimbo, de Junho a Setembro, tem apresentado montantes elevados de precipitação ao longo do ano, embora com variações devidamente ponderadas de acordo com interferências da dinâmica climática e da conformação socioespacial de nosso recorte.

Como pode ser observado, as principais ameaças naturais na Província de Luanda estão associadas a processos e fenómenos de movimentos de massa, erosão linear, enchentes e inundações, que têm aumentado consideravelmente nos últimos anos. De acordo com estudos, os componentes físicos que fazem parte do ambiente natural da cidade de Luanda possuem um equilíbrio até certo ponto frágil. Nesse sentido, Conti (op cit, 2002) afirma que em regiões tropicais, onde o acúmulo de energia torna os processos mais agressivos, qualquer intervenção incorrecta pode abrir caminho para a desestabilização do sistema natural, resultando em lixiviação do solo, decomposição das rochas, instabilidade nas encostas e degradação generalizada.

8.4 Vulagombe O bairro de Malanje onde a Saúde está a cargo de um único enfermeiro

Jornal O Novo Jornal

16 De Junho de 2023

Texto: Isaias Soares

A cerca de 20 quilómetros a Sul da cidade de tyIalanje, está a aldeia Vulagombe, com centenas de habitantes a viverem em enormes dificuldades, numa lista de carência em que se destaca o facto de o único posto de saúde da zona funcionar com apenas um enfermeiro. Aliás, o único técnico de saúde indicado para atender aos pacientes tem a pontualidade questionada pelos aldeões, que, ao Novo Jornal, se queixam, muitas vezes, de terem de aguardar por vários dias para serem consultados ou medicados, nos casos em que não há fármacos no hospital.

"Às vezes, faz uma semana sem vir, e nós vamos à cidade [para buscar tratamento", denuncia Laurinda José, de 32 anos, que tem a queixa reforçada pelo comentário de outro morador; Joaquim da Conceição, natural e residente na aldeia há 21 anos, que deplora o atendimento por parte do actual enfermeiro, explicando que "o único técnico de saúde que correspondeu às expectativas dos moradores foi o indicado aquando da inauguração da unidade sanitária" há mais ou menos 10 anos.

segundo Joaquim da Conceição, "até um paludismo ou uma mínima dor de cabeça é necessário percorrer por vários quilómetros, sem qualquer serviço de táxi disponível, para obter assistência.

Mas, as makas com o funcionamento do único posto de saúde, que trabalha sem energia eléctrica, estão longe de ser as únicas dificuldades da aldeia. Por exemplo, ao NJ, o soba João Cardoso, para além de classificar o pequeno hospital como "antiquado" e "nada estável", chama atenção para a problemática da água ..

De acordo com o soba, no que toca ao 'precioso líquido', a assistência é deficitária na região, sobretudo quando se trata do fornecimento de água potável, cujo sistema de captação, tratamento e distribuição do líquido avariou.

"A água começou a verter sem interrupção [problemas nas condutas], e apareceu um senhor, desconhece-se se é o próprio responsável da empresa que instalou o sistema, fechou a ruptura, mas não voltou a verificar [se o abastecimento continuou a processar-se", refere, acrescentando que a alternativa tem sido o recurso à fonte de água natural, que fica a uma distância considerável e não está conservada.

"Quem bebe esta água pode encontrar obstáculos no organismo, porque a gente aqui não a ferve", reforça Sebastião Cardoso.

O representante do poder local acrescenta que as moradoras mais idosas são as mais lesadas quando se trata de carregar água, por causa do declive que apresenta a zona de acesso à fonte de água, daí estar a programar um contacto com a Administração Municipal de Malanje para os próximos dias, para a solução do impasse.

No bairro, as patologias de origem hídrica são frequentes, com dezenas de crianças em idade escolar e idosos, refere Laurinda José, 32 anos, residente no Vulagombe há perto de dois anos. "A água daqui não está boa, está cheia de lixo, provoca dores de barriga. A água não está conservada", conclui.

O que diz a Administração Municipal de Malanje?

A aldeia do Vulagombe possui equipamentos sociais para a satisfação das necessidades dos residentes, à semelhança das demais comunidades, A garantia é do administrador municipal de Malanje, Fernandes Cristóvão, em declarações ao NJ.

O responsável, que até admite a existência de dificuldades quanto à distribuição de água potável

ou ainda quanto à necessidade de se contratarem mais enfermeiros e a comprarem-se mais medicamentos para os diferentes hospitais, ceptros e postos de saúde, revela que estão em curso acções para a resolução dos problemas apontados pelos moradores.

"Sobre a questão da água, já estamos a trabalhar com as equipas técnicas, no sentido de procederem ao levantamento da avaria e pormos o sistema de abastecimento] a funcionar", garante Fernandes Cristóvão.

Para o administrador, os obstáculos para elevar o número de agentes da saúde poderão ser ultrapassados com o enquadramento de novos profissionais, através dos "concursos que vão sendo realizados", para se fecharem as lacunas que permanecem nos centros de saúde e outras dependências que garantam uma assistência à altura das populações.

Relativamente à falta de medicamentos e material gastável, o inquilino da Administração Municipal da capital admitiu que não é um problema localizado [Posto de Saúde do vulagombe, porquanto "as administrações deixaram de adquirir medicamentos".

"Agora dependemos do Ministério da Saúde, através da Central de Compra e Aprovisionamento de Medicamentos e Meios Médicos de Angola (CECOMA). Isso coloca-nos algumas limitações do ponto de vista da assistência permanente à rede sanitária, que é de 49 unidades sanitárias".

8.5 Matala tem nova central de abastecimento de água

Jornal de Angola

18 De Junho de 2023

Texto: Estanislau Costa

O município da Matala, localizado 180 quilómetros a leste da cidade do Lubango, na província da Huíla, conta com mais uma central de captação, tratamento e distribuição de água, que permitiu mais de quinhentas ligações domiciliaries, nos últimos dois meses.

O Jornal de Angola apurou que a central de captação, instalada nas margens do rio Cunene, está projectada para bombear mais de 100 metros cúbicos de água por hora.

O administrador municipal-adjunto para a Área Técnica, Infra-Estruturas e Serviços Comunitários, Anaximandro Adriano, deu a conhecer que foram instalados, em diversas zonas da periferia, 40 fontenários, equipados com tanques banheiras, que, além de abastecer a população de água potável, permite às comunidades lavar roupa e utensílios domésticos. Segundo Anaximandro Adriano, a nova central de captação, tratamento e abastecimento vai fazer com que a população de vários bairros, como, por exemplo, Colonato, 11 de Novembro, Cahululu e Calumbiro, deixem de percorrer longas distâncias em busca de água.

"A maioria das unidades hospitalares da circunscrição deixou de se confrontar com dezenas de casos de infecção urinária e outras complicações relacionadas com o consumo de água imprópria, com a entrada em funcionamento da nova central de captação", disse.

Lamentou o facto de algumas centrais de captação, tratamento e distribuição de água estarem a ser vandalizadas por indivíduos ainda não identificados pelas autoridades.

Segundo o administrador, os beneficiários devem ser os primeiros fiscalizadores dos equipamentos instalados, de modo a contrapor as atitudes dos malfetores, que continuam a destruir bens públicos não só da circunscrição como em outros pontos do país.

Anunciou, para breve, o arranque da segunda fase do projecto de água, que vai contemplar diversas áreas da sede do município da Matala, com destaque para a parte de cima da vila, que alberga imóveis da nova cidade, assim como os bairros Miguel Vicente, Reserva Fundiária e outros.

O administrador municipal adjunto explicou que a iniciativa do Ministério de Energia e Águas prevê, também, a instalação de mais de mil ligações domiciliárias, com vista a ultrapassar as actuais 250 da época colonial e atingir as 60 mil famílias da sede e das zonas mais recônditas daquela parcela da província da Huíla.

Sector habitacional conhece melhorias significativas

Pelo menos 22 mil casas erguidas nos últimos 11 anos, no âmbito do programa de autoconstrução dirigida, melhoraram as condições de acomodação de dezenas de famílias da sede municipal da Matala, no quadro da distribuição de 20 mil lotes, cada um com mil metros quadrados.

Segundo o administrador municipal da Matala, Miguel Vicente, foram criadas nas novas

urbanizações infra-estruturas complementares, com realce para escolas, sistemas de distribuição de corrente eléctrica, vias de acesso, postos de saúde e outras infra-estruturas de impacto social, visando a melhoria da qualidade de vida das famílias.

IO município da Matala tem 345.398 habitantes, o que o torna no mais populoso da província da Huíla, a seguir ao Lubango, devido às condições de acomodação e desenvolvimento agro-pecuário, tendo em conta o rio Cunene, que cruza a região.

8.6 A Cidade de Luanda e o ciclo da Água (Parte III)

Jornal de Angola

30 De Junho de 2023

Texto: David Capelenguela

As Políticas Públicas Com base nas últimas chuvas dos últimos três anos, técnicos e especialistas dedicados ao estudo dessas questões afirmam que, no caso específico da cidade de Luanda, é urgente realizar um levantamento minucioso para compreender e mitigar os impactos sociais causados pelas chuvas e compará-los com as tendências dos fenómenos atmosféricos associados.

Esses especialistas estão cientes de que os impactos sociais e económicos negativos para as famílias estão aumentando, especialmente em áreas urbanas onde as chuvas são mais intensas. Portanto, é necessária uma intervenção urgente por meio de políticas públicas capazes de atender aos desafios e necessidades das populações vulneráveis.

É crucial que os crescentes danos sociais e económicos, relacionados não apenas a mudanças sociais, mas principalmente à alta frequência de chuvas intensas e aos danos causados por inundações, sejam acompanhados por estratégias de mitigação que auxiliem as famílias a enfrentar essas situações recorrentes durante a estação chuvosa.

Compreende-se que a elevação dos níveis de evaporação e a intensificação do ciclo hidrológico, resultantes do aquecimento global e da acção humana, contribuem directamente para o aumento de eventos extremos de precipitação, como chuvas mais intensas e frequentes em certas áreas do globo. Isso acarreta impactos directos e indirectos na sociedade, como inundações, deslizamentos, avalanches, erosão do solo, entre outros. É crucial que a consciencialização sobre os perigos que a humanidade enfrenta desempenhe um papel fundamental, uma vez que o clima futuro dependerá em parte da quantidade de gases de efeito estufa que

emitimos, que por sua vez são determinados pelo crescimento populacional e pela utilização de combustíveis fósseis e outros.

Para enfrentar essa tarefa desafiadora, especialistas e pesquisadores devem mostrar, por meio de seus estudos, análises e reflexões, as consequências e implicações de um modelo de desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento económico. É urgente introduzir a necessidade de preservação ambiental, e os países mais desenvolvidos devem continuar a desenvolver estratégias para abordar as preocupações sobre as mudanças climáticas futuras decorrentes das actividades humanas actuais. A consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável deve ser constantemente promovida em benefício da preservação da espécie humana.

Conclusão

Um dos desafios da vida contemporânea é encontrar um equilíbrio que nos permita manter as condições para a reprodução humana na Terra. Devemos considerar a herança de modelos tecnológicos devastadores e explorar possíveis alternativas a eles, para garantir que as gerações futuras possam habitar nosso espaço no futuro. Portanto, é crucial promover uma associação equilibrada entre desenvolvimento e meio ambiente. Diante dos grandes desafios que a humanidade enfrenta, as implicações de um modelo de desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento económico começam a despertar preocupações sobre possíveis mudanças climáticas futuras causadas pela degradação ambiental.

Com base no que as mudanças climáticas nos mostram, podemos concluir que tanto os Verões quanto os Invernos serão mais chuvosos, em média, em todo o território nacional. Em nossa modesta opinião, se concordarmos com essas conclusões, elas podem contribuir para previsões futuras sobre os valores máximos, médios e mínimos de precipitação. Os Verões e Invernos se tornarão mais chuvosos, especialmente o Inverno, que apresenta tendências nesse sentido.

Analisando as décadas de 70 e 80, podemos perceber que o aumento das precipitações ocorreu gradualmente em todo o país, o que indica que esse aumento não foi um facto isolado ou relacionado apenas à dinâmica climática local. É evidente que elementos da dinâmica climática de escalas maiores foram responsáveis por esse aumento nos índices pluviométricos, resultando, entre outros factores, da intensa industrialização e poluição atmosférica observadas em todo o mundo, o que leva a uma rápida formação de núcleos de condensação devido à liberação excessiva de partículas sólidas na atmosfera.

Esses elementos, em nossa opinião, podem contribuir para que o Governo, em sua responsabilidade e acção, elabore e implemente políticas públicas que visem mitigar esses efeitos e promover uma vida mais eficiente e eficaz em termos humanos. Isso ajudará a tornar o mundo mais harmonioso e adequado para que cada pessoa possa viver e ser feliz de acordo com seu modo de vida.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Angola no fórum sobre aumento e influência das mulheres em cargos de decisão

Jornal de Angola
7 De Junho de 2023

Angola participa hoje e amanhã na Cimeira Anual de Mulheres Líderes Políticas, em Bruxelas (Bélgica), num fórum em que serão analisadas questões ligadas ao contributo, ao aumento do número e à influência das mulheres em cargos de decisão. Chefia a delegação angolana a presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira.

Sob o lema "A Representação é Importante", a Cimeira reúne anualmente cerca de 400 mulheres líderes políticas de todo o mundo na sede do Parlamento belga, com o intuito de partilharem experiências sobre boas práticas e conhecimentos para a tomada de decisões políticas, em prol do empoderamento da mulher.

Com 10 anos de existência, o Fórum de Mulheres Líderes Políticas vai analisar os avanços e os desafios actuais para o reforço da equidade de género, de modo a garantir oportunidades de afirmação das mulheres a nível global.

Conta, para o efeito, com palestrantes de várias partes do mundo, organizados em painéis temáticos de discussão sobre o impacto da crescente influência das mulheres em cargos de liderança política.

Diplomacia Parlamentar

À margem deste Fórum, a presidente da Assembleia Nacional cumpriu, ontem, uma agenda de trabalho no âmbito da diplomacia parlamentar, marcada por encontros de cortesia, em separado, com o vice-presidente do Parlamento Europeu, Marc Angel, e com o co-presidente da Assembleia Parlamentar Paritária de África, Caraíbas, Pacífico e União Europeia (ACP-UE), Carlos Zurrinho.

De igual modo, Carolina Cerqueira manteve um encontro de cortesia com o secretário-geral da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP), o angolano Georges Chikoti, com quem abordou questões inerentes à 63ª Sessão Parlamentar da OEACP e a 43ª Sessão da Assembleia Parlamentar Conjunta ACP-UE.

A delegação angolana, chefiada por Carolina Cerqueira, é composta pela 2ª vice-presidente da Assembleia Nacional, deputada Arleth Chimbinda, pela deputada Antonieta Baptista e pelo embaixador extraordinário e plenipotenciário de Angola no Reino da Bélgica, Mário de Azevedo Constantino.

9.2 Fórum de Mulheres Jornalistas promove projecto de inclusão social e económica nas comunidades

Jornal de Angola
24 De Junho de 2023
Texto: Weza Pascoal

Um projecto que visa a promoção da inclusão económica e social das mulheres nas comunidades, através da sua capacitação e empoderamento, foi apresentado, quinta-feira, em Luanda.

O projecto, promovido pelo Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género (FMJIG), denomina-se "Quebrando barreiras: Medidas para inclusão social e económica" e destina-se a mulheres com idades compreendidas entre os 16 e 55 anos.

A primeira fase vai ser implementada nas províncias de Luanda, Cuanza-Sul e Huíla, com 25 alunas em cada uma das turmas, onde vão ser transmitidos conteúdos sobre igualdade de género, direitos das mulheres e inclusão social e económica.

O Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género, segundo a sua coordenadora, Ermelinda da Costa, pretende, com a iniciativa, fazer com que as mulheres possam contribuir, cada vez mais, no desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas.

"A iniciativa visa transmitir, de forma pedagógica, correcta e aprofundada, noções de igualdade de género, Direito, inclusão social e económica das mulheres, além da sua capacitação, para que possam criar pequenos negócios, para a sua independência financeira", explicou Ermelinda da Costa.

O projecto, continuou, visa, também, incentivar as mulheres a darem continuidade aos estudos nas escolas locais ou turmas de alfabetização, para o combate ao analfabetismo e a promoção de um grau maior de escolaridade nas comunidades.

O director nacional de Informação e Comunicação Institucional do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social

(MINTICS), João Demba, felicitou o Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género pela iniciativa e pelo empenho ao longo dos anos, que valoriza as conquistas e metas que as mulheres pretendem alcançar.

A nível do Governo de Angola, disse, há um conjunto de projectos e programas que estão a ser desenvolvidos por vários departamentos ministeriais que visam elevar o nível das mulheres em diversas áreas. "Como exemplo, temos a nova Lei Geral do Trabalho que vem dar respostas a determinados direitos que eram reivindicados pelas mulheres".

Segundo João Demba, além do que já foi alcançado pelas mulheres, existem desafios ligados à igualdade salarial, ocupação de lugares de liderança, estereótipos referentes a determinadas actividades, violência doméstica, entre outros, que exigem a união de homens e mulheres para serem erradicados da sociedade.

Crédito bancário

A académica e economista Laurinda Hoygaard, que dissertou o tema "Empoderamento económico e o seu impacto na inclusão das mulheres", defendeu maior acesso das mulheres aos créditos bancários, para a sua independência económica.

Laurinda Hoygaard considerou necessário dar às mulheres mais oportunidades de acesso aos créditos bancários, tal como tem sido dado aos homens, para que possam participar na vida económica do país e no desenvolvimento das localidades onde residem.

"As mulheres têm que ter cada vez mais consciência da importância da sua participação na vida nacional, em todas as esferas, para que se alcancem os objectivos desejados", disse.

10. AMBIENTE

10.1 Empresários “Sacodem” culpa do crédito malparado do Angola Investe

Jornal O País

2 De Junho de 2023

Texto: Miguel Kitari

O Fundo de Garantia e Crédito e o Banco e Desenvolvimento e Angola (BDA) estão no "encalço" de mais de 30 mil milhões de Kwanzas de crédito concedido no quadro do programa Angola Investe, operação que pode terminar com a alienação de bens das empresas devedoras.

Empresário ligado ao sector agrícola, Simão Nzori diz que vivem muitos problemas que impactam na produção e, conseqüentemente, nas receitas da empresa. Os últimos dois anos, conforme diz, foram muito duros.

"Tivemos muitas baixas na produção. E na agricultura os tempos não são iguais. Este ano, por exemplo, tivemos chuvas suficientes para ter boa produção, o mesmo não ocorreu nos anos passados", comparou.

Aponta as pragas e os problemas com os solos como 'handicap' para a realização das actividades e dificuldades para honrar os compromissos com os credores, fundamentalmente os bancos. Explica que num hectare plantado de soja colhem, regra geral, sete toneladas, o que não se passou este ano. "Tiramos apenas quatro toneladas e meia. Isso por causa da rotina dos solos aqui no Huambo. Este ano, a empresa Jiangzhou Agricultura plantou milho num espaço de mil hectares e colheu apenas 600 toneladas, o que é pouco, se comparado com as 800 toneladas anterior", lamentou.

O empresário acrescenta que os produtos estão a ser comercializados a preços baixo no mercado, sobretudo o milho. "Temos tido passivos com os bancos. Temos crédito por pagar, mas não temos garantias. Pronto, a agricultura em Angola ainda é assim", lamentou. Covid, inflação, vias de acesso precárias e falta de energia da rede na fazenda, facto que obriga a compra constante de combustíveis para abastecer os geradores, são outros males que influenciaram no fraco rendimento da fazenda. Simão Nzori referiu que, além da banca nacional, são igualmente financiados por bancos da China.

Na mesma senda, José Silva, gestor da fazenda "Santo António", localizada no município da Kibala, província do Cuanza Sul, entende que "mais do que alienar é preciso ir ao campo, saber das dificuldades e saber se há possibilidade de reestruturação do negócio. O que falhou não foi só o empresário, foi também o próprio ambiente de negócio", disse.

Tal como Simão Nzori, aponta a COVID e a inflação como grandes males. A falta de apoio, energia, estrada, e outros investimentos nas infraestruturas que não foram feitos colocaram os empresários numa condição aflitiva.

A não concretização, nos níveis que se esperava, do programa que visa a substituição da importação pela produção nacional, é, para José Silva, outro elemento que prejudica o empresariado.

"Ainda não temos um preço mínimo de referência para os produtos e outros problemas. Por isso, neste ambiente de negócios este sector de actividade não pode ser lucrativo e não consegue pagar crédito", justificou.

Diz ainda que quando se idealizaram os negócios nada fazia crer que fosse surgir o COVID, inflação alta e que a falta de condições fosse demorar muito tempo.

Com fundos próprios, a fazenda "Santo António" também tem beneficiado de crédito que, a seu tempo, tem honrado, como realça José Silva.

"Há muita gente que não tem fundos próprios. E falo das dificuldades por que elas também são nossas. Os empresários devem ser apoiados e, por isso, deve haver reestruturação.

A alienação não pode ser a primeira opção, deve ser o último recurso", reiterou.

Devedores devem honrar os compromissos

Por seu turno, o empresário Fernando Solinho, baseado na província do Namibe, é de opinião que os devedores devem honrar com os compromissos, embora reconheça que há também problema da parte do Governo, responsável pela promoção dos financiamentos.

"É preciso fazer meia culpa. Quem financiou e o financiado acabaram por fazer uma dupla de um jogo. Há muitos dos meus colegas que querem sempre receber crédito e já mais pagar", atirou. Afirmou que em muitos casos eles negociam os créditos, salientando que essa cultura tem de acabar. "Estamos todos a sofrer por causa de uma dúzia de empresários. Os bancos estão todos saturados por

causa das dívidas não pagas. O Fundo de Garantia de Crédito diz que vai tomar medidas óbvias, que as tome e ponto final", aconselhou.

Em todo o caso, diz que os bancos e todas as autoridades envolvidas no processo devem assumir as suas responsabilidades, pois há casos em que os empresários nem sabiam dizer aonde iriam aplicar o dinheiro.

O que aconteceu, segundo Fernando Solinho, foi como entregar um carro a um cidadão que sabe conduzir, mas que não está habilitado para o efeito.

O responsável da associação dos salteiros do Namibe afirma, de forma categórica, que os seus colegas "salteiros" não estão envolvidos nesta situação.

"A nível da província do Namibe são poucos os que tiveram esse benefício e os que tiveram pagaram. Aliás, estes grandes movimentos acontecem mais no "corredor" de Luanda. Nós sofremos muito com a falta de atenção. Mas lhe garanto que essa coisa da alienação não vai chegar aqui. Estamos pobres, falidos, mas sem dívidas", afirmou.

"Eles colocam muitos produtos para fazer crescer o pão, inclusive substâncias que fazem mal à saúde.

É isso que chamamos de danping que afecta os empresários e que depois não conseguem pagar o crédito", justificou,

Defende-se dizendo que não tem nada contra os expatriados, mas que deve haver regras no mercado e uma concorrência leal. Para o responsável associativo, muitos estrangeiros nem sequer pagam impostos, prejudicando o Estado. Ressalva que "muitos deles também não estão legais e não têm como se relacionar com outras instituições", lamentou.

10.2 Angola beneficia do programa de monitoramento do Ambiente

Jornal de Angola

3 De Junho de 2023

Texto: Alberto Quiluta

A ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) informou, segunda-feira, em Luanda, que o país já beneficia do Programa de Monitoramento Global para o Meio Ambiente e Segurança em África (GMES & África), através do projecto de acompanhamento e avaliação de zonas húmidas transfronteiriças das bacias hidrográficas da África Austral.

Maria do Rosário Bragança discursava na abertura do primeiro Workshop Regional da África Austral sobre o monitoramento ambiental para a segurança em África, que, durante três dias, junta decisores políticos e tomadores de decisão da África Austral, interessadas nas zonas húmidas, meio ambiente e gestão de recursos hídricos.

O workshop, referiu, visa, também, promover e encorajar o intercâmbio de conhecimentos e experiências, para o alcance dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.

Segundo a ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, os co-organizadores do workshop têm em comum a missão de promover a melhoria da qualidade de vida das populações, através da investigação científica, dando-se atenção especial aos trabalhos do Centro de Ciências e Serviços da África Austral para Alterações Climáticas e Gestão Sustentável de Solos (SASSCAL) e do Conselho de Investigação Científica Industrial (CSIR).

Maria do Rosário Bragança explicou que o SASSCAL representa uma iniciativa conjunta da África do Sul, Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Alemanha, que visa dar resposta aos desafios das mudanças globais, e o CSIR, líder em investigação científica, desenvolve, localiza e divulga as tecnologias, de modo a contribuir para o desenvolvimento industrial e acelerar a prosperidade socioeconómica na África do Sul.

A governante deu a conhecer que o programa GMES e África, a União Africana e a União Europeia juntam esforços dos seus sistemas de Observação da Terra para dar resposta às necessidades globais, gerir o ambiente, compreender e mitigar os efeitos das alterações climáticas, garantir segurança civil e fornecer informações aos decisores políticos, cientistas e aos sectores público e privado.

"A observação da terra é fundamental para a busca de soluções, através da ciência e da tecnologia espacial, para encarar os desafios globais urgentes para a humanidade, nomeadamente a segurança alimentar, o fornecimento de água de qualidade, energia, a segurança e a defesa nacional, as alterações climáticas, a saúde global e as crises humanitárias", assegurou.

Acrescentou que o Planeta clama por acções imediatas e o cumprimento das metas estabelecidas para o desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.

Por seu turno, em representação do representante da União Europeia (UE), Danilo Barbero garantiu apoio para fortalecer a capacidade dos países africanos no

uso de dados e informações resultantes da observação da terra, para o desenvolvimento sustentável.

"A União Europeia está interessada em acompanhar o desenvolvimento do Programa de Monitoramento Global para o Meio Ambiente e Segurança em África (GMES & África), de modo a gerir riscos associados aos desastres naturais, com implementação de políticas eficazes", lembrou.

Danilo Barbero explicou que o programa tem um impacto substancial na vida das populações, sobretudo no Sul de Angola, acrescentando que a concretização dos sistemas, serviços e gestão do ambiente, através da tecnologia espacial, é crucial para a tomada de decisões, que possam ter um impacto concreto.

"O programa de Monitoramento Global para o Meio Ambiente e Segurança em África (GMES & África) visa à promoção, capacitação, intercâmbio de conhecimentos técnicos, através de programas de formação e colaboração entre instituições angolanas, europeias e da região da SADC", realçou.

O Workshop Regional da África Austral conta com mais de 100 participantes. Da agenda consta o treinamento de mais de 25 estudantes provenientes de vários países africanos.

O Programa GMES e África é uma iniciativa dos sistemas de Observação da Terra (OT) da União Africana e da União Europeia, em resposta às necessidades globais, para gerir o ambiente, compreender e mitigar os efeitos das alterações climáticas e garantir segurança civil e fornecer informações aos decisores políticos, cientistas, sector privado e público.

10.3 Executivo prepara linha de crédito para madeireiros

Jornal de Angola

10 De Junho de 2023

Texto: Nicolau Vasco

Uma linha de crédito para financiar a implantação de uma indústria exportadora de madeira processada no país foi anunciada, quinta-feira, em Menongue, pelo director nacional das Florestas, Nazaré Veloso, ao terminar uma visita de dois dias ao Cuando Cubango.

Director nacional das Florestas anuncia iniciativa institucional de financiamento para ajudar produtores a exportarem bens acabados, acrescentando valor à matéria-prima nacional © Fotografia por: Nicolau Vasco | Edições Novembro | Cuando Cubango

Em declarações à imprensa, Nazaré Veloso realçou a importância da linha de crédito em vias de ser constituída no contexto do Decreto Presidencial que, em Fevereiro, suspendeu a exportação de madeira não manufacturada. Esta opção encontrada satisfaz os madeireiros face às dificuldades financeiras que os impediavam de edificar unidades industriais vocacionadas para a transformação.

A mensagem relativa a este decreto foi bem recebida pelos empresários do Cuando Cubango, uma vez que os objetivos são estratégicos e visam fortalecer a indústria madeireira e fazer com que Angola deixe de exportar madeira não processada e que passe apenas a fazer com produtos acabados, segundo o director nacional.

O Decreto Presidencial nº45/23, de 14 de Fevereiro, suspende a exportação de madeira não processada sob qualquer forma por um período de três anos, com as autoridades a decidirem que urge a necessidade de potenciar os madeireiros, capacitando-os para a transformação da madeira em produtos acabados.

Na visita, os madeireiros do Cuando Cubango foram informados que os sectores da Agricultura, Indústria e Comércio e das Finanças estão a trabalhar num decreto Executivo conjunto que vai trazer a lista dos produtos cuja exportação é permitida, uma vez que o Decreto Presidencial suspendeu a exportação de quatro tipos de madeira, nomeadamente, em toro, blocos, pranchões e semi-blocos, sendo omissos nas questões da madeira com permissão para vender ao estrangeiro.

Segundo Nazaré Veloso, a exportação da madeira está suspensa, mas, no mercado interno, a comercialização continua a decorrer normalmente, estando em preparação um Decreto Executivo no qual o Ministério da Agricultura e Recursos Florestais vai publicar a lista dos produtos finais cuja exportação deve ser permitida.

Uma lista que inclui três categorias: uma de produtos de serração, onde se enquadram os barrotes, pranchas e tábuas com dimensões para cada produto; produtos de carpintaria; e produtos de marcenaria e mobiliário, informou.

Outro decreto em preparação incide sobre a qualidade da madeira que vai poder ser exportada, para não exaurir os recursos florestais de forma brutal.

Legislação florestal

A legislação angolana habilita produtores nacionais à obtenção de licenças de exploração florestal, mas os

estrangeiros só são admitidos na actividade de produção caso se associem a um cidadão nacional, criando uma empresa de direito angolano.

No corte da madeira, 10 por cento do valor arrecadado reverte a favor da província em que a licença é emitida, cabendo aos governos provinciais encontrar, junto do Ministério das Finanças, mecanismos de retorno desse valor que é devido.

A fiscalização florestal pune actos lesivos e infracções cometidas no âmbito do exercício da exploração da fauna, algo que, durante o ano económico de 2022, gerou uma arrecadação pública de cerca de 91 milhões de kwanzas.

Concessão florestal

A partir da Campanha Florestal do ano em curso, entra em vigor um novo regime de contrato de concessão que estende os direitos para 25 anos, em substituição do regime de licenças anuais, anunciou Nazaré Veloso.

O método era constantemente contestado pelos madeireiros, porque não conseguiam escoar e comercializar na totalidade os seus produtos.

Com a nova legislação, o concessionário deverá cumprir, sobretudo, um processo de reflorestação, que passará a ser obrigatório e baseado num plano de gestão contendo projecto de reflorestação e inventariação florestal da concessão.

No primeiro inventário florestal, tornado público em 2017, o país dispunha de cerca de 63,9 milhões de hectares de floresta e uma cobertura territorial de cerca de 55 por cento.

10.4 Investigadora do MIT lidera projecto de combate à seca no Sul de Angola

Jornal de Angola

22 De Junho de 2023

Texto: Omar Prata

Danielle Wood explica que a partir das medições dos satélites científicos se pode ter uma ideia de "como as árvores estão a crescer, o que está a acontecer com as colheitas, com a qualidade da água, ou com o clima, bem como medir quando há secas de longa duração a partir do espaço, medindo a humidade do solo".

O projecto de cooperação entre o Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT) e o Gabinete de Gestão do Programa Espacial Nacional (GGPEN)

para combater a seca no sul do país é liderado por Danielle Wood.

Em entrevista ao *Jornal de Angola*, a académica norte-americana contou que "tem feito pesquisas sobre os programas espaciais em África desde 2007", está impressionada "com o trabalho que o GGPEN tem feito" e apesar de ser "relativamente novo, com cerca de 10 anos de história", conhece bem o percurso do Gabinete de Gestão do Programa Espacial Nacional.

Considera que a agência governamental angolana durante esse período "tem estado muito activa a investir em comunicação via satélite, satélites de observação da terra ou sensoriamento remoto" como ferramenta para o desenvolvimento nacional, algo que, também, acontece noutros países africanos, justificou.

A especialista referiu, igualmente, que o GGPEN quer usar esses equipamentos, como o "sensoriamento remoto", para o meio ambiente e "olhar para o impacto da seca no país".

Como investigadora do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT) lidera uma equipa chamada "Space Enabled" que tenta questionar "como podemos usar tecnologia espacial para permitir o desenvolvimento sustentável".

Anteriormente, Danielle Wood trabalhou na NASA (Agência Espacial Americana) com a equipa da divisão de Ciências da Terra que "opera diversos tipos de satélites, faz medições do que está a acontecer na água, no ar e na terra".

Explica que a partir das medições dos satélites científicos se pode ter uma ideia de "como as árvores estão a crescer, o que está a acontecer com as colheitas, o que está a acontecer com a qualidade da água, ou o que está a acontecer com o clima, bem como medir quando há secas de longa duração a partir do espaço medindo a humidade do solo".

Ambientalistas tem-se manifestado ao longo dos anos

Numa matéria produzida pela DW (canal público alemão de rádio-difusão), datada de 2021, citando o director-geral da Acção Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente – ADRA, Carlos Cambuta, pode ler-se que "o país não tem políticas ambientais públicas estruturantes para mitigar os efeitos decorrentes da questão ambiental".

No mesmo artigo, Padre Pio Wacussanga, da direcção da Associação Construindo Comunidades (ACC), descreve que "se tivéssemos aprendido, teríamos criado um sistema alternativo de

aprovisionamento de água e de criação de espaços de agricultura intensiva por meio de horticultura, criação de forragens e de pastos alternativos, e nós não conseguimos criar, infelizmente".

Este ano, em Janeiro, noutra publicação elaborada pelo Voz da América (VOA), o sacerdote católico que se dedica ao combate contra os efeitos da seca nas províncias do Cuando Cubango, Huíla, Namibe, Benguela e Huambo salientou que "as soluções devem ter sustentabilidades e articuladas com todos os actores envolvidos ao invés de trabalhar em ilhas" e que "já é bom que a NASA se envolva, mas quando não se parte dos estudos dos especialistas angolanos em hidrologia local, não haverá resultados".

Por outro lado, a mesma fonte colheu declarações de outro ambientalista, o líder da Rede de Terra Angola, Bernardo Castro, que indagou sobre os resultados dos investimentos externos anteriores no sector, tendo afirmado que "todo o investimento para a monitorização do risco de desastre climático é sempre bem-vindo".

A direcção clara de uma estratégia de cooperação bilateral

A investigadora do MIT revela que quando conheceu a equipa do GGPEN, pela primeira vez, foi questionada sobre a possibilidade do começo de uma parceria com a sua universidade "para usar dados de satélite, de modo, a ajudar o Governo angolano a responder à seca de longa duração e a padrões de inundações", especialmente na "região Sul do país", concretamente nas províncias do Cunene, Huíla e Namibe.

Assinalou que esteve em território nacional, pela primeira vez, em 2019, porque o GGPEN, como disse, "convidou-me a falar sobre as oportunidades para usar dados de satélite para a seca" e, em 2020, com a pandemia da Covid-19, os planos tiveram de ser interrompidos e o projecto, embora não tivesse desaparecido, mas teve de ser reajustado.

Referiu que "durante este período, a minha equipa do MIT, na universidade, trabalhou de perto através de chamadas remotas com o GGPEN" e que juntos tentaram "estimar quanto tempo os barcos no porto têm de chegar para descarregar", se "as pessoas estavam em casa durante a quarentena" e a aprender a colaborar e usar informações, considerando que "a capacidade de cooperarmos a nível internacional, tanto presencialmente como virtualmente, está a melhorar".

A académica norte-americana sublinha, também, que a "NASA tem um satélite chamado SNAP que

significa Soil (Solo) Moisture (Humidade) Active (activo) Passive (Passivo)" e que, pese embora o material seja divulgado pela NASA, gratuitamente, é necessário "um conhecimento especializado para que se possa utilizá-lo".

É onde entra a sua equipa, que "tem uma permissão concedida" pela própria agência espacial para cooperar com o GGPEN "por vários anos" e "ajudar a traduzir esses dados do satélite que calcula a humidade do solo".

A sua preocupação deriva do facto de "muitas pessoas que vivem na região do Sul de Angola e que dependem da criação de gado para a sua subsistência, às vezes têm que se deslocar para várias partes do país para alimentar os animais e quando há secas e inundações, vêem o seu modo de vida interrompido", pontualiza.

A especialista salienta que, desta cooperação bilateral, há a intenção de "fazer um sistema de mapeamento com o GGPEN que mostre onde é que a humidade do solo está mais seca e a vulnerabilidade socioeconómica" e com isso "ajudar o Governo a responder efectivamente à seca", seja em curto ou longo prazo e que no plano estratégico constem desde sugestões de recomendações para as equipas de resposta de emergência contra a seca, a colocar questões sobre como é que planeiam enviar melhor a comida durante situações de foco emergente na província do Cunene, ao treinamento para um software especial de análise dos dados de satélites e os satélites sobre a seca e a elaboração do mapeamento.

A professora universitária acrescenta que, na zona do rio Cunene, "quando a seca ocorre se escavam canais especiais para decidir onde é que a água pode ir e onde é que é mais necessária e isso leva alguns anos a desenvolver", por essa razão crê que o mapa que está a ser elaborado pode ajudar a mitigar esta evidência.

Danielle Wood afirma que ficou, agradavelmente, satisfeita quando veio a Angola em 2023 e esteve "na inauguração da estação terrestre para o Angosat-2, que é um satélite de comunicação operacional gerido pelo GGPEN" e manifesta que ficou feliz, igualmente, por ver o embaixador dos EUA em Angola, Tulinabo Mushingi, que interagiu consigo e falou-lhe sobre "a celebração da oportunidade de cooperar mais com Angola" e de "ajudar a dar uma reputação de desenvolvimento tecnológico positivo ao país em todo o mundo".

Para si, é motivo de estar muito feliz por ver ambos países, os EUA e Angola a procurarem oportunidades para cooperar, porque "é necessário,

para uma agência espacial, continuar a investir mais em serviços de informação, dados e satélites" e "através de partilha de dados com outros Governos" é possível beneficiar do mercado internacional", uma vez que "Angola que opera o seu próprio satélite, o Angosat-2, que possui um sistema de soberania nacional".

A estudiosa declara ainda que os países "deviam ter um portfólio, a combinação de vários satélites de propriedade soberana, das comunicações e também de oportunidades para cooperar com parceiros regionais como outros países da SADC, tal como em todo o continente" e que a sua equipa "gostaria de desenvolver alguns protótipos ou ferramentas de software, algum mapa onde os melhores sítios estivessem localizados para dar resposta à seca", e assim transferir, treinar e trocar experiências entre as equipas, para que quando tudo tivesse terminado, pudessem continuar a cooperar e o trabalho fosse feito pelo GGPEN.

A importância de Soluções ambientais para problemas locais

Para a especialista, é crucial não perder de vista os problemas locais, porque quem conhece melhor o nosso país do que os seus próprios habitantes?

Se valorizássemos aquilo que nos rodeia e se mudássemos a maneira como "usamos os materiais para proteger o ambiente" e não "deitássemos fora as coisas", mas antes arranjassemos formas de reciclá-las, tal como vai acontecendo às vezes no continente poderíamos impulsionar uma revolução ambiental e aproveitar para criar outro tipo de negócios.

No entanto, a sede por produção massiva de equipamentos e máquinas industriais tem vindo a poluir o ambiente, e a tecnologia age como um agente poluente, em vez de servir para "detectar materiais" ou encontrar alternativas mais úteis na perspectiva da saúde ambiental. Seria mais útil se a tecnologia fosse usada para reduzir os efeitos drásticos da poluição através de mecanismos eficazes que permitissem "identificar os resíduos perigosos na atmosfera", constatou.

A investigadora do MIT chamou a atenção para o facto de que "a região continental de África no seu todo, ser muito importante" porque "é o lar de tantos recursos naturais vitais que afectam o mundo inteiro" e as suas florestas com a qual todos os africanos beneficiam não pode ser ignorada. Os esforços devem ser canalizados para "apoiar a segurança alimentar", "apoiar a segurança hídrica" e "cada país deve ter os melhores dados possíveis para gerir o seu meio ambiente", pois é vital que se façam excelentes

medições ambientais em África, sobretudo porque vemos que a população está a continuar a crescer.

Perante uma questão por si colocada, como é que nos podemos livrar do lixo?

Danielle Wood responde que para fazê-lo em Angola, só entendendo a realidade angolana e as especificidades apresentadas pelo país.

E dirigindo-se aos estudantes, de forma pedagógica, frisou que "todos os estudantes no país têm a responsabilidade de tornar as coisas melhores", não devendo esperar que "outros venham fazer", mas sim educar-se sobre tudo aquilo que seja possível "sobre Matemática, Ciência e Literatura e História e usar esse conhecimento com as tecnologias disponíveis para ajudar a melhorar Angola".

E para quem tem o sonho de trabalhar na NASA?

Por fim, a professora universitária garante que para quem tenha o sonho de trabalhar na NASA "tudo é possível", porém reforça que "livrar-se do lixo é um trabalho tão difícil quanto qualquer trabalho que teriam na NASA" e que "há muitos que podem pensar que a NASA é o melhor sítio para trabalhar", mas é importante que cada um dos jovens possa servir o seu país, pensar em como criar uma empresa, servir no Governo, colaborar com entidades competentes ou empresas existentes para ajudar à transformação de Angola.

Impressão final sobre o Angotic

A líder do projecto de combate à seca no Sul do país mostrou-se muito surpresa com a equipa que está a organizar o Angotic e orgulhosa do trabalho realizado, uma vez que sabe que "o GGPEN trabalhou arduamente para comunicar o valor da tecnologia espacial ao público", concluiu. O Gabinete de Gestão do Programa Espacial Nacional (GGPEN) foi criado para gerir e acompanhar o desenvolvimento do Programa Espacial Nacional. Superintendido pelo Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTTICS), é uma pessoa colectiva de direito público, com personalidade, autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

10.5 Huambo necessita de 50 fiscais florestais

Jornal O País
23 De Junho de 2023

Em declarações hoje, quinta-feira, à ANGOP, fez saber que o IDF no Huambo conta apenas com

quatro fiscais, sendo dois efectivos e igual número em regime de contrato. Referiu que este número reduzido de profissionais faz com que a devastação florestal nos 11 municípios da província, sobretudo, nesta época seca, fuja, muitas vezes, do controlo do IDF. Sem precisar o total de área devastada, Luísa de Sousa apontou os municípios da Caála e da Chicala-Cholohanga, principalmente, à noite e aos fins-de-semana, como os locais com maiores queimadas anárquicas e de garimpo de madeiras.

Informou que o IDF necessita, igualmente, de pelo menos cinco viaturas para os fiscais, tendo em conta que a instituição possui apenas um meio para o efeito.

Entre os prejuízos das queimadas anárquicas, a responsável destacou a redução da produção do mel, a irregularidade das chuvas e as elevadas temperaturas atmosféricas.

Para reduzir este mal, Luísa de Sousa disse que foi criada uma comissão multisectorial, com o envolvimento das administrações municipais, Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, autoridades tradicionais e outros entes públicos e privados, com o objectivo de reforçar a educação ambiental nas comunidades.

Adiantou que o IDF prevê plantar diversas quantidades de árvores nos 11 municípios da província, a partir de Setembro deste ano, com maior incidência nas áreas devastadas, para devolver o brilho retirado.

Segundo a responsável, o IDF na província do Huambo controla cinco empresas exportadoras de madeiras, que não só cortam as árvores, mas que, ao mesmo tempo, fazem plantações para repovoar as zonas de actuação, enquanto os demais trabalham à margem da Lei.

10.6 “Economia Azul” é o tema do Festival Luanda Cartoon

Jornal de Angola

25 De Junho de 2023

Texto: Francisco Pedro

O mercado da Banda Desenhada (BD) no país é o mais tímido - quase inexistente - comparando às demais expressões artísticas. Embora congregue literatura e desenho, a BD tem pela frente uma vasta estrada para se tornar promissora e popular do ponto de vista profissional.

Mesmo com a existência do Festival Luanda Cartoon, há mais de 19 anos, a BD angolana carece de publicações periódicas (livros, revistas e exposições) para que se imponha na sociedade legitimando mais e melhor a intervenção ou os feitos dos desenhadores, argumentistas e editores.

Louva-se a coragem de um grupo de jovens entusiastas em criar um festival internacional de BD e animação, duas componentes difíceis das artes visuais, designadamente desenho e cinema animado. Luanda Cartoon é a denominação do festival que está às portas com representações nacionais e internacionais.

Organizado pelo Estúdio Olindomar. Este ano o Festival Internacional de Banda Desenhada e Animação Luanda Cartoon, acontece de 4 a 11 de Agosto sob o tema "Economia Azul".

Com o Luanda Cartoon, a BD angolana conheceu novos desenhadores, animadores gráficos, cartoonistas e, conseqüentemente, novas personagens que ilustram o mar de críticas, sátiras e humor que inundam a arte dos quadrinhos.

Ebraão Eba, Carlos Caldeira, Tchê Gourgel, Olímpio de Sousa, Lindomar de Sousa, King André, Maniloy, Armando Pululu, Nelo Tumbula, Hermenegildo Pimentel, Horácio Gilberto, Zix Comics, Machai, Altino Chindele, Vává, Armando Pululu, Carnott e Gabito Silva entre os fundadores e o que dão voz, actualmente, nas edições anuais do Luanda Cartoon.

Apesar de dezenas de jovens desenhadores naturais e residentes em Luanda, que fazem eco no Luanda Cartoon, o festival peca por não ter uma representatividade nacional mais ampla, com a participação de desenhadores das demais províncias do país.

Porém, o festival trouxe novas dezenas de revistas de BD e suas respectivas personagens. "Cabetula" é uma dessas revistas produzida no Estúdio Olindomar, cuja personagem principal, que dá título à publicação, vai ser uma das principais novidades deste ano.

"Cabetula" completa 25 anos desde a sua criação. Trata-se de uma personagem ousada em relação aos seus semelhantes com as quais entra em conflito, algumas vezes uma figura inocente, ou distraída, diante dos episódios diários que ocorrem na cena política, social, económica e cultural do país, recheados com humor.

Economia Azul

Anualmente, o festival tem um tema, este ano o Estúdio Olindomar decidiu realizar o Luanda Cartoon sob o tema "Economia Azul", enquanto o ano passado o tema foi "Aquecimento Global".

Trata-se da 19^a edição que além do Instituto Camões, volta ao Bellas Shopping, em Talatona. A tradição de participantes estrangeiros já está confirmada com Lúcio Oliveira e Rafael Coutinho (Brasil), Moiyola Boyka e Jérémie Nsingi (RDC).

Entre os atractivos, uma vez mais, está a exposição de cartoons e BD, debates, venda e sessões de autógrafos de livros e revistas de BD, exibição de filmes de animação, palestras e sessões de caricaturas ao vivo.

A maior Festa da BD em Angola - Luanda Cartoon - congrega todas as idades, entre crianças, adolescentes e adultos, sendo um dos eventos culturais e artísticos de Luanda, e do país, com elevada afluência, em que participam cartoonistas, ilustradores, designers gráficos, animadores, estudantes de artes plásticas, e artistas das diversas expressões, entre angolanos e estrangeiros.

O nível de organização do festival cresce periodicamente, assim como a representatividade de diferentes estilos (em caricatura, cartoon, filmes de animação, etc) e a adesão de outros estúdios nacionais que produzem BD têm surpreendido em cada edição resultando, hoje, numa marca inequívoca quer para o público apreciador quer para os parceiros e patrocinadores que continuam fieis ao nobre compromisso de se promover e apreciar a arte dos quadradinhos.

II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

II.1 Embaixador da China anuncia desejo dos empresários investirem em Cabinda

Jornal de Angola

4 De Junho de 2023

Texto: Arsénia Manuel

O embaixador da China em Angola, Gong Tao, manifestou o interesse dos empresários chineses em ajudar a desenvolver os sectores industrial, agrícola e do turismo da província de Cabinda, durante uma visita que serviu para constatar as potencialidades locais.

O diplomata, que trabalhou durante dois dias na província mais a Norte do país, para estudar possíveis áreas de investimento, afirmou que a China, além da cooperação que tem com Angola no domínio Político, privilegia, também, os domínios Económico, Comercial e Social.

O diplomata chinês acrescentou que o Governo do seu país trabalha estreitamente com as autoridades angolanas com base ao "Novo Plano Quinquenal 2022-2027", que tem as prioridades viradas para as áreas de infra-estruturas, diversificação económica e capacitação da mão-de-obra, visando o desenvolvimento que se perspectiva para o país.

Gong Tao realçou o desejo do seu país em manter uma cooperação activa com Angola, "por ser um parceiro estratégico e com enormes potencialidades por explorar". Na visão do diplomata, se cada país (Angola e China) se empenhar no reforço da cooperação bilateral, "certamente que os dois darão saltos qualitativos ao nível de desenvolvimento socioeconómico.

O diplomata reafirmou a vontade do seu país em continuar de mãos dadas com Angola, para fortalecer, ainda mais, as relações de cooperação, rumo à modernização do país.

Falando a propósito da sua visita a Cabinda, o diplomata informou que a mesma visou tão somente explorar o mercado local, ver as suas potencialidades e entabular contactos com as autoridades locais para possíveis áreas de investimentos, tendo em conta que a província está localizada numa região "com um forte impacto em termos de recursos naturais, que podem interessar a investidores chineses". Anunciou

ainda que é de todo interesse da China explorar a área marítima na província, por possuir uma série de infra-estruturas, como é o caso do Terminal Marítimo de Passageiros, que está a garantir ligações marítimas com diferentes localidades do litoral do país e que, reforçou, poderá interessar a investidores estrangeiros como os chineses.

O diplomata garantiu, por outro lado, que vai continuar com os esforços para mobilizar financiamentos para garantir a continuidade das obras que estão em bom andamento em Cabinda e encorajar as empresas chinesas nelas envolvidas no sentido de as executarem com toda a qualidade e dentro dos prazos contratuais.

Durante a sua estadia na província de Cabinda, o embaixador Gong Tao visitou, entre outros empreendimentos, as obras de construção do Porto do Terminal de Águas profundas do Caio, empresas de construção chinesas e locais de interesse sócio/cultural, turísticos e históricos, que reflectem a identidade de Cabinda.

II.2 Professor angolano destaca contributo chinês para a diversificação da economia

Jornal de Angola

5 De Junho de 2023

Texto: Paulo Caculo

O contributo da República Popular da China no processo da diversificação económica de Angola e o alargamento da cooperação sino-angolana no sector cultural foram destacados, em Yuwu, pelo professor e analista político Almeida Henriques, como factores determinantes para o país ultrapassar a dependência do petróleo.

Convidado a dissertar no 12^o Fórum China - África, realizado, sexta-feira, na província chinesa de Yuwu, o docente universitário realçou o facto de, durante o processo de luta de libertação nacional, Angola ter contado, em determinados momentos, com o apoio da gigante asiática.

Apesar de o histórico da relação de cooperação entre a China e Angola durar 40 anos, ressaltou haver um elemento muito importante que se chama cooperação estratégica, que já leva mais de uma década (12 anos).

"Esta cooperação tem-se reflectido, fundamentalmente, na vontade de Angola em reduzir a dependência económica resultante do petróleo", lembrou.

Almeida Henriques acrescentou que até 10 anos atrás, ou pouco menos disso, o OGE dependia 60 por cento do petróleo.

"Mas, hoje, Angola está numa dinâmica de diversificação da economia e tem contado fundamentalmente com a China", assegurou.

Ainda no que ao contributo chinês diz respeito, o analista político considerou importante reconhecer o facto de "quando se precisa de reconstruir o país", após o longo conflito armado, "solicita-se uma conferência de doadores", mas a única nação do mundo que se manifestou em apoiar Angola, na altura, foi a China.

"Este país abriu as suas mãos para Angola e partimos para uma reconstrução nacional, independentemente do processo político, que era de reconciliação", reforçou o também professor da Escola Superior de Guerra, tendo esclarecido que, naquele período conturbado do processo político angolano, o país precisava, também, de requalificar os sectores rodoviário, linhas terciárias, reconstruir e erguer infra-estruturas, tais como centralidades, ao que a China se prontificou em investir em vários sectores.

"Há um elemento que, agora, está a dominar a relação com Angola que é, precisamente, o sector cultural. Tem sido fundamental nesta altura, em que a China tem vindo a criar uma dinâmica para que Angola se aproxime também neste sector não económico", elucidou, durante a dissertação.

Formação do homem

Almeida Henriques valorizou, ainda, na cooperação sino-angolana, o facto de jovens estudantes formarem-se na China e, depois, regressarem com "know-how" capaz de satisfazer os interesses nacionais.

Realçou ser, essa, a dinâmica que Angola está a criar para com a China, tendo em vista os desafios de garantir a estabilidade necessária. Admitiu, nesse particular, que o país asiático tem correspondido com aquilo que são as necessidades de Angola.

"As relações entre os dois Estados têm sido reciprocamente amistosas, porquanto se sabe a China também, na sua diplomacia económica, não impõe regras do ponto de vista político, facto que é fundamental para os Estados africanos", sustentou.

Disse, ainda, Almeida Henriques, que a China se enquadra na perspectiva histórica angolana, relativamente às relações Estado-Estado, revelando que o "gigante" asiático tem sido capaz de

compreender que as relações que estabelece com Angola "são mais de âmbito económico e cultural".

O analista político reconheceu, igualmente, ser avultado o investimento chinês em território nacional, tendo sublinhado que, em contrapartida, o país tem conseguido reduzir a sua dívida com a China, facto que garantiu demonstrar a existência do comprometimento de Angola.

"Este cenário de seriedade do Estado angolano vai motivar cada vez mais a China a investir em Angola, porque independentemente daquilo que é a nossa realidade económica, o Estado angolano é sério e comprometido com os seus compromissos internacionais", acrescentou.

Relação sino-africana

A postura de África perante a China, de acordo com o analista político angolano, aconselha uma maior reflexão do continente sobre o que realmente pretende.

Esclareceu que a China pode oferecer um campo aberto em vários sectores de investimento, mas alertou para a necessidade imperiosa de cada Estado africano avaliar as características próprias da sua sociedade política.

"Penso ser nesta perspectiva que nós, os africanos, teremos de escolher o que é que a China pode levar para este ou aquele Estado, em contrapartida para gerar desenvolvimento", argumentou.

Almeida Henriques referiu que, no caso de Angola, há sectores diversificados, entre eles a Agricultura, Agroindústria e também as Tecnologias, que estão a dominar o mundo e a China está entre os países com grande potencial para oferecer neste aspecto.

Elucidou, ainda, que outros Estados também têm procurado relacionar-se com a China, sobretudo, em sectores que consideram ser aqueles em que se reconhece haver daquela nação asiática enorme capacidade de poder ajudar a desenvolver-se.

"Há, também, um elemento muito importante que precisamos de sublinhar, que é o facto de os Estados africanos aproveitarem os momentos altos que a China vai oferecendo neste momento, porque se não aproveitarem, voltaremos a reflectir num passado onde as relações beneficiavam mais outros Estados e os africanos não", alertou.

Sublinhou estar-se perante uma diplomacia económica resultante do "soft power", em que nenhum Estado africano poderá reclamar das insuficiências na sua relação com a China.

Cada Estado deve criar condições suficientes para que consiga alcançar os seus objectivos, disse, apelando para a importância de o continente africano estudar as relações recíprocas e vantajosas com a China.

"Não pode haver apenas uma intenção direccionada numa cooperação que depois gera uma desvantagem no continente africano. Este elemento é fundamental", enfatizou.

Nesta perspectiva, ressaltou que os países africanos já conseguiram observar que o investimento chinês no continente vai apresentando estatísticas evolutivas e que são desejáveis.

"De qualquer forma, precisamos de abrir mais sectores e temos de formar o homem", sugeriu o analista político angolano, que aplaude o facto de a China, independente da sua língua local, proporcionar uma abertura para o aprendizado do inglês.

"Quer dizer que a China está atractiva do ponto de vista da cooperação internacional e a África deve aproveitar", assegurou.

O que se deve tirar de exemplo chinês, de acordo ainda com o docente universitário, é a aposta na formação de recursos humanos, para que depois não se dependa do exterior.

11.3 China e Angola projectam expedição comercial e fórum de negócios

Jornal de Angola

6 De Junho de 2023

Texto: Hélder Jeremias

A Câmara de Comércio Angola - China trabalha em sintonia com o Ministério da Economia e Planeamento nos derradeiros detalhes com vista à participação de um considerável número de empresários nacionais na terceira edição da Expedição China -África, a decorrer de 29 de Junho a 2 de Julho na cidade de Xande, província de Wuhan (China).

O Jornal de Angola obteve a informação do presidente da Câmara de Comércio Angola-China, Luís Cupenãla, dando conta que a participação de Angola no certame visa a divulgação das vantagens comparativas do país, com a finalidade de "constituir parcerias e atrair investimento estrangeiro para a concretização do maior programa do nosso Executivo", sobretudo do quinquénio

2022-2027, em obediência ao Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN).

Luís Cupenãla informou, por outro lado, que o Governo de Angola, através do Ministério da Economia e Planeamento (MEP) e da Embaixada da China no país, estão engajados na preparação do programa das celebrações dos 40 anos de relações entre os dois Estados (iniciadas em 1983), em colaboração com a Câmara de Comércio e Associação Comercial dos Chineses Residentes em Angola.

O evento, de acordo com Luís Cupenãla, terá como ponto cimeiro a realização do Fórum de Negócios Angola-China, previsto para o fim de Julho, altura em que uma delegação constituída por homens de negócios e dirigentes deverá interagir com os homólogos do "Gigante Asiático" no sentido de rever a estratégia de cooperação.

"Este Fórum tem um pendor político, económico e social, porque representa a selagem dos 40 anos e o início de uma nova era", detalhou Luís Cupenãla. E acrescentou: "a avaliação dos benefícios da cooperação ao longo de 40 anos é importante para se redesenhar a cooperação. Angola vai colocar nesta montra mundial aquilo que são as suas capacidades e os recursos que tem, que representam, de facto, as oportunidades, ao passo que a China vai dispor da abertura de um investimento privado".

Luís Cupenãla sublinhou que o Governo angolano já não está focado na obtenção de financiamentos, mas sim na mobilização do investimento privado para agigantar e tornar a economia cada vez mais sustentável, razão pela qual "a Câmara e o Ministério da Indústria e Comércio estão a preparar os empresários para participarem na terceira edição da Expedição Comercial China-África, que vai acontecer em Wuhan, cidade de Xande, onde vários países africanos vão apresentar as suas capacidades, os seus recursos para a captação do investimento estrangeiro".

Parceria viabiliza diversificação da economia

O presidente da Câmara de Comércio defendeu a necessidade dos angolanos perceberem a força, sagacidade e visão dos chineses para optimização das matéria-primas de forma a tirar proveito dos recursos que o país oferece, deixando de ser potencialmente rico, pois, em sua opinião, os recursos precisam de ser explorados e transformados em bens e serviços para a prosperidade dos angolanos.

Os 40 anos, frisou, representam um marco histórico bastante importante, "porque reflectem maturidade e

conferem a capacidade de interpretar aquilo que queremos, pois um homem que aos 40 anos não sabe o que quer, não tem visão”.

"Temos um projecto comum de cooperação win-win (vantagens recíprocas), que é muito maior do que as nossas pequenas diferenças”, continuou.

A Câmara conta com cerca de 100 empresas individuais, num conjunto em que estão inseridas as pequenas, médias e grandes empresas. "Não são empresas chinesas, mas empresas de direito angolano com capital chinês, uma vez que foram criadas à luz do ordenamento jurídico angolano, pagam os impostos, obedecem milimetricamente àquilo que são os ditames do regulamento jurídico angolano”, disse o presidente da Câmara.

11.4 China é o maior destino do petróleo bruto

Jornal de Angola

9 De Junho de 2023

Texto: Paulo Caculo

A China continua a ser o maior destino do petróleo bruto angolano?

Sim. A China tem sido, efectivamente, o maior destino do nosso petróleo bruto.

Como está o país em termos de exportação de gás?

O gás que produzimos em Angola, até ao presente momento, está associado ao petróleo. É um gás que utilizamos essencialmente para alimentar a fábrica de Angola LNG, mas também para alimentar o Ciclo Combinado do Soyo, para o gás de cozinha, e para algumas centrais térmicas. Depois há uma outra parte deste gás que é exportado, porque pertence às empresas que fizeram o investimento nesta fase.

O que mudou com a produção da lei do gás?

Permite monitorar o gás, através da Agência Nacional de Petróleo e Gás. Estamos a trabalhar para implementar o já constituído novo consórcio de gás, para exploração de gás não associado ao petróleo. Este gás não associado ao petróleo vai, também, dar-nos a possibilidade de desenvolver outros projectos industriais que pretendemos para o país.

A que projectos industriais se refere?

Refiro-me à siderurgia para a produção de aço, fábrica para a produção da amónia e para ajudar a instalar em Angola uma indústria petroquímica.

Quais são os países de destino das exportações de gás?

São vários, de acordo com os interesses das empresas que são as parceiras da Sonangol na Angola LNG. Mas, isso é dependente dos contratos que têm. O destino das exportações de gás são países europeus e asiáticos.

Quais são os grandes desafios imediatos do sector de Recursos Minerais, Petróleo e Gás?

Os desafios são os que estão estabelecidos na estratégia de longo prazo do país e que são determinados, também, nos planos de desenvolvimento nacional. Neste momento, a estratégia de longo prazo está a ser objecto de consulta pública, onde podemos encontrar os objectivos para o sector mineiro e de petróleo e gás até 2050. Está igualmente em preparação o Plano de Desenvolvimento 2023-2027, onde estão definidos os objectivos.

Mas a busca de estabilidade na produção de petróleo e gás continuará a ser a premissa do sector...

Mas, de uma maneira geral, pretendemos continuar à procura de petróleo e gás para atenuarmos o declínio de produção de petróleo e gás no país e termos uma certa estabilidade. E, também, continuaremos a implementar a estratégia de licitação de blocos de petróleo.

Qual é a estratégia?

Temos uma estratégia. Até 2025 comprometemo-nos a fazer a licitação de mais de 55 blocos de petróleo. Temos, também, um novo instrumento resultado de legislação aprovada no mandato passado, que é a oferta permanente de blocos que nos permite negociação directa para oferta desses blocos. Estamos a implementar estes instrumentos.

De que forma o sector pretende melhorar a oferta de gás ao mercado?

Temos objectivos ambiciosos para melhorar a oferta de gás, tanto associado ao petróleo como ao gás não associado. Temos a estratégia de refinação com componente petroquímica e, também, intenções de aumentar a capacidade de armazenamento de derivados de petróleo em terra, para que possamos implementar as leis que foram aprovadas no mandato passado sobre as reservas estratégicas e de segurança nacional de derivados de petróleo.

A estratégia implica alguma vertente da formação de quadros?

Temos um engajamento forte para melhor participação das empresas de conteúdo local em toda a indústria de petróleo, além de objectivos concretos ao nível da formação, ensino, pesquisa e desenvolvimento, tanto de hidrocarbonetos como de energias renováveis, biocombustíveis e de hidrogénio verde.

11.5 China defende reforço da cooperação com o país

Jornal de Angola

10 De Junho de 2023

Angola e China abordaram, sexta-feira, o reforço da cooperação e também a preparação da terceira edição da Exposição Económica e Comercial África-China, a realizar-se de 29 de Junho a 2 de Julho próximo, na cidade de Xiang Xiang, província de Hunan.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, em nota de imprensa, tudo isso foi analisado durante um encontro entre o secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, Domingos Vieira Lopes, e o embaixador chinês Gong Tao.

O diplomata asiático reiterou a necessidade da revisão do Projecto de Acordo de Cooperação nos domínios da Agricultura e Pescas, a ser assinado pelos ministérios da Agricultura de Angola e da República Popular da China.

Angola e a China têm relações privilegiadas e a sua amizade data desde os primórdios da Independência, proclamada a 11 de Novembro de 1975.

11.6 Cidade da China vai contar com quartel do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros

Jornal de Angola

14 De Junho de 2023

Texto: Avelino Umba

A Cidade da China, centro comercial localizado na Via Expressa, no município de Viana, província de Luanda, vai contar, dentro de quatro meses, com um quartel do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, para acudir a situações de incêndios e calamidades naturais.

A primeira pedra para a construção do quartel foi colocada, sexta-feira, em acto testemunhado pelo comandante-adjunto do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, comissário-bombeiro Manuel Lutango,

em representação do comissário-bombeiro principal Bensau Mateus.

As obras e apetrechamento estão avaliados em 120 milhões de kwanzas, prevendo-se a construção de um edifício de dois pisos, numa área 1.200 metros quadrados, onde será instalado um tanque de água com capacidade de 50 metros cúbicos, para extinção de incêndios.

O projecto contempla uma parada de honra e área de exercícios físicos, oficina, arrumos e parque de ambulâncias e de viaturas de extinção de incêndios, reservando-se, no primeiro piso, sala de formação, alojamentos, balneários, vestiários e uma casa-escola para a prática de treinos operacionais.

No segundo piso vai funcionar a direcção, secretaria e gestão, área de comando, bem como uma sala de bombeiros, balneários e arrumos, devendo o quartel contar com mais de 20 efectivos, apoiados por quatro viaturas de grande porte para extinção de incêndios.

Segundo o presidente do Conselho de Administração (PCA) do African Sunrise Investment Group, Jack Huang, o projecto marca o início da colaboração entre a Cidade da China e o Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, visando fortalecer a segurança na região.

"A Cidade da China e arredores são importantes círculos de negócio em Angola, com muitos centros, bases empresariais e fábricas. O quartel de Bombeiros vai melhorar a segurança em relação a incêndios e atrair mais investidores", afirmou.

Jack Huang acrescentou que a colocação da primeira pedra para a construção do quartel representa um marco significativo para a Cidade da China, pois simboliza o compromisso de aprimorar a capacidade de resposta a emergências, visando a segurança da população.

"Este é o primeiro quartel de Bombeiros a ser construído dentro de um centro comercial por uma empresa chinesa, em colaboração com o Governo angolano, uma iniciativa que representa um marco para a segurança em relação a incêndios na Cidade da China, tanto para as empresas, quanto para os residentes", salientou Jack Huang.

Por sua vez, o comissário-bombeiro Manuel Lutango disse que a Cidade da China é um importante objectivo económico e social, com grande circulação de pessoas e bens, que, em certa medida, não está isenta de riscos de incêndios e outros sinistros que podem causar perdas de vidas e danos patrimoniais.

"A nossa experiência, enquanto entidade responsável pelas políticas de segurança contra incêndios, calamidades naturais e socorros, permite-nos afirmar que, por mais eficiente que seja a resposta operativa, quando estamos perante situações de emergência o êxito para a sua contenção depende grandemente do tempo operativo", referiu.

Segundo Manuel Lutango, qualquer tentativa de se evitar danos avultados ao património privado ou público passa, necessariamente, pela implementação de medidas de segurança adequadas, e a construção deste quartel é uma estratégia que irá providenciar a estas instalações, além de reforço das acções profiláticas, a redução do tempo de resposta a eventuais sinistros, reduzindo, assim, os danos e perdas e garantindo, fundamentalmente, a segurança das pessoas.

11.7 Angola aborda na China estratégia nacional sobre Direitos Humanos

Jornal de Angola

18 De Junho de 2023

Texto: Paulo Caculo

A estratégia de Angola sobre intervenção internacional em matéria de Direitos Humanos mereceu abordagem no Fórum Global sobre o tema, realizado quinta-feira, em Pequim, China.

Convidada a dissertar no evento, co-organizado pelo Departamento do Conselho de Estado e o Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, a secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Cardoso, fez questão de destacar a intenção de Angola firmar laços de cooperação com instituições multilaterais, sobretudo com agências das Nações Unidas (ONU) e da União Africana (UA).

"Temos a intenção de estabelecer acordos bilaterais e de cooperação em matéria de Direitos Humanos com diferentes países", esclareceu, sublinhando haver igualmente a probabilidade de uma possível cooperação com a China.

O fórum, disse, foi proveitoso, a nível global, tendo justificado com o facto de permitir que os países participantes começassem a estudar abordagens futuras de assinatura de acordos sobre a partilha de experiências em questões de Direitos Humanos e boa governação.

Ana Celeste Cardoso ressaltou, ainda, que as matérias sobre Direitos Humanos "têm muito a ver com o contexto de cada país", razão pela qual

considerou "muito interessante ouvir a experiência de outros países", com destaque para a China, "relativamente à implementação e garantias dos direitos económicos, sociais e culturais" e poder apresentar também a experiência de Angola.

A governante referiu que para a Comunidade Global dos Direitos Humanos e para Angola, é um evento importante e que deve o país seguir o exemplo, com a realização de fóruns semelhantes em matérias do género.

"Durante dois dias, abordamos aspectos que podem resultar numa cooperação futura em matéria de Direitos Humanos entre os países", acrescentou.

O Fórum Global sobre Direitos Humanos e Boa Governação decorreu sob o lema "Igualdade, Cooperação e Desenvolvimento", e contou, igualmente, com o apoio da Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da China.

A reunião teve mais de 300 participantes, em representação de quase 100 países e organizações internacionais, incluindo agências da ONU.

Mensagem de Xi Jinping

O Presidente da China, Xi Jinping, revelou, numa mensagem enviada por ocasião do evento, o posicionamento do país na salvaguarda dos direitos humanos, com segurança, tendo advogado a promoção do desenvolvimento e a defesa dos direitos humanos, com cooperação baseada no espírito do respeito mútuo e igualdade.

11.8 Embaixador da China reitera apoio às instituições de ensino

Jornal de Angola

22 De Junho de 2023

Texto: Weza Pascoal

O embaixador da China em Angola, Gong Tao, reiterou, quarta-feira, em Luanda, a intenção da Embaixada em continuar a apoiar projectos académicos, culturais e sociais da Universidade Agostinho Neto (UAN) e outras instituições de ensino em Angola, visando o desenvolvimento sócio-económico do país.

Gong Tao, que falava na abertura da pré-selecção dos estudantes universitários que vão representar Angola no 22º Concurso Mundial de Proficiência em Língua Chinesa "Chinese Bridge", solicitou a disponibilidade da comunidade chinesa residente em Angola no sentido de trabalhar com a população, dando

contribuições importantes nos mais variados domínios.

Segundo Gong Tao, o 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, assinalado em Janeiro, deve ser visto como uma oportunidade para promover o entendimento mútuo e a amizade entre os povos, aprofundar a cooperação bilateral e contribuir para a construção de uma comunidade com futuro compartilhado.

Na ocasião, agradeceu ao Instituto Confúcio da UAN e outras instituições a nível do país que proporcionaram uma plataforma de aprendizagem da língua chinesa a vários estudantes angolanos.

"De acordo com as estatísticas, até ao final de 2021, o ensino e os cursos de formação do mandarim têm-se desenvolvido em mais de 180 países, acima de 25 milhões de estrangeiros interessados e aprender o idioma, que já conta com 200 milhões de falantes, em todo o mundo", disse.

O reitor da Universidade Agostinho Neto, Pedro Magalhães, explicou que o tradicional concurso "Chinese Bridge" em Angola, promovido pelo Instituto Confúcio da UAN, tem como objectivo avaliar as aptidões e habilidades dos estudantes na proficiência da língua chinesa, para impulsionar cada vez mais a amizade e o intercâmbio cultural entre os dois povos.

O Instituto Confúcio da Universidade Agostinho Neto dedica-se ao ensino da língua chinesa e à promoção do intercâmbio cultural entre Angola e China, na busca de oportunidades para os jovens participarem em vários concursos sobre a língua e cultura chinesa e abre portas para os estudantes competirem com outros em todo o mundo, através do concurso "Chinese Bridge".

O concurso "Chinese Bridge" em Angola foi realizado pela primeira vez em Junho de 2021, com a participação 14 concorrentes, e a segunda em 2022, com 16 participantes.

A terceira edição, organizada pelo Instituto Confúcio da Universidade Agostinho Neto, com o apoio do Governo Chinês, contou com 16 participantes, tendo sido seleccionados Eliaquim Bravo e Maria Armando, que vão representar Angola no Concurso Mundial da Proficiência em Língua Chinesa "Chinese Bridge", que será realizado na China.

Actualmente, mais de 200 jovens angolanos frequentam o curso de Mandarim, no Instituto Confúcio da Universidade Agostinho Neto.

11.9 Angola e China estudam reforço da cooperação nos mais variados domínios

Jornal de Angola
20 De Junho de 2023

O ministro das Relações Exteriores, Tété António, e o embaixador da República Popular da China em Angola, Gong Tao, trataram, ontem, de assuntos de interesse comum, com destaque para o reforço da cooperação nos mais variados domínios entre os dois países.

As partes falaram, também, da necessidade do reforço das trocas de visitas nos mais diferentes níveis entre os dois países, assim como abordaram questões ligadas ao multilateralismo com foco para o conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

A audiência foi presenciada pelo embaixador Miguel Dialamicua, director para Ásia e Oceânia do Ministério das Relações Exteriores, e pelo consultor do ministro das Relações Exteriores Márcio Burity.

Também, ontem, mas, em Nova Delhi, o diplomata Clemente Pedro Francisco Camenha, embaixador indigitado da República de Angola na República da Índia, manteve, um encontro com Subrahmanyam Jaishankar, ministro das Relações Exteriores daquele país da Ásia Meridional.

O encontro realizou-se à margem de uma recepção com o corpo diplomático acreditado na Índia, destinado a fazer um balanço dos nove anos de governação de Narendra Modi, Primeiro-Ministro da República da Índia.

A Índia é o país mais populoso do mundo, o sétimo maior em área geográfica e a democracia mais populosa do planeta. Delimitada ao Sul pelo Oceano Índico, pelo mar da Arábia a Oeste, e pelo Golfo de Bengala a Leste, a Índia tem uma costa com 7.517 quilómetros de extensão.

O país faz fronteira com o Paquistão a Oeste; a China, Nepal e Butão ao Norte e Bangladesh e Mianmar a Leste. Os países insulares do Oceano Índico, Sri Lanka e Maldivas estão localizados bem próximos da Índia.

A Índia é uma República composta por 28 Estados e sete territórios da união, com um sistema de democracia parlamentar. O país é a sexta maior economia do mundo em Produto Interno Bruto (PIB) nominal, bem como a terceira maior do mundo em PIB medido em Paridade de Poder de Compra. As reformas económicas feitas desde 1991

transformaram o país numa das economias de mais rápido crescimento do mundo.

No entanto, a Índia ainda sofre com altos níveis de pobreza, com índices elevados no analfabetismo, violência de género, doenças e desnutrição.

11.10 Mais de 50 jornalistas estrangeiros concluem formação na China

Jornal de Angola

20 De Junho de 2023

Texto: Paulo Caculo

Um total de 55 jornalistas estrangeiros, em representação de 45 países, incluindo Angola, concluíram, segunda-feira, a formação sobre jornalismo e comunicação, na Universidade Renmin da China, em Pequim.

A cerimónia de encerramento do curso teve lugar no campus daquela universidade, com a participação de quadros da instituição e membros do Governo chinês.

A formação abrangeu 21 jornalistas de África, 16 da Ásia e Pacífico, dez da Europa Central e Oriental e oito da América Latina e Caraíbas.

Os referidos profissionais da comunicação social expatriada receberam certificados de conclusão do curso das mãos de professores, dirigentes da universidade e da equipa do Centro de Imprensa Internacional da China (CIPCC), este último responsável por acolher os jornalistas estrangeiros em Pequim.

Durante as aulas, os jornalistas tiveram a oportunidade de compreender o modus operandi da imprensa e do jornalismo na China, desenvolvimento e o processo de modernização chinesa e experimentaram as grandes inovações tecnológicas daquele país.

No decurso da formação, os jornalistas foram convidados a conhecer as transformações que a China está a adoptar em vários domínios, escalando diversas províncias e distritos.

Durante esse período, os jornalistas estrangeiros tiveram ainda a oportunidade de testemunhar a diversidade cultural que o gigante asiático oferece, bem como reportar para os respectivos países todas as incidências das actividades em que estiveram envolvidos.

Para conciliar a teoria à prática, os profissionais foram submetidos a um estágio intensivo nos órgãos de comunicação social locais.

Os estágios tiveram lugar no China Media Group (CMG), Diário do Povo Online, Xinhua.Net, China Daily e Global Times Online.

O principal objectivo da formação teórica e prática foi o de capacitar os profissionais do jornalismo sobre as novas técnicas da profissão e ajudá-los a experimentarem os métodos de trabalho dos colegas chineses, bem como proporcionar uma oportunidade para o intercâmbio e aprendizado.

Apesar da formação ter chegado ao fim, os 55 jornalistas expatriados vão ainda cumprir um programa de visitas a algumas províncias chinesas e manter contacto com as comunidades locais.

Entre os dias 30 do mês em curso e 2 de Julho, o grupo de jornalistas africanos, o último a deixar o país asiático, participa na Expo China-África, a decorrer em Pequim.

O regresso dos profissionais africanos para os respectivos países acontece apenas no terceiro dia do mês de Julho.

